



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Handerson Fábio Fernandes Macedo

**O Movimento Escola Sem Partido como a face civil da Doutrina de
Segurança Nacional**

São Gonçalo

2023

Handerson Fábio Fernandes Macedo

**O Movimento Escola Sem Partido como a face civil da Doutrina de Segurança
Nacional**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marcia Soares de Alvarenga

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

M141 TESE	<p>Macedo, Handerson Fábio Fernandes. O Movimento Escola Sem Partido como a face civil da Doutrina de Segurança Nacional / Handerson Fábio Fernandes Macedo. – 2023. 104f. : il.</p> <p>Orientador: Prof.^a Dra. Marcia Soares de Alvarenga. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.</p> <p>1. Educação – Brasil – Teses. 2. Educação e Estado – Brasil – Tese. 3. Ideologia e educação – Teses. I. Alvarenga, Marcia Soares de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.</p>
CRB7 – 6150	CDU 37(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese/dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Handerson Fábio Fernandes Macedo

O Movimento Escola Sem Partido como a face civil da Doutrina de Segurança Nacional

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 22 de novembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Marcia Soares de Alvarenga (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Maria Tereza Goudard Tavares
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Amanda Moreira da Silva
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – UERJ

Prof. Dr. Fernando de Araujo Penna
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Antonio Miranda Sepulveda
Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*) por terem me apoiado em minhas escolhas e, principalmente, pelo carinho e presença que sempre tiveram comigo. Ao meu irmão-amigo, Handré Vinícius, que sempre demonstrou um grande coração, se dispondo a ajudar quando necessário, principalmente para me distrair com as jogatinas no computador.

Aos meus grandes amigos-irmãos, Antonio Andrade, Fabio Marchon, Jean Firmino e Linconl Marques, sempre estiveram ao meu lado, nos momentos da alegria, mas também nos de tristeza.

À Mayara Coutinho da Silva Nogueira, pela amizade e companheirismo, me incentivou e convenceu a tentar o processo de seleção para o doutorado e, depois, a fazer a efetivar a matrícula.

Aos integrantes do Corellian Intergalactic Mercenary Force (CIMF), o maior esquadrão de jogos de Star Wars do Brasil, sempre dispostos a passarem horas nos games, jogando conversa fora e proporcionando muitas risadas.

Aos colegas do grupo de pesquisa em Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos da Classe Trabalhadora (PPEJAT). Foram imprescindíveis para que esse momento fosse possível, não apenas pelas contribuições e debates, mas também por compartilharem comigo momentos de angústia com essa jornada, além de me apoiarem nos momentos difíceis.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pelas aprendizagens, aulas, sugestões e conversas.

Aos membros da banca examinadora, pela escuta e leitura atenta, pelas contribuições generosas para a realização dessa pesquisa.

À minha orientadora, professora Doutora Marcia Soares de Alvarenga, sempre compreensiva e amiga. Confiou mais uma vez em minha capacidade como pesquisador, respeitando minhas ideias e a minha (falta de) organização.

RESUMO

MACEDO, Handerson Fábio Fernandes. *O Movimento Escola Sem Partido como a face civil da Doutrina de Segurança Nacional*. 2023. 231f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

Os profissionais da educação têm sofrido com ataques e perseguições políticas nos últimos anos, sendo o Movimento Escola Sem Partido (MESP) o principal responsável por esses atos. Argumentamos que esse movimento desempenha o papel de um Aparelho Privado de Hegemonia, atuando como um Partido Político, conforme a perspectiva gramsciana. Nossa hipótese é que a base ideológica do MESP é profundamente influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), tendo como intenção transformar os profissionais da educação em inimigos internos. Apresentamos como objetivo geral compreendermos o avanço de movimentos de extrema-direita no campo educacional como resultado do autoritarismo como padrão histórico da sociedade brasileira, no qual se insere o capítulo da DSN. Fundamentando-nos no materialismo histórico-dialético, a partir de autores como Gramsci, E. P. Thompson, entre outros, analisamos esse movimento a partir das categorias Cultura, Ideologia, Hegemonia e Partido Político. Através da análise de fontes primárias, com destaque principalmente para documentos produzidos pelo Ministério do Exército logo após o fim da ditadura civil-militar, como os Relatórios Periódicos Mensais, e também através do exame do site e perfil no Twitter do MESP, encontramos similaridades ideológicas, permitindo-nos afirmar que muito do discurso do MESP surge não com o movimento, mas sim com a DSN. Concluímos que os objetivos do MESP representam um padrão histórico, sendo um movimento de longa duração, com sua base ideológica tendo origem na DSN, resultado de uma transição para a democracia que ocorreu de forma incompleta no Brasil. Apesar disso, a categoria dos profissionais da educação tem demonstrado resistência ao autoritarismo promovido pelo MESP.

Palavras-chave: Movimento Escola Sem Partido; Doutrina de Segurança Nacional; aparelho privado de hegemonia; cultura.

RESUMEN

MACEDO, Handerson Fábio Fernandes. *El Movimiento Escola Sem Partido como la face civil de la Doctrina de Seguridad Nacional*. 2023. 231f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

Los profesionales de la educación han sufrido ataques y persecución política en los últimos años, siendo el Movimento Escola Sem Partido (MESP) el principal responsable de estos actos. Argumentamos que este movimiento cumple el papel de un Aparato Privado de Hegemonía, actuando como un Partido Político, según la perspectiva gramsciana. Nuestra hipótesis es que la base ideológica del MESP está profundamente influenciada por la Doctrina de Seguridad Nacional (DSN), con la intención de transformar a los profesionales de la educación en enemigos internos. Nuestro objetivo general es comprender el avance de los movimientos de extrema derecha en el campo educativo como resultado del autoritarismo como patrón histórico en la sociedad brasileña, en el que se inserta el capítulo del DSN. Partiendo del materialismo histórico-dialéctico, tomando como base autores como Gramsci, E. P. Thompson, entre otros, analizamos este movimiento a partir de las categorías de Cultura, Ideología, Hegemonía y Partido Político. A través del análisis de fuentes primarias, con énfasis principalmente en documentos elaborados por el Ministerio del Ejército poco después del fin de la dictadura cívico-militar, como los Informes Periódicos Mensuales, y también a través del examen del sitio web del MESP y del perfil de Twitter, encontramos similitudes ideológicas, lo que nos permite afirmar que gran parte del discurso del MESP surge no con el movimiento, sino con el DSN. Concluimos que los objetivos del MESP representan un patrón histórico, siendo un movimiento duradero, con su base ideológica originada en el DSN, resultado de una transición a la democracia que ocurrió de manera incompleta en Brasil. Pese a ello, la categoría de profesionales de la educación ha demostrado resistencia al autoritarismo impulsado por el MESP.

Palabras clave: Movimento Escola Sem Partido; Doctrina de Seguridad Nacional; aparato privado de hegemonía; cultura.

ABSTRACT

MACEDO, Handerson Fábio Fernandes. *The Escola Sem Partido Movement as the civil face of the National Security Doctrine*. 2023. 231f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

Education professionals have suffered from attacks and political persecution in recent years, with the Movimento Escola Sem Partido (MESP) being mainly responsible for these acts. We argue that this movement plays the role of a Private Apparatus of Hegemony, acting as a Political Party, according to the gramscian perspective. Our hypothesis is that the ideological basis of the MESP is deeply influenced by the National Security Doctrine (NSD), with the intention of transforming education professionals into internal enemies. Our general objective is to understand the advancement of far-right movements in the educational field as a result of authoritarianism as a historical pattern in Brazilian society, in which the NSD chapter is inserted. Based on historical-dialectical materialism, based on authors such as Gramsci, E. P. Thompson, among others, we analyze this movement based on the categories of Culture, Ideology, Hegemony and Political Party. Through the analysis of primary sources, with emphasis mainly on documents produced by the Ministry of the Army shortly after the end of the civil-military dictatorship, such as the Monthly Periodic Reports, and also through the examination of the MESP website and Twitter profile, we found ideological similarities, allowing us to affirm that much of the MESP discourse arises not with the movement, but with the NSD. We conclude that the objectives of the MESP represent a historical pattern, being a long-lasting movement, with its ideological base originating in the NSD, the result of a transition to democracy that occurred incompletely in Brazil. Despite this, the category of education professionals has demonstrated resistance to the authoritarianism promoted by the MESP.

Keywords: Escola Sem Partido Movement; National Security Doctrine; private apparatus of hegemony; culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Trabalhos sobre o tema por região brasileira	26
Gráfico 2 –	Distribuição de pesquisas por programas de pós-graduação	28
Figura 1 –	Material didático	41
Figura 2 –	A Cruzada das crianças	42
Figura 3 –	Miguel Nagib e a Guerra Cultural	78
Figura 4 –	Termo de compromisso	100
Figura 5 –	Candidatos à presidência que apoiam o MESP	101
Figura 6 –	ESP nas eleições 2016	101
Figura 7 –	Eleições em 2018	102
Figura 8 –	Ameaças do Comandante do Exército	121
Figura 9 –	Projeto gramsciano	135
Figura 10 –	Basta de Paulo Freire	136
Figura 11 –	“educador”	139
Figura 12 –	Santo Paulo Freire	140
Figura 13 –	Danos causados por Paulo Freire	141
Figura 14 –	Panteão dos Heróis da Esquerda	142
Figura 15 –	Infiltrados no magistério	145
Figura 16 –	Livro didático	149
Figura 17 –	Doutrinação é jogo de equipe	149
Figura 18 –	Salários de militantes disfarçados de professores	160
Figura 19 –	Sonho gramsciano do PT	164
Figura 20 –	IDEB	170
Figura 21 –	Medidor de disciplina	172
Figura 22 –	Molestadores	174
Figura 23 –	Manifestação em Comissão Especial sobre o Projeto Escola Sem Partido em Brasília, 2018	182

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ANDE	Associação Nacional de Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
APH	Aparelho Privado de Hegemonia
BIBLIEx	Editora Biblioteca do Exército
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CIE	Centro de Informações do Exército
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EaD	Educação a Distância
EM	Ensino Médio
ESG	Escola Superior de Guerra
FA	Forças Armadas
FFP/UERJ	Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FPDE	Frente Parlamentar em Defesa da Educação Sem Doutrinação Ideológica
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LSN	Lei de Segurança Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MESP	Movimento Escola Sem Partido

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento Educacional de Base
MHD	Materialismo Histórico Dialético
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCESP	Professores Contra o Escola Sem Partido
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emendas Constitucionais
PECIM	Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
PL	Projeto de Lei
PME	Plano Municipal de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PODE	Podemos
PP	Progressistas
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RSAS	Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos
RPM	Relatório Periódico Mensal
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
SNPIR	Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SNPM	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais
UNIÃO	União Brasil
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES	20
1.1	O materialismo histórico-dialético e a contextualização da pesquisa	20
1.2	Revisão de literatura: um ponto de partida para o estudo do objeto	25
2	NEOLIBERALISMO, NEOCONSERVADORISMO E EDUCAÇÃO: A FERTILIZAÇÃO DO TERRENO POLÍTICO DO ESCOLA SEM PARTIDO	48
2.1	Neoliberalismo e educação no Brasil pós-Constituição de 1988	58
2.2	Neoconservadorismo e o MESP: o que há sob essa “onda”	66
3	O MESP COMO PARTIDO: IDEOLOGIA E AÇÃO PRAGMÁTICA .	76
3.1	Cultura: um terreno da disputa por hegemonia	77
3.2	Ideologia: alguns registros de definições	82
3.2.1	<u>Ideologia em Marx</u>	85
3.2.2	<u>Ideologia em Gramsci</u>	87
3.3	A compreensão da hegemonia em Gramsci	89
3.4	O Partido Político na acepção de Antonio Gramsci	94
3.5	O partido MESP: uma análise de seu programa	97
3.6	Ataque ao professor como condicionante para a proletarização e alienação do trabalho docente	104
4	A RELAÇÃO ENTRE A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO NA (RE)INVENÇÃO DO INIMIGO INTERNO	117
4.1	Redemocratização e os ecos da ditadura	118
4.2	Doutrina de Segurança Nacional e Orvil	123
4.3	Contextualização das fontes na construção da Tese	126
4.4	Análise das fontes: perscrutando sentidos sobre o objeto da pesquisa	131
4.4.1	<u>A relação entre Militares e o MESP: as contribuições de Antonio Gramsci uma para uma abordagem crítica</u>	132
4.4.2	<u>Paulo Freire, militares e MESP</u>	136

4.4.3	<u>Trabalho de massa e infiltração: construindo a hegemonia nos espaços de organização da sociedade civil</u>	143
4.4.4	<u>Livros didáticos como ferramentas da guerra ideológica</u>	148
4.4.5	<u>Papel dos pais: a mobilização dos defensores da Doutrina de Segurança Nacional</u>	152
4.4.6	<u>Estudantes como sujeitos da doutrinação pelos professores</u>	154
4.4.7	<u>Professores são todos petistas, a construção do inimigo</u>	159
4.5	Militarização das escolas, militarização da sociedade: a institucionalização da DSN no campo educacional	165
4.5.1	<u>A existência de um Partido Militar ao lado do Partido Escola Sem Partido ...</u>	166
4.5.2	<u>Militarização das escolas como aprofundamento do autoritarismo</u>	168
4.5.3	<u>Projeto de nação, a materialização de um projeto de sociedade</u>	173
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
	REFEÊNCIAS	184
	ANEXO A – RPMs – 1989	204
	ANEXO B – RPMs – 1990	218
	ANEXO C – RPMs – 1991	228

INTRODUÇÃO

Uma das maiores preocupações que tem mobilizado a categoria dos profissionais da educação nos últimos anos tem sido a perseguição política sobre a atividade pedagógica que desenvolvem dentro das salas de aula ou nos espaços escolares e universitários. Em não raros os casos, essa perseguição se estende às redes sociais e vida pessoal.

Em 2015, como parte da direção do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) no núcleo de São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro, lembro-me de estar na Câmara Municipal de Vereadores quando era votado o Plano Municipal de Educação (PME) de São Gonçalo, um documento que foi elaborado democraticamente e com a participação de diferentes setores da sociedade, como profissionais da educação pública e privada, alunos, pais, mães e/ou outros responsáveis, além de setores religiosos da sociedade, ligados principalmente a católicos e evangélicos.

O documento era resultado de dias de debates e discussões entre os diversos grupos. Apesar disso, ao chegar à Câmara de Vereadores de São Gonçalo, no momento da votação, sob a alegação de uma suposta “ideologia de gênero”, políticos ligados a diferentes grupos religiosos esvaziaram o documento de qualquer debate que ajudasse na diminuição das desigualdades de gênero em nossa sociedade. Com a câmara lotada de religiosos, sobretudo católicos e evangélicos, o sentimento ali era como de retorno à Inquisição da Idade Média e/ou Moderna, tamanho o fundamentalismo religioso que presenciava.

Em 2017, organizei, na escola em que trabalho, uma palestra sobre as Terceirizações e a Contrarreforma da Previdência, contou com a presença de convidados externos, alunos dos três turnos em que a escola funcionava naquela época, além de funcionários. Uma semana depois, a coordenadora pedagógica comentou uma fala que veio da coordenadoria regional da secretaria de educação, que “éramos muito corajosos de estarmos abordando abertamente temas como aqueles”.

Pouco tempo depois, no mesmo ano, organizei para os alunos do 3º ano do Ensino Médio (EM) uma palestra sobre Direitos Humanos, contou com a presença do deputado estadual Flávio Serafini, do PSOL, que foi membro da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. Pouco antes da data da palestra, o diretor da escola interpelou “Handerson, e o Escola Sem Partido?”. Apesar de não ter oferecido nenhuma objeção para a realização da palestra, mostrou-se preocupado com alguma possível denúncia de apoiadores de tal movimento.

Lembro-me também de um evento organizado pela Associação Brasileira de Educadores Marxistas no primeiro semestre de 2018, onde, ao apresentar um trabalho, outros participantes expuseram apreensão sobre o Movimento Escola Sem Partido (MESP). Afirmavam não abordarem mais determinados temas ou não se aprofundarem muito em outros, para assim evitarem ou se esquivarem da patrulha ideológica imposta pelos adeptos da censura aos profissionais da educação.

Por mais que se argumentasse sobre a importância dos professores não se intimidarem, de buscarem ajuda nos movimentos de classe, como os sindicatos, se organizarem dentro das próprias escolas, contra-argumentavam sobre a lei ter sido aprovada em seus municípios, sobre os riscos de perderem o emprego, de terem suas vidas expostas nas redes sociais, sofrendo toda sorte de ataques.

Naquele momento, o processo eleitoral para a escolha de presidente ainda não havia começado, Bolsonaro era apenas uma ameaça considerada distópica e que muitos não acreditavam ser possível se concretizar, nem nos piores pesadelos. Mesmo assim, a organização do evento mostrava-se preocupada com a segurança do mesmo e algum possível ataque de movimentos conservadores, fascistas e até mesmo de algum patrulhamento ideológico, mostrando que a perseguição se estendia a todos os profissionais da educação, independentemente do nível de atuação, seja na educação básica ou superior.

A sensação era como se vivêssemos o mundo criado por George Orwell na obra “1984” e fôssemos como Winston Smith, personagem sempre preocupado com a atuação da Polícia das Ideias, que tinha por função vigiar e descobrir aqueles que desenvolviam ideias ou comportamentos desviantes e desafiadores em relação à autoridade e governo do “Grande Irmão”.

Pensando bem, a patrulha ideológica realizada por adeptos do MESP e pela Polícia das Ideias da obra de George Orwell não são muito diferentes, ambas ficam atentas aos mínimos detalhes para poderem denunciar qualquer comportamento/conteúdo que fuja daquele considerado ideal, seja pelo Partido (1984) ou pelos defensores do MESP, não apenas isso, transformam cidadãos/alunos em detratores e causam a sensação de vigilância constante sobre todas as atividades realizadas.

Como professor de História de escola pública da rede estadual do Rio de Janeiro há aproximadamente 12 anos, tendo me graduado na Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ), onde também realizei meus estudos de mestrado no PPGEduc, saí do evento com uma intenção, buscar compreender melhor o MESP. Após o processo seletivo e aprovação no doutorado, na primeira reunião de orientação da pesquisa, a Professora Dr^a Márcia Alvarenga

comentou: “Handerson, precisamos compreender o MESP, mas precisamos olhar para além dele, olhar para suas raízes dentro do modo de produção capitalista, perceber suas origens e relações”.

Ou seja, era necessário que meu olhar saísse do aparente, da superficialidade, para buscar a essência do MESP, compreendê-lo em sua historicidade, como ele se relaciona com a sociedade, isto é, como afeta e é afetado por ela.

Assim, em conjunto, começamos a refletir sobre o contexto nacional em que surgiu o MESP e a partir de que momento ele ganhou força e expressão na sociedade, da mesma forma que olhamos também para o contexto internacional, entendendo que são questões interligadas, ou seja, aquilo que ocorre no Brasil não está descolado desta conjuntura mundial.

Não são poucos os autores que apontam vivermos tempos em que a democracia se encontra em perigo, ameaçada (PRZEWORSKI, 2020; SNYDER, 2019; NETO, 2020). Diferentes países ao redor do mundo veem emergir com força movimentos conservadores e de extrema-direita que chegaram ao poder pelas vias democráticas. Temos figuras como Viktor Orbán, na Hungria (2010 até o momento), Recep Erdoğan, na Turquia (2014 até o momento), assim como tivemos Trump nos EUA (2017 a 2021) e Jair Bolsonaro, no Brasil (2019 a 2022).

Essa ascensão de grupos conservadores e da extrema direita não se inicia com as vitórias eleitorais de seus representantes. Pelo contrário, a vitória eleitoral dessas forças é a concretização de processos de tomada ou retomada do poder por uma direita que, embora nunca tenha saído do jogo político, ganhou uma nova projeção nos últimos anos.

Em alguns casos, como no Brasil, é fruto de um processo de reorganização das forças mais reacionárias, que foram aparentemente contidas durante a redemocratização e elaboração da Constituição Federal de 1988, mas que, em decorrência do rearranjo das forças produtivas do capitalismo – em virtude de suas novas necessidades –, e do próprio processo de luta de classes e da correlação de forças, conseguiu ganhar força no cenário nacional e direcionar os debates públicos.

Há uma convergência com o contexto da crise do capital e a reestruturação produtiva para o campo da educação, visando a sociabilidade dos valores da sociedade capitalista e a legitimação das formas de organização do trabalho no momento histórico de acumulação flexível. O Estado neoliberal mostrou-se incapaz de oferecer educação de qualidade, particularmente para crianças, jovens, adultos e idosos da classe trabalhadora. Ao contrário, as reformas neoliberais para a educação, tais como as reformas curriculares e as soluções privatistas das redes públicas de educação, o acesso aos fundos públicos pelo “empresariamento

de novo tipo” (MOTTA, 2020) intensificaram a perspectiva economicista da educação fundada no “fetiche do capital humano” (FRIGOTTO, 2015) como resposta da crise do capitalismo.

Pari passu à ampliação da ofensiva neoliberal em minimizar a ação do Estado nas políticas de corte sociais, são retomadas expressões do pensamento reacionário conservador pontificado por setores da burguesia que fundamentam suas ações, liderados por intelectuais de ultradireita, no qual se destaca Olavo de Carvalho como um dos organizadores da cultura da ultradireita no Brasil da atualidade (CHALOUB, 2022).

Nessa pesquisa, defendemos que o MESP é um movimento de caráter fascista¹, que atua como partido político e intelectual. Em síntese, como um Aparelho Privado de Hegemonia (APH), como Gramsci (2002a) nos ajuda a entender. Para Gramsci (2002a), a hegemonia implica capacidade de direção de aliados e de força para derrotar os inimigos. Nesse sentido, o MESP atua organizando na educação as pautas de setores conservadores e de extrema direita, sendo o resultado da confluência da agenda econômica de grupos neoliberais com conservadores. Porém, mais do que isso, nossa tese é que o MESP é a materialização de um processo de longa duração, representando a face civil da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), expondo permanências do autoritarismo dos tempos da ditadura civil-militar (1964-1985) que o Brasil enfrentou.

Entendemos que o MESP se insere em uma compreensão do conceito de APH no âmbito da “sociedade civil”. Ou seja, age na ação de “hegemonia política e cultural com a função organizativa da vida social” (GRAMSCI, 2000a, p.225). Assim, a função do MESP é de articular e reproduzir as relações do poder coercitivo da sociedade política responsáveis pela reprodução da ideologia dominante, poder este especialmente visível nos anos que antecederam ao golpe institucional contra a Presidente Dilma Rousseff, em 2015, e na ascensão do governo de Jair Bolsonaro (2019 – 2022).

Compreendemos que nossa pesquisa se justifica por ajudar a avançar nos debates não apenas dos impactos da ação do MESP dentro das escolas e das universidades, tendo como alvo os professores, como bem destacam os trabalhos de Passos e Medonça (2021) e Frigotto et al. (2017). Além disso, os traços do autoritarismo não foram removidos no processo de transição à democracia no Brasil, no período de 1979 a 1988. Hobsbawm (1998) nos ajuda a compreender e percebemos melhor como o processo de transição para a democracia se deu de forma incompleta, pois há um padrão histórico na ideologia hegemônica exposta nos documentos

¹ Outros pesquisadores apontam o mesmo (TOMMASELLI, 2018; PAIVA, 2021; WEBER, FERNANDES, 2021), visto que o movimento apresenta um caráter antidemocrático, de controle do pensamento e de perseguição do outro.

produzidos pelo Ministério do Exército que tem proximidades com os objetivos do MESP, como podemos ler nas fontes documentais levantadas e examinadas no capítulo 4 da Tese.

Em uma perspectiva teórico-metodológica ancorada no Materialismo Histórico Dialético (MHD), delineado por Marx (2013) que nos convoca a analisar um fenômeno social em suas múltiplas determinações, por este caminho, busca-se nesta tese, explorar uma linha que desvela o relacionamento entre a Doutrina de Segurança Nacional e o MESP, o que nos faz afirmar sobre o caráter fascista deste movimento.

Desta forma, a escrita da pesquisa está delineada com abordagem bibliográfica e aportes de caráter empírico, com a análise de fontes primárias. Construído como primeiro capítulo, desenvolvemos a abordagem da fundamentação teórico-metodológica da pesquisa e realizamos uma revisão de literatura com base em dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas a partir de 2016, ano em que encontramos os primeiros trabalhos.

Buscamos identificar o que já foi produzido sobre o MESP, assim como o referencial teórico utilizado nestas pesquisas. Esse percurso tornou-se necessário por nos ajudar a entender os caminhos percorridos por aqueles que já pesquisaram o tema, e assim identificarmos outras possibilidades.

No segundo capítulo, realizamos uma contextualização histórica do objeto, estabelecendo nossa compreensão sobre o que é o neoliberalismo e o conservadorismo, como estas concepções de mundo têm impactado a sociedade e, principalmente, a educação. Entendemos que o ataque ao professor é uma condicionante para a alienação e precarização do trabalho docente, o que facilita o avanço das ideologias que expropriam ainda mais o trabalhador.

No terceiro capítulo, abordamos os conceitos e categorias de análise que fundamentarão e guiarão o desenrolar de nossa pesquisa, como cultura, ideologia, hegemonia e Partido Político. Assim, partimos fundamentalmente de autores do materialismo histórico dialético, como Antonio Gramsci e Edward Palmer Thompson, pois enxergamos nas contribuições destes autores as ferramentas necessárias para compreendermos de forma mais aprofundada nosso objeto de pesquisa.

Neste capítulo, faremos ainda, uma análise a partir de algumas fontes, como o site e o perfil do MESP no Twitter, apontando para nossa compreensão deste movimento como um partido político a partir da acepção Gramsci.

Dialogamos também com as contribuições de autores como Gramsci, Apple e Giroux, discutindo a importância da compreensão do professor como um intelectual transformador e que, por isso mesmo, torna-se alvo preferencial das políticas educacionais neoliberais e dos

movimentos conservadores, que buscam controlar a atividade docente, seja mediante a formação do próprio professor, seja mediante controle dos currículos escolares e daquilo que pode ser dito ou não dentro da sala de aula.

No quarto capítulo, destacamos o MESP como uma manifestação civil da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que colocava os opositores políticos como inimigos internos. Essa doutrina de certa forma perdurou nos estratos mais reacionários da sociedade, muito por conta do processo de transição para a democracia, que foi mediado pelos militares, que nunca abandonaram totalmente o cenário da política no país. Essa permanência dos militares na política se confirma também pelos processos eleitorais dos últimos anos, pelo avanço da militarização das escolas e na publicação do documento *Projeto de Nação: o Brasil em 2035* (2022), demonstrando que há um projeto de poder.

Algumas questões nortearão nossas análises na pesquisa:

1 – Seria o MESP um APH, da DSN, operando na sociedade como o propósito de transformar os profissionais da educação em inimigos públicos?

2 – Como o MESP contribui para o estabelecimento de uma hegemonia autoritária?

Objetivos

Geral:

. Compreender o avanço de movimentos de extrema-direita na educação como resultado do autoritarismo como padrão histórico da sociedade brasileira no qual se insere o capítulo da Doutrina de Segurança Nacional.

Específico:

- . Analisar o MESP como APH, atuando como Partido Político de cariz fascista;
- . Compreender o crescimento do MESP como uma expressão recente do autoritarismo no Brasil, alavancado pela confluência do neoliberalismo e do neoconservadorismo, combinado com resíduos da DSN;
- . Situar socialmente o MESP dentro de um pacto de alianças entre forças autoritárias no Brasil com vistas à conquista da hegemonia;
- . Analisar as fontes, identificando aspectos que relacionam os objetivos do MESP e os objetivos da DSN que sustentam a perseguição aos professores na atualidade.

Hipótese

Trabalhamos com a hipótese de que o MESP se constitui na materialização da DSN, atuando como APH, para então transformar profissionais da educação em inimigos internos. Para uma breve informação inicial, trabalhamos com a concepção gramsciana de APH, quando o intelectual sardenho, em seus apontamentos, desenvolve a noção de Estado Ampliado, ou seja, sociedade política e civil como “couraça da hegemonia”, isto é, uma totalidade dialética. Nas palavras de Gramsci:

[...] Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social [...]; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (2001, p.20-21).

Nossa hipótese se fundamenta numa ideia contida no Orvil², e reproduzida em outros documentos, que afirma que a Esquerda abandonou as armas para travar as novas batalhas no campo da disputa cultural.

Vencida na forma de luta que escolheu – a luta armada –, a esquerda revolucionária tem buscado transformar a derrota militar que lhe foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política. Após autocrítica, uma a uma das diferentes organizações envolvidas na luta armada, concluíram que foi um erro se lançarem na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder mudando de estratégia (CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO, s/d, p. XVI-XVII).

Necessário destacar que partimos do pressuposto que o próprio surgimento e a ação do MESP dentro das escolas é reflexo do avanço de setores conservadores e autoritários da sociedade. A educação está inserida na sociedade, sofrendo com o reflexo do acirramento da luta de classes e disputa pela hegemonia. A educação institucionalizada, especialmente nos

² O Orvil será discutido no capítulo 4. Por enquanto, adiantamos se tratar de um livro/documento elaborado em resposta ao livro “Brasil: nunca mais”, contendo a visão dos militares sobre a própria ditadura civil-militar.

últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva e em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma internalizada (isto é pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

1 O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES

Como objeto de estudo, estabelecemos o MESP como uma expressão do autoritarismo no Brasil oportunizado pela confluência de uma agenda econômica neoliberal e neoconservadora, com vista à destruição dos princípios que foram consensualizados na Constituição Federal de 1988. No encaminhamento da pesquisa, entendemos terem sido necessários alguns movimentos que foram realizados nesse capítulo: primeiro, uma discussão onde explicitaremos o referencial teórico, a metodologia e fontes que serão utilizadas; segundo, uma revisão de literatura, para compreendermos aquilo que já foi produzido sobre o MESP até o momento.

1.1 O materialismo histórico-dialético e a contextualização da pesquisa

Gomide e Jacomeli (2016) afirmam que toda pesquisa científica necessita de uma exigente fundamentação dos posicionamentos teóricos do pesquisador. Ou seja, é necessário que os pressupostos epistemológicos que sustentarão e nortearão o desenvolvimento da pesquisa estejam bem definidos, explícitos, pois eles também justificarão a metodologia que será utilizada.

Desta forma, é necessário entendermos que

a ciência é sempre o enlace de uma malha teórica com dados empíricos, é sempre uma articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico, do ideal com o real. Toda modalidade de conhecimento realizado por nós implica uma condição prévia, um pressuposto relacionado a nossa concepção da relação sujeito/objeto (SEVERINO, 2017, p.75).

Assim, de início, deixamos claro que nossa pesquisa se norteará pelo materialismo histórico-dialético, ou seja, pelo marxismo. Quer dizer que partiremos de uma realidade concreta para analisarmos o todo, a totalidade, isto é, buscaremos relações dos aspectos particulares do objeto de pesquisa com o contexto em que está inserido, nacional e internacional, olhando para as múltiplas determinações históricas, sociais, culturais e políticas.

Desta forma, buscamos olhar para o MESP procurando suas raízes, sua essência, não apenas para quando e com que objetivo Miguel Nagib³, fundador do movimento no Brasil, afirma o ter criado, mas para as disputas pela direção política, moral, ideológica e cultural da sociedade, principalmente a partir da elaboração da Constituição de 1988, quando, apesar de vermos o crescimento dos movimentos sociais ligados à esquerda por conta da luta pela redemocratização, vemos que a direita não deixou de agir e foi paulatinamente buscando a Reforma do Estado.

Nesse sentido, compreendemos na pesquisa o MESP como uma expressão do autoritarismo no Brasil, que se manteve presente por conta do tipo particular de transição política em face ao esgotamento da ditadura civil-militar. Os avanços sociais permitidos pela Constituição Federal de 1988, que se deram dentro da lógica e ótica do sistema capitalista, foram importantes conquistas permitidas pela correlação de forças, que naquele momento, estava ao lado dos setores que se colocaram ao lado do campo democrático da sociedade, como movimentos sociais progressistas e sindicais.

Ao analisar vários trabalhos sobre o papel dos militares no período da Nova República⁴, Castro e D'Araújo (2001) analisam que, no meio acadêmico, não havia consenso sobre a permanência dos militares na quadra política neste período, evidenciando a tensão sobre a fragilidade desse processo, pois consideraram que a transição brasileira seria ainda frágil e incompleta. Sugerem que o ponto de não-retorno ao autoritarismo ainda não teria sido atingido e, em diálogo com Zaverucha (2000), corroboram sobre a existência de “(...) indícios pouco promissores de que conseguiremos criar um regime democrático a curto ou médio prazo” naquele contexto (ZAVERUCHA, 2000 apud CASTRO e D'ARAÚJO, 2001, p.13).

Partimos então do pressuposto que, para entendermos o MESP em sua totalidade, precisamos necessariamente olhar para a movimentação dos grupos neoconservadores desde fins da ditadura militar e no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 até o surgimento oficial do MESP, em 2004 e, principalmente, a partir dos anos 2010, período em que o movimento começa a ganhar e lançar sua visibilidade em uma conjuntura de manifestações de caráter reacionárias e autoritárias. A partir disso, poderemos entender as relações do referido movimento, o projeto societário que almeja, sua ideologia e sua forma de

³ Miguel Nagib é um católico conservador, tendo passagem por think tanks como Instituto Liberal, atuando como intelectual orgânico da classe dominante.

⁴ Período que se segue ao fim da ditadura civil-militar até os dias de hoje.

organização, ou seja, poderemos compreender o movimento em sua essência, superando sua aparência.

Como a essência – ao contrário dos fenômenos – não se manifesta diretamente, e desde que o fundamento oculto das coisas deve ser descoberto mediante uma atividade peculiar, tem de existir a ciência e a filosofia. Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis (KOSIK, 1969, p.13).

Para emprendermos essas análises, o materialismo histórico e dialético torna-se uma ferramenta fundamental. De acordo com Frigotto (1994) a dialética para ser materialista e histórica precisa dar conta das contradições e relações entre a totalidade, singularidade e particularidade, não podendo se constituir numa camisa de força, construída de forma a se ignorar a historicidade das categorias que fundamentam e norteiam a pesquisa.

Assim, Frigotto (1994) nos ajuda a entender que o materialismo histórico dialético se constitui como uma concepção de mundo, que nos permite realizar uma compreensão que busca a raiz da realidade, a essência dos fenômenos, mas uma compreensão que não se limita a tentar assimilar essa realidade, essa essência, e sim também transformá-la a partir da união da teoria com a prática, ou seja, da práxis.

Nas palavras do autor,

A teoria materialista histórica sustenta que o conhecimento efetivamente se dá na e pela práxis. A práxis expressa, justamente, a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas, diversas no processo de conhecimento: a teoria e a ação. A reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar (FRIGOTTO, 1994, p.81).

Corroborando com o exposto, podemos compreender o materialismo histórico dialético e a importância da união teoria e prática também a partir da reflexão de Marx em relação à Tese 11 sobre Feuerbach, “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”. Então, mais do que apenas permitir a interpretação da realidade, do objeto de pesquisa, o materialismo histórico dialético é um instrumento, uma ferramenta metodológica, que busca tanto a compreensão, quanto a transformação da sociedade.

É nesse sentido de intencional a transformação da sociedade, de solucionar problemas, que nos importa buscar a totalidade. Konder (2008) afirma que qualquer objeto que o homem perceba ou crie faz parte de um todo, de uma totalidade que precisa ser examinada justamente em seu conjunto para que seja compreendida. Para o autor,

Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que podemos avaliar a dimensão de cada elemento do quadro (KONDER, 2008, p.35).

Entretanto, apesar de buscarmos a totalidade e olharmos para seu conjunto, entendemos que sua visão e compreensão são apenas temporárias, pois a realidade é sempre mais complexa do que aquilo que podemos conhecer sobre ela, pois sempre haverá algo que escapará de nossas sínteses (KONDER, 2008).

Konder (2008) aponta ainda que nossas sínteses são formadas justamente pela visão do conjunto, aquilo que nos permitirá compreender a estrutura significativa que nos defrontamos em uma dada situação. Assim, a essa estrutura significativa, proporcionada pela visão de conjunto, que chamamos de totalidade.

Para Kosik,

[...] totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade (1969, p.35-36).

O autor prossegue apontando que buscar conhecer todos os aspectos da realidade é uma ingenuidade, pois, além de algo inalcançável, a totalidade concreta não é um método para assimilar e esgotar todos os aspectos e sentidos que a realidade pode apresentar e possuir (KOSIK, 1969), nos auxilia a compreender o objeto de pesquisa, o concreto pensado, como uma síntese de múltiplas determinações (SAVIANI, DUARTE, 2015).

No sentido do que foi exposto até o momento, Frigotto (1994) afirma perceber que não são poucos os trabalhos de pesquisa que apresentam dificuldade na assimilação e compreensão do caráter histórico do objeto de conhecimento, ou seja, que aquele objeto está integrado num dado contexto, pois não surge do nada. Desta forma, essas pesquisas acabam utilizando as categorias do pensamento marxista de forma meramente especulativa, como abstração, e assim ignorando “o caráter relativo, parcial, provisório, de todo conhecimento histórico, e que o conhecimento científico não busca todas as determinações, as leis que estruturam um determinado fenômeno social, senão que busca as suas determinações e leis fundamentais” (FRIGOTTO, 1994, p.81).

De acordo com Fernandes, “a materialidade existe, mas é preciso ser pensada. Esse é o papel do pesquisador materialista dialético” (2021, p.35). É necessário sabermos interrogar,

dialogar e interpretar os fatos, a realidade. Ela não está dada por si só, vai sempre depender das ferramentas teórico-metodológicas que o pesquisador utiliza para compreender e pensar essa realidade.

Evangelista afirma que

O real não aparece como é, mas precisa das mediações da teoria, da inteligência, da disciplina intelectual, da reflexão para ser conhecido. A superação da aparência e a reflexão sobre o real torna-o inteligível. É necessário construir tal inteligibilidade pelo empenho em ultrapassar a aparência em favor da conquista da essência (EVANGELISTA, 2012, p.12).

Só é possível interpretar e traduzir a realidade mediante o método científico (KOSIK, 1969). Assim, para interpretarmos e traduzirmos a realidade, precisamos também definir e estabelecer nossas fontes, os documentos mediante os quais buscaremos conhecer a essência de nosso objeto de pesquisa.

Uma das fontes que compõe o corpus empírico desta tese é o perfil no Twitter do MESP, bem como seus sites/blogs, além também das redes sociais de Miguel Nagib. Como constatado na revisão de literatura que realizamos para esta pesquisa, as redes sociais são fundamentais para a análise do MESP, pois nelas ocorre com maior velocidade a exposição de ideias e denúncias realizadas entre o movimento e seus apoiadores.

Além do Twitter e sites/blogs do movimento, trouxemos legislações, como as Leis de Segurança Nacional (LSN), que são resultado da DSN, assim como documentos produzidos pelo Centro de Informações do Exército (CIE), pelo Ministério do Exército, como os Relatórios Periódicos Mensais (RPMs) e alguns livros publicados pela Editora Biblioteca do Exército (BIBLIEx).

Por tratar-se de pesquisa documental, Evangelista (2012) afirma que documentos – oficiais ou não – produzidos pelo Estado, intelectuais ou organizações multilaterais, não só organizam interesses, mas como também projetam políticas e geram intervenções sociais. Entendemos que os documentos aqui analisados nos permitem compreender o objeto de pesquisa de acordo com a hipótese levantada, do MESP sendo a face civil da DSN, um APH que busca transformar profissionais da educação em inimigos internos.

1.2 Revisão de literatura: um ponto de partida para o estudo do objeto

Evangelista e Shiroma (2019) orientam que a caminhada da pesquisa pressupõe uma ampla investida sobre o que já foi elaborado em relação ao tema a ser estudado. É isto que pretendemos neste momento, nos debruçarmos sobre a produção acadêmica acerca do MESP, pois

[...] a interlocução com outros pesquisadores que investigam o mesmo tema de pesquisa confirma ser necessária. A pesquisa científica constrói-se, também, sobre o legado das anteriores e na interlocução com elas. Ignorar a produção acumulada social e historicamente significaria negligenciar o conhecimento científico anterior, empobrecendo o trabalho intelectual, além de frear um avanço para a área de pesquisa (EVANGELISTA, SHIROMA, 2019, p. 3).

Assim, entendemos, com a contribuição das autoras, que precisamos subir nos “ombros de gigantes” (EVANGELISTA, SHIROMA, 2019, p.3), ou seja, daqueles que desbravaram o terreno e limparam o caminho antes da gente, para termos uma visão do todo e de que estamos nos aprofundando no objeto de pesquisa trilhando caminhos já foram trilhados, nos beneficiando deles para continuarmos avançando na produção do conhecimento, oferecendo nossas contribuições.

O objetivo nesta parte da pesquisa é realizarmos uma revisão de literatura sobre o MESP. Desta forma, elegemos como banco de dados para análise o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes por compreendermos que nele podemos encontrar pesquisas de maior fôlego e já concluídas.

Inicialmente, encontramos algumas dificuldades na forma de busca e levantamento dos trabalhos. Ao colocarmos apenas os termos Escola Sem Partido e Movimento Escola Sem Partido na parte de busca encontramos, respectivamente, 235.833 e 267.641 trabalhos, percebendo que desta forma inúmeros trabalhos que apenas continham um dos termos no título, palavras-chave ou resumo, mas não necessariamente tinham relação com nossa pesquisa, eram incluídos nos resultados da busca.

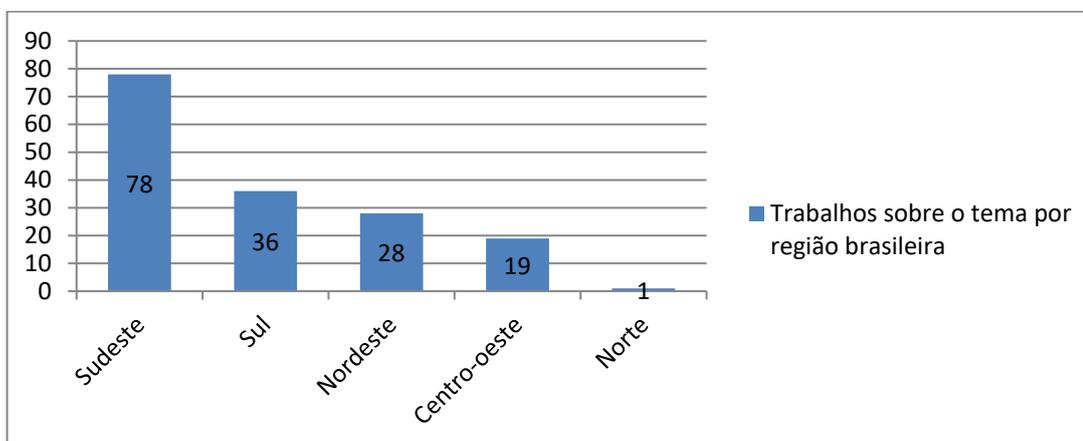
Sendo assim, passamos a inserir os termos entre aspas, o que faz com que o sistema de busca procure apenas por trabalhos que tenham todos os termos. No momento da qualificação foram encontrados apenas 72 trabalhos para “Escola Sem Partido” e 13 trabalhos para “Movimento Escola Sem Partido”, sendo que todos esses aparecem também quando se consulta apenas pelo primeiro termo entre aspas. Dos 72 trabalhos apontados pelo sistema de busca no

momento da qualificação, 9 eram teses de doutorado e 63 eram dissertações de mestrado, tanto acadêmico quanto profissional.

Durante o processo de qualificação, em novembro de 2021, foi apontado pela banca ausência de algumas pesquisas importantes sobre o MESP. Então, optamos por realizar novamente o levantamento de pesquisas totais sobre o objeto de pesquisa, encerrando essa tarefa em março de 2023. Além do surgimento de novas pesquisas, apareceram também dissertações e teses que foram realizadas antes do período de qualificação. Não sabemos explicar o motivo pelo qual não apareceram naquele momento, fora alguma possível instabilidade da ferramenta de busca do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Com o novo resultado, encontramos 162 pesquisas sobre o MESP, divididas entre 139 dissertações e 23 teses.

Conforme o gráfico 1, abaixo, percebemos grande discrepância entre o número de pesquisas realizadas sobre o tema, na região sudeste, com as produzidas nas demais regiões do país. Obviamente, não podemos ignorar que o número de pesquisas também é impactado pelo número de programas de pós-graduação em cada região.

Gráfico 1 – Trabalhos sobre o tema por região brasileira



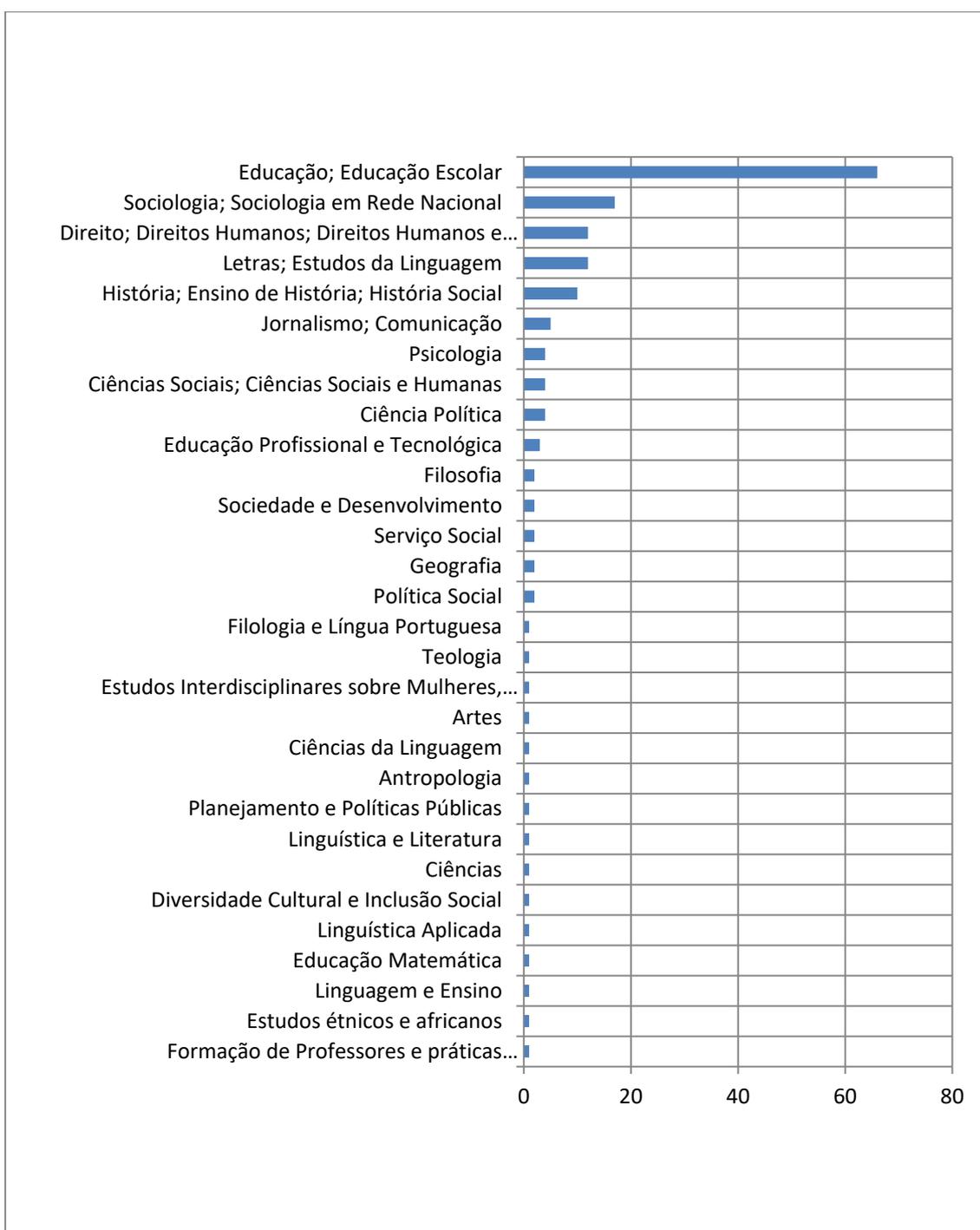
Fonte: O autor, 2023.

A produção dos trabalhos ocorre em diferentes áreas do conhecimento, sendo, como era de se imaginar, a esmagadora maioria concentrada no campo da Educação, com 66 teses e dissertações, seguido pelo campo da Sociologia com 17 trabalhos, Direito com 12, Letras e Estudo da Linguagem também com 12, História com 10, Jornalismo e Comunicação com 5, Psicologia, Ciências Sociais e Ciência Política com 4 e as demais áreas com 3, 2 ou 1 trabalho, conforme o gráfico 2.

Consideramos importante apontar que algumas das pesquisas que aparecem no sistema de busca do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes não possuem divulgação autorizada, constando apenas o resumo e alguns dados na plataforma. Nesses casos, a partir dos dados da Capes, buscamos as pesquisas diretamente nos sites dos programas de pós-graduação. A maioria foi possível encontrar o trabalho completo dessa forma, mas mesmo assim há pesquisas que não constam nem no site do próprio programa ou indicam prazo de até dois anos para o trabalho ser divulgado.

Alguns dos trabalhos que nos ajudarão em nossa revisão de literatura não possuem o MESP como seu objeto de pesquisa, mesmo aparecendo na busca do banco de dados de Catálogos de Teses e Dissertações da Capes. Contudo, serão considerados em nossa pesquisa, pois em alguns desses trabalhos o MESP constitui importância suficiente, a ponto de ter um capítulo próprio dedicado ao movimento e/ou, pelo menos, uma seção.

Gráfico 2 – Distribuição de pesquisas por programas de pós-graduação



Fonte: O autor, 2023.

Para além desses apontamentos preliminares, que nos permitem ter um olhar sobre como tem se desenvolvido as pesquisas sobre o MESP, em sua distribuição geográfica e por diferentes programas de pós-graduação, importa-nos principalmente compreender esse material que já foi produzido, debruçando-nos de onde partem e aonde chegam as pesquisas, bem como o referencial teórico, tipo de fonte e metodologia desses diferentes trabalhos.

Iniciamos nossa revisão a partir da leitura do primeiro trabalho de pesquisa que encontramos, a tese de doutorado de Edson Fasano (2016), que busca, a partir das contribuições teóricas de Gramsci e Paulo Freire, além de entrevistas com importantes intelectuais brasileiros, como Gaudêncio Frigotto, José Eustáquio Romão, Luiz Antonio Cunha e Claudio de Oliveira Ribeiro, apontar a existência de uma ideologia própria das classes populares, apontando suas marcas e características.

O MESP é compreendido na pesquisa de Edson Fasano como um movimento que seria contrário à ideia de uma escola voltada para a ideologia das classes populares, com o autor concluindo que uma escola pública e popular, ou seja, que esteja em função dos anseios da classe trabalhadora, é impossível de ser alcançada a partir da reprodução dos currículos e dos valores da escola burguesa (FASANO, 2016).

Ao se referir aos projetos de leis originários do MESP, Fasano (2016) afirma que

O conteúdo ideológico presente no Projeto “Escola sem Partido” é o da intolerância diante da diversidade de concepções e do controle e imposição da “mordaca” sobre a prática docente. Tal concepção é a negação da proposta gramsciana da escola como espaço de educação e não apenas instrução (p.251).

Pinheiro (2017), em sua tese, a partir da Análise do Discurso, fundamentada em Michel Pecheux, realiza um confronto entre os discursos do MESP e do Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP), concluindo que tais movimentos apresentam projetos diferentes de educação e, conseqüentemente, de sociedade. Além disso, aponta o MESP como um “antimovimento social”, possuindo características fascistas e, o PCESP, como um movimento social, que seria dotado de uma narrativa de resistência (PINHEIRO, 2017).

Pinheiro (2017) não é o único a definir e diferenciar o MESP como um antimovimento social e o PCESP como movimento social, Caldas (2018) utiliza a mesma categoria para fundamentar sua análise, ambos partindo do referencial teórico da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, tendo Alain Touraine como principal autor.

Pinheiro (2017) compreende que o MESP possui duas frentes de atuação, que seriam as mídias sociais e em torno da militância para aprovação dos projetos de lei com as pautas do movimento. Necessário apontar que quase todas as pesquisas estudadas que possuem como objeto o MESP utilizam em algum momento suas redes sociais como fonte de análise, demonstrando a centralidade e importância da mesma para atuação, divulgação e propaganda da ideologia e pautas do movimento.

Com base na análise do discurso e usando como fonte as redes sociais do MESP, Pinheiro (2017) aponta para o aprofundamento da desqualificação da escola e do professor, ocasionados pelo movimento.

Um aspecto que acreditamos que deve ser apontado é que, embora defendamos que o MESP atua não apenas como movimento, mas como um APH, em uma conformação de partido político de fato⁵, não há uma autonomeação do referido ator social como um movimento (SOARES, 2020). Soares aponta que “foi a mídia falada e impressa que denominou o ESP como um ‘movimento’. Talvez porque o termo ‘movimento’ venha filiado aos sentidos de esquerda, portanto, não se autodenominaram assim. É essa uma possibilidade” (SOARES, 2020, p.62).

Apesar de, como inúmeros outros trabalhos, Pinheiro (2017) apontar o crescimento exponencial do MESP a partir de 2013 e 14, ele também indica que o mesmo começou a ganhar impulso alguns anos antes, a partir de setembro de 2007, quando Ali Kamel (Diretor Geral de jornalismo da Rede Globo) publicou três artigos de opinião no jornal O Globo, intitulados “O que ensinam às nossas crianças”, “Livro didático e propaganda política” e “Efeitos didáticos” (PINHEIRO, 2017).

De acordo com Pinheiro,

Não só os artigos corroboravam o que o ESP vinha defendendo desde 2004 – a existência de um processo de doutrinação ideológica nas escolas do país, principalmente de cunho marxista –, mas assumia um peso importante na discussão, pois se tratava de uma denúncia feita por um diretor-executivo da principal organização jornalística do Brasil, a Central Globo de Jornalismo da Rede Globo (2017, p.152).

Talvez, esse seja o grande destaque da pesquisa de Pinheiro, ao apontar que o MESP, a partir de sua fundação, em 2004, foi preparando terreno e, aos poucos, buscando consenso e construindo sua hegemonia para, a partir de 2013, começar de fato uma batalha para consolidação de sua concepção de mundo. Em geral, considera-se o ano de 2013 como um marco no avanço do conservadorismo e do MESP, como se tudo tivesse começado com as manifestações de junho daquele ano. No entanto, Pinheiro (2017) demonstra que, quando se trata da luta de classes, assim como na história, tudo é um processo e que o MESP não estava adormecido, esperando um momento oportuno, e sim ganhando forças e conquistando apoiadores ao difundir sua ideologia a partir dos aparelhos privados de hegemonia da burguesia.

Outra pesquisa que também aponta para a atuação da imprensa para a propaganda das ideias do MESP é a de Kichileski (2019). O autor realiza uma análise dos editoriais da Folha

⁵ Compreendemos nessa pesquisa que o MESP é um partido, tal questão será tratada no capítulo 3.

de São Paulo, do Estado de São Paulo e do jornal O Globo entre janeiro de 2014 a dezembro de 2018.

De acordo com Kichileski (2019, p.111), os editoriais da Folha de São Paulo vão aprimorando os argumentos de acordo com o tempo, onde inicialmente reconheciam e legitimavam o discurso do MESP sobre a “doutrinação esquerdista” nas escolas, acusando a educação pública de ineficiente, mas com o tempo vão apontando a dificuldade em se definir o que é ou não conteúdo ideológico. O autor afirma que apesar da Folha de São Paulo em seus editoriais concordar com o discurso do MESP, discordava das soluções apresentadas pelo movimento e defendeu também a necessidade das discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas.

O autor ainda aponta que os editoriais da Folha de São Paulo se aproximavam do MESP ao corroborarem com o discurso que as escolas estavam tomadas por uma “cultura de esquerda”, além de relacionarem os problemas da educação com as ideias progressistas. Para Kichileski

Procurando manter uma coerência liberal, o jornal Folha de S. Paulo considera justa as denúncias empreendidas pelo movimento Escola Sem Partido. Porém, ao pedir a intervenção do Estado, o movimento desembocaria em um paternalismo de caráter autoritário ao incentivar leis punitivas aos abusos dos docentes. Por fim, por mais que o veículo fale sobre ideologia não o define claramente, ao menos reconhece a dificuldade em definir operacionalmente o que seria prática ideológica em sala de aula (2019, p.112).

Já sobre o jornal O Estado de São Paulo, Kichileski (2019) considera seus editoriais mais agressivos. Apesar do jornal O Estado de São Paulo, de acordo com Kichileski (2019), considerar as propostas defendidas pelo MESP como antidemocráticas e autoritárias, ao mesmo tempo responsabilizam os professores pelo surgimento do movimento, pois, se os mesmos não enxergassem os alunos como oportunidade de divulgar os ideais da Esquerda, movimentos como o Escola Sem Partido não surgiriam. Ou seja, para o jornal, mesmo que o MESP seja um movimento antidemocrático, suas denúncias são legítimas (KICHILESKI, p.112).

Já o jornal O Globo, de acordo que Kichileski (2019, p.114), produziu apenas dois editoriais sobre o MESP dentro do recorte temporal definido por ele, e, a exemplo das empresas jornalísticas anteriores, corrobora com a tese sobre a doutrinação nas escolas, embora questione a forma de se resolver aquilo que consideram um problema.

Comparando os três jornais, Kichileski afirma que

Do ponto de vista do discurso, a análise revela a existência de argumentos em comum entre eles, dos quais pode-se destacar:

- . A educação brasileira padece de muitos males;
- . Existe uma doutrinação ideológica nas instituições educacionais;
- . Esse problema foi constatado por setores da sociedade, que resultou em mobilização;
- . O Escola Sem Partido é a principal canalização desse descontentamento;
- . A ESP apresenta uma proposta política não democrática;
- . A essa proposta desencadearia a um paternalismo (segundo a *Folha de S. Paulo*), autoritarismo (*O Estado de S. Paulo*) e totalitarismo (*O Globo*) (KICHILESKI, 2019, p.115).

Interessante perceber pelas duas pesquisas apontadas (PINHEIRO, 2017; KICHILESKI, 2019) como as mídias burguesas legitimam o discurso de doutrinação ideológica nas instituições escolares e tratam de responsabilizar os profissionais da educação pelo surgimento do MESP. É como se dissessem que, se hoje os profissionais da educação sofrem ataques e perseguições de grupos reacionários, é porque antes praticavam a doutrinação ideológica.

Corroborando com os apontamentos de Pinheiro (2017) e de Kichileski (2019), a tese de Castro (2019) nos dá importante contribuição, ao assinalar a grande imprensa como uma aliada essencial para a massificação do MESP. A partir da Análise Crítica do Discurso como instrumento metodológico de sua pesquisa, Castro (2019) aborda o Movimento Escola Sem Partido e seus ataques ao Colégio Pedro II.

Castro (2019) indica que os ataques do MESP ao Colégio Pedro II ganharam muita força, destaque e legitimação a partir da atuação da grande imprensa, que amplificou factoides criados por grupos conservadores, factoides esses criados a partir de recortes da realidade, aumentando-os, manipulando-os e/ou mesmo deturpando o sentido da mesma. Para o autor, grupos ligados a movimentos de direita tentavam desqualificar todo e qualquer processo pedagógico que ocorresse no colégio, como se tudo que questionasse os valores tradicionais fosse apenas uma questão partidária (CASTRO, p.393).

Nas palavras do autor,

fica evidente o grande papel que a imprensa cumpriu para o crescimento do Escola Sem Partido, por meio de uma série de artifícios de caráter ideológico, que vão desde o exagero e a manipulação de fatos da realidade; recortes da realidade retirando-os de seu contexto, amplificação de vozes ligadas ao segmento conservador; realização de editoriais e promoção de colunistas afinizados com esses princípios e valores. Assim, torna-se possível identificar mais um braço do *modus operandi* do ESP: a grande imprensa, além é claro de seus seguidores, influenciadores digitais e páginas como blogs, mais identificadas com as perspectivas de direita, etc (CASTRO, 2019, p.397).

Castro (2019, p.398) continua, sinalizando que é possível observarmos algumas semelhanças entre os discursos da grande imprensa e a pauta defendida pelo MESP, sendo estas o uso de manchetes e chamadas sensacionalistas, que serviriam para mistificar e deslocar os

fatos do contexto pedagógico no Colégio Pedro II; ampliar e dar voz a grupos ligados ao MESP, mesmo com estes sendo minoria na instituição e ao não dar espaço que permitisse o contraditório; por último, a utilização de termos e expressões semelhantes entre a imprensa e o MESP ao se referirem a conteúdos que de alguma forma contestassem os valores tradicionais.

As pesquisas de Pinheiro (2017), Kichileski (2019) e Castro (2019) permitem-nos compreender o papel da imprensa na propaganda do MESP, mesmo que existam divergências pontuais entre as diferentes empresas jornalísticas e entre elas e o MESP. Ou seja, apesar dessas divergências, a imprensa funcionou como caixa de ressonância e ajudou a criar na sociedade um consenso ao legitimar o argumento sobre “doutrinação esquerdista” nas escolas. Outro ponto é que embora as redes sociais sejam fundamentais para se entender a dinâmica e atuação do MESP, compreende-se também o papel da imprensa como aparelho privado de hegemonia para a massificação de determinadas concepções.

Em sequência, Castro (2019) também traz para o centro do debate a questão da promoção pelo MESP do ataque jurídico-político ao Colégio Pedro II e seus profissionais da educação, indicando que esse seria mais um braço do *modus operandi* do movimento. Para o autor, o processo movido pelo Ministério Público Federal (MPF) pode ser compreendido como a maior e mais organizada ação do MESP em busca de censurar e controlar o debate político nas escolas (CASTRO, 2019, p.399).

Tal processo, movido pelo MPF, girou em torno de denúncias contra o Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o reitor do colégio, três professores e servidores. Castro (2019) afirma que, apesar do processo ter sido julgado improcedente, ou seja, com sentença favorável aos réus, o mesmo deixou sequelas, visto que gerou grande desgaste não só para os que estavam diretamente envolvidos, que foram denunciados, mas como para a comunidade escolar como um todo.

De acordo com o autor,

cremos ter sido este o objetivo central, promover um ataque de ordem moral ao Colégio Pedro II, como já confirmara nossa hipótese anterior: desmoralizar o que pode ser considerada a maior referência da educação pública brasileira para promover paulatinamente uma subjetividade mais disposta a discursos privatizantes, individualistas, que se vejam como inimigos da formação e consolidação dos laços coletivos e perspectivas críticas (CASTRO, 2019, p.426).

Nessa mesma perspectiva, Katz (2017) aponta em sua dissertação que o MESP atua através de “investidas de poder”, usando para isso aquilo que ele nomeia como “técnicas jurídicas de poder”, onde, independentemente de aprovação ou não dos projetos de leis, as ações

do movimento já produziriam efeitos sobre a atuação e identidade dos profissionais da educação, pois estes se sentiriam intimidados e coagidos em suas práticas pedagógicas pela ação do movimento.

Dentro das tais “técnicas jurídicas de poder”, de acordo com Katz (2017), o MESP agiria basicamente através de duas ferramentas, com poder de ação capaz de gerar medo aos profissionais da educação, que seriam o Modelo de Notificação Extrajudicial e o incentivo aos pais para processarem por danos morais as escolas e professores.

A partir do Modelo de Notificação Extrajudicial, produzido e disponibilizado no site pelo próprio MESP, os pais dariam ciência aos professores e/ou à escola como um todo que determinados temas e assuntos não deveriam ser abordados em sala ou no espaço escolar. Tal notificação funcionaria como uma carta de intenções dos responsáveis dos alunos e que, se não fosse respeitada, estes poderiam processar aqueles que, na concepção do MESP, violaram os direitos dos alunos e dos pais.

Ao olharmos o Modelo de Notificação Extrajudicial elaborado pelo MESP podemos ver que ele é recheado de citações de número de leis, artigos e também de termos próprios do campo do direito. Nesse sentido,

percebe-se que o Escola Sem Partido pretende instituir uma política do medo, causando insegurança e assustando os professores com processos e seus eventuais resultados. [...] Tudo isso, ainda mais quando destinado a leigos, pode realmente funcionar como forma de garantir a anulação das condutas docentes, sejam elas quais forem. O fato de enviar o documento à gestão da escola, igualmente, também pode servir como meio de assustar os professores que teriam, inclusive, receio de perder seus empregos. Por fim, o fato dos alunos serem os fiscais em sala de aula para monitorar a atividade dos professores nada mais faz do que colocar em prática o projeto de lei, sem que ele tenha sido aprovado (KATZ, 2017, p.106).

Da mesma forma, Caldas (2018, p.58) considera que a notificação extrajudicial disponibilizada e de uso incentivado pelo MESP tem como objetivo funcionar como instrumento de pressão e vigilância por parte dos pais e responsáveis dos alunos, algo como se fosse uma primeira advertência e que, caso o professor não interrompa a prática da “doutrinação ideológica”, poderá ser processado.

Compreendemos o MESP como um movimento de caráter conservador reacionário⁶, com pretensões extremamente autoritárias e que não se limitam ao espaço escolar. Dessa forma, o MESP seria apenas um galho ou ramificação de uma árvore que se articula organicamente, que se articula junto a outros setores da sociedade civil e de setores militares em torno e em

⁶ No capítulo 2 aprofundaremos a discussão sobre o conservadorismo.

defesa de um projeto de sociedade autoritária. Agir pela imposição do medo mediante uso de notificações extrajudiciais ou mesmo processos aos profissionais da educação é apenas uma demonstração dessas características e das táticas utilizadas por tais setores, que recorre à judicialização ou ameaça de judicialização para intimidar opositores.

Tal aspecto fica ainda mais evidente ao vermos como o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, defensor e apoiador do MESP, também utilizou de tal artifício da judicialização na intenção de perseguir e calar críticos de seu governo, como pesquisadores, professores, jornalistas e outros profissionais sendo investigados, processados e, inclusive, presos.

Nesse sentido, a pesquisa de Tommaselli (2018) nos é interessante, pois o autor elabora uma discussão em que aponta o MESP como um perigo real para aqueles que defendem a democracia e uma educação mais democrática, libertadora. O autor busca compreender como o autoritarismo pode se difundir através da educação e ressalta que tipo de ameaça que movimentos como o MESP representam para a construção e consolidação de uma educação mais democrática. O autor, ainda, indaga sobre o fato de o MESP poder ser o sintoma de uma educação autoritária.

Por conseguinte e a partir da leitura de Adorno, Tommaselli (2018) aponta que o

ESP é um poderoso veículo de ideias antidemocráticas e que guarda em si a capacidade de despertar a potência fascista adormecida, mas que, neste contexto social, está pronta a acordar. Logo, a potência fascista seria instalada e disparada do próprio campo educacional, através da escola. Nesse sentido, podemos afirmar que o Escola Sem Partido representa um indício que caminhamos rumo a uma educação autoritária, o que se explica historicamente e coloca em risco os avanços políticos, sociais e econômicos conquistados com a promulgação da Constituição de 1988 (TOMMASELLI, 2018, p.169).

Para o autor, o MESP seria um movimento com grande potencial fascista, praticando ações características de regimes autoritários, pois, além de agir negando suas vinculações político-ideológicas, conduz ações que buscam perseguir aqueles que consideram como seus inimigos políticos e ideológicos, ou seja, profissionais da educação que trabalham na perspectiva de desenvolver uma educação crítica, igualitária e democrática, sendo todos estes identificados como “esquerdistas”, independentemente de serem, simpatizarem com tal espectro político ou não (TOMMASELLI, 2018, p.175).

Offerni (2020), a partir da Teoria Crítica, traz contribuições importantes em sua pesquisa para a discussão sobre o Movimento Escola Sem Partido, primeiro ao analisar a questão do revisionismo histórico como um elemento de atuação do referido movimento; e

segundo por discutir o aspecto da “reprivatização dos filhos”, algo que ele considera como uma prática que converge tanto liberais quanto conservadores.

Apesar de algumas pesquisas apontarem ou pelo menos mencionarem em algum momento o revisionismo histórico como uma das formas da atuação do MESP (TOMMASELLI, 2018; MUNHOZ, 2020; FERREIRA, 2020), apenas Offerni (2020) se debruçou sobre tal aspecto em sua dissertação, desenvolvendo e discutindo a temática.

Sobre o revisionismo histórico, Melo (2013) informa que o termo é utilizado amplamente em diferentes contextos em discussões historiográficas, e que embora tenha surgido ao final do século XIX e início do XX, apenas após a II Guerra Mundial que passou a compor o vocabulário dos historiadores, com significado que poderia variar de novas abordagens à disputa ideológica do presente, incorrendo na maioria das vezes na junção entre as duas possibilidades.

Nesse sentido, Offerni (2020) afirma que o revisionismo funciona como uma ferramenta ou instrumento que dá sentido histórico à visão de mundo da direita. Sendo assim, para o autor, quando grupos de direita de diferentes perspectivas realizam um “revisionismo enviesado” (OFFERNI, p.137), apropriam-se da História e Ciência Política, como se tudo fosse mera questão de memória, narrativas e de visões particulares, subjetivas, sobre os fatos, ignorando a ciência.

Para Hobsbawm (1998) as ideologias nacionalistas e fundamentalistas possuem como matéria-prima a história, sendo então o passado entendido como o elemento essencial dessas ideologias. “Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo” (HOBSBAWM, 1998, p.17). Sobre isto, o revisionismo historiográfico, numa perspectiva crítica do mesmo, pode ser compreendido como uma leitura da realidade de modo a se alterar ou mesmo falsear a concepção histórica sobre determinados fatos, fazendo com que o passado torne-se também um campo de batalha, de disputa de sentido e ideológica (MELO e MONTEIRO, 2017).

No sentido do discutido sobre o revisionismo histórico, Offerni (2020) expõe falas do coordenador do MESP, Miguel Nagib, em cujas críticas à educação, principalmente pública, estão quase sempre referenciadas num recorte temporal dos últimos 30 anos, como se todos os problemas existentes em tal campo só tivessem começado ou surgido após o fim da ditadura militar brasileira. Como afirma Hobsbawm (1998, p.17), “o passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar”.

Para Offerni,

A adesão às teses revisionistas da história, assim como a inserção da história na indústria cultural contemporânea, longe de serem exclusividade brasileira da segunda década do século XXI, são fenômenos mercadológicos que se inserem na disputa pelos sentidos do passado, em uma arena desfavorável à historiografia acadêmica, já que esta, com sua versão historicamente mais fidedigna, não vende tanto quanto versões estereotipadas do passado (2020, p.138).

Isso implica que a preocupação do MESP não se limita apenas ao que é ensinado pelos professores nas escolas. Há uma intencionalidade do movimento em disputar a visão e/ou concepção da história, ou de qualquer outra disciplina e, desse modo, censurar, perseguir e intimidar os profissionais da educação que tratam de conteúdos por uma perspectiva que entra em conflito com as ideias defendidas pelo MESP. Essas ações acontecem com o objetivo de garantir a manutenção do *status quo* na sociedade.

De acordo com Offerni, sua

pesquisa constatou que, na disputa que trava pela opinião e pela educação dos brasileiros, o EsP recorre sistematicamente ao revisionismo. É através das operações previamente experienciadas por autores revisionistas, que o EsP amadurece sua pauta anticomunista e reacionária, contrária à toda expressão antissistêmica (2020, p.183).

Essa questão do revisionismo histórico, parece-nos deixar evidente que o MESP não possui uma atuação descolada de outros setores neoconservadores e reacionários da sociedade, como afirmamos anteriormente. Estes setores atuam em conjunto, por meio de unidade tática, ou o que Gramsci veio chamar de “guerra de posição”, a fim de controlar vários campos da sociedade política e sociedade civil. O revisionismo sobre a história oficial constitui um, entre vários elementos das suas ações. Os autores revisionistas trabalham em suas obras, buscando divulgação na imprensa e outros meios, enquanto o MESP atua no espaço escolar na intenção de tornar o revisionismo como a versão válida a ser ensinada. Ambos, em conjunto, atuam com objetivo de manter a supremacia de domínio e direção intelectual de toda a sociedade, em uma palavra, a hegemonia da classe burguesa.

É interessante notar, também, que a exaltação da educação do período da ditadura militar se aproxima de uma perspectiva que Stanley (2020) vai definir como sendo uma característica de política fascista, chamando tal aspecto de “passado mítico”. Para o autor “a função do passado mítico, na política fascista, é aproveitar a emoção da nostalgia para princípios centrais da ideologia fascista: autoritarismo, hierarquia, pureza e luta” (STANLEY, 2020, p.21). Depois conclui “o passado mítico fascista existe para ajudar a mudar o presente” (STANLEY, p.21).

Partindo da compreensão que temos, nessa pesquisa sobre o MESP, como um movimento de extrema-direita, fascista, que expõe e persegue professores, que inviabiliza

debates nas escolas e universidades e atua para a consolidação de uma visão única da sociedade, entendemos que o revisionismo histórico é um instrumento de ação que soma forças a esse movimento, pois, através dele, o MESP disputa a compreensão sobre o passado. Dessa forma, valoriza aspectos sobre esse passado que, independentemente de serem reais ou não, reforça a ideologia que defende.

Como apontado anteriormente, o segundo aspecto que nos desperta atenção na pesquisa de Offerri é o que ele nomeia como “reprivatização dos filhos” (2020, p.143), um debate que ele faz a partir da leitura de Apple. Para Apple (2003), as políticas de combate ao machismo, assédio sexual, homofobia, racismo, entre outras, geraram respostas de grupos de direita, principalmente conservadores, que não ficaram satisfeitos com esses debates sendo realizados de forma pública.

Sendo assim, a reprivatização é apontada por Apple (2003) como uma resposta às políticas públicas de combate à discriminação, pois os grupos que compõem o que ele nomeia como “viragem para a direita”⁷ entendem que os problemas sociais combatidos por essas políticas são de âmbito privado, particular, familiar, tendo como objetivo a despolitização dessas questões para que o Estado ou o Poder Público não intencione resolvê-los através de políticas públicas. Aqui compreendemos que está presente uma concepção neoliberal, de Estado Mínimo, onde este é entendido de forma a jamais interferir no âmbito privado das famílias.

O MESP afirma que a única coisa que defende é a anexação em sala de aula de um cartaz com os deveres do professor, que eles acreditam já constarem na Constituição Federal e outras legislações. Ao analisar esses deveres, Offerri (2020) afirma que a intenção do referido movimento é justamente a “reprivatização dos filhos”, para que estes não sejam expostos nas escolas a debates que os defensores do MESP consideram que não deveriam ocorrer naquele espaço, e sim dentro de casa, quando e se os pais entendessem necessários e apenas pela ótica deles, pois seriam questões de âmbito e decisão particular, privada e de cada família.

Na exigência de um cartaz que constranja os professores – já que nenhum profissional de outro ofício é obrigado a atuar com um estandarte em que constem seus deveres – tanto liberais, quanto conservadores convergem em uma prática voltada à reprivatização dos filhos às convicções dos pais, operada por meio da censura aos docentes [...] (OFFERRI, 2020, p.181).

⁷ Apple (2002) afirma que já nomeou antes o conjunto de tais grupos como “restauração conservadora”. Embora dentro desse conjunto existam vários grupos, os de maior peso seriam os neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e a nova classe média profissional, que construiriam uma aliança consensual com o objetivo de se realizar uma modernização conservadora na política educacional.

Outros pesquisadores também analisam o cartaz que o MESP defende que seja fixado nas salas de aulas, embora o façam por uma perspectiva diferente da realizada por Offerni. Kichileski (2019) faz uma leitura do cartaz abordando o discurso de neutralidade defendido pelo movimento; Santos (2018) faz uma interpretação das cores do cartaz, que privilegia o verde e amarelo nos deveres do professor, naquilo que ele entende ser uma alusão às cores dos movimentos conservadores que saíram às ruas em 2016, defendendo o golpe na presidente Dilma Rousseff, além também de analisar os deveres, apontando para a despolitização e asfixia da atividade docente; Ferreira (2018), assim como outros, faz o debate sobre o silenciamento dos professores em questões referentes a discussões de cunho moral, gênero, religioso e político.

Entretanto, Offerni (2020), além de trazer a discussão sobre o discurso de neutralidade e de silenciamento dos professores, é o único a debater e analisar o cartaz pelo ponto de vista da reprivatização dos filhos.

Nessa perspectiva da discussão sobre o que é público e privado, Soares (2020) afirma que

[...] o ESP é uma organização privada com o objetivo de instituir uma interferência na condução da esfera pública. O que percebemos aí é um rompimento dos limites entre o público e o privado, ou seja, trata-se de um princípio constitucional que estão querendo dissimuladamente afrontar. É a luta de classes sempre presente (SOARES, 2020, p.66).

Soares (2020) indica em sua pesquisa que esse “rompimento entre o público e o privado” é uma estratégia de ação do MESP na intenção de impor o silêncio aos professores, o que é compreendido pela autora como uma violência à liberdade de cátedra. Na compreensão dela, o silenciamento funciona como censura aos docentes que possuem uma concepção de mundo diferente dos defensores e apoiadores do MESP.

É importante destacar que, nesse caso, o processo de silenciamento se dá aos profissionais da educação que se identificam com uma concepção de mundo diferente a do MESP, pois os professores que se identificam com a mesma perspectiva política do movimento não enfrentam qualquer problema, pelo contrário. Offerni (2020) aponta em seu trabalho que

A pesquisa encontrou certo padrão no tratamento dispensado aos educadores de direita pelo EsP, que oscila entre aceitação de suas práticas, como contrapartida necessária perante o suposto monopólio de educadores de esquerda (tratamento predominante), e uma discordância moderada (tratamento menos usual). Quando defendem regimes ditatoriais e autoritários de direita, os docentes militantes e agitadores reacionários, longe de serem tratados como “infectantes” ou “abusadores” – como são adjetivados

os professores humanistas e/ou de esquerda -, recebem rótulos que amenizam sua apologia antidemocrática, sendo chamados de “sem noção” (OFFERNI, p.188).

Ou seja, o que se aponta a partir de pesquisas como a de Soares (2020) e de Offerni (2020) é que o processo de silenciamento e cerceamento da liberdade de expressão, promovido pelo MESP aos profissionais da educação, não afeta a todos. Pelo contrário, enquanto aqueles que possuem um posicionamento político à esquerda são perseguidos e calados, os que possuem uma concepção de mundo que se aproxima da mesma do MESP são, não apenas deixados em paz, como também são vistos como uma luz em meio à escuridão.

Tanto Soares (2020) e Offerni (2020) apontam também que a perseguição e cerceamento se estendem não apenas aos profissionais da educação, mas também ao material didático. Assim como professores não devem tratar de determinados assuntos, para o MESP os mesmos também devem ser proibidos no material escolar.

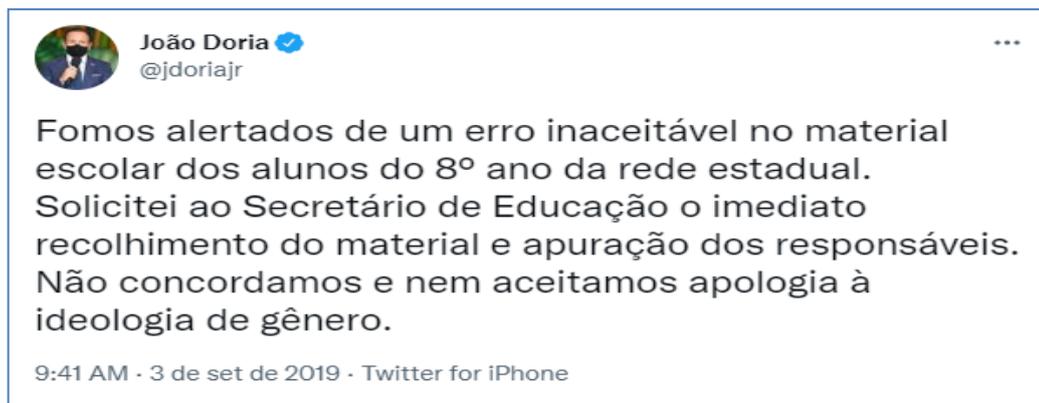
Soares (2020) afirma que

A “guerra” empreendida pelo ESP é contra determinados grupos de professores, os *militantes esquerdistas travestidos*, mas também contra os livros didáticos que abordam temas considerados “inadequados” e contra as universidades formadoras de professores, pois essas abordam as obras de Paulo Freire (p.138-139, grifo no original).

O PL 246/2019, apresentado pela deputada federal Bia Kicis (PSL/DF), assim como os projetos anteriores, indica em seu art. 9º, IV, que o previsto na lei se estende aos materiais didáticos e paradidáticos. Há também o PL 5.487/2016, que institui que o Ministério da Educação e Cultura seja proibido de distribuir às escolas públicas livros que tratem sobre orientação e diversidade sexual para crianças e adolescentes, ou seja, aquilo que os defensores e militantes do Movimento Escola Sem Partido chamam genericamente de “ideologia de gênero”.

No mesmo sentido que muitos professores têm se calado ou evitado determinados temas em sala de aula, ainda que sem lei alguma aprovada, a caça aos materiais didáticos também ocorre, como podemos ver na imagem 1.

Figura 1 – Material midático



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/jdoriajr/status/1168866707349364736>>.

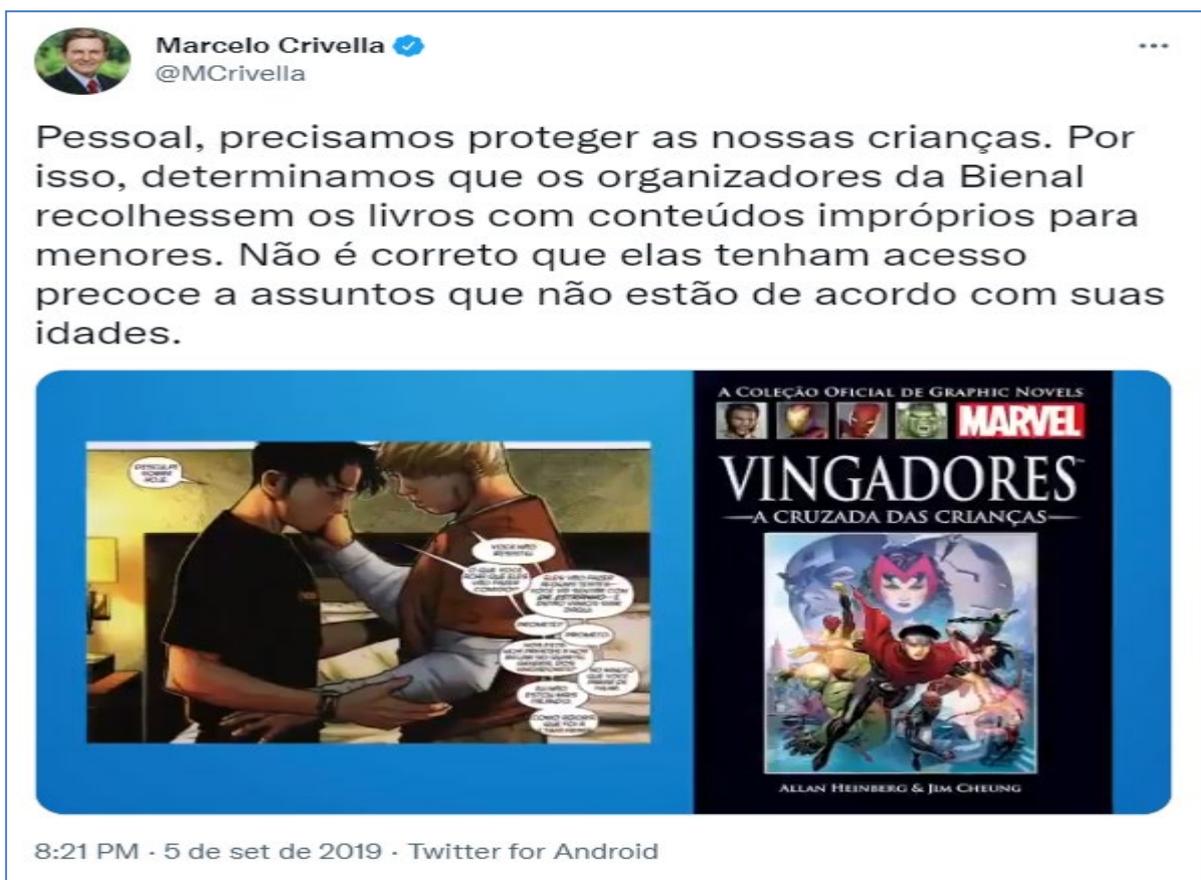
Embora a intenção de controle sobre o material didático gire bastante em torno das discussões sobre diversidade de gênero, Castro (2016, p.57) aponta que a investida do MESP não se resume a este aspecto, com ataques também direcionados a livros que abordem religiões de matriz-afro brasileiras, como o Candomblé e Umbanda.

Outro aspecto que merece destaque é que a perseguição a materiais que contenham discussões de gênero não se limita à atuação dos profissionais da escola ou ao material escolar. Em 2018, na Bienal que aconteceu no Rio de Janeiro, a censura promovida pelo prefeito à época, Marcelo Crivella, a uma revista em quadrinhos dos Vingadores, trouxe grande discussão sobre o tema.

Com o argumento que a capa da revista era imprópria para crianças e adolescentes, Marcelo Crivella, sem qualquer autorização da justiça, mandou fiscais da prefeitura recolherem as revistas, pois, em sua visão, só poderiam ser vendidas lacradas por conta de seu conteúdo.

Tal aspecto, em muito, nos lembra dos bombeiros da obra Fahrenheit 451, de Ray Bradbury, que tinham como missão não apagar incêndios, mas sim queimar livros, para impedir que a sociedade fosse afetada pelas ideologias contidas neles.

Figura 2 – A Cruzada das crianças



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/MCrivella/status/1169752491178831873>>.

Apontamos que há um número considerável de trabalhos que abordam o MESP e o ataque protagonizado por tal movimento àquilo que eles designam de “ideologia de gênero”. Lobo (2019) em sua tese de doutorado defende que “ideologia de gênero” é um mito criado em 2004, mesmo ano do surgimento oficial do MESP. Entretanto, convém apontarmos que essa informação está imprecisa, pois o termo surge na década de 1990 (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2019).

Para a Lobo (2019), o MESP realiza uma distorção da leitura da Teoria de Gênero ao caracterizá-la como “ideologia de gênero”, sendo este um termo usado por indivíduos religiosos e grupos conservadores que se colocam contra o ensino sobre gênero e sexualidade nas escolas, defendendo que tais questões sejam tratadas apenas pela família.

Numa pesquisa que objetivou abordar como a discussão de gênero é tratada por professoras da educação básica de uma escola da rede municipal de São Gonçalo/RJ, Lobo (2019) traz apontamentos interessantes sobre a atuação do MESP e de grupos religiosos para a retirada de toda e qualquer questão que pudesse ser interpretada como “ideologia de gênero”

no Plano Nacional de Educação. Tal ponto nos faz compreender que para além de reivindicar a aprovação do Projeto de Lei da Mordaza, o movimento também atuou em outras frentes, buscando impedir que determinados debates, como da promoção da igualdade de gênero constasse em documentos oficiais.

De acordo com a autora,

Estamos vivendo a criação de uma nova “ideologia” patrocinada pela bancada religiosa conservadora, a serviço da classe dominante no sentido de naturalizar o debate no interior das escolas negando os temas sobre gênero, orientação sexual e sexualidade. E que tem um grande apoio popular (LOBO, 2019, p.127).

Apesar de concordarmos com a autora quando a mesma afirma que o MESP e grupos religiosos buscam naturalizar a ausência de determinados temas no interior das escolas, discordamos quando a mesma afirma tratar-se de uma nova “ideologia”. Historicamente, temas como das teorias de gênero, questões raciais, entre outras, sempre foram pouco abordadas nas escolas e na sociedade como um todo. Nas últimas décadas, é que vimos um avanço sobre tais aspectos, como a partir da aprovação da lei 10639/2003⁸, que tornou obrigatório nas escolas o ensino de História e Cultura Afro-brasileira.

Roseno (2017, p.17) corrobora com nossa afirmação sobre os avanços nas últimas décadas em relação a tais pautas, apontando para a construção de secretarias do governo federal com foco ao enfrentamento das desigualdades de gênero e raça, citando a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), assim como a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR), criadas em 2003, no início do governo Lula/PT, além da implementação de programas e ações oriundas das diretrizes estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Ou seja, estamos tratando de movimentos e organizações que não estão criando algo novo, e sim buscando o retorno a um modelo educacional idealizado por eles, onde tais debates pouco se faziam presentes ou eram até mesmo inexistentes, buscando desfazer os poucos avanços e conquistas alcançados nos últimos anos e décadas pelos movimentos sociais. Por isso, consideramos tais movimentos como uma expressão recente do autoritarismo no Brasil.

Como a Lobo indica

⁸ Consideramos importante destacar, a partir de nossas perspectivas fundamentadas no materialismo histórico-dialético, que compreendemos as leis como frutos do processo de luta de classes na sociedade. Então a lei 10639/2003, assim como a 11.465/2008, entre outras, são produtos de lutas e reivindicações de anos e décadas de atuação e organização do movimento negro, movimento indígena e/ou outros movimentos sociais.

O que o grupo conservador quer é manter e legitimar a dominação da classe dominante, tradicional e conservadora da sociedade mantendo as famílias, os alunos, classes dominadas, profissionais da educação no anonimato, fracassados, distanciados do debate sobre as diferenças sociais impondo a manutenção do poder heteronormativo e sua visão de mundo.

Neste sentido, esse grupo é contrário à teoria de gênero e reafirma a escola como mecanismo de reprodução da cultura da classe dominante, confirmando a presença da cultura da classe popular como deficiente assumindo um papel de discriminação e exclusão social e intelectual à diversidade cultura e de gênero (2019, p. 129).

Roseno (2017) vai destacar também a importância da atuação da Igreja Católica, principalmente a partir da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para a mobilização dos setores religiosos e conservadores da sociedade para pressionarem políticos nas votações dos Planos Municipais de Educação. Dessa forma, e encabeçados pela Igreja Católica, conseguiram, em inúmeros municípios, barrar a inclusão do que chamam de “ideologia de gênero” em tais documentos.

A autora também aponta que, enquanto o MESP ainda não havia crescido e ganhado notoriedade pública, foi a Igreja Católica que bateu de frente, perseguindo e difamando, com as chamadas políticas de gênero. De acordo Roseno (2017, p.59), um dos principais documentos da Igreja Católica que vai nortear e fundamentar a atuação e compreensão dos grupos conservadores sobre aquilo que nomeiam como “ideologia de gênero” é uma carta escrita pelo cardeal Joseph Ratzinger⁹ e publicada em 2004, sob o título “Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no Mundo”.

Moura (2016) afirma que as religiões cristãs hegemônicas sempre buscaram influenciar de forma direta as políticas públicas educacionais no Brasil. Desta forma, a autora considera que, junto à influência católica, a partir da segunda metade do século XX, as igrejas evangélicas também passaram a somar forças, na intenção de influenciar as políticas para a educação.

Neste sentido, na intenção de impedir o processo de laicização do Estado, a Igreja Católica e as evangélicas formaram uma frente cristã em defesa de pautas conservadoras, sendo o ataque às discussões de gênero uma delas. Para Moura (2016), a dita “ideologia de gênero” é usada como justificativa para a censura de professores, estando inserida num contexto de “guerra cultural católica” (ibidem, p.122), abraçada também por evangélicos e demais grupos conservadores, não ocorrendo apenas no Brasil.

Embora nossa pesquisa não tenha como intenção focar na análise do MESP a partir do enfrentamento de tal movimento social às políticas de combate às desigualdades e violências de gênero, consideramos também que não dá para tratar dele sem levar em consideração tal

⁹ Com o falecimento do papa João Paulo II em abril de 2005, Joseph Ratzinger tornou-se o papa Bento XVI, com seu papado durando até fevereiro de 2013, quando oficializou sua abdicação.

aspecto, visto que, o fez crescer e ganhar grande visibilidade dentro dos setores mais conservadores da sociedade.

Enquanto o MESP atacava apenas o posicionamento político dos profissionais da educação, podemos dizer que pouco havia de reverberação de sua voz nos espaços escolares e na sociedade de forma geral. Apesar de um ou outro apoio de peso, como dos editoriais jornalísticos apontados por pesquisas anteriormente (PINHEIRO, 2017; KICHILESKI, 2019; CASTRO, 2019), a acusação sobre “doutrinação ideológica” não aparentava prosperar. Foi quando se somou a questão da “ideologia de gênero” que o movimento conseguiu se difundir e alcançar de fato aos pais e responsáveis dos alunos.

Tal aspecto é apontado por Tommaselli (2018), quando afirma que “a fusão da ‘doutrinação marxista’ com o combate à ‘ideologia de gênero’ dá maior potência ao MESP, e esse processo acaba sobrepondo a ‘ideologia de gênero’ ao tema original do movimento, a ‘doutrinação marxista’” (p.111).

Para isso, a atuação de membros da Igreja Católica, que deu a sustentação teórico-ideológica, e de grupos evangélicos, principalmente a partir da Frente Parlamentar Evangélica, foi fundamental. Pereira (2017), ao analisar a atuação de políticos da Frente Parlamentar Evangélica em relação ao Programa Escola Sem Partido, afirma

É interessante observar o quanto as convicções morais dos parlamentares suprimem a relevância constitucional das proposições. Dois parlamentares relataram projeto na Comissão de Educação e proferiram votos que se contrapõem a partir de uma justificativa aparentemente constitucional que, analisada com maior profundidade, possui caráter ideológico e pessoal, motivados por convicções pessoais em detrimento das razões constitucionais que deveriam fundamentar as decisões (PEREIRA, 2017, p.108).

A autora deixa claro o quanto os parlamentares favoráveis ao Projeto de Lei da Mordaza buscam uma aparência de legalidade e constitucionalidade para a defesa que fazem do referido projeto. Tal aspecto já foi visto anteriormente, quando comentamos do modelo de notificação extrajudicial elaborado pelo MESP para intimidar os profissionais da educação. Compreendemos que não se trata de mero jogo de palavras, mas de se disputar também o sentido e acepção das leis, que são usadas a partir de uma interpretação e hermenêutica jurídica conservadora, sendo então ressignificadas dentro de tal concepção de mundo.

Em sua pesquisa, e analisando o MESP, usando como fonte os discursos dos parlamentares em relação aos direitos humanos a partir das questões de gênero, Pereira conclui que

A compreensão de direitos humanos dos parlamentares é relativa, posto que não abrange a todos, mas se restringem a certas categorias sociais, o que se explica pela forma com que se deu a cidadania brasileira, patriarcal, carregada de conservadorismos e ideais religiosos que impedem um olhar menos preconceituoso, sexista e colonizado sobre as diferenças e as diversas identidades sexuais, e permitem que discursos infundados, como o da “Ideologia de Gênero” se imponham, restringindo espaços que deveriam ser democráticos (2017, p.10).

Não encontramos nenhuma tese ou dissertação que estabeleça o mesmo foco de nossa análise, ou seja, estabelecendo a relação entre o MESP e a ditadura civil-militar. O máximo que encontramos foram pesquisas relacionando o MESP e o processo de militarização das escolas. O trabalho de Paiva (2021) aborda a influência do MESP no debate sobre a educação brasileira, passando por aspectos como a suposta neutralidade, a defesa do *homeschooling* e a militarização das escolas.

Brandão (2022) compreende o MESP como resultado de um projeto global de reforma da educação, discutindo também o *homeschooling* e a militarização das escolas. A autora utiliza como fontes pareceres jurídicos, projetos de leis, redes sociais e entrevistas com professores. Conclui que esse projeto global de reforma da educação intenciona impedir a discussão capital-trabalho.

A pesquisa desenvolvida por Ferreira (2020) estuda os projetos de militarização das escolas públicas e o MESP, partindo da compreensão que os mesmos objetivam impor maior controle e vigilância sobre as instituições de ensino, garantindo a reprodução dos valores conservadores.

Já Paulo (2019) tem como foco de pesquisa o processo de militarização das escolas em Goiás, afirmando que esse processo diminui a democracia no interior das instituições escolares, que não contam com grêmios estudantis e também não realizam debates, além de um maior controle da atuação dos profissionais da educação, se aproximando das ideias defendidas pelo MESP.

Há outros trabalhos que mencionam a ditadura civil-militar, mas isso ocorre mais numa ideia de citar que já vivemos no passado tempos de perseguição política no país, de censura aos meios de comunicação, do que numa intencionalidade de analisar esse período e estabelecer paralelos diretos com o MESP. Isso ocorre com as pesquisas de Cavalcante (2019) e Oliveira (2019).

Acreditamos que essa revisão de literatura tenha nos permitido compreender melhor o MESP. Fica evidente que são muitos e diferentes trabalhos, de diversas áreas do conhecimento, que buscam aprofundar o entendimento sobre as ações, táticas, enfoques e mesmo a historicidade do referido movimento.

Apesar das inúmeras pesquisas encontradas, não vislumbramos em nenhuma delas o enfoque que pretendemos dar, qual seja, discutir o MESP a partir da compreensão do mesmo como um APH, da DSN, operando na sociedade como o propósito de transformar os profissionais da educação em inimigos públicos. Da mesma forma, o MESP é um partido político, que atua como intelectual que se propõe a organizar as pautas de grupos neoconservadores e neoliberais para o campo da educação, buscando garantir a hegemonia política e cultural destes grupos, surgindo como resultado da confluência de seus interesses, levando ao esgarçamento e deterioração dos valores e princípios democráticos preconizados pela Constituição Federal de 1988.

Encontramos algumas pesquisas que abordam a questão da democracia e os impactos do MESP, como a de Albuquerque (2018), Gomes (2018), Tommaselli (2018) e Oliveira, I. (2019), entretanto elas divergem tanto no enfoque, quanto no referencial teórico que adotam. Também constatamos que a relação entre os objetivos do MESP e os objetivos da DSN não se faz presente, até o momento, o que confere a presente tese o aspecto de originalidade ao tema, em específico, na área da educação.

Além da revisão de literatura e dos documentos postos em relação neste capítulo, entendemos ser necessário realizar a contextualização histórica das forças que levaram ao surgimento e crescimento do MESP. Assim, buscaremos no próximo capítulo entender o avanço do neoliberalismo no Brasil, que se constrói pela Reforma do Estado tão logo a Constituição de 1988 foi promulgada, assim como o avanço de movimentos neoconservadores.

2 NEOLIBERALISMO, NEOCONSERVADORISMO E EDUCAÇÃO: A FERTILIZAÇÃO DO TERRENO POLÍTICO DO ESCOLA SEM PARTIDO

A escola pública no Brasil vive de fato momentos difíceis. No entanto, todos os momentos da educação no Brasil, desde a chegada dos jesuítas em 1549, têm sido bem difíceis. SAVIANI, p.23, 2018.

Ao lermos e estudarmos críticas sobre inserção de grupos empresariais na Educação Pública é muito comum encontrarmos referências ao liberalismo em alguns textos, já em outros as críticas são voltadas ao neoliberalismo, mas talvez mais difícil seja encontrar uma diferenciação entre tais variações e vertentes de concepção de mundo. Virou lugar-comum – às vezes até de forma panfletária – esbarrar em críticas que utilizam tais expressões como se fossem sinônimos, entretanto não são.

Considero importante e necessário realizar este debate sobre liberalismos, neoliberalismo e a sua diferenciação por compreender que a desmoralização, desvalorização e desqualificação da figura do professor estão diretamente relacionadas justamente ao maior ímpeto de ataque à classe trabalhadora e às suas formas de organização e defesa, como os sindicatos, que o neoliberalismo impõe. Ou seja, parto do pressuposto que, mesmo dentro das estruturas do capitalismo, algumas formas de organização deste sistema são mais prejudiciais à classe trabalhadora do que outras, a depender das próprias condições da luta de classes.

Sendo assim, recorro primeiramente a Freitas (2019) para estabelecer essa diferenciação, segundo o qual chama

[...] de liberais aqueles que ainda querem combinar livre mercado com direitos políticos e sociais; chamo de neoliberais aqueles que são fundamentalistas em relação ao livre mercado e redefinem o papel do Estado. Para os primeiros, o Estado tem funções de promover e regular o livre mercado, bem como a inclusão social. Para os neoliberais, o Estado deve apoiar fortemente o capital para induzir crescimento econômico e não tem responsabilidades com a inclusão social, a qual deve ser feita via mercado às custas dos próprios indivíduos que devem se apropriar deste crescimento pela meritocracia. Diferenças sociais no ponto de partida dos indivíduos não devem ser equalizadas (FREITAS, 2019).

Percebe-se então, ante o exposto, que a principal diferença entre o liberalismo e o neoliberalismo estaria por conta do segundo não ter a mínima ou qualquer forma de preocupação sobre questões sociais, responsabilizando e jogando para o indivíduo o papel de

correr atrás e se esforçar para conseguir uma boa formação, um bom emprego, ou mesmo um salário e melhores condições de vida, ou seja, o discurso da meritocracia, onde o futuro de cada pessoa dependeria única e exclusivamente de seu próprio esforço e empenho, independentemente das condições materiais e concretas. Uma valorização do indivíduo como solução para os problemas sociais, o discurso do *self-made man*, vencer na vida como resultado de dedicação individual.

O viés excludente e individualista do neoliberalismo ficou mais evidente e ganhou contornos mais dramáticos nos tempos da pandemia por COVID19, onde o governo brasileiro, na figura do ex-presidente Jair Bolsonaro, pouco fez para que a população pudesse ficar em casa sem se preocupar com as contas a serem pagas ou com o próprio sustento e alimentação. Apesar da aprovação do auxílio emergencial, este chegou ao final de 2020 e voltou com valor muito menor em 2021¹⁰, com o Governo Federal insistindo no discurso de “a economia não pode parar” para encobrir a ausência de políticas públicas assistenciais em um momento tão necessário.

Outros autores chegam a conclusões semelhantes sobre o neoliberalismo, como Harnecker, que afirma que

O neoliberalismo tem também um projeto político. Para aplicar as receitas econômicas que apregoa este modelo, é necessário um Estado que tenha uma participação ativa no esforço para enfraquecer e ir eliminando as conquistas políticas conseguidas pelos trabalhadores, e para isso ele tem de reforçar os seus poderes autoritários [...] O modelo político do neoliberalismo consiste num Estado mínimo para defender os interesses dos trabalhadores e um Estado forte para criar as condições políticas que requer para o seu funcionamento econômico (2000, p.213).

Assim como para Anderson (1995), no neoliberalismo há

um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (1995. p.2).

Por último, Harvey (2008) já nos traz uma definição mais fechada, apontando que

¹⁰ O auxílio emergencial, que surgiu por iniciativa de parlamentares, inicialmente seria composto por três parcelas de 600 reais, depois ampliado em mais duas parcelas do mesmo valor, até julho de 2020. Por pressão da sociedade e parlamentares, houve prorrogação até dezembro daquele ano, entretanto com valor de 300 reais. Nos primeiros meses de 2021 a população mais pobre ficou sem qualquer tipo de ajuda governamental, sendo anunciado novo auxílio em valores que variam de 150 a 375 reais em quatro parcelas a partir de abril.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado de mercados (2008, p.12).

Podemos perceber entre os quatro autores anteriormente citados que há uma confluência em algumas características do neoliberalismo apontadas por eles, como um fundamentalismo em relação ao livre mercado – que pode ser traduzido numa concepção de livre mercado como algo sagrado, não devendo de forma alguma ser maculado por qualquer tipo de intervenção estatal –, além de uma defesa irrestrita da propriedade privada, compreendida como maior símbolo de liberdade dentro desta perspectiva político-econômica.

Não apenas isso, apontam também para o papel que cabe ao Estado dentro da ótica neoliberal, sendo esse o de garantir e viabilizar as estruturas de funcionamento do mercado e de segurança da propriedade privada, através do monopólio do uso da violência.

Nesta linha, Bourdieu (2020) aponta que o neoliberalismo se trata de colocar na prática uma concepção de mundo darwinista de conflito e de violência estrutural, onde a retirada de direitos e austeridades seriam garantidas pela violência do Estado. Hobsbawm (1995) já aponta uma compreensão do neoliberalismo como uma religião, chamando seus teóricos de “teólogos econômicos ultraliberais”, numa intenção de ironizar tal ideologia, indicando que a mesma depende muito mais de crenças e fé do que de fatos e ciência para ser defendida e funcionar de forma a resolver os problemas socioeconômicos.

A implementação do receituário neoliberal, principalmente das chamadas políticas de austeridade, dificilmente vem sem estar também atrelado a políticas que reforçam o lado policialesco do Estado. Políticas que levam à pauperização geral da população costumam gerar manifestações e revoltas, que são fortemente reprimidas e criminalizadas pela ação do Estado. Como apontado anteriormente, no neoliberalismo há um Estado mínimo para cuidar das questões sociais, mas forte para proteger os interesses do empresariado, sobretudo quando se trata de garantir os lucros e a propriedade privada dos meios de produção.

Compreende-se, então, que uma das consequências ou mesmo condições para a implementação do receituário neoliberal é não só o desenvolvimento de uma política de

criminalização dos movimentos sociais¹¹, mas também de encarceramento em massa. De acordo com Serrano

O encarceramento em massa é uma fórmula estrutural de manter o sistema e o controle social. O neoliberalismo aprofunda a desigualdade social e sua proposta para o problema é a prisão. Como no Brasil temos uma grande desigualdade social, há a criação de um estado de exceção permanente como forma de controle social (SERRANO, 2017).

Para os mais atentos e preocupados em como tudo isso se dá na prática, basta olharmos para o Brasil da atualidade para vermos e compreendermos o que é o neoliberalismo e os seus efeitos materiais. Índices de desemprego alarmantes (13,9% no 4º trimestre de 2020)¹² e alta taxa de subutilização da força de trabalho (28,7% no 4º trimestre de 2020)¹³, crescimento do número de trabalhadores informais e os chamados intermitentes, além de um processo de uberização do trabalho que avança por inúmeras categorias – inclusive no próprio magistério –, o que, de acordo com Laval (2019), destrói completamente a perspectiva de salário e a compreensão deste na relação entre capital e trabalho, já que o “capitalismo de plataforma” tem como foco pagamento por tarefas realizadas naquele instante, ou seja, o trabalhador fica sem qualquer perspectiva de planejamento sobre o quanto ganhará naquele dia, semana ou mês.

Perry Anderson (1995) expõe que o neoliberalismo surgiu após a 2ª Guerra Mundial, sendo uma reação teórica e política contra um Estado de bem-estar social, contra um Estado que intervém na sociedade, seja do ponto de vista econômico, ou seja, regulando o mercado, seja da perspectiva de amparar as necessidades da própria sociedade, intervindo apenas em situações de conflito ou, no máximo, para evitá-las.

Sua origem remonta a abril de 1947, quando economistas, filósofos, historiadores e outros acadêmicos se reuniram na Suíça, com Friedrich Hayek, fundando a Sociedade de Mont Pelerin. Anderson (1995) aponta que entre os presentes estavam Milton Friedman, Karl Popper, Ludwig von Mises e outros notáveis. Como resultado desta reunião, publicaram a declaração de objetivos da sociedade, onde podemos ler

¹¹ Levando em consideração o que alguns pesquisadores como Evangelista e Shiroma (2007) apontam, como o professor ser considerado tanto protagonista como obstáculo para o avanço das reformas do neoliberalismo, entendemos que a própria forma de atuação do MESP, que busca criminalizar os profissionais da educação, transformando-o em inimigo, é um exemplo que aproxima tal movimento da perspectiva neoliberal.

¹² Dados do IBGE em abril de 2021.

¹³ Idem.

The central values of civilization are in danger. Over large stretches of the Earth's surface the essential conditions of human dignity and freedom have already disappeared. In others they are under constant menace from the development of current tendencies of policy. The position of the individual and the voluntary group are progressively undermined by extensions of arbitrary power. Even that most precious possession of Western Man, freedom of thought and expression, is threatened by the spread of creeds which, claiming the privilege of tolerance when in the position of a minority, seek only to establish a position of power in which they can suppress and obliterate all views but their own.

The group holds that these developments have been fostered by the growth of a view of history which denies all absolute moral standards and by the growth of theories which question the desirability of the rule of law. It holds further that they have been fostered by a decline of belief in private property and the competitive market; for without the diffused power and initiative associated with these institutions it is difficult to imagine a society in which freedom may be effectively preserved (MONT PELERIN SOCIETY, 1947)¹⁴.

A Sociedade de Mont Pelerin defendia em seu nascimento que a civilização estava em perigo e as suas ideias eram o remédio necessário para combater aquilo que ameaçava seus “valores centrais”. Estabelecia também o risco da liberdade de expressão acabar em decorrência da ação das minorias, que supostamente objetivavam calar pontos de vistas divergentes, além da própria propriedade privada e mercado competitivo também estarem ameaçadas e, com isso, a própria liberdade tão “defendida” por eles¹⁵.

Anderson (1995) e Harvey (2008) apontam que a Sociedade de Mont Pelerin colocou-se desde o início contra teorias intervencionistas do Estado, como o keynesianismo, mas não só isso, combatia toda e qualquer perspectiva que passasse por um planejamento estatal centralizado, apontando que jamais o Estado teria condições de dar conta das necessidades do mercado a ponto de satisfazer as necessidades da sociedade.

De acordo com Harvey

¹⁴ Os valores centrais da civilização estão em perigo. Em grandes extensões da superfície da Terra, as condições essenciais de dignidade e liberdade humanas já desapareceram. Em outros, eles estão sob constante ameaça do desenvolvimento das tendências atuais da política. A posição do indivíduo e do grupo voluntário é progressivamente minada por extensões de poder arbitrário. Mesmo aquele bem mais precioso do homem ocidental, a liberdade de pensamento e expressão, é ameaçado pela difusão de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando na posição de minoria, procuram apenas estabelecer uma posição de poder na qual possam suprimir e obliterar todos os pontos de vista, exceto os seus.

O grupo sustenta que esses desenvolvimentos foram fomentados pelo crescimento de uma visão da história que nega todos os padrões morais absolutos e pelo crescimento de teorias que questionam a conveniência do império da lei. Afirma ainda que foram fomentados por um declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo; pois sem o poder difuso e a iniciativa associados a essas instituições, é difícil imaginar uma sociedade na qual a liberdade possa ser efetivamente preservada (tradução).

¹⁵ Perry Anderson em “Balanço do Neoliberalismo”, Ellen Wood em “Democracia contra Capitalismo”, André Guimarães Augusto em “O que está em jogo no ‘Mais Mises, menos Marx’”, entre outros, abordam como a ideologia neoliberal não é incompatível com regimes ditatoriais e autoritários, pelo contrário, o próprio capitalismo pressupõe regimes antidemocráticos para sua reprodução.

Hayek, autor de textos essenciais como *A constituição da liberdade*, alega que era fundamental a batalha das idéias, e que provavelmente esta duraria ao menos uma geração para ser ganha, não apenas contra o marxismo, mas também contra o socialismo, o planejamento estatal e o intervencionismo keynesiano (2008, p.31, grifo do autor).

Dessa forma, fica evidente, principalmente a partir das discussões realizadas no capítulo 3, a questão da importância da construção da hegemonia para a consolidação de qualquer ideologia, e – pelo menos de acordo com Harvey – Hayek sabia muito bem disso. Não à toa, hoje vemos organismos internacionais neoliberais, como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outras, atuando e influenciando políticas educacionais no mundo inteiro (LEHER, 2003; TOMMASI, WARDE, HADDAD, 2009; LAVAL, 2004).

Entende-se, então, que o neoliberalismo, enquanto projeto societário, reflete-se também num projeto escolar, de educação, visto e compreendido que a escola é um espaço de construção de consenso, de hegemonia. Assim sendo, a Educação torna-se palco e alvo também de conflito de interesses, da luta de classes, deixando evidente a sua marca social, pois esta “é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental.” (GRAMSCI, 2001, p.49).

Compreendendo o que foi afirmado anteriormente por Freitas, sobre o neoliberalismo redefinir o papel do Estado, e o que foi afirmado agora, sobre ele refletir-se também num projeto societário, isso significa que o neoliberalismo, por lógica, também redefine e/ou aprofunda a sua concepção do papel e função da escola, da educação, na sociedade capitalista. A educação, dentro da perspectiva neoliberal, passa a não ter preocupação com uma formação social e crítica dos alunos ou com o tipo de pessoa que se formará, e sim em proporcionar aos alunos conhecimento-capital para que estes possam se vender no mercado de trabalho (MACEDO, 2015).

O conhecimento torna-se um valor de mercado, sendo reconhecido e valorizado apenas os conhecimentos que tenham utilidade ao próprio sistema capitalista. Torna-se um investimento que as pessoas devam fazer objetivando ganhos futuros, ter uma profissão. Assim, a escola passa também a ser enxergada como um espaço de prestação de serviços, cujo qual indivíduo entra para ter valor agregado a si ou seus filhos, na perspectiva da formação do capital-humano (LAVAL, 2004).

Entendemos que, sob a lógica neoliberal, ocorre uma alteração da perspectiva da educação entendida e compreendida como um direito para a formação humana, como um direito

de acesso ao conhecimento historicamente produzido, para uma educação vista como mercadoria (formação para o capital, agregadora de capital humano) e como serviço (formação do precariado).

Antunes (2017) aponta que o capitalismo do século XX, com suas bases fundamentadas no taylorismo e fordismo, buscou usurpar os conhecimentos próprios produzidos e elaborados pela classe trabalhadora, assim pôde reformular esses conhecimentos e, depois, impô-los como normas justamente aos trabalhadores. Ao usurpar e reduzir todo o trabalho a tarefas de rotina, isso diminuiu o valor da força de trabalho, pois diminuiu o poder de negociação dos trabalhadores, visto que agora os conhecimentos necessários à realização da atividade laboral estavam nas mãos dos empresários, permitindo que estes demitissem e contratassem novos trabalhadores mais facilmente, pois bastaria ensinar os novos empregados aqueles conhecimentos usurpados.

Para Antunes,

o taylorismo-fordismo colocou como horizonte um projeto de educação baseado em escolas técnicas ditas “profissionalizantes”, cujo mote é formar os/as estudantes para o trabalho assalariado, ou melhor, formar a sua força de trabalho pra o mercado, sendo que esse conhecimento deveria ser consumido pelas empresas como *capital variável*, como *trabalho concreto* urdido em *trabalho abstrato* (ANTUNES, 2017, p.2).

Nesta mesma perspectiva, Frigotto (2010) afirma que do ponto de vista das classes dominantes, de acordo com a história, a educação da classe trabalhadora se dá com o objetivo de torná-la hábil técnica, social e ideologicamente para o mercado de trabalho. Então o papel da escola, ou seja, sua função social, nesta ótica, é subordinada às demandas e interesses do capital.

Sob esta lógica, entende-se que a educação e a escola, enquanto processo formativo e meio de se ter acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade, terão como norte as necessidades do sistema capitalista, independentemente da forma que ele assumir. Entretanto, pela própria correlação de forças da luta de classes e da forma assumida pelo capital, a educação tanto pode apresentar um papel mais inclusivo e de olho nas necessidades da classe trabalhadora, obviamente dentro dos limites do capital, quanto pode se tornar mais excludente e voltada para aumentar os lucros dos empresários.

É necessário ressaltar que não se trata, aqui, de fazermos uma defesa da educação sob a ótica liberal contra a educação sob a perspectiva neoliberal, como se um modelo ou outro atendesse às demandas da classe trabalhadora. O que estamos apontando é que dentro da lógica neoliberal ocorre a deterioração e reformulação da educação, aumentando seu ímpeto de

alienação e conformação da classe trabalhadora dentro de uma ótica de ajustar esta às novas necessidades de acumulação do sistema capitalista, que passa no momento por um processo de reestruturação produtiva.

Assim, Antunes (2017) afirma que

Não é difícil perceber que a “educação” instrumental do século XXI, desenhada pelos capitais em sua fase mais destrutiva, não poderá desenvolver nenhum sentido humanista e crítico, que deveria singularizar as *ciências humanas*; ao contrário, poderá concebê-las como *decalque* das ciências exatas, como um prolongamento residual quiçá desnecessário (2017, p.12).

Tendo a escola seu papel reformulado, não é nenhum absurdo afirmar que a função do professor dentro desta lógica e perspectiva também é reformulada. Seu papel pedagógico é esvaziado de sentido e transformado num profissional que apenas gerencia o aprendizado dos alunos, abandonando ou sendo forçado a abandonar a sua intelectualidade¹⁶, de um profissional que pensa sua formação e sua prática para ser apenas um aplicador de técnicas e metodologias que permitam um “melhor” aprendizado pelos alunos.

Essa reformulação da escola, do professor e da Educação não vem sem ataques às formas de organização e resistência desta categoria profissional, os sindicatos. Inclusive, como exposto anteriormente por Anderson, quebrar ou enfraquecer os sindicatos é algo basilar para essa perspectiva político-ideológica, já que são justamente tais organizações de classe que possuem por princípio a defesa dos trabalhadores ante as investidas do capital.

O Banco Mundial, que talvez seja a maior instituição internacional promotora do neoliberalismo – e também apontada por Leher (2003) como o novo senhor da Educação, o “ministério mundial da Educação dos países periféricos” –, em documentos oficiais¹⁷ aponta que o principal entrave para a melhoria da qualidade dos professores é os sindicatos, que são grandes e politicamente ativos.

No mesmo documento, logo após colocar os sindicatos como inimigos da Educação Pública de Qualidade, são abordadas estratégias e reformas bem-sucedidas – na perspectiva do capital – que foram capazes de enfrentar os sindicatos do magistério, diminuindo o poder e influência dos mesmos. Algumas dessas estratégias seriam avaliações externas, com divulgação de resultados (sendo esta a base para as outras estratégias); pagamento de bonificação por

¹⁶ Mais à frente será discutido, a partir de Gramsci e Giroux, como, apesar dos esforços de organizações neoliberais e conservadoras, é impossível o professor deixar de ser intelectual.

¹⁷ Conferir o documento “Professores Excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e Caribe”, produzido pelo Banco Mundial.

resultados para as escolas (o que o próprio documento já afirma que enfrenta menos resistência dos sindicatos que bonificação individual dos professores); e avaliações individuais dos professores.

Em que pese sobre a importância e necessidade de avaliações para se conhecer as redes de ensino e entender o patamar e a realidade em que se encontram, inclusive para se saber que políticas públicas adotar e/ou criar para a solução de determinados problemas, a questão aqui exposta é sobre o uso político que é feito sobre os resultados destas avaliações e bonificação por resultados para atacar e desmoralizar professores, além de introduzir a lógica neoliberal dentro da escola e nas relações entre os próprios professores e entre professores e alunos.

A avaliação por desempenho do professor, a avaliação institucional e a avaliação do rendimento escolar (Sistema de Avaliação do Ensino Superior, ENEM, SAEB, etc.) têm o objetivo de transformar a escola em “empresa” sob a inspiração do programa de qualidade e produtividade, adaptando-se ao mercado. Para tanto, não houve aumento de verbas, apenas alocação de recursos para “melhores resultados” (NETO, 2009, p.18).

É uma lógica cruel, principalmente quando se trata de Educação. Uma escola ou instituição de ensino que apresente baixos resultados deveria receber mais verbas, um olhar diferenciado para ajudar a superar os problemas. Mas não na lógica e perspectiva neoliberal, pela qual, se os resultados foram insatisfatórios, é porque não houve empenho e dedicação daqueles que compartilham do espaço escolar. O contexto social é deixado de lado, ou considerado de menor relevância ante o empenho individual para a superação das adversidades.

Essa lógica intensifica ainda mais as desigualdades sociais, visto que as escolas com “bons resultados” – na perspectiva de grupos empresariais e liberais – recebem mais verbas (ou seus professores recebem bonificações) e as escolas com resultados abaixo do esperado além de nada ganharem, ampliando desta forma a disparidade entre elas, ainda podem sofrer intervenções governamentais e terem a administração passada para alguma empresa privada, ao estilo escolas charter dos EUA.

Outra questão, e que é fundamental para este texto, é que a partir das avaliações externas começam também outras formas de intervenções na prática docente, sendo algumas destas mais diretas, como elaboração de cartilhas e apostilas por empresas e organizações privadas, com aulas prontas que os professores teriam apenas que seguir e colocar em prática; e outras mais indiretas, como os próprios professores limitarem suas aulas aos conteúdos cobrados pelas avaliações externas.

Essa problemática da limitação do conteúdo é apontada por Freitas (2014), para quem

O direito à formação ampla e contextualizada que todo ser humano deve ter é reduzido ao direito de aprender o “básico” expresso nas matrizes de referência dos exames nacionais, assumido ali como o domínio que é considerado “adequado” para uma dada série escolar nas disciplinas avaliadas – não por acaso as que estão mais diretamente ligadas às necessidades dos processos produtivos: leitura, matemática e ciências. Convém enfatizar que são as matrizes de referência dos exames e não o currículo prescrito, a base nacional comum, que definem o que será considerado como “básico” (p.1090, grifos do autor).

E também pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ).

Uma consequência destas políticas é o estreitamento do currículo escolar. Quando os testes incluem determinadas disciplinas e deixam outras de fora, os professores tendem a ensinar aquelas disciplinas abordadas nos testes. Deixa muita coisa relevante de fora, exatamente o que se poderia chamar de ‘boa educação’. Além disso, assinala para o magistério que, se conseguir ensinar o básico, já está bom, em especial para os mais pobres (2013, p.7).

São ações e políticas que aos poucos minam a liberdade de cátedra, a autonomia pedagógica do professor, que não pode escolher o material que melhor se adéqua à realidade de seus alunos, que não pode planejar suas aulas e avaliar as turmas, pois se torna apenas um aplicador de cartilhas e apostilas. Não bastasse também o número excessivo de alunos, sua carga horária dividida em diversas escolas e turnos, entre outros problemas.

Todos esses fatores, reunidos, entre outros que poderiam ser citados – como menor investimento em formação inicial do professor, professores polivalentes – contribuem para a compreensão que o neoliberalismo tem como objetivo justamente alijar o professor de seu conhecimento, da sua especialidade, quebrando sua resistência e assim conquistando consenso e reforçando sua hegemonia na sociedade.

O MESP veio na esteira desse processo de desvalorização, desmoralização, desqualificação e retirada da autonomia do professor. Embora não seja possível afirmar que tenha se gestado a partir do neoliberalismo, é certo também que não apresentam antagonismos entre si, inclusive com o fundador do movimento, Miguel Nagib, tendo participado do Instituto Millenium¹⁸ e escrito um texto com o título “Por uma escola que promova os valores do Millenium”.

Ou seja, o que apontamos aqui é que mesmo sendo perspectivas político-ideológicas distintas, o neoliberalismo e o MESP convergem, confluem e somam forças ao ataque aos

¹⁸ Um think tank com o objetivo de promover os valores e princípios do neoliberalismo.

professores e à educação, objetivando uma escola que sirva ainda mais aos interesses do capitalismo.

2.1 Neoliberalismo e educação no Brasil pós-Constituição de 1988

Dentro do contexto regional, pode-se dizer que o Brasil foi o último país da América Latina a adotar políticas neoliberais, sendo que tal questão em parte se deu como resultado da resistência e grande atividade política ocorrida durante a década de 1980, que originou o Partido dos Trabalhadores (PT), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), além de greves e outras formas de enfrentamentos (FILGUEIRAS, 2006). Ou seja, naquela conjuntura da redemocratização, a correlação de forças dentro da luta de classes estava mais ao lado da classe trabalhadora ou, no mínimo, permitiu alguns ganhos consideráveis a ela, retardando o avanço do neoliberalismo no país¹⁹.

Apesar do processo de elaboração da Constituição Federal do Brasil ter sido amplamente discutido em sociedade na década de 1980, durante a redemocratização, e aprovada em 1988, desde então ela é alvo de constantes mudanças²⁰ e ataques de setores da sociedade que não ficaram satisfeitos com a ampliação de direitos sociais garantidos por ela, principalmente pelos deveres e obrigações estabelecidos para o Estado.

Macedo expõe que

A década de 80 configura-se em um processo de transição democrática, após longo período de um Estado autoritário controlado pelos militares. Percebe-se grande efervescência de movimentos sociais reivindicando não só o fim da ditadura, mas como a elaboração de um processo constituinte democrático e que atendesse a amplos setores da sociedade, interessados em que a nova carta magna viesse a garantir o cumprimento de direitos fundamentais, entre estes, obviamente, o da educação pública (2015, p.37).

Por sua vez, Almeida aponta que

¹⁹ Convém apontar também que, na contramão de boa parte do restante do mundo, onde a década de 1980 foi de refluxo dos movimentos sociais e sindicais, no Brasil é justamente quando tais movimentos crescem a ponto de influenciar a política nacional.

²⁰ De acordo com o site do Senado, até 2019 a CF/88 já havia sofrido 100 emendas constitucionais, o que não só a altera, mas leva também à sua descaracterização no que diz respeito aos direitos nela previstos.

O processo de elaboração da nova Constituição brasileira representou o grande momento da disputa de hegemonia, através do confronto de um projeto liberal (anti-popular) e um projeto popular liderado pela CUT e o PT. O PT aglutinou as propostas que defendiam direitos e conquistas sociais e tornou-se direção dos setores populares e da oposição no Congresso Constituinte. A CUT não se limitou à defesa de interesses corporativos ou sindicais [...]. De forma coerente com sua proposta de criação, a CUT procurava aproximar trabalhadores urbanos e rurais, mantendo todo o tempo o tema da reforma agrária na agenda política, assim como especificava uma série de itens para a Constituição incorporando as reivindicações de diversificados movimentos sociais (2008, p.57).

Dessa forma, podemos apontar a Constituição Federal de 1988 como fruto dessas grandes mobilizações e intensas lutas da sociedade civil²¹ organizada que foram se construindo não só a partir das históricas greves de 1978, 1979, mas principalmente ao longo de toda década de 1980. Lutas que acirraram as contradições entre os diferentes interesses que permeavam a elaboração da nova carta magna.

Entretanto, apesar de, naquele momento, a luta de classes ter avançado permitindo inúmeras conquistas para a classe trabalhadora e movimentos sociais envolvidos com o processo da redemocratização e da elaboração da nova constituição federal, ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010 foram realizadas e aprovadas inúmeras Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) e Medidas Provisórias que alteraram ou a CF/88, ou alguma legislação de cunho mais social, como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Mesmo considerando que atualizações sejam importantes e necessárias com o passar dos anos e, conseqüentemente, mudanças na organização e funcionamento da sociedade, o que temos acompanhado e visto é o desmonte do Estado e enfraquecimento de direitos sociais anteriormente garantidos constitucionalmente, como nos casos das privatizações, Contrarreforma Trabalhista e da Previdência, entre outras. Pode-se afirmar que o desenvolvimento da democracia no Brasil tem ocorrido de forma paralela ao avanço de uma concepção de mundo neoliberal.

Perry Anderson aponta que

Em seu discurso de posse – escrito por José Guilherme Merquior, o intelectual liberal mais talentoso de sua geração, conhecido por ter sido diplomata em Londres –, Collor prometia um extermínio geral dos controles estatais. Suas bandeiras seriam a liberdade e a iniciativa individual, com a devida atenção aos mais desfavorecidos. A hora do neoliberalismo latino-americano – representado pela vitória de Salinas no México, de Menem na Argentina e de Fujimori no Peru – parecia ter chegado para o Brasil (ANDERSON, 2020, p.19).

²¹ Sociedade Civil aqui compreendida dentro da perspectiva de Gramsci.

O discurso de posse do ex-presidente Fernando Collor possui como título “O Brasil aberto ao mundo”, o que, levando em consideração a política econômica adotada dali em diante, nos faz concluir que ao invés de fazer alusão ao momento da posse do primeiro presidente eleito por voto direto no pós-ditadura, ou seja, de concretização da abertura política, faz alusão à abertura do ponto de vista da economia, de diminuição do papel do Estado nessa esfera. Isto é, o país estaria aberto para o capital privado, nacional ou internacional.

Em seu discurso, Collor (2008, p.9), afirma a necessidade de “reduzir drasticamente gastos públicos”, diminuindo a máquina pública para acabar com a inflação, ao que prossegue:

Tudo isso, Senhores Congressistas, possui como premissa maior uma estratégia global de reforma do Estado. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa. A dura verdade é que, no Brasil dos anos oitenta, o Estado não só comprometeu suas atribuições, mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor complementar. O Estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais grave, por seu comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro. Essa perversão das funções estatais – agravada por singular recuo na capacidade extrativa do Estado – exige que se redefina, com toda a urgência, o papel do aparelho estatal entre nós. Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre iniciativa – não ao Estado – criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto, a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais (COLLOR, 2008, p.9).

Logo em seguida, o ex-presidente Collor (2008) continua:

Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica. A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta antiinflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição (ibidem, p.10).

O ex-presidente Collor traz a compreensão, em seu discurso, que a liberdade política só se efetivará em sua completude quando estiver acompanhada daquilo que os liberais entendem como liberdade econômica. Ainda que o Estado não seja completamente descartado nessa lógica, sua função se limita a aspectos mínimos no âmbito social, como apontado anteriormente por Perry Anderson (2020).

O que se percebe é que mesmo decorrendo de tão pouco tempo o processo de elaboração, aprovação e promulgação da CF/88, o primeiro Presidente da República eleito por voto direto

após a ditadura militar já anunciava desde a data de sua posse tornar o Brasil um país com pouco controle e atuação do Estado, isto é, um país mais liberal.

Para Filgueiras (2000), a combinação do processo de abertura da economia com o de privatização, iniciado pelo governo do ex-presidente Fernando Collor, inaugurou no Brasil aquilo que ele denominou como “Era Liberal”, um período de desmantelamento e desmanche do papel do Estado. Nas palavras do autor

Até então, apesar da existência de algumas iniciativas nesse sentido, durante o Governo Sarney, e de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. A Constituição de 1988, apesar de seus vários equívocos, foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira, por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado tanto do Governo Collor²² quanto do Governo Cardoso, que recolocou, mais tarde, o projeto liberal nos trilhos (FILGUEIRAS, 2000, p.84).

Importante perceber que, de acordo com o autor supracitado, antes mesmo das políticas neoliberais serem implementadas e/ou colocadas em prática no Brasil, a grande imprensa já funcionava como instrumento de divulgação e massificação desta ideologia, numa intenção de construir consenso e alcançar a hegemonia na sociedade. Isto significa dizer que o neoliberalismo não chega do nada e é posto em prática pelo governo no Brasil, ele é fruto de um processo que vai se construindo, constituindo e consolidando aos poucos, ganhando espaço e se fortalecendo na medida em que as disputas políticas e a luta de classes possibilitam seu avanço.

Para isso contribuíram os aparelhos privados de hegemonia, como a própria imprensa, mas também outros, que possuem como foco justamente a organização e divulgação do ideário neoliberal, como o Instituto Liberal, fundado por Donald Stewart Jr, no Rio de Janeiro, em 1983, e o Instituto de Estudos Empresariais, uma *think tank* fundada em 1984 e que, desde 1988, organiza anualmente o chamado Fórum da Liberdade. Casimiro afirma que “o Fórum representa um dos principais e mais divulgados eventos de difusão de valores e da concepção de mundo neoliberal e libertária realizado no Brasil. Pode ser considerado um verdadeiro reduto das direitas e do conservadorismo no país” (2020, p.70).

Esse aspecto da ideologia neoliberal ser divulgada e propagandeada pela imprensa antes mesmo de ser colocada em prática nos lembra da revisão de literatura sobre o MESP, onde as pesquisas de Pinheiro (2017) e de Kichileski (2019) apontaram que a imprensa foi legitimando

²² Aqui consideramos importante destacar que Fernando Collor sofreu um processo de impeachment, renunciando em 29 de dezembro de 1992, em virtude das acusações de corrupção.

o discurso do movimento sobre professores agirem como doutrinadores dentro das salas de aulas.

Isso deixa evidente que o trabalho de divulgação das ideias neoliberais e neoconservadoras se dá de forma organizada e intencional não apenas pela direita parlamentar, mas também por organizações criadas justamente com tal intenção, não sendo um trabalho voluntarista ou amador, por mais que também possa ocorrer desta forma. Estamos falando de uma ideologia política que, organizada através de diferentes atores políticos, busca construir seu consenso na sociedade.

Importa-nos apontar que o ideário neoliberal começa ganhar corpo no Brasil no contexto do Consenso de Washington, que ocorreu em 1989. O Consenso de Washington foi uma reunião organizada por representantes dos países ditos desenvolvidos, assim como presidentes de bancos, instituições financeiras e outras entidades ligadas ao mercado, para estabelecerem diretrizes econômicas orientadoras para países subdesenvolvidos, principalmente da América Latina.

O Consenso de Washington teve como base o livro “Toward renewed economic growth in Latin America”, escrito em 1986, por Bela Balassa, Mario Henrique Simonsen entre outros, publicado pelo Institute for International Economics. De acordo com Silva (2005)

Durante a reunião, os integrantes afirmaram a necessidade de reformas estruturais, de aplicação de um plano de estabilização econômica, e ratificaram a proposta neoliberal como condição para conceder novos empréstimos aos países periféricos. Para expressar as convicções desses senhores do capital, John Williamson elaborou o modelo de reforma a ser aplicado pelos governos nacionais, devedores aos organismos financeiros e credores internacionais. O documento conhecido como Consenso de Washington efetivamente imprimiu o modelo neoliberal de desenvolvimento econômico a ser implementado pelos governos nacionais nas décadas seguintes (2005, p.256).

O Brasil, que enfrentava grave crise econômica deixada de herança pela ditadura militar, tornou-se terreno fértil para o receituário neoliberal, que se apresentava como única alternativa ao mundo para o mundo globalizado, principalmente após o fim da URSS em 1991, o que levou alguns teóricos a decretarem o “fim da História”²³.

Tal ponto de vista é corroborado por Frigotto, que afirma

No plano ideológico, a investida neoliberal busca criar a crença de que a crise do capitalismo é passageira e conjuntural. Mais profundamente, busca levar à conclusão

²³ A tese sobre o “Fim da História”, elaborada por Fukuyama, aponta para o liberalismo/neoliberalismo como o grande vencedor das disputas político-ideológicas do século XX. Desta forma, não restariam mais alternativas a serem seguidas que não essa concepção de mundo.

de que a única forma de relações sociais historicamente possíveis são as relações capitalistas. Crença que, face ao colapso do socialismo real, recebe um impulso letal. A tese do fim da história de Fukuyama é a expressão exacerbada do delírio desta razão (2011, p.78).

Assim como também é corroborado por Anderson (1995), apontando que embora o neoliberalismo tenha falhado economicamente na intenção de trazer nova vitalidade ao capitalismo, este modelo obteve algum êxito na perspectiva de desmonte do campo social, visto que aumentou a desigualdade nas sociedades, mesmo não conseguindo a desestatização da forma que almejava. Entretanto, o autor aponta que do ponto de vista político e ideológico,

o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um domínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes (ANDERSON, 1995, p.12).

A compreensão da forma como o neoliberalismo se apresenta ao mundo se faz importante por ajudar a entender a própria dinâmica do sistema capitalista no Brasil – inclusive porque não é um modelo fechado, sendo adaptado a cada região e país –, onde mesmo partidos tidos como críticos acabam por colocar em prática políticas que facilmente podem ser compreendidas como neoliberais.

Neste sentido, Anderson (1995) aponta que, embora inicialmente apenas governos declaradamente de direita colocassem em prática as políticas neoliberais, aos poucos até mesmo governos vistos e compreendidos como de esquerda passaram a adotar as mesmas políticas que antes criticavam²⁴.

Ao analisar os debates sobre a realidade nacional, Filgueiras e Gonçalves (2007) apontam que este se encontra empobrecido, pois, para eles

os intelectuais orgânicos do bloco dominante estão constrangidos. O governo Lula está implementando as estratégias e políticas desse bloco, até mesmo com resultados superiores, observando-se os interesses de suas frações hegemônicas. Por outro lado, os intelectuais de esquerda, em sua maioria, estão tímidos, visto que o governo Lula tem como principal base política no Congresso o Partido dos Trabalhadores e conta com o apoio de organizações da sociedade civil (por exemplo, centrais sindicais). Entretanto, esse governo aprofunda um modelo de economia, sociedade e política

²⁴ Uma das características fundamentais da classe dominante no sistema capitalista é a existência de uma tentativa/intenção de cooptação da classe antagônica, inclusive com o discurso de mobilidade social. Ou seja, a burguesia tenta cooptar o proletariado. Nessa cooptação, a burguesia busca o consenso em torno de seus valores, o que pode ocasionar o processo que Gramsci chama de transformismo, quando partidos e/ou grupos de oposição adotam as políticas que antes diziam combater.

(modelo liberal periférico) que consolida e aprofunda os atuais padrões de dominação no país (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p.18).

Dentro dessa concepção de cooptação e transformismo, alguns estudiosos indicam que a política educacional do governo PT é marcada muito mais por permanências e continuidades do que rupturas em relação ao governo do PSDB, quando se esperava justamente o enfrentamento à reforma do Estado promovida por Fernando Henrique Cardoso (OLIVEIRA, D. 2009; DAVIES, 2016).

As permanências e continuidades entre um governo de direita com um de esquerda no Brasil ficam mais evidentes quando olhamos para programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que, a despeito de seus resultados e importância para a inclusão, atuam como financiamento público de instituições privadas de ensino superior, ou seja, uma forma de privatização indireta da educação superior, pois promoveu a expansão do setor privado em detrimento das universidades públicas.

A política de financiamento de Lula/Haddad não modifica a política de FHC/Paulo Renato. Aloca recursos para o ensino privado através do crédito educativo e bolsas de estudo. Continua drenando recursos para os conglomerados do ensino através da concessão de “empréstimo” do BNDES. Por outro lado, acentua a política compensatória via bolsa-escola, renda mínima e outros programas sociais (NETO, 2009, p.35).

Basconi e Costa (2018) afirmam que a expansão do acesso ao ensino superior no Brasil está ligada à necessidade do país dar conta da agenda internacional e nacional, buscando então aumentar o número de pessoas com formação no nível superior. Tendo em vista o contexto de avanço do neoliberalismo no mundo, infelizmente essa expansão do número de matrículas no ensino superior brasileiro se deu principalmente por meio de instituições privadas e a partir do FIES e PROUNI (LEHER, 2004)

Essas políticas e programas foram influenciados principalmente por orientações do Banco Mundial em seus documentos²⁵, que são orientações neoliberais para grupos de países em desenvolvimento, onde apontam para financiamento estudantil mediante empréstimos, educação a distância (EaD), cursos de curta duração, entre outras diretrizes.

Em relação à educação básica podemos afirmar que a problemática não é muito diferente, ela é marcada pelo mesmo conflito entre o público em oposição ao privado que ocorre no ensino superior. Tanto o texto constitucional de 1988 quanto a LDB9394/96 são resultado

²⁵ Aqui, no caso, principalmente *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* e *La educación superior Em los países en desarrollo: peligros y promesas*.

de um processo de disputa entre diferentes setores da sociedade, que possuíam diferentes concepções de mundo, sociedade e sobre o papel do Estado.

O debate ao longo da década de 1980, para a educação, se deu principalmente entre uma perspectiva privatista conservadora e uma concepção crítica progressista, com temas como democratização da educação e gestão democrática recebendo grande atenção sobretudo de movimentos educacionais como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (BATISTA, 2002).

Com a promulgação da CF/88, esses debates não foram superados, eles continuaram no processo de elaboração da LDB 9394/96, que começou a tramitar na Câmara de Deputados ainda em 1988. Assim, de acordo com Bollmann e Aguiar,

[...] de um lado forças sociais progressistas, populares e democráticas da sociedade civil, compostas por entidades, em especial o FNDEP, defensoras de uma educação pública, universal, gratuita e de qualidade para todos – necessária à construção de uma sociedade democrática, socialmente justa; de outro, forças liberal-conservadoras que impõem um projeto educacional neoliberal, privatista e flexível para atender às demandas da sociabilidade capitalista (2016, p.410).

Podemos considerar que as legislações da educação – na realidade qualquer legislação – são fruto da luta de classes e da correlação de forças nos diferentes contextos e períodos históricos. Qualquer vitória em determinado momento pode ser esvaziada em outra conjuntura em que a correlação de forças não se apresente tão favorável quando no momento inicial.

Aliás, o próprio processo de tramitação da LDB 9394/96 é muito emblemático sobre esse aspecto da correlação de forças, pois o projeto que se construiu democraticamente, buscando-se o consenso a partir de discussões realizadas por anos em amplos setores da sociedade civil não foi o projeto que terminou sendo aprovado em 1996. De acordo com Bollmann e Aguiar (2016), o projeto inicial apresentava uma defesa intransigente dos princípios que estão contidos na Carta de Goiânia, um documento produzido como resultado da IV Conferência Brasileira de Educação, que reuniu diferentes movimentos sociais e entidades do campo da educação, como a Associação Nacional de Educação (ANDE), a Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), entre outras.

No Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), esse conflito de interesses privados em oposição aos públicos fica bem explícito. Criado por Medida Provisória durante o governo Lula, quando é convertido na lei 11.494/2007²⁶ sofre mudanças na Câmara de Deputados, prevendo a possibilidade de repasse de recursos do fundo para

²⁶ Hoje esta lei foi revogada, dando lugar à lei 14.113/2020.

instituições educacionais conveniadas com o Poder Público, o que entrou em desacordo com a EC nº53, que estabeleceu que os recursos do FUNDEB deveriam ser apenas para a educação básica pública (DAVIES, 2016).

Assim, vemos como os recursos públicos vão sendo redirecionados de instituições públicas para instituições privadas, via bolsas de estudo ou mesmo transferência de gestão, com escolas públicas possuindo gestão privada (GAWRYSZEWSKI, MOTTA, PUTZKE, 2017), o que serve para reforçar o discurso liberal sobre o Estado como péssimo gestor e o privado como espaço de excelência.

Entendemos então que para além de uma questão de transferência de verba pública para instituições privadas, o que ocorre é também uma propaganda ideológica de um determinado modelo de Estado e, conseqüentemente, de sociedade. O papel do Estado seria apenas o de direcionar os investimentos, enquanto quem administraria e controlaria a aplicação seriam entes privados.

2.2 Neoconservadorismo e o MESP: o que há sob essa “onda”

Os anos finais do século XX e a primeira década do século XXI são apontados por alguns estudiosos da América Latina como “onda rosa” ou “maré rosa” (PANIZZA, 2006; SILVA, 2015), marcada pelas vitórias eleitorais e dando início a governos de partidos progressistas na região, como Hugo Chávez na Venezuela (1999), Néstor Kirchner na Argentina (2003), Lula no Brasil (2003), Evo Morales na Bolívia (2006), entre outros.

A cor rosa é formada pela mistura do vermelho com o branco, também podendo ser interpretada como um vermelho mais fraco, menos intenso. No caso da análise política, a escolha dessa cor para expressar o crescimento de governos de esquerda na América Latina passava a ideia de que os partidos outrora radicais em suas origens e, em alguns casos, revolucionários, no momento que foram eleitos, já eram mais moderados, não eram mais comunistas, isto é, vermelhos (NASCIMENTO, 2017).

Apesar desse avanço na primeira década do século XXI, a segunda década tem se caracterizado por um momento de inflexão da dita “maré rosa” na América Latina. No Brasil, esse momento de inflexão começa a ganhar destaque a partir das manifestações de junho de 2013, quando se inicia o que alguns autores e críticos sociais chamam de “Onda Conservadora”

(DEMIER, HOEVELER, 2016; BURITY, 2018)²⁷. De acordo com Boulos (2016), a partir deste momento,

A direita saiu do armário. Passou a adotar abertamente um discurso mais ousado e raivoso. Os velinhos do Clube Militar tiraram a poeira das fardas para defender uma reedição de 1964. Homofóbicos, racistas e elitistas passaram a falar sem pudores de suas convicções (2016, p. 30).

Essa “Onda Conservadora” tem se manifestado, desde então, em inúmeros espaços, mas principalmente no campo das políticas públicas, tomando corpo nas chamadas contrarreformas²⁸, que apresentam um discurso de combate à crise, mas possuem por objetivo retroceder em conquistas e direitos sociais conquistados nas últimas décadas. Congelamento dos gastos públicos, terceirização ilimitada, destruição dos direitos trabalhistas, mudanças no ensino médio e, agora, com Bolsonaro na presidência, um desmonte total e feroz do Estado como garantidor de direitos e políticas sociais.

Para Demier,

o direitismo político e o conservadorismo comportamental, tal como o reacionarismo cultural, parecem medrar sem óbices. Parece não haver uma semana sequer em que não assistamos estupefatos a algum vultoso corte de verbas nas áreas sociais; a alguma barbaridade cometida pelas degeneradas políticas militares; a alguma esdrúxula proposta antiminorias apresentadas na Câmara dos Deputados; a alguma incitação ao ódio por parte de histriônicos líderes político-religiosos; a algum crime motivado por machismo, racismo, homofobia, transfobia mesmo xenofobia contra haitianos [...] (2016, p.10).

Esses apontamentos confirmam a discussão realizada por Bonazzi no Dicionário de Política, sobre Conservadorismo, segundo o qual, para a ciência política, “o termo Conservadorismo designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras” (BONAZZI, 1998, p.242). Continua o autor,

o Conservadorismo surge só como resposta necessária às teorias que, a partir do século XVIII, se distanciaram da visão antropológica tradicional, para reivindicar para o homem a possibilidade não só de melhorar o próprio conhecimento e seu domínio

²⁷ Existe um debate dentro da Esquerda sobre as chamadas Jornadas de Junho, onde alguns grupos responsabilizam as manifestações de 2013 pelo avanço do conservadorismo nos anos seguintes, apontando os manifestantes como manipulados pela direita. Outros debatem sob uma perspectiva que aquelas manifestações estavam em aberto, sendo disputadas por grupos e setores de diferentes espectros ideológicos, e que as próprias manifestações variaram em sua composição política a depender da cidade ou estado em que ocorriam (CHAUÍ, 2016; MATTOS, 2016).

²⁸ Chamamos de contrarreforma as alterações significativas no âmbito das legislações que impliquem na destruição dos avanços sociais conquistados nas últimas décadas (BEHRING, 2008).

sobre a natureza, como também de alcançar, por meio de ambos, uma autocompreensão cada vez maior e, conseqüentemente, a felicidade. O resultado a que tendiam estas teorias era o de fazer da história humana um processo aberto e ascendente, baseado numa antropologia revolucionária, onde o indivíduo fosse núcleo ativo, capaz de se tornar melhor tornando-se cada vez mais racional. Isto implicava o rompimento com a tradição, o que provocou fendas na consciência europeia, quer a nível cultural, quer a nível político (BONAZZI, 1998, p.243).

Sendo assim, compreende-se que Bonazzi (1992) aponta que o conservadorismo nasce como uma reação ao Iluminismo, que foi um movimento intelectual surgido na Europa que mudou a forma com que homens e mulheres enxergavam o mundo, saindo de uma perspectiva religiosa para uma concepção de mundo mais racional, isto é, que tinha como base de sustentação o uso da razão e a ciência.

O substantivo conservadorismo é derivado da palavra conservador, do verbo conservar, que significa “sem alterações, mudanças”. Nesse sentido, Michael Oakeshott (s.d.) aponta que

ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado ao não tentado, o facto ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica. As relações e lealdades familiares serão preferíveis ao fascínio de vínculos mais proveitosos; comprar e expandir será menos importante que conservar, cultivar e desfrutar; a dor da perda será maior que a excitação da novidade ou da promessa (s.d, p.5).

Em outro momento ele continua

ser conservador não é apenas ser avesso à mudança (que pode resumir-se a ser uma idiossincrasia); é também a forma de nos adaptarmos às mudanças, algo que foi imposto a todos os homens. De facto, a mudança é uma ameaça à identidade, e toda a mudança significa extinção. No entanto, a identidade do homem (ou da comunidade) não é mais do que uma contínua repetição de contingências, cada uma à mercê das suas circunstâncias e cada uma importante em relação à sua familiaridade (OAKESHOTT, s.d., p.6).

O conservadorismo é apresentado como um comportamento ou concepção de mundo daqueles que preferem o conforto do conhecido ao desconforto das mudanças e desconhecido. Tal concepção se encaixa perfeitamente com a forma como o conservadorismo surgiu, de reação à nova visão de mundo que o Iluminismo representou naquele momento, que alterou radicalmente a forma de se enxergar o mundo.

Dessa forma, o diferente, as mudanças, são enxergadas como ameaças à própria identidade do indivíduo conservador. Ou seja, o conservadorismo é o modo de vida, de enxergar o mundo, daqueles que pretendem manter as coisas como estão, evitando na medida do possível as mudanças que ocorrem na sociedade.

Essas perspectivas, especialmente a de Bonazzi (1998), têm colocado o conservadorismo como um setor apenas reativo, ou seja, que apenas reage às questões que são postas por outros setores da sociedade. Entretanto, o que estamos apresentando em nossa tese é que o conservadorismo vai além da simples reação²⁹. Concordamos com Sepulveda e Sepulveda (2019) quando eles afirmam que o conservadorismo é proativo.

Na forma como o entendemos, o conservadorismo é uma categoria histórica, ou seja, que deriva de processos cujos resultados são diferenciados ao longo do tempo. Entendemos o conservadorismo como algo estabelecido a partir de uma cultura conservadora, resultado da regularidade de argumentos empregados em situações análogas entre si por diversos agentes históricos. Dessa forma, não é possível se pensar em conservadorismo como uma categoria estática, tanto sociológica quanto antropologicamente. Ou seja, a história é marcada por disputas, em especial por aquilo que se vinculou a chamar de *luta de classes*. Na disputa por poder que ocorre no campo da cultura, o conservadorismo é um importante elemento na construção dos interesses de classe e da própria consciência de classe. Em tal processo, não estão em disputa somente as condições materiais de sobrevivência, o estão também as condições simbólicas, compostas por diversas argumentações, de diferentes naturezas (SEPULVEDA, SEPULVEDA, 2019, p.872).

Caso o conservadorismo se colocasse apenas numa perspectiva de reação ao que é posto por demais setores da sociedade, falarmos em “onda conservadora” seria um contrassenso, considerando que, quando analisamos a sociedade, percebemos que os grupos conservadores estabelecem um papel ativo na formulação de políticas públicas, formulam proposições próprias daquilo que querem enquanto indivíduos e grupos que compõem a sociedade.

Esse aspecto do conservadorismo, enquanto um movimento proativo, ficará mais evidente no quarto capítulo de nossa tese, onde demonstramos como as bases que fundamentam o MESP possuem suas origens na DSN e na ditadura civil-militar. Tal questão explicita como o conservadorismo não fica apenas aguardando acontecer ou surgir alguma proposta tida como progressista para então reagir. Pelo contrário, o MESP é a materialização de uma expressão dessa proatividade do conservadorismo.

A própria eleição de Bolsonaro, em 2018, é também um exemplo da proatividade do conservadorismo. Eleito com amplo apoio dos diferentes setores conservadores da sociedade, pautando sua campanha no combate à corrupção, ao comunismo, objetivando também uma reforma do Estado. Em seu discurso na cerimônia de posse no Congresso, Bolsonaro afirmou:

Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a,

²⁹ Essa discussão foi apontada pelo professor Sepulveda no momento da qualificação. Consideramos importante integrar ao texto os apontamentos realizados naquele momento.

definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da **submissão ideológica**.

[...]

Vamos unir o povo, **valorizar a família**, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, **combater a ideologia de gênero**, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas.

[...]

Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros: que querem **boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política**; que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais da nossa Constituição (BRASIL, 2019a, grifo nosso).

Já no discurso da cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial, realiza fala semelhante à população

É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que **o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto**.

[...]

Não podemos deixar que *ideologias nefastas* venham a dividir os brasileiros. **Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade**.

E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil (BRASIL, 2019b, grifo nosso).

No primeiro discurso, podemos perceber claramente a defesa de três pontos: a valorização da família; dos preceitos religiosos; e de uma escola com formação voltada para o mercado de trabalho. Dentro da lógica exposta, esses três pontos excluem o debate sobre a realidade, os problemas sociais e questões de gênero.

No segundo discurso, de forma semelhante e reforçando o que foi afirmado no primeiro, Bolsonaro fala em combate às ideologias contrárias ao que ele defende, ideologias essas que gerariam a divisão da sociedade e destruição das famílias, colocando sua eleição como o início para a “libertação do socialismo”.

Os discursos de posse do presidente da república materializam-se em ataques e convocação de ataques ao livre pensar, à liberdade de cátedra e autonomia pedagógica dos professores. O ex-ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, anunciou cortes de 30% de verbas para as universidades que promoverem “balbúrdias”³⁰. Dessa forma,

³⁰ Anunciado inicialmente como cortes a instituições e cursos específicos, depois de muitas críticas de inúmeros setores, os cortes tornaram-se “contingenciamentos” de verbas para todas as instituições federais de ensino, sendo os valores “descontingenciados” apenas em outubro, o que acarretou inúmeros problemas para as instituições

dá mais força na atual conjuntura, ao MESP e seu discurso sobre “doutrinação” nas escolas e universidades públicas.

Embora tenha ganhado força apenas nos últimos anos, o MESP surge oficialmente em 2004. Penna (2017, p.35) afirma que, naquele momento, quando surgiu, o discurso do movimento não foi enfrentado da forma como deveria, exatamente por ser um completo absurdo e não possuir qualquer base legal, além do fato dele se espalhar não nos espaços acadêmicos, mas nas redes sociais. De acordo com o autor,

Esse discurso utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional (PENNA, 2017, p.35).

Essa questão da linguagem fica nítida ao analisarmos a seguinte passagem, exposta no site do MESP,

Se você sente que seus professores ou os professores dos seus filhos estão comprometidos com uma visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais; se percebe que outros enfoques são por eles desqualificados ou ridicularizados e que suas atitudes, em sala de aula, propiciam a formação uma atmosfera de intimidação incompatível com a busca do conhecimento; se observa que estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência (ESCOLA SEM PARTIDO, s.d.).

Em tom alarmista, apelando para a preocupação das famílias com a formação de seus filhos, com acusações aos professores e às opções pedagógicas destes em sala de aula, realiza um chamamento para que os professores sejam justamente denunciados, criando uma aura constante de medo, controle, vigilância e monitoramento na atividade docente.

A perspectiva conservadora do movimento confirma-se também pela autodescrição deste em seu site, na parte “Quem somos”, na qual afirmam

EscolasemPartido.org é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo (ESCOLA SEM PARTIDO, s.d.).

federais ao longo do ano, como atraso em pagamento de água, energia e contratos (conferir em OLIVEIRA, R. 2019; e GRAVIA, 2019). Dessa forma, convém apontar o jogo de palavras entre cortes e “contingenciamentos”.

Fica evidente que um dos objetivos do MESP é alijar do ambiente educacional qualquer debate ou discussão sobre a conjuntura política, social e/ou econômica do país. Um dos objetivos é uma escola que esteja a serviço não apenas da manutenção do *status quo*, e sim de uma escola que não aborde questões de gênero, raça e classe, partindo de um falso pressuposto de que existiria conhecimento ou produção de conhecimento neutro, garantindo assim a hegemonia de grupos liberais e conservadores.

Os debates sobre questões de gênero ganham certa centralidade no MESP, assim como sobre o direito da família em relação à educação de seus filhos. Não à toa, o discurso de Miguel Nagib é sempre voltado para a preocupação dos pais com a formação das crianças, com os valores morais dos pais que estariam sendo desrespeitados pelos professores.

A ênfase em uma visão idílica da família, como contraponto às inseguranças vivenciadas pelas pessoas, tem se mostrado uma aposta política frutífera. Ela está no centro de um novo conservadorismo que atua na contramão dos direitos sociais e dos direitos fundamentais dos indivíduos, respaldando projetos antipluralistas e autoritários (LACERDA, 2019, p.14).

Dessa forma, acreditamos que seja importante a compreensão que não se trata de qualquer tipo ou forma de conservadorismo, como do conservadorismo tradicional, por exemplo, e sim de outra vertente do conservadorismo, mais retrógrada, qual seja, o conservadorismo reacionário.

Se como exposto anteriormente, o Conservadorismo seria uma perspectiva daqueles que pretendem a manutenção da ordem e pouco afeitos a mudanças, o Conservadorismo Reacionário teria por objetivo um retorno a um passado idealizado. Cunha, em entrevista, ao ser perguntado sobre a existência de uma “Onda Conservadora” no Brasil e sua interferência na Educação, responde

Olha, existe onda conservadora, mas não é essa que me preocupa, não. O que me preocupa é uma onda reacionária. O conservador quer manter como está, e há quase que um consenso que nada tá bom, então dificilmente alguém quer manter como está. Quer mudar pra frente ou pra trás, e tem gente que quer mudar pra trás. Reacionária, então levar lá pra trás, para uma realidade real ou imaginária, digo eu, que na maior parte dos casos imaginária, de que o passado é melhor do que o presente (CUNHA, 2019, informação verbal)³¹.

Segundo Apple (2002), o que estamos chamando de Conservadorismo Reacionário, como estabelecido por Cunha (2019), vai ser definido como Neo-conservadorismo. Essa

³¹ Democracia e Educação, entrevista com Luiz Antônio Cunha, exibida no Youtube, canal Pensar a Educação Pensar o Brasil, no dia 3 de maio de 2019. Ver em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f92BMualrJU>>.

perspectiva olha para o passado por uma ótica romantizada, onde haveria um “conhecimento real” e uma moral que se sobrepunha à sociedade, além das pessoas conhecerem seu lugar e das comunidades estarem protegidas de uma suposta degradação dos valores que sustentam a sociedade.

O neoconservadorismo tem sua origem nos EUA, sendo uma aliança que juntou grande parcela de grupos evangélicos, mas também a direita leiga ligada ao Partido Republicano e intelectuais que estavam empenhados com a eleição presidencial de Ronald Reagan nos EUA nos anos 1980 (LACERDA, 2019). Lacerda defende que o neoconservadorismo brasileiro seria uma reelaboração do neoconservadorismo estadunidense.

Esse ideário político aliou, nos Estados Unidos, militarismo (que compreende idealismo punitivo interno e militarismo anticomunista externo), absolutismo do livre mercado e valores da direita cristã. Como os críticos do neoliberalismo afirmam [...], a crescente falta de solidariedade resultada do desmonte das políticas públicas do pós-guerra redundou em desagregação social. O que a preenche, no discurso neoconservador, são os valores religiosos e da defesa da família “natural”, de um lado, e, para aqueles que não se ajustam, a punição rigorosa via sistema criminal (LACERDA, 2019, p.17).

Podemos perceber que esse militarismo ocorre também no Brasil. Como a militarização da sociedade, com intervenções policiais e ocupações nos morros e favelas, e também com reflexos na educação, com a ampliação de escolas militares nos últimos anos, principalmente a partir da eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro e com o decreto 10.004/2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

Além do processo de militarização da sociedade, também vemos o punitivismo no Brasil, com campanhas pela redução da maioria penal a cobranças por penas mais duras e “pacotes anticrime”, com excludentes de ilicitude para policiais. Quando pensamos também no neoliberalismo, aqui discutido, em consonância com o neoconservadorismo, fica evidente que esse punitivismo afeta principalmente os mais pobres e os movimentos sociais. Torna-se ainda mais cruel a lógica de um Estado mínimo para cuidar dos problemas sociais, mas máximo para proteger a propriedade privada dos meios de produção e os lucros da burguesia.

Esse punitivismo fica muito evidente no discurso de “bandido bom é bandido morto”, mas também não fica distante quando pensamos na lógica de perseguição aos profissionais da educação, com as notificações extrajudiciais e os processos promovidos pelos defensores do MESP, o que aproxima este movimento da DSN, construindo ideologicamente a figura de um “inimigo interno”. Como apontam Passos e Mendonça (2021), o MESP transforma o professor em uma ameaça dentro da lógica do neoconservadorismo.

Dessa forma, compreende-se o MESP como uma expressão desse neoconservadorismo, objetivando que a educação no Brasil volte para um momento anterior, onde os debates sobre política, raça, gênero e classe eram inexistentes no ambiente escolar em nome de uma suposta neutralidade, defendendo uma perspectiva utilitarista da educação, como se a mesma não fosse também imbuída de uma ideologia.

Essa perspectiva utilitarista da Educação é perceptível em parecer publicado por Nagib, fundador do MESP. Alinhado à perspectiva dos organismos internacionais – em especial, o Banco Mundial (BM) –, para Nagib a educação é um serviço, não um direito, exatamente como o compreendido pelo neoliberalismo. Para o advogado e idealizador do movimento,

As famílias são lesadas quando a autoridade moral dos pais é solapada por professores que se julgam no direito de dizer aos filhos dos outros o que é certo e o que é errado em matéria de moral. Instigados por esses professores, muitos jovens passam a questionar e rejeitar o direcionamento estabelecido por seus pais no campo da religião, da moral e dos costumes, ensejando o surgimento de graves conflitos no seio das famílias.

E a sociedade é lesada quando recebe, em troca dos impostos que paga, uma educação conhecida mundialmente por sua péssima qualidade; quando é obrigada a suportar o fardo de uma força de trabalho despreparada; quando sofre as consequências de greves abusivas, seletivamente organizadas e deflagradas para prejudicar adversários políticos dos sindicatos de professores; quando custeia o projeto de poder dos partidos que aparelham o sistema de ensino (NAGIB, 2018, p.1,2).

Nagib trabalha com esta concepção da Educação como um serviço prestado, seja pelo Estado, seja por instituição privada, não um direito social garantido constitucionalmente. Embora tenha citado acima apenas um trecho de seu parecer, no documento inteiro a expressão “serviços”, relacionando-se à educação, aparece 8 vezes³². Por isso sua concepção que professores “lesam” sempre alguém quando abordam de forma crítica conteúdos e temas da atualidade durante as aulas. Destaca-se também, como exposto, a concepção de que os professores são responsáveis pelos baixos índices de qualidade da educação, e pela formação precária de mão de obra – como se formação de mão de obra fosse função da escola.

Ao defender a ideia da Educação como serviço, sente-se também no direito de cobrar aquilo que pode ou não pode ser dito dentro de uma sala de aula ou ambiente escolar, impondo então a sua visão distorcida do que é ou como deve se dar o processo educacional nas escolas.

Como afirma Frigotto, o MESP

[...] expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente não neutra.

³² O documento pode ser conferido em: <<https://www.escolasempartido.org/images/pfesp.pdf>>.

Para isso, manipula até mesmo o sentido liberal de política, induzindo a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e alunos seres idiotas manipulados (2017, p.29).

Para que esse objetivo seja alcançado pelo movimento, os professores são criminalizados e colocados em constante vigilância, com o incentivo para alunos filmarem e denunciarem suas aulas. São questionados em sua autoridade, desacreditados e desmoralizados publicamente com ataques e protestos organizados por pais defensores da pauta deste movimento.

Não são poucos os casos que vão parar nas redes sociais de vídeos totalmente descontextualizados, com apenas alguns minutos de uma aula, usados como instrumento para perseguição pública dos professores. Independentemente de não termos na esfera federal lei que coloque em prática os objetivos do movimento³³, o medo da perseguição pública muitas vezes já funciona como forma de promover a autocensura por parte de professores.

Com base no que foi discutido, no próximo capítulo, procuramos realizar o movimento de identificar e definir as ferramentas de análise que nos capacitarão compreender mais profundamente o MESP, tendo em mente as questões e objetivos expostos para a elaboração de nossa pesquisa.

³³ Alguns municípios e estados aprovaram versões próprias da Lei da Mordaza, com pouca ou nenhuma alteração em relação ao modelo de projeto que se encontra no site do movimento, entretanto, boa parte dessas leis foram consideradas inconstitucionais pelo STF.

3 O MESP COMO PARTIDO: IDEOLOGIA E AÇÃO PRAGMÁTICA

A Educação sempre foi um campo de disputa por hegemonia, refletindo o projeto de sociedade pretendido pela classe dominante, afinal, a relação de hegemonia perpassa também por uma relação pedagógica (GRAMSCI, 1999) ou, como nos informa Apple (2002, p.56), “é um espaço de conflitos e de compromissos”. Desta forma, não são poucos os ataques que os profissionais deste campo sofrem, desde a desqualificação do professor quanto a sua formação e à tentativa de controle da atividade docente (SILVA, A. 2018; OLIVEIRA, 2004).

Nesse último aspecto, o controle da atividade docente passa continuamente por um direcionamento sobre aquilo que o professor deve trabalhar em sala de aula, desde o estabelecimento de currículo mínimo a avaliações externas. Entretanto, nos últimos anos, vimos ser chocada³⁴ um movimento que não apenas tem a pretensão de direcionar a atuação docente, mas como determinar também aquilo que o professor e a escola podem ou não abordar no contexto da sala de aula ou do espaço pedagógico, ou seja, assuntos que deveriam ser proibidos de acordo com a concepção de mundo de tal movimento.

O MESP, que sob o pretexto de buscar uma suposta neutralidade da atividade educacional, começou verdadeira perseguição, com aspectos de inquisição e censura, a professores, conteúdos e livros escolares que divergem daquilo que consideram aceitável. Perseguição essa que leva ao escracho público em redes sociais, a denúncias administrativas e processos judiciais contra professores e escolas.

Para o Ministro Fux, relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 460,

A proibição genérica de determinado conteúdo, supostamente doutrinador ou proselitista, desvaloriza o professor, gera perseguições no ambiente escolar, compromete o pluralismo de ideias, esfria o debate democrático e prestigia perspectivas hegemônicas por vezes sectárias (BRASIL, 2020, p.6).

Sendo assim, inicialmente, acreditamos que há a necessidade de debatermos e discutirmos, principalmente a partir das contribuições do militante marxista e filósofo Antonio Gramsci e do historiador E. P. Thompson, algumas categorias teóricas e conceitos que não

³⁴ A palavra “chocado”, nesse caso, faz alusão ao texto de Frigotto (2017), cujo qual o autor utiliza de uma metáfora com o “ovo da serpente”, ao falar sobre surgimento e/ou crescimento de movimentos nazifascistas, para tratar do nascimento do MESP e como ele ameaça a Educação e a Democracia.

apenas fundamentam e explicitam e qual o nosso referencial na pesquisa, mas que nos ajudam a estabelecer a leitura que fazemos do MESP.

Compreendemos, a princípio, que há algumas categorias e conceitos que se demonstram basilares para discutirmos o objeto dessa pesquisa, a atuação do MESP como a materialização da DSN, atuando como um APH, com pretensões de destruir os princípios democráticos da Constituição de 1988, transformando os professores em inimigos internos. Neste sentido, entendemos que Cultura, Ideologia, Hegemonia e Partido Político apresentam-se como as categorias e conceitos que nos permitem interpretar a realidade e compreender melhor o objeto.

Estabelecer a ordem em que essas categorias são aqui apresentadas exigiu um grande exercício de reflexão e pensamento, pois não se trata de uma organização aleatória. Pensamos sobre como o MESP age, sobre o que ele implica diretamente e o que busca conquistar.

Então, pensamos que o MESP está preocupado, inicialmente, com duas questões que norteiam e direcionam a sociedade, para então conquistarem e/ou garantirem aquilo que almejam. Duas questões que estão implicadas uma na outra, se complementam. Explicando, entendemos que o MESP age a partir da cultura e da ideologia, buscando garantir sua hegemonia.

Deixamos o Partido Político a partir da perspectiva de Gramsci por último por ele ser a materialização das disputas pela cultura, ideologia e hegemonia da sociedade realizadas pelo MESP. Longe de esgotarmos as categorias e conceitos que nos auxiliarão na empreitada de nossa pesquisa, neste momento intencionamos apontar aqueles que nos são caros e centrais para a compreensão e desenvolvimento do objeto de pesquisa.

3.1 Cultura: um terreno da disputa por hegemonia

A primeira questão que nos surge é do por que a necessidade de nos debruçarmos sobre e definirmos o que é cultura para nos aprofundarmos sobre o MESP. Não é raro encontrarmos referências de Miguel Nagib ou mesmo do próprio movimento a um suposto “marxismo cultural” ou mesmo “guerra cultural”, como podemos ver na imagem 3, logo a seguir.

Nesse mesmo sentido, em outubro de 2017, o jornal Estadão publicou matéria com o seguinte título “*A eleição da moral e dos bons costumes*”, fazendo referência à eleição que, naquele momento, estava por vir em 2018, deixando evidente o deslocamento dos debates do eixo econômico-social para o eixo dos valores morais e culturais.

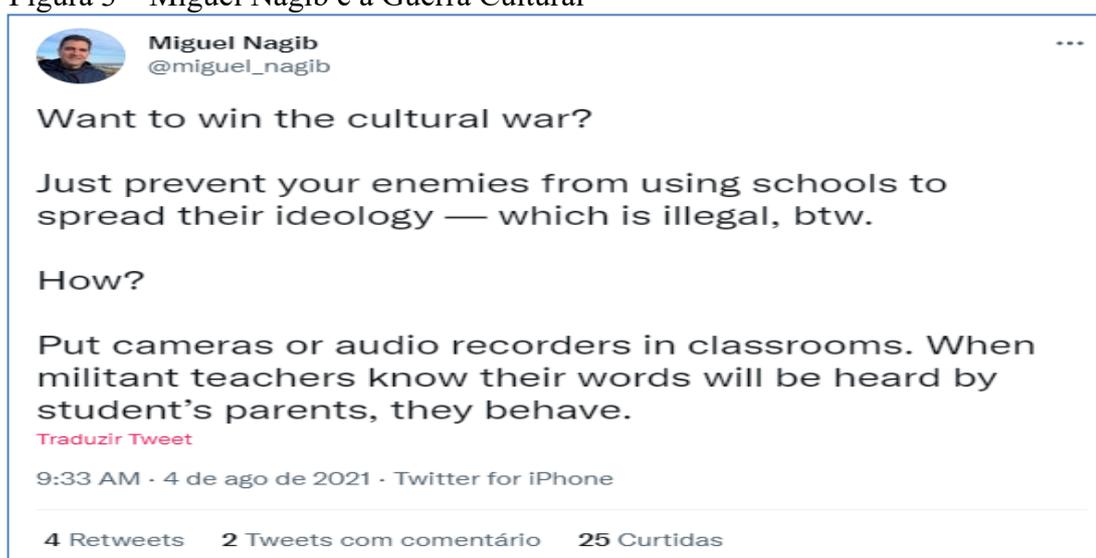
Nas propostas para a Educação, naquela eleição, o agora ex-presidente Jair Bolsonaro, enquanto representante político de setores conservadores e da extrema-direita brasileira, abraçou o MESP, a militarização das escolas e também a escolarização doméstica. Entre os argumentos utilizados para a defesa de tal agenda, podemos encontrar a luta contra uma suposta “doutrinação ideológica”, a defesa de valores e da família “tradicionais”.

Embora tal agenda não tenha se iniciado com a eleição de Bolsonaro, entendemos que ela ganhou novo ímpeto a partir de tal momento. Compreendemos que esta agenda se encontra não apenas dentro do campo da educação, mas da cultura também. Assim,

O reconhecimento da educação como prática cultural amplia o escopo de sua ação nas sociedades de classes contemporâneas, potencializando-a como instrumento eficaz de sedimentação das relações sociais hegemônicas e, ao mesmo tempo, como instrumento possível de construção de relações sociais transformadoras (MARTINS, NEVES, 2021, p.204).

No site do MESP também podemos encontrar, em um artigo de autoria do Miguel Nagib, o seguinte trecho “evidentemente, os adversários ideológicos da esquerda têm de ir à luta. Queiramos ou não, existe no mundo, hoje, uma guerra cultural e de valores. A disputa entre *conservatives* e *liberals*, nos EUA, é exemplar. Não há como fugir do confronto.” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2011).

Figura 3 – Miguel Nagib e a Guerra Cultural³⁵



Fonte: Disponível em: <https://twitter.com/miguel_nagib/status/1422898575076466688>.

³⁵ Quer vencer a guerra cultural?

Apenas evite que seus inimigos usem escolas para espalhar sua ideologia – o que é ilegal, aliás.

Como?

Coloquem câmeras ou gravadores nas salas de aula. Quando professores militantes sabem que suas palavras serão ouvidas pelos pais dos alunos, eles se comportam.

Dessa forma, entendemos que cultura é uma das categorias fundamentais para análise e compreensão do MESP, da agenda neoconservadora para a educação e dos movimentos que a apoiam e promovem. Sem nos debruçarmos sobre essa categoria, não só se tornaria difícil a apreensão daquilo que compõe a agenda neoconservadora para a educação, como também ficaria de lado um dos principais aspectos da sociedade com o qual o referido movimento e setores neoconservadores da sociedade tanto se preocupam e buscam influenciar.

A cultura é onde se materializa a disputa pela hegemonia promovida pelo MESP, daí a chamada guerra cultural, promovida por grupos neoconservadores. Quando falamos então da referida Guerra Cultural, não estamos nos resumindo ao MESP, e sim ampliando o debate para os diferentes grupos e setores da direita neoconservadora e da extrema-direita que agem, abertamente ou não, na intenção de defender determinada concepção de mundo e atacar as que divergem de suas perspectivas e assim consolidar sua hegemonia.

Sobre a guerra cultural, Rocha (2021) aponta não ser um fenômeno novo e nem exclusivo do Brasil, sendo os ataques à “ideologia de gênero” a demonstração de uma relação com grupos conservadores e reacionários dos EUA. Para o autor,

Na ascensão internacional da direita e da extrema-direita, as guerras culturais somente são inteligíveis no âmbito de autênticas batalhas ideológicas pelo estabelecimento de modelos normativos (reacionários até) de família, arte, educação lei e política. No parlamento brasileiro, o crescimento exponencial da bancada evangélica é indissociável desse conflito de valores (ROCHA, 2021, p.113).

Eagleton (2003), por sua vez, afirma que a guerra cultural é um elemento característico da política mundial na atualidade, uma questão da política real e não apenas de debates acadêmicos, sendo muito mais relacionada a questões como a limpeza étnica do que com novelas.

Assim, consideramos que pensar e refletir sobre a cultura e seu papel dentro das estruturas das relações sociais é uma tarefa que devemos enfrentar, mas que não é das mais simples, pois entendemos que permeia a sociedade uma concepção elitista de cultura relacionada apenas a estudos ou atividades praticadas por uma determinada classe social, negando-se às atividades de outra o mesmo “privilegio” de ser considerada cultura. Vemos tal aspecto muito claramente quando se discute gêneros musicais, com questionamentos, partindo de determinados setores da sociedade, se o funk, por exemplo, seria cultura.

Sendo assim, recorremos a Gramsci, com a seguinte citação do autor

É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto sob a forma de recipiente para encher e amontoar com dados empíricos, com fatos ao acaso e desconexos, que ele depois deverá arrumar no cérebro como nas colunas de um dicionário para poder então, em qualquer altura, responder aos vários estímulos do mundo externo. Esta forma de cultura é deveras prejudicial, especialmente para o proletariado. Serve apenas para criar desajustados, ente que crê ser superior ao resto da humanidade porque armazenou na memória certa quantidade de dados e de datas, que aproveita todas as ocasiões para estabelecer quase uma barreira entre si e os outros (GRAMSCI, 2010, p.52).

O que Gramsci está nos dizendo é que é necessário deixar de lado uma visão reducionista da cultura, como se esta fosse relacionada apenas a saberes, conhecimentos reconhecidos e valorizados por determinados setores da sociedade. Para o autor, tal concepção de cultura é elitista e serve para criar processos de exclusão.

Tanto Gramsci quanto Thompson são dois autores marxistas que pensaram e refletiram sobre a cultura e sua influência nas estruturas e funcionamento da sociedade, ou seja, são autores que compreenderam que a cultura é mais um elemento constitutivo das determinações sociais e políticas da sociedade, sem a qual seria difícil estabelecer uma interpretação da realidade concreta de forma adequada. Para eles, a cultura não se limita a “saberes enciclopédicos”.

Gramsci (2007) nos trouxe a concepção de cultura como uma “expressão da sociedade”, sendo assim, a cultura pode e deve ser enxergada como produtora e reprodutora de valores, ideologias, códigos e emoções que são importantes para a constituição de uma formação histórica e social.

Considerando que a sociedade não é uma entidade homogênea, ou seja, que é composta por diferentes homens e mulheres, pessoas, grupos humanos, entende-se então que a sociedade é permeada por diferentes culturas, diferentes expressões. Desta forma, Thompson também nos trouxe uma importante contribuição ao estabelecer que cultura não é algo inerte, envolve conflitos entre diferentes concepções, ideias, disputas.

Para o autor inglês,

[...] cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o oral e o escrito, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON, 1998, p.17).

O que Thompson afirmou no trecho citado é que cultura não é consenso, que ela é dinâmica, não algo passivo. Se há conflito, então dentro da concepção de cultura exposta entende-se que há disputa de sentido entre suas diferentes e inúmeras representações e formas de expressão.

Concordando com estes teóricos, e partindo do pressuposto que há essa disputa de sentido, temos que compreender e evidenciar também quais são os grupos que disputam o sentido sobre determinados aspectos culturais para que consigamos entender certas manifestações da sociedade, como repercutem e quais as consequências que poderão gerar a curto e longo prazo.

Tendo a convicção também que vivemos numa sociedade capitalista, isto significa que as relações sociais, inclusive em seus aspectos culturais, são estabelecidas entre a classe dominante, a burguesia, e aqueles que são dominados, o proletariado. Ou seja, temos uma cultura dominante, hegemônica ou que se apresenta como hegemônica perante a sociedade, o que abre espaço também para processos de disputa, já que cultura não é consenso.

Dito isto, Apple (2002) aponta para o fato de que vivemos algo que ele nomeia como “viragem para a direita”, em cuja qual uma aliança abrangente e consensual construída entre frações da direita, entre estas principalmente neoliberais e neoconservadores, tem obtido sucesso ao conseguir projetar e implementar “diferentes tendências e compromissos sociais, organizando-os sob a sua autoridade geral em questões relacionadas com o bem social, a cultura, a economia e, como veremos, com a educação” (APPLE, 2002, p.57).

Tendo como base também as relações sociais e como a disputa cultural se estabelece num contexto de esgarçamento das próprias relações sociais ocasionado pelo avanço das políticas neoliberais, Apple afirma que

Não é de se surpreender que em épocas de insegurança e fragmentação haja um aumento concomitante dos anseios por estabilidade social e cultural e uma ênfase maior na autoridade das instituições básicas. Contra os temores de uma decadência moral e social e da desintegração cultural, há uma sensação da necessidade de um “retorno”. Em situações como essas, é comum construir um passado romântico, um passado que glorifica (certas versões) da família e da tradição, do patriotismo, dos valores vitorianos, do trabalho duro e da manutenção da ordem cultural. Os bárbaros estão às portas das cidades. E se não restaurarmos “nosso” saber, “nossos” valores e “nossas” tradições, recolocando-os no lugar central que ocuparam um dia, a civilização vai desaparecer. Não seria de admirar que aqui também as escolas e os currículos, o ensino e as provas que existem ou que não existem ali se tornem os principais alvos dos ataques (2003, p.25-26).

O revisionismo histórico³⁶ se encontra justamente dentro desse processo de disputa pela hegemonia cultural, não à toa essa visão romantizada do passado é justamente o que vemos em grupos de extrema-direita e reacionários. Por isso, a escola, mediante controle da atuação do professor, de avaliações e currículos, torna-se espaço privilegiado para a ação e disputa por determinados atores sociais, como o MESP.

De acordo com Apple (2001), as escolas são agentes de fundamental importância no processo de criação, recriação e disseminação da cultura hegemônica, pois funcionam como espaços de transmissão de normas, valores, ensinamentos de uma determinada concepção de mundo, que contribuem para a consolidação da hegemonia e ideologia dos grupos dominantes.

Neste sentido que as contribuições de Gramsci e Thompson tornam-se fundamentais, visto que ajudam a compreender a atuação destes movimentos da classe dominante para conseguir e conquistar o consentimento e consenso para suas ideias, para sua concepção de mundo, perante a sociedade de forma mais ampla.

3.2 Ideologia: alguns registros de definições

Uma das questões que o MESP coloca como foco de preocupação é sobre a suposta “contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (ESCOLA SEM PARTIDO, s.d). A tudo que fuja de uma perspectiva política da direita conservadora, acusam como sendo uma espécie de “doutrinação ideológica”.

Como afirma Žižek, “quando um processo é denunciado como ‘ideológico por excelência’, pode-se ter certeza de que seu inverso é não menos ideológico” (1996, p.9). Isso quer dizer que o fato do MESP acusar as escolas, as universidades públicas e os profissionais da educação de serem “doutrinadores”, de trabalharem conteúdos de forma enviesada e ideologizada, isso não significa de forma alguma que o próprio movimento não aja em nome de uma determinada ideologia. Assim, compreendemos que existe uma necessidade de apresentarmos e discutirmos não somente o conceito de ideologia, mas a nossa compreensão sobre o mesmo, pois, como aponta Williams (1979), este conceito não apenas não se origina no marxismo, mas também não está limitado a tal campo.

³⁶ Comentado na revisão de literatura.

O primeiro ponto a se considerar é que dentro do campo marxista a discussão em torno do conceito de ideologia é algo realizado por muitos e diferentes teóricos, como o próprio Marx, Lênin, Gramsci, Bakhtin, Althusser, Adorno, Lukács, entre inúmeros outros. Sendo assim, é um conceito não amplamente discutido, mas que possui diversas perspectivas que levam a diferentes compreensões e interpretações, embora, no caso dos autores e revolucionário citados acima, partam todos de uma mesma base, o materialismo histórico-dialético.

Tal diversidade de interpretações e reflexões parece ser consenso entre estudiosos do conceito de ideologia, com Thompson apontando que o conceito hoje é um “produto de seu itinerário histórico” (2011, p. 14). Löwy (2015) afirma que não é fácil encontrar outro conceito que seja tão complexo e cheio de significados quanto ideologia. Essa complexidade, para o autor, gera ambiguidades, contradições, além também de mal-entendidos sobre o conceito, o que dificulta ainda mais seu estudo.

Stoppino (1998) afirma que provavelmente não exista nenhuma outra palavra que seja usada com tanta frequência e que tenha também uma gama de significados tão distintos que lhe são atribuídos dentro do campo da linguagem política prática, linguagem filosófica, sociológica e político-científica quanto Ideologia.

No mesmo sentido, para Žižek o conceito de

‘Ideologia’ pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse (ŽIŽEK, 1996, p.9).

Tendo em mente a complexidade apontada por Löwy e Žižek, optamos por iniciar indicando a origem do termo ideologia para depois debatê-lo a partir dos teóricos que norteiam nossa pesquisa, como Marx e Gramsci. Alvarenga (2010), Chauí (2008) e Löwy (2015) afirmam que o primeiro registro escrito da palavra ideologia ocorre em 1801, no livro *Elementos de ideologia*³⁷, de Destutt de Tracy, que, de acordo com Konder (2020), se valeu dos clássicos das luzes para escrevê-lo. Na obra, ideologia era tratada como algo que pertencia às ciências

³⁷ Parece haver alguma imprecisão histórica entre alguns autores sobre o momento exato do surgimento do termo “ideologia”. Enquanto alguns autores, como exposto no corpo do texto, apontam 1801 como ano de nascimento do termo, outros, como Thompson (2011), afirmam que foi em 1796, usado por Destutt de Tracy para descrever seu projeto de uma nova ciência de “[...] análise sistemática das ideias e sensações [...]” (THOMPSON, 2011, p. 44).

naturais, como uma partição da zoologia, e que consistiria numa espécie de estudo científico das ideias.

Apesar da origem da palavra se dever a Destutt de Tracy – que se encontrava preso durante o período do Terror, na Revolução Francesa, quando se dedicou a escrever sobre ideologia (EAGLETON, 1997, p.68) –, Williams (2003, p.170) afirma que a sua popularização foi responsabilidade de Napoleão Bonaparte, que, dando significado diverso à palavra, acusava justamente Destutt de Tracy de ser um ideólogo.

Löwy afirma que, para Napoleão, “ideólogos são metafísicos que fazem abstração da realidade, que vivem em um mundo especulativo” (2015, p.18), fazendo com que a palavra ganhasse uma conotação negativa, o que permaneceu nas décadas posteriores (KONDER, 2020, p.30). Ainda de acordo com Löwy (2015, p.18), como Napoleão tinha mais influência e prestígio que aqueles que ele acusava de serem ideólogos, a perspectiva negativa sobre a palavra acabou prevalecendo.

Ideologia, neste sentido, seriam teorias abstratas, sem conexões com a realidade e ideólogos seriam aqueles que elaboravam essas teorias, buscando deturpar a compreensão da realidade, ou, no mínimo, elaboravam teorias que deveriam ficar apenas no campo das ideias, sem relação com o mundo concreto.

Ao olharmos o MESP a impressão que temos é que é justamente nessa perspectiva, compreensão, que trabalham o conceito de ideologia. Por exemplo, em entrevista à Revista Profissão Mestre, Miguel Nagib afirma

[...] toda ideologia – seja de esquerda, de direita ou de outro gênero – atrapalha a nossa compreensão da realidade. Meu interesse é saber como as coisas realmente são (ou foram). Não quero aprender uma história falsificada por mais que ela me agrade ou corresponda aos meus preconceitos (ESCOLA SEM PARTIDO, 2013).

Podemos perceber o caráter negativo que Nagib apresenta ao conceito, como algo que impede a compreensão da realidade concreta, ou seja, como ela de fato é, gerando falsificações da história, dos fatos, acontecimentos e relações sociais. Nessa perspectiva, a ideologia seria uma capa para encobrir a realidade, a verdade, e fazê-la parecer algo diverso. Por conseguinte, assim como citamos anteriormente Žižek, para quem, ao se acusar algo de ideológico o seu oposto não seria menos ideológico, agora trazemos Thompson, que afirma que

Poucas pessoas, hoje, proclamar-se-iam orgulhosamente “ideólogos”, embora muitos não hesitassem em declarar-se conservadores ou socialistas, liberais ou democratas, feministas ou ecologistas. Ideologia é o pensamento do *outro*, o pensamento de alguém diferente de nós. Caracterizar um ponto de vista como ideológico é, tem-se a

impressão, já criticá-lo implicitamente, pois o conceito de ideologia parece transmitir um sentido negativo, crítico (2011, p.14).

Assim, em nosso entendimento, fica claro que prevalece, pelo menos dentro de alguns grupos sociais, uma compreensão do conceito de ideologia como algo negativo e pejorativo, o que reforça também uma ideia que seria possível não ter ideologia, ou seja, ser ou alcançar uma neutralidade, imparcialidade.

O próprio fato de se acusar alguém ou uma categoria profissional de ser ideológico, como o MESP faz com os professores, já aponta em si uma concepção também ideológica. Como aponta Eagleton, “a ideologia, como o mau hálito, é, nesse sentido, algo que a outra pessoa tem” (1997, p.16).

3.2.1 Ideologia em Marx

Seria muito fácil chegarmos aqui e simplesmente falarmos que para Marx ideologia representa uma falsa consciência, ilusão ou mesmo que nos leva a entender o papel que determinadas ideias ganham corpo na vida social. Além disso não explicar muita coisa e ser uma grande simplificação da teoria marxiana, seria pouco dialético de nossa parte, pois estaríamos ignorando toda a discussão decorrente justamente da definição dada por Marx e de onde ele parte.

De acordo com Chauí (2008), Marx mantém o caráter pejorativo que Napoleão deu ao termo, entretanto, isso não significa que tenha mantido o mesmo sentido por toda sua obra. Para Williams (2003), também há alguma continuidade direta entre o sentido negativo que se popularizou com Napoleão e pensadores conservadores, e o que depois passou a ser usado por Marx e Engels, principalmente a partir de *A ideologia alemã*, que seria do mesmo modo depreciativo.

Konder (2020) aponta que as reflexões críticas de Marx sobre a ideologia começam a surgir na obra *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, que marca o rompimento de Marx com o pensamento hegeliano. Ainda de acordo com Konder (2020), esse rompimento se deu porque Marx se levantou contra o modo que Hegel enxergava a relação entre Estado e sociedade civil.

Hegel parte de uma compreensão em que o ser humano, ou melhor, a sua consciência, não depende das condições materiais, seria o oposto, as condições materiais é que seriam formadas e dependentes da consciência do homem e/ou da mulher. Para ele, “o Estado é a

realidade em ato da Ideia moral objetiva, o espírito como vontade substancial revelada, clara para si mesma, que se conhece e se pensa, e realiza o que sabe e porque sabe” (HEGEL, 1997, p.216).

Podemos ler na referida obra de Marx em que, discordando de Hegel, estabelece a seguinte crítica

Hegel parte do Estado e faz do homem o Estado subjetivado; a democracia parte do homem e faz do Estado o homem objetivado. Do mesmo modo que a religião não cria o homem, mas o homem cria a religião, assim também não é a constituição que cria o povo, mas o povo que cria a constituição (MARX, 2010a, p.50).

Löwy (2015) também considera que para Marx ideologia é um conceito pejorativo, que seria crítico e estaria atrelado à ilusão, fazendo uma alusão à consciência deformada da realidade, o que ocorre a partir da ideologia dominante, pois as ideias das classes dominantes são justamente as ideologias dominantes na sociedade.

De acordo com Löwy,

Em *A ideologia alemã*, o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. Mais tarde, Marx amplia o conceito e fala das formas ideológicas, através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real. Ele as enumera como sendo a religião, a filosofia, a moral, o direito, as doutrinas políticas, etc. (2015, p. 19).

Interessante percebermos também duas possibilidades para o entendimento do conceito de ideologia, como exposto por Löwy (2015). Enquanto em *A ideologia alemã* há uma perspectiva negativa, como ilusão e falsa consciência, no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, Marx (2008) aponta para um sentido positivo, através das formas ideológicas com as quais o ser humano se conscientiza da luta de classes. Percebemos então que Marx considera o campo jurídico, a religião, política, filosofia, a cultura, etc, como formas ideológicas, ou seja, a materialização de determinada concepção de mundo.

Já em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, logo no começo da obra e em consonância com as considerações que Löwy realizou no trecho acima citado, Marx afirma

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (2011, p.25).

E, mais uma vez no prefácio da *Contribuição à economia política*, Marx corrobora tal aspecto, afirmando

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (2008, p. 47).

Marx está explicitando o papel das condições materiais, das ideologias na forma como as pessoas enxergam e interagem com o mundo. As pessoas vivem a própria vida e fazem a sua história, porém em condições que já estavam dadas antes mesmo de chegarem ao mundo, de nascerem, e o compreenderem. Ou seja, a compreensão que os homens e mulheres possuem de si depende do lugar que ocupam dentro do modo de produção, da sua classe social.

Levando em consideração o exposto até aqui, Eagleton (1997) afirma que podemos encontrar duas tradições de pensamento sobre o conceito de ideologia: uma mais central, que a define nos escritos de juventude de Marx, como ilusão, falsa compreensão da realidade e mistificação; e outra que seria menos epistemológica que sociológica, se preocupando mais com o papel das ideias e seu reflexo na vida social.

O que afirmamos é que o conceito de ideologia para Marx é um conceito em processo, que não está fechado e amarrado. Alvarenga (2010) aponta que a ampliação do conceito ocorre ao longo das obras de Marx, da sua juventude à maturidade, sendo desenvolvidas a partir de análises não lineares, por isso não é possível encontrar um conceito fechado e acabado de ideologia. Apesar disso, a autora aponta que é justamente o inacabamento do conceito que abre possibilidades para novas interpretações e reflexões (ALVARENGA, 2010, p.58).

3.2.2 Ideologia em Gramsci

Uma observação que consideramos necessária ser feita sobre o conceito de Ideologia em Gramsci é que, apesar do filósofo da práxis ter como base os escritos de Marx e Engels, Gramsci não teve acesso a toda a obra do pensamento marxiano, pois algumas obras como, por exemplo, *A ideologia alemã*, só foram publicadas pela primeira vez na década de 1930, quando

Gramsci já estava preso há um certo tempo pelo fascismo italiano de Mussolini (FROSINI, 2017).

Entretanto, tanto Marx quanto Gramsci usam como método o materialismo histórico-dialético para leitura e interpretação das relações sociais – ou da filosofia da práxis, como denomina Gramsci, na intenção de fugir da censura de seus algozes na prisão –, isso significa que, apesar de algumas diferenças, não chegam a compreensões necessariamente distintas, muito pelo contrário.

Para Alvarenga,

Na tradição marxista, Gramsci tem sido identificado como um intelectual cujo interesse sobre a questão da ideologia tem como alcance não apenas analisar as formas de produção da ideologia das classes dominantes, mas também captar como a ideologia dominante pode ser atingida e desarticulada pela perspectiva dos interesses das classes subalternas em uma sociedade capitalista (2010, p. 64).

Como um verdadeiro filósofo da práxis e em consonância com a tese 11 da obra *Teses sobre Feuerbach*, Gramsci não quer apenas compreender a ideologia e suas formas de produção como um mero exercício de pensamento e reflexão sobre o mundo, ele quer transformar a compreensão da ideologia numa ferramenta ao alcance da classe trabalhadora na intenção de se transformar a realidade.

Assim, ideologia em Gramsci não se trata apenas de uma categoria que ajuda a compreender a sociedade e as relações sociais, como um conjunto de ideias, mas é também uma ferramenta de prática e intervenção, que está presente nas diferentes estruturas sociais e que assegura a própria coesão, como “cimento” dessas estruturas (GRAMSCI, 1999).

Löwy (2015) afirma que a ideologia em Marx aparece sempre como um elemento das classes dominantes, nunca como algo que também possa ser construído e desenvolvido pelas classes dominadas. É nesse sentido que consideramos necessário trazer Gramsci também para o debate sobre a ideologia, pois o marxista sardo não apenas aponta para a existência de ideologias das classes subalternas, como nos esclarece que as ideologias são resultantes da própria de luta de classes (GRAMSCI, 1999) e que geram também uma “combinação ideológica” (GRAMSCI, 1978, p.32).

Como aponta Perrusi,

Há circularidade entre as ideologias – uma circularidade que incorpora, no seu movimento, a dominação de classe. A subalternidade e a dominação são construídas pelos confrontos e pelas experiências de luta. Não há adequação passiva das classes subalternas à ideologia dominante, mas não existem, também, construções ideológicas puras e isoladas do conflito e da circularidade entre as classes sociais (2015, p.425).

Alvarenga (2010) e Eagleton (1997) afirmam que a compreensão de ideologia é discutida em Gramsci em relação direta com a compreensão de hegemonia. Para Eagleton (1997), apesar de suas semelhanças, hegemonia e ideologia não se confundem. Como vimos anteriormente, hegemonia é uma categoria bastante ampla e que, embora inclua ideologia, não pode ser reduzida a ela.

Eagleton (1997) afirma que é com Gramsci que temos a importante mudança de ideologia como um sistema de ideias para ideologia como prática social vivida, habitual, pois a compreensão do conceito de hegemonia ajuda a alargar e enriquecer a concepção de ideologia.

A principal diferença apontada por Eagleton (1997) entre hegemonia e ideologia é que apesar da hegemonia também envolver a coerção, ela de forma alguma pode se limitar à violência, sendo então a ideologia uma espécie de suporte – ou, na expressão de Apple (1999) que usamos anteriormente, como “guarda-chuva” – que ajuda a classe dominante a garantir ou construir sua hegemonia e conquistar o consenso. Tal aspecto, para o autor, já não ocorre com as ideologias, podendo existir algumas que se imponham apenas através da violência, força e/ou coerção.

E é nesse ponto que Gramsci faz um apontamento importante, ao afirmar a necessidade de se distinguir as ideologias historicamente orgânicas das “ideologias arbitrárias, racionalistas e ‘voluntárias’” (GRAMSCI, 1999, p.237). Enquanto as primeiras são imprescindíveis a uma determinada estrutura social, ligando-se a ela de forma orgânica, as segundas “não criam mais do que ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc.” (GRAMSCI, 1999, p.237).

3.3 A compreensão da hegemonia em Gramsci

Consideramos discutir sobre o conceito de Hegemonia em Gramsci uma tarefa difícil, mas que, entretanto, demonstra-se extremamente necessária para o objetivo desta pesquisa, pois entendemos que o MESP apresenta por finalidade exatamente a manutenção – ou mesmo construção e consolidação – do consenso e da hegemonia em torno de uma concepção conservadora reacionária de Educação, assim como da própria sociedade também.

Entendemos ser uma tarefa difícil por que a concepção de Hegemonia em Gramsci está implicada em toda sua vasta e complexa obra, sendo um dos temas que constituem a centralidade do pensamento do marxista sardo. De acordo com Gruppi, “Antonio Gramsci, sem nenhuma dúvida, foi o teórico marxista que mais insistiu sobre o conceito de hegemonia” (1978,

p.1). E, assim como é um conceito que se apresenta em todo seu trabalho, discuti-lo separadamente de outros conceitos e categorias elaborados pelo autor seria empreitada bastante complexa ou, até mesmo, praticamente impossível.

Abreu aponta que a definição dada por Gramsci para hegemonia é “direção intelectual e moral e domínio político, exercidos por uma classe, em condições históricas determinadas” (ABREU, 2018, p.389). Isto é, pode-se entender hegemonia como uma classe dirigindo e comandando a sociedade com base em seus próprios valores e concepção de mundo. No entanto, isso não significa negar a existência de outras classes sociais, mas sim de reconhecer que a classe que detêm a hegemonia é aquela que dá a direção para a sociedade.

Entendemos que hegemonia em Gramsci depende de alguns aspectos, como direção (intelectual e moral), domínio e consenso, que atuam em conjunto, de forma dialética. Estudar a hegemonia de uma classe é olhar necessariamente para o conjunto desses aspectos e buscar compreender como se relacionam entre si. Buscando nos escritos do autor, encontramos a seguinte reflexão

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2002a, p.95)

Apple (1999) nos ajuda a traduzir o conceito de hegemonia de Gramsci exposto acima, afirmando que é um processo onde os grupos dominantes unem forças, formando então um bloco social que serve para manter e garantir a liderança desse bloco diante dos grupos dominados. Apresenta como uma característica importante que o bloco social hegemônico – ou os grupos dominantes – não dependa da coação e violência, ao contrário, que busque o consenso mediante o que ele chama de “guarda-chuva ideológico” (APPLE, 1999, p.42), a partir de uma estratégia que objetive conquistar e criar compromisso dos grupos dominados, de forma que estes entendam que suas necessidades estão abraçadas também pela classe dominante.

Por sua vez, Alvarenga (2014, 2010) estabelece um diálogo entre Gramsci e Bakhtin em torno dos sentidos sobre ideologia, especialmente, ao relacionar linguagem e sociedade. Com estes autores, Alvarenga ressalta que a disputa pela hegemonia, também, se trava na palavra, na luta de classes pela hegemonia de seu sentido.

Desta forma, compreendemos, a partir de Gramsci e dos autores que nos auxiliam a interpretá-lo, que a classe dominante e, conseqüentemente, hegemônica, somente se mantém

nesta posição quando consegue fazer uso da força ou da coerção e do consenso de forma equilibrada. Ou seja, isso significa que o uso exclusivo da força não sustenta a classe dominante nesta posição, é justamente o oposto, é o consenso e a hegemonia conquistados pela classe dominante que legitimam o uso da força e coerção pela mesma. Se isso não ocorre, ou seja, se a ação coercitiva tem maior peso que o consenso, ao invés do equilíbrio entre ambas, quer dizer, se a classe dominante perde o consenso na sociedade, abusando da força para a manutenção de seus status, mesmo tendo legitimidade do Estado para isso, acontece aquilo que Gramsci vai chamar em sua obra de crise de hegemonia.

Percebe-se, neste sentido, que o conceito de hegemonia envolve outros aspectos e que é um conceito de fundamental importância não apenas para a compreensão do pensamento de Gramsci, mas como principalmente para o entendimento da própria sociedade. De acordo com Gruppi,

[...] o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (1978, p.3).

O pouco que foi exposto até aqui já deixa clara a relevância de se compreender o conceito de hegemonia a partir da concepção e compreensão de Gramsci para se analisar o MESP, visto o entendimento que todo e qualquer projeto de Educação representa também um projeto de sociedade, da mesma forma que o inverso também é válido, ou seja, todo projeto de sociedade revela-se também um projeto de Educação, que, neste caso específico, tem por intenção construir ou assegurar a hegemonia e consenso de um grupo conservador reacionário.

Pelo menos, para nós, fica evidente, no debate atual, como a escola possui um papel de destaque para qualquer classe ou fração de classe que queira ser hegemônica ou garantir sua hegemonia, se constituindo num aparelho de construção hegemônica da classe dominante. Schelesener contribui para este pensamento ao afirmar que “o projeto social moderno, das classes dominantes, direciona as políticas educacionais voltadas para a educação popular a fim de cumprir os objetivos de consolidação da hegemonia” (2016, p.172).

A mesma autora, em outro momento, corrobora com o exposto acima, afirmando

A educação, portanto, tem uma dimensão política por fazer parte do processo de organização social e de formação do comportamento de acordo com os objetivos e finalidades do projeto econômico e social em curso, entendendo-se política em sentido amplo, a partir da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas. Neste contexto, a educação pode se apresentar como um dos mecanismos de assimilação das relações

de poder vigentes e de consolidação das formas de domínio (SCHLESENER, 2016, p.158).

Na mesma perspectiva, Mészáros (2008) aponta que um dos principais objetivos da educação formal ou institucional em nossa sociedade é justamente a produção de conformidade e consenso, com transmissão de valores que legitimam os interesses da classe dominante.

Como o próprio Gramsci afirma, “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica [...]” (1999, p.399). Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, ao abordarem a questão da dominação, acabam também por contribuir para esse debate, pois, de acordo com eles,

[...] toda classe que almeje à dominação, ainda que sua dominação, como é o caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e a superação da dominação em geral, deve primeiramente conquistar o poder político, para apresentar seu interesse como o interesse geral, o que ela no primeiro instante se vê obrigada a fazer. (MARX, ENGELS, 2007, p.37)

Entendemos que Marx e Engels estão afirmando que qualquer classe que objetive ser dominante, hegemônica, tem necessariamente que buscar atrair as classes ou grupos adversários e antagônicos para seus próprios interesses – o que ocorre a partir da divulgação de seus valores e concepção de mundo pelos aparelhos privados de hegemonia –, para que estas os aceitem como se fossem seus próprios interesses, como se fossem originários daquela própria classe ou grupo social, formando ou conquistando então o consenso passivo.

Nesta mesma perspectiva, Gramsci afirma que

a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2002b, p.62-63).

Apesar de Marx e Engels afirmarem que a classe que queira ser dominante deve, antes de qualquer coisa, “conquistar o poder político” e Gramsci aponte que o grupo social pode e deve ser dirigente antes mesmo de “conquistar o poder governamental”, tais afirmativas não são conflitantes, visto que “poder político” e “poder governamental” não possuem o mesmo significado, não devendo haver confusão entre tais termos.

O “poder político”, nas palavras de Marx e Engels, está relacionado ao próprio sentido de direção política usado por Gramsci, enquanto, ao falar em “poder governamental”, o filósofo marxista estabelece uma analogia com seu conceito de sociedade política, que representa o próprio Estado na compreensão de Marx e Engels³⁸. Sendo assim, “conquistar o poder político” é se transformar ou se impor como classe dirigente, conseguir divulgar sua concepção de mundo para as demais classes sociais ou frações de classe, de forma que estas as aceitem como se sua fosse, enquanto “conquistar o poder governamental” significa que esta mesma classe conseguiu não apenas se tornar a classe dirigente, mas como dominante também, ou seja, conseguiu conquistar, construir e consolidar sua hegemonia ante os outros grupos que compõem a sociedade.

Jesus afirma que

Em Gramsci, portanto, o conceito de “hegemonia” é apresentado em toda sua plenitude, isto é, como uma ação que atinge não apenas a estrutura econômica e a organização política da sociedade, mas, também, age sobre o modo de pensar, de conhecer e sobre as orientações ideológicas e culturais (1985, p.36).

Desta forma, levando-se em consideração a importância que o conceito de hegemonia apresenta para o entendimento da sociedade, compreende-se que qualquer discussão que tenha por objetivo abordar o papel da Educação nela, deve levar em consideração a concepção de hegemonia em Gramsci, pois ao se falar em Educação dentro de uma sociedade em que a burguesia é hegemônica, principalmente pensando-se na educação da classe trabalhadora, está se discutindo justamente questões que podem servir para reforçar essa hegemonia e concepção de mundo ou, no caso daqueles que são comprometidos com as classes subalternizadas, que sirva de instrumento para a classe trabalhadora fazer frente à hegemonia burguesa.

Entendemos que o que está em questão quando se estuda e analisa o MESP é justamente uma disputa pela hegemonia, em que o referido movimento intenta, através da perseguição política e do silenciamento dos profissionais da educação e da universidade pública –, ou seja, da coerção, – manter a direção moral e cultural da sociedade.

Roio (2020, p.13) aponta que estamos em momento de profunda crise de hegemonia, que apresenta como tendência a procura por poderes cesaristas e o reforço do Estado policial como solução. Nesta perspectiva, argumentamos ser o MESP um sintoma deste momento de crise de hegemonia que vivemos, transformando pais e alunos numa espécie de polícia política que, a todo instante, vigiam profissionais da educação.

³⁸ O conceito de Sociedade Política será melhor discutido no item sobre o Partido em Gramsci.

Então, ao compreendermos, como exposto em outro momento, que toda relação de hegemonia é também uma relação pedagógica, assim como todo projeto de educação reflete-se necessariamente num projeto de sociedade, numa relação de hegemonia. Desta forma, defendemos que se torna necessário também estudarmos e nos aprofundarmos sobre as categorias ideologia e cultura, pois, em conjunto com a hegemonia, auxiliarão nossas análises sobre a atuação do MESP como partido e o seu papel para a consolidação de uma hegemonia reacionária.

3.4 O partido político na acepção de Antonio Gramsci

Da mesma forma que o conceito de Hegemonia, apontamos ser importante discutirmos a concepção de Partido a partir da perspectiva de Gramsci, debatendo também outros conceitos e categorias que giram em torno desta. Compreende-se que debater estes outros conceitos é fundamental, visto que o próprio filósofo e militante marxista Antonio Gramsci estabelece uma análise da realidade social a partir de uma perspectiva totalizadora, ou seja, ao olhar um aspecto cultural, por exemplo, ele leva em consideração também aspectos econômicos e políticos.

Dessa forma, para chegar-se à discussão sobre Partido em Gramsci, iniciamos pela concepção que este autor nos traz sobre a ideia de Estado Integral ou Estado Ampliado, cujo qual é composto pelo que ele denomina de sociedade política e sociedade civil. De acordo com o autor, “por ‘Estado’, deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2002, p.254-255). Ou seja, para ele, o Estado só pode ser compreendido quando olhado e analisado em sua completude, sendo essa divisão entre sociedade política e sociedade civil apenas didática.

Os aparelhos de governo formam justamente a sociedade política, ou o Estado em sentido estrito, na concepção de Marx e Engels. Nas palavras de Gramsci, a sociedade política, “na linguagem comum, é a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que vulgarmente é entendida como todo o Estado” (GRAMSCI, 2002, p.279).

Sendo mais claro e direto, a sociedade política, composta pelos aparelhos de governo, é responsável pelos elementos de coerção para manutenção da ordem estabelecida, da classe dominante. Ou seja, a sociedade política, a partir da perspectiva que o autor italiano nos traz, é a utilização da força, da imposição, o que pode ocorrer pela atuação da polícia, do judiciário ou de outras instituições de dominação e coerção que compõem parte do Estado Ampliado.

Já a sociedade civil, compreende-se ser composta pelos chamados Aparelhos Privados de Hegemonia, isto é, entre as inúmeras instituições que poderíamos citar, temos as escolas, igrejas, sindicatos, imprensa e, aquela que interessa para essa seção, os partidos políticos. Todas aquelas instituições que colaboram para a construção ou consolidação do consenso, de uma determinada concepção de mundo e hegemonia na sociedade.

Coutinho afirma que, para Gramsci, a sociedade civil é “portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito” (COUTINHO, 1992, p. 73).

Os aparelhos privados de hegemonia, ao contrário dos aparelhos de governo – que atuam pela coerção –, buscam a manutenção da ordem pela construção e consolidação da hegemonia, do consenso. Nesse sentido, Gramsci afirma que a sociedade civil, mediante os aparelhos privados de hegemonia, constrói um

Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente (2002a, p.119).

Percebemos como a sociedade política e a sociedade civil são elementos que caminham lado a lado na formação e composição do Estado Integral ou Estado Ampliado, buscando a constituição de uma hegemonia a partir do ponto de vista da classe dominante.

É nessa perspectiva, de consolidação e aprofundamento de uma determinada hegemonia, que se insere a discussão sobre os Partidos. Gramsci, ao apresentar o conceito de Partido, faz uma distinção, primeiramente apontando-o como ferramenta que tem como objetivo solucionar problemas na sociedade e, segundo, como organizador da ideologia de determinada classe ou fração de classe.

Nas palavras do próprio autor, a

Distinção no conceito de partido: 1) O partido como organização prática (ou tendência prática), isto é, como instrumento para a solução de um problema ou de um grupo de problemas da vida nacional ou internacional. [...] 2) O partido como ideologia geral, superior aos vários agrupamentos mais imediatos (GRAMSCI, 1999, p.420-421).

Dessa forma, percebe-se que o Partido é um aparelho privado de hegemonia, sendo uma ferramenta ou instrumento utilizado pela classe – ou frações da classe – dominante para o exercício da sua hegemonia, assim como também pode e deve ser usado pelas classes – ou

frações das classes – subalternizadas com o objetivo de construir ou expandir seu movimento de disputa de hegemonia contra os interesses da classe dominante.

Interessante perceber que, embora o militante da práxis Antonio Gramsci faça essa distinção sobre a concepção de partido, o partido age ou atua levando em consideração os dois aspectos apontados por ele. O partido somente consegue ser um instrumento de classe para a solução de algum problema justamente porque ele atua como organizador que unifica na superestrutura, ou seja, no campo da ideologia, das estratégias de construção da hegemonia de uma determinada classe, aquilo que se apresenta como problema na base, na infraestrutura.

Essa conclusão casa com o apontamento feito pelo autor sobre a história de um partido ser a história de uma determinada classe ou grupo social (GRAMSCI, 2002a), pois se compreende que a solução para os problemas que afligem determinada classe ou grupo social estarão sempre interligadas também com a ideologia que organiza e estrutura aquela mesma classe.

Ao colocar como papel do Partido a organização da ideologia de uma determinada classe, Gramsci aproxima sua concepção de Partido com a de intelectual orgânico, sendo o partido, então, aquilo que será considerado pelo autor como um Intelectual Coletivo.

Vejamos nas palavras de Gramsci

1) para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não pode deixar de formar-se, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político, filosófico, e não no campo da técnica produtiva [...] 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos, qualificados, dirigentes, organizadores de todas as funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (2001, p.24)

Levando-se em consideração que “todo partido seja a expressão de um grupo social” (GRAMSCI, 2002a, p.59), entende-se, então, a partir do trecho acima citado, que o partido político constitui-se na forma que esse mesmo grupo ou classe social tem para produzir não apenas seus intelectuais orgânicos, mas como o próprio partido tornar-se um intelectual coletivo, visto, além de seu papel de organização das funções da sociedade, mas também de dirigente da classe ou grupo social que o mesmo representa.

Desse modo, entendemos que o MESP, mais do que um simples movimento, representa, na verdade, um partido político, entendido de forma ampla, um dos grupos de organização da ideologia dominante e que dirige setores do neoconservadorismo e neoliberais existentes na sociedade brasileira, como será exposto em nossa pesquisa.

3.5 O partido MESP: uma análise de seu programa

As discussões realizadas anteriormente, sobre Cultura, Ideologia, Hegemonia e Partido Político na acepção de Gramsci, além de outros conceitos que permeiam estes, permitirão que sejam realizados aqui os apontamentos sobre porque o MESP, apesar de reivindicar uma suposta neutralidade da Educação e colocar-se como apartidário, pode ser compreendido como um partido político.

Pensando inicialmente na distinção que Gramsci faz sobre o conceito de partido, que discutimos antes, o primeiro ponto colocado pelo autor marxista é que o partido é um instrumento para a solução de um problema. Ao levantarmos as fontes pelas quais o MESP expõe suas concepções ideológicas, lemos:

A imensa maioria dos educadores e das autoridades, quando não promove ou apoia a doutrinação, ignora culposamente o problema ou se recusa a admiti-lo, por cumplicidade, conveniência ou covardia.

O Escola sem Partido foi criado para mostrar que esse problema não apenas existe, como está presente, de algum modo, em praticamente todas as instituições de ensino do país. [...]

Ajude-nos a promover a liberdade de pensamento e o pluralismo de idéias nas escolas brasileiras (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019a).

Podemos entender pelo trecho acima que o movimento identifica aquilo que, para ele, representa um problema, ou seja, uma suposta prática ou apoio à doutrinação por parte de profissionais da educação e autoridades, afirmando ser um problema que permeia quase todas as instituições de ensino, terminando o trecho num chamado para que o movimento seja ajudado por aqueles que defendem sua pauta e concepção de mundo.

Em outro trecho, essa ideia do MESP como um instrumento para divulgar o que entende ser um problema, fica mais evidente

O **Escola sem Partido**, foi criado para dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização

do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019a).

Percebemos que o MESP se organiza justamente para dar visibilidade a uma determinada questão, aquilo que ele acusa e chama de “instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários”, formando então uma instituição da sociedade civil.

Os dois trechos não só fazem um apontamento e identificação para aquilo que consideram um problema, mas realizam um chamamento público para que mais pessoas se juntem a causa do movimento, aumentando o poder de pressão sobre profissionais da educação, instituições de ensino e secretarias de educação.

Vejamos o que mais o MESP diz

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019a).

Fica evidente, pelo menos para nós, que a intenção do movimento é impedir aquilo que ele aponta como “visão crítica da realidade”, ou seja, todo tipo de conteúdos e temáticas que divirjam e contrariem a sua própria visão e concepção de mundo, representada por aquilo que o movimento defende. Ora, impedir ou tentar impedir que as instituições de ensino e seus profissionais trabalhem por uma perspectiva crítica dos problemas da sociedade, sob um pressuposto de defesa da neutralidade do conhecimento e da acusação vaga que isso seria doutrinação, é justamente agir para a construção e conservação do *status quo*, de uma determinada perspectiva de hegemonia conservadora reacionária na sociedade.

Podemos ter certeza de ser uma perspectiva conservadora reacionária quando focamos nossa atenção para as pautas que mais incomodam o MESP – ou aquelas que mais lhe fizeram conquistar apoio em diversos setores da sociedade –, ou seja, as que estão relacionadas às questões de sexualidade e gênero, amplamente atacadas por grupos religiosos³⁹.

Não obstante, a defesa de uma suposta neutralidade do conhecimento e da educação já é algo a ser questionado e apontado sobre a visão de mundo que o movimento possui. Enxerga doutrinação na “visão crítica da realidade”, mas não percebe doutrinação naquilo que está de acordo com os próprios valores, como se percebe em trecho de um artigo escrito por Nagib

³⁹ O site escolasemmordaca.org.br possui uma aba onde é possível conferir os inúmeros projetos de lei relativos ao MESP existentes no Brasil, onde parcela considerável dos mesmos é apontada na categoria “antigênero” e/ou “antipornografia”, o que por si só já demonstra o aspecto conservador dos mesmos, visto os autores destes projetos considerarem a Educação Sexual no espaço escolar como exposição de crianças e adolescentes a pornografia.

(2011), “[...] o educador do passado – para quem a educação era apenas uma forma de transmitir um conhecimento objetivo sobre a realidade – deveria ser substituído por um novo tipo de profissional”.

Como se existisse “transmitir conhecimento objetivo sobre a realidade” que não fosse impactada por questões do próprio professor, sua concepção de mundo, ou como, se possível fosse, isso não representasse também uma questão de ideologia, no caso, não questionar a realidade.

Defender uma suposta neutralidade⁴⁰ do conhecimento e da educação, por si só, já é se posicionar, tomar partido, o que, numa sociedade tão desigual, racista, machista e lgbtfóbica como a que vivemos, significa estar ao lado do opressor.

Sobre a (im)possibilidade de neutralidade, Lênin (2001) afirma

[...] numa sociedade baseada na luta de classes, não pode existir qualquer ciência social imparcial. De uma forma ou de outra, qualquer ciência oficial e liberal defende a escravidão assalariada [...] Esperar que a ciência fosse imparcial numa sociedade de escravidão assalariada seria uma ingenuidade tão pueril como esperar que os fabricantes sejam imparciais quanto a questão da conveniência de aumentar os salários dos operários diminuindo os lucros do capital (p. 63).

Certo de que apenas tais apontamentos não são suficientes para considerarmos esse movimento como um partido, chamamos a atenção para o segundo item na distinção do conceito de partido que Gramsci faz, ou seja, como “tendência geral ideológica, como forma cultural” (1999, p.279), que está acima de inúmeros agrupamentos.

O MESP não atua apenas como uma instituição da sociedade civil que recolhe depoimentos e denúncias daquilo que seus apoiadores consideram como doutrinação, mas serve como uma entidade que organiza, dá corpo e voz para diferentes grupos conservadores e religiosos.

No site do Programa Escola Sem Partido era possível encontrar uma aba sobre as eleições de 2018 em que havia dezenas de candidatos aos cargos de deputados estaduais, governadores e deputados federais, que assinaram uma carta de compromisso público com a pauta do Movimento, sendo que todos eles eram citados nominalmente, com indicação de partido, número e o estado pelo qual estavam concorrendo. A carta de compromisso pode ser conferida na imagem 4.

⁴⁰ Consideramos importante reafirmar que é uma suposta neutralidade, pois embora o MESP afirme que ela deva ser buscada pelos profissionais da educação, é possível encontrar em seu site, na aba blog, textos intitulados “Por uma educação liberal”, “A fanática ditadura da educação”, entre outros, que não só defendem abertamente uma determinada perspectiva política, mas se colocam inclusive contra o direito à educação, deixando de lado completamente a suposta neutralidade por eles defendida e almejada.

Sobre candidatos ao cargo de presidente, a partir da identificação que o MESP estabelece, com base em um teste da Revista Veja, aponta os que seriam favoráveis à pauta que defende, então, faz uma publicação no Twitter convidando-os a assinarem o compromisso político público com o movimento, como podemos ver na imagem 5.

No Facebook, também era possível encontrar uma página chamada “Candidatos Pelo Escola Sem Partido”, que continha listas de candidatos a vereadores e prefeitos de inúmeros municípios do Brasil, na eleição de 2016, assim como listas dos candidatos que apoiavam o movimento na eleição de 2018, o que potencializou a divulgação destes candidatos nas redes sociais, trazendo maior visibilidade para a pauta⁴¹.

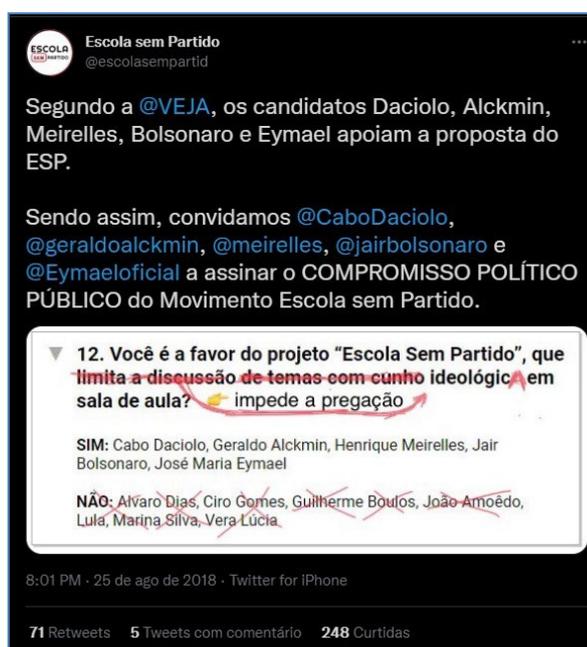
Figura 4 - Termo de compromisso



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1033489979224281091>>.

⁴¹ Hoje tal página não existe mais. Assim como a página do Facebook “Escola Sem Partido” foi deletada e excluída quando o movimento anunciou que encerraria suas atividades, o mesmo ocorreu com outras páginas ligadas ao mesmo movimento. É possível encontrar alguns prints no site do movimento Professores Contra o Escola Sem Partido. Ver em: <<https://profscontraoesp.org/2016/09/11/destaques-da-vigilancia-o-escola-sem-partido-nas-eleicoes-municipais-2016/>>.

Figura 5 – Candidatos à presidência que apoiam o MESP



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1033489519390146565>>.

O site do Programa Escola Sem Partido não existe mais, foi unificado ao site do MESP, que passou por reformulações e, infelizmente, hoje não é mais possível conferir a lista de candidatos que foram apoiados pelo movimento. Entretanto, pela ferramenta *weyback machine*, é possível visualizar o que foi salvo do site do programa, sendo possível ver uma aba chamada “ESP NAS ELEIÇÕES 2016”, conforme imagem 6 e também um link para as eleições de 2018, na imagem 7.

Figura 6 – ESP nas eleições 2016



Fonte: Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20161106063748/http://www.programaescolasempartido.org/>>.

Figura 7 – Eleições 2018



Fonte: Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20181229121643/https://www.programaescolasempartido.org/>>.

Fica evidente, pelo menos para nós, que, embora não seja um partido político oficialmente, no sentido institucional, o MESP age como um ao buscar que sua pauta seja apoiada publicamente por candidatos ou pessoas que já possuem mandatos, tanto no Poder Legislativo, quanto no Poder Executivo, assim como ao apoiar esses mesmos candidatos que se comprometem publicamente com o mesmo.

Gramsci afirma

Embora todo partido seja a expressão de um grupo social, e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um só grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses de seu próprio grupo e os outros grupos, fazendo com que o desenvolvimento do grupo representado ocorra com o consenso e com a ajuda dos grupos aliados, se não mesmo dos grupos decididamente adversários (2002a, p.59).

O que está sendo colocado é que, independentemente da filiação partidária de cada candidato nas eleições, todos eles, assim como seus próprios partidos, de certa forma tornaram-se representantes do MESP, levando adiante sua pauta e ajudando a construir um consenso em torno dela, assim como garantir uma hegemonia conservadora reacionária.

Como mais um aspecto dessa questão, no dia 10 de outubro de 2023 foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da Educação sem Doutrinação Ideológica (FPDE), sob a coordenação do deputado federal Gustavo Gayer, do Partido Liberal (PL) de Goiás. Contando com 182 deputados federais e 18 senadores, de diferentes filiações partidárias, como PL, Progressistas (PP), União Brasil (UNIÃO), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Novo,

Republicanos, Partido Social Democrático (PSD), Patriota, Partido Democrático Trabalhista (PDT), Podemos (PODE) e Partido Socialista Brasileiro (PSB)⁴².

Para encerrar essa discussão, uma síntese das reflexões realizadas por Gramsci, que com certeza tira qualquer dúvida sobre o MESP poder ser lido e compreendido como um partido político, o autor diz

Será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar de “partido político”? Pode-se observar que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e, inclusive, de partido independente (GRAMSCI, 2002a, p. 349-350).

Gramsci dá fundamental relevo ao papel do partido como intelectual que organiza e dá direção às lutas políticas, por compreender que estes têm origem na luta de classes e nela se efetivam. Nesse sentido, Gramsci assinala que, na modernidade, os partidos assumem posição para levarem a cabo a reforma intelectual e moral para conquista da hegemonia.

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como “experimentados” históricos de tais concepções (GRAMSCI, 1999, p.105).

Pode-se afirmar que o MESP tem uma marca que o caracteriza como um partido, pois representa a visão de mundo de grupos sociais que disputam o sentido da escola, disputando, também, esta instituição para a elaboração da ética e da política assumida pela filosofia da classe ou fração de classe que compartilham a visão de mundo ao qual defendem.

Longe de esgotar a temática e as possibilidades de análise, no momento fizemos apenas uma análise inicial que será ainda aprofundada com o decorrer da pesquisa, mas que por enquanto já nos permite jogar mais luz sobre as ações do MESP, ajudando na compreensão que não só suas ações não buscam uma suposta neutralidade afirmada pelo mesmo, mas como, ainda que intencionasse tal objetivo, elas possuem impacto político de viés conservador e de manutenção do *status quo*, transformando os profissionais da educação em inimigos internos, numa ótica de reprodução da DSN.

O MESP é um partido que age em muitas frentes, buscando consenso na sociedade com a sua pauta, sendo seu principal meio de divulgação as redes sociais, com textos e vídeos, tirados de contexto, onde denunciam e expõem profissionais da educação, gerando perseguição e

⁴² Conferir em: <<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54557>>.

censura aos mesmos; e também através da coerção, intimidando profissionais da educação com denúncias, notificações extrajudiciais e processos.

A busca por relações com políticos e partidos institucionais é apenas mais uma forma do movimento agir, divulgar sua pauta e propagandear sua ideologia e concepção de mundo, inclusive a partir de projetos de lei, visto que cada projeto proposto, aprovado ou não, serve para chamar ainda mais a atenção sobre o mesmo, tanto na sociedade quanto nos meios virtuais, ainda que seja derrubado depois pela via judicial por ser inconstitucional, o que também tem uma funcionalidade para ele, pois serve para o movimento atacar outras instituições, afirmando que a “ideologia esquerdista” está entranhada por todo o Estado, angariando mais adeptos em setores ainda mais reacionários da sociedade.

3.6 Ataque ao professor como condicionante para a proletarização e alienação do trabalho docente

O capitalismo não se caracteriza simplesmente pela alienação e reificação, mas também pela maximização da tendência à alienação, a tal ponto que é a existência mesma da humanidade que está agora em jogo.
István Mészáros (2006, p. 228)

Nessa parte da pesquisa, pretendemos discutir, à luz da concepção de intelectual em Gramsci e Giroux, os ataques que os professores recebem tanto dos neoliberais, quanto dos neoconservadores, no qual o MESP representa apenas um de seus expoentes. Explicitaremos a compreensão de como esses ataques combinados contribuem ainda mais para a alienação e precarização do trabalho do professor, tendo como objetivo assegurar a reprodução do discurso neoliberal dentro das escolas e garantir a hegemonia da classe dominante.

Tendo tal questão em mente, primeiramente faremos o debate sobre a compreensão do professor como intelectual, tornando-se necessário estabelecermos e definirmos também qual a compreensão que se tem sobre o conceito de intelectual e que tipo de intelectual seria o professor.

Para Bobbio, intelectuais

são os sujeitos a quem se atribui de fato ou de direito a tarefa específica de elaborar e transmitir conhecimentos, teorias, doutrinas, ideologias, concepções do mundo ou simples opiniões, que acabam por constituir as ideias ou os sistemas de ideias de uma determinada época e de uma determinada sociedade (1997, p.110).

Apesar de servir para nos dar um norte, tal concepção de intelectual acaba sendo muito restrita e simplista, visto que desta forma o intelectual seria apenas aquela pessoa que teria como função específica a elaboração e transmissão de ideias e conhecimentos, não levando em consideração as condições materiais e o processo-histórico em que se dariam justamente a produção e transmissão dessas ideias e conhecimentos.

Por mais que seja uma concepção bem aceita e utilizada pelo senso comum da sociedade, nosso trabalho é ir além deste ponto de vista mais simplista. Sendo assim, é possível apontar outro autor que nos ajuda a entender e compreender o que seria um intelectual. Recorrendo a Gramsci, percebe-se uma perspectiva mais ampliada sobre a definição de intelectual, pois para ele

Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 2001, p.52-53).

Apreende-se, então, que, para Gramsci, homens e mulheres são intelectuais em alguma medida, já que não há nenhum tipo de atividade humana em que não se exerça de alguma forma ou grau a ação intelectual. Para ele, embora seja possível afirmar que todos os homens e mulheres são intelectuais, ao mesmo tempo não são todas as pessoas que desempenham a função ou papel de intelectual na sociedade (idem, p. 18).

Se nem todas as pessoas possuem ou desenvolvem a função de intelectual na sociedade, isso significa que, a *contrario sensu*, há aqueles que possuem essa função. Desta forma, defende-se, nesta pesquisa, que o professor é justamente uma das categorias profissionais que desenvolve a atividade e função de intelectual na sociedade, ocupando – ou pelo menos deveria ocupar – um espaço privilegiado na atualidade em relação a outras categorias profissionais de intelectuais, já que a escola está presente em inúmeros espaços e parcela considerável da sociedade passa pela escola em algum momento da vida, tendo contato com os professores. Ou seja, o professor é um intelectual que pertence a uma categoria profissional que lida diariamente no mundo inteiro com bilhões de pessoas.

Giroux (1997) afirma que o professor é um intelectual transformador, e entende que encarar o professor como pertencente a esta categoria é importante por que,

Primeiramente, ela oferece uma base teórica para examinar-se a atividade docente como forma de trabalho intelectual, em contraste com sua definição em termos puramente instrumentais ou técnicos. Em segundo lugar, ela esclarece os tipos de condições ideológicas e práticas necessárias para que os professores funcionem como intelectuais. Em terceiro lugar, ela ajuda a esclarecer o papel que os professores desempenham na produção e legitimação de interesses políticos, econômicos e sociais variados através das pedagogias por eles endossadas e utilizadas (1997, p.161).

A concepção de intelectual transformador de Giroux aproxima-se e assemelha-se da compreensão de intelectual orgânico de Gramsci (2001), ou seja, de um intelectual comprometido com o mundo do trabalho, demonstrando ligação com a classe que representa e o meio social.

Aqui se insere também o debate sobre a perspectiva material em que se desenvolve a atuação intelectual do professor. Compreendendo-se que essa atividade ocorre dentro da lógica capitalista, ou seja, de uma sociedade dividida em classes, infere-se, a partir do próprio Gramsci, que a classe dominante – ou que pretenda se tornar dominante – busca sempre a captação, assimilação e conquista dos intelectuais (GRAMSCI, 2001, p. 19), já que estes contribuem para a consolidação e legitimação de sua hegemonia, através da ideologia e da cultura.

De acordo com Gramsci,

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc (2001, p. 15).

O que está sendo afirmado pelo autor é que todo grupo ou classe social precisa necessariamente da criação de intelectuais que estejam sob seu poder de influência, pois são estes que vão referendar e legitimar sua hegemonia, criando consenso e garantindo então seus interesses de classe. Ou seja, a assimilação e captação do professor, enquanto intelectual, serve aos interesses da classe dominante na intenção de manter o consenso e coesão na sociedade, daí compreendemos também as reformulações em andamento nos cursos de licenciatura, ficando nítido que há um projeto de formação do professor como organizador da cultura e ideologia neoliberal. O que significa que o próprio professor é uma categoria profissional em disputa.

Entretanto, apesar da existência dessa intenção de assimilação do professor pelas classes dominantes, as formas estabelecidas pelo neoliberalismo e pelo neoconservadorismo, representado pelo MESP, mais do que uma simples assimilação, objetivam reduzir ou mesmo negar que o professor desenvolva essa atuação intelectual na sua relação estabelecida com a sociedade e, principalmente, com os alunos, buscando a alienação e precarização do trabalho docente. “O perfil de professor traçado no âmbito do capital não é o de intelectual, mas o de reprodutor de informações e ideologias [...]” (COSTA, 2009, p.69).

Nesse sentido que a categoria intelectual trabalhada por Gramsci e Giroux torna-se fundamental, por ajudar na compreensão que todas as pessoas são intelectuais, todos os homens e mulheres são “filósofos” em algum sentido (GRAMSCI, 1999, p.93; GIROUX, 1997, p.161), ou seja, tentar reduzir ou negar o papel do professor como intelectual não faz com que o mesmo deixe de sê-lo realmente. Então, entende-se aqui que a intenção de setores neoliberais e do neoconservadorismo é justamente “educar o educador”, buscando assim uma reforma moral da sociedade.

Dentro da perspectiva neoliberal e com reforço do neoconservadorismo, representado pelo MESP, é o professor que desempenha o papel de preparar a classe trabalhadora para o mercado, para as fábricas, que vai garantir que esta aprenda o básico do que é necessário, não para que possa vender sua força de trabalho da melhor forma, mas para que possa manter as estruturas do capitalismo funcionando – garantindo os lucros dos empresários –, internalizando a lógica do sistema ao mesmo tempo em que tem seu corpo e mente disciplinados.

As orientações dos organismos internacionais buscam primeiramente formar – ou conformar? – o professor dentro de suas perspectivas, dentro daquilo que acreditam que seja a função e o papel do professor para a garantia de sua hegemonia na sociedade. As orientações para formação e atuação do professor, somadas à divulgação de resultados das avaliações externas, que geram cobranças por resultados por parte da sociedade, levam a uma situação em que o professor, antes resistente, acaba por ceder às propostas destes organismos para a educação.

Desta forma, é necessário destacar que os professores são apontados pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial, tanto como protagonistas quanto como obstáculos para a realização não só das reformas educacionais que consideram necessárias (EVANGELISTA, SHIROMA, 2007), mas quanto da reforma do próprio Estado, que é o que de fato almejam. Ao estabelecerem diretrizes para a formação dos professores, assim como buscarem controlar a atuação dos mesmos em sala de aula, tentam diminuir o poder de resistência dos mesmos, o que facilitaria ou mesmo permitiria maiores avanços do neoliberalismo na sociedade.

Freitas (1999) afirma que as reformas educacionais que vêm ocorrendo desde fins da década de 1970 no Brasil e na América Latina, como um todo, indicam a centralidade da formação dos profissionais da educação para a reestruturação produtiva e reforma do Estado, pois a formação do professor é vista como elemento que estimula estas reformas ou que cria condições para que a transformação ocorra na escola, na educação e, conseqüentemente, na sociedade.

Para Nörnberg (2020), a reforma dos currículos escolares e dos cursos de formação de professores é o principal meio pelo qual os valores neoliberais e conservadores são implementados. Assim como a educação se constitui em um campo de disputa, a formação dos profissionais da educação também apresenta disputa de concepções, políticas e currículos (DOURADO, 2015).

De acordo com Nörnberg,

Ao engessarem os conteúdos da formação docente e do ensino básico, as reformas atuam também em favor de um desinvestimento em uma ampla e sólida formação científico-cultural, preponderando nos desenhos curriculares a ênfase em conhecimentos específicos e habilidades técnicas (2020, p.4).

Na mesma perspectiva, o MESP também estabelece, ou tem por objetivo estabelecer, limitações à atuação do professor em sala de aula. Mas, para além disto, uma questão importante fica pelo incentivo a fiscalização constante da atuação do professor, para que este jamais aborde temáticas que de alguma forma contestem os interesses e a hegemonia da classe dominante, nem auxilie no desenvolvimento de um senso crítico por parte dos estudantes.

Poggi aponta que o MESP atua

no sentido de transformar estudantes, editores, agentes educacionais, pais e parentes em polícia política. É uma estratégia voltada para incentivar uma cultura da delação, na qual as formas mais sutis de controle, repressão e violência são exercidas pelo cidadão comum (2019, p.92).

Entendemos que há um processo de criminalização de movimentos sociais e professores, incentivado pelo neoliberalismo e pelo neoconservadorismo. Professores e seus sindicatos são criminalizados – na perspectiva neoliberal – ao participarem de manifestações por melhores condições de trabalho e em defesa da Educação; e são criminalizados – na ótica neoconservadora – ao tratarem de temas por uma perspectiva crítica e social.

Combinada com uma política punitivista, comentada anteriormente, essa criminalização torna-se de fato perigosa aos profissionais da educação. Perigosa não somente do ponto de vista

da manutenção de seus empregos numa sociedade com número cada vez maior de desempregados, mas perigosa também da perspectiva de uma sociedade que deveria ser democrática.

Para os defensores do MESP, “os professores não são educadores, mas burocratas que devem apenas transmitir conteúdos definidos por lei, sem mobilizar valores e sem falar da realidade na qual a escola está inserida” (PENNA, 2018, p.110). Esse olhar burocratizado do papel do professor acaba por esvaziar o sentido político do processo educacional, considerando-se que a própria CF/88 e a LDB 9394/96 estabelecem que uma das funções da escola seja a formação para viver em sociedade, para a cidadania.

Essa visão burocratizada do professor fica mais explícita quando Miguel Nagib, em audiência pública sobre o projeto de lei 7180/2014, ao ser questionado sobre quem decidiria o que é moral, afirma que

Certamente não é o burocrata. Burocrata não faz sermão. Burocrata aplica a lei, pune, exige o cumprimento da norma, mas ele não faz sermão. Quem faz sermão é padre. Quem diz o que é moral ou imoral é o padre, o pastor, o pai e a mãe. Não é o funcionário público. O funcionário público só faz aquilo que a lei determina. E a lei brasileira, a legislação brasileira não possui um decálogo, não possui um código moral. Quem possui código moral são as religiões. Então essa é a diferença: burocrata não faz sermão, burocrata aplica a lei. O professor é um burocrata. Ele transmite aos alunos o conteúdo do currículo, aquilo que está escrito e foi aprovado pelas autoridades competentes. Não lhe cabe dizer aos filhos dos outros o que é certo e o que é errado em matéria de moral (NAGIB, 2017).

Percebemos, então, uma perspectiva anti-intelectual ou de combate à intelectualidade do professor, que, na concepção difundida pelo MESP, deveria tratar única e exclusivamente dos conteúdos definidos pelo currículo escolar e com distanciamento para que seus valores não sejam também compartilhados em sala de aula. O professor seria mero reproduzidor de conteúdos e currículos que viriam das direções, secretarias de educação e/ou do Ministério da Educação.

Ao MESP supostamente intencionar a neutralidade do professor, apresentando o mesmo como se fosse apenas um burocrata, o professor se aproximaria da definição de intelectual tradicional, apontado por Gramsci (2001) como sendo aquele que não estabelece relações com a sociedade, demonstrando-se autônomo ou independente em relação às classes e grupos sociais, ou seja, como se não fosse parte daquele meio e nem fosse afetado de alguma forma por ele.

Isso, por si só, já seria ruim, mas ao lado das políticas e orientações dos organismos internacionais a situação piora, visto que o professor fica ainda mais restrito ao ter que se limitar aos materiais didáticos e planos de aulas impostos via secretarias de educação, ou, dependendo

do processo de formação a que teve acesso, nem mesmo possui os instrumentos formativos necessários para questionar tais materiais e/ou planos de aulas.

Para Nörnberg (2020), o neoliberalismo em conjunto com o discurso conservador vem solapando e destruindo a educação e a escola pública, pois as políticas em prática nos últimos anos levam a um processo que ela chama de desintelectualização dos professores, pois estes profissionais deixariam de atuar como profissionais reflexivos para serem apenas mediadores, tutores e aplicadores de materiais didáticos e avaliações externas que são produzidas, na maioria das vezes, por instituições privadas.

Compreendemos que o neoliberalismo e o neoconservadorismo apresentam uma ação conjunta que leva a um processo que não se pauta apenas sobre os costumes, valores morais e orientação sexual, mas sim, também, na intenção de pautar os currículos, pensando e controlando a atividade docente.

Consideramos que, com o processo de proletarização do professor, assim como consequência do próprio processo de expansão e ampliação da Educação Básica, fazendo com que este tenha cada vez mais contato com as classes populares – além de ser oriundo da mesma –, o professor deveria encontrar-se intimamente ligado aos interesses e anseios da classe trabalhadora, garantindo que se torne um intelectual orgânico e transformador. Como afirmado por Giroux,

os professores devem assumir responsabilidade ativa pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinam, como devem ensinar, e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando. Isto significa que eles devem assumir um papel responsável na formação dos propósitos e condições de escolarização (1997, p. 161).

Entretanto, o próprio processo ideológico envolvido na proletarização do professor também faz com que o professor, em sua atividade profissional/educacional, se afaste das necessidades da classe trabalhadora, tornando seu trabalho cada vez mais estranhado para ele mesmo.

O trabalho, na perspectiva ontológica de Marx, objetiva o desenvolvimento das potencialidades dos seres humanos. Pensando na concepção de trabalho alienado, na sua perspectiva histórica, esse desenvolvimento das potencialidades não ocorre, pois o trabalhador é alijado do produto de seu trabalho, não ocorrendo identificação do trabalhador com esse produto e/ou com o próprio trabalho. O interesse da classe dominante, ou seja, da burguesia, nos trabalhadores é pela força de trabalho e na medida em que ela contribui para o aumento dos lucros, da produção de riqueza.

Sendo assim, o interesse do sistema capitalista – representado por seus aparelhos privados de hegemonia – no trabalho do professor é tão somente na capacidade de agregar capital humano para aumentar a produção de riquezas, assim como para auxiliar na criação do consenso, inculcação ideológica, do modo de vida, da cultura e concepção de mundo, que garantam a hegemonia capitalista.

As escolas são aparelhos privados de hegemonia, impedir que professores e professoras usem de sua autonomia pedagógica para abordar temas importantes e políticos da atualidade é reforçar esse caráter de aparelho privado de hegemonia dessas instituições. É impedir que o professor tenha condições de desenvolver sua atividade profissional como um intelectual.

O instrumento de trabalho do professor é o conhecimento, as ideias, o pensamento, sua intelectualidade. No caso do professor, a alienação do trabalho é o afastamento ou mesmo negativa do professor como intelectual, que fica amarrado a um currículo que vem de cima, impedido de abordar determinadas temáticas em sala de aula ou que nem mesmo tenha condições de estudar e preparar aulas, dadas as condições de trabalho, como baixos salários e carga horária extensa.

O processo de formação inicial de professores tem sido cada vez mais esvaziado, com instituições como o Banco Mundial afirmando que é mais vantajoso investir na formação continuada do que na inicial, privilegiando inclusive a formação em serviço e na modalidade à distância (TORRES, 2009).

Nesse sentido, o neoliberalismo e o neoconservadorismo atuam de forma a intensificar o processo de alienação do trabalho do professor, de proletarização do professor. Dessa forma, o MESP é compreendido nesta pesquisa como mais um mecanismo que leva ao aprofundamento desse processo.

Considerando-se que o professor realiza um trabalho intelectual, imaterial, pode-se afirmar que seu trabalho tem como fruto a aprendizagem do aluno. Se no trabalho produtivo, na perspectiva marxista, o ser humano transforma a natureza, no trabalho intelectual, improdutivo, a transformação ocorre no outro, ou, dentro da concepção freireana de Educação, essa transformação ocorre tanto em si, quanto no outro.

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os ‘argumentos de autoridade’ já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas.

Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 2005, p.79).

Então, o professor, ao realizar o trabalho intelectual, ele transforma o aluno, a sociedade – ao mesmo tempo em que também passa pelo processo de transformação. Por isso, o professor é apontado por Giroux como um intelectual transformador, e exatamente, por isso, o neoliberalismo e o neoconservadorismo, representado aqui pelo MESP, querem controlar a atividade docente, os currículos escolares, a formação docente, aquilo que pode ou não ser dito em sala de aula.

Ao alienarem o professor de seu principal instrumento de trabalho, o conhecimento, a capacidade de criticar o material didático, o currículo, a realidade, sua autonomia pedagógica, retiram do professor seu papel de intelectual transformador, ou, no mínimo, orientam a educação para um modelo de sociedade pretendido pelo capitalismo.

Se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida do processo de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista o trabalho se torna assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado. Aquilo que era uma finalidade básica do ser social – a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital (ANTUNES, 2005, p.69).

Compreendemos que, dentro do sistema capitalista, o trabalho se constitui na forma de alienação do trabalhador, o que, como apontado anteriormente, impede-o de desenvolver as suas potencialidades humanas. Quando se trata da Educação, podemos afirmar que, através dos mecanismos de controle da atuação docente, o neoliberalismo e o neoconservadorismo visam impedir que o professor desenvolva suas potencialidades, que poderiam levar à uma educação contestadora, à uma outra concepção de trabalho e de sociedade.

Outro aspecto importante e necessário a ser apontado é a relação trabalho e propriedade privada. De acordo com Marx (2010b),

A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação externa (äusserlichen) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.

A propriedade privada resulta portanto, por análise, do conceito de *trabalho exteriorizado*, isto é, de *homem exteriorizado*, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem *estranhado* (2010b, p.87, grifos no original).

Importa-nos tal questão por entendermos que grupos neoconservadores, como o MESP, enxergam os filhos por uma perspectiva de propriedade privada. Com esse discurso legitimam e objetivam ter maior controle sobre os filhos, sobre os rumos de sua educação, aquilo que

ouvem, veem e aprendem em sala de aula, intentam a “reprivatização dos filhos”, para usar um debate realizado por Apple (2003) e a expressão utilizada por Offerni (2020), que apontamos na revisão de literatura.

Essa compreensão dos filhos como propriedade dos pais é expressa por Nagib em uma das audiências públicas sobre o MESP. Ao comentar sobre o “5º dever do professor”, ele afirma

Como é que o professor em sala de aula pode adivinhar o pensamento dos pais dos seus alunos? É claro que não pode, é evidente que não pode. Então como é que se faz para que este dever, que é um direito humano, que está previsto no tratado internacional sobre direitos humanos do que o Brasil faz parte, como é que um professor respeita esta obrigação que consta da convenção americana de direitos humanos? Ele simplesmente se abstém de tentar transmitir aos seus alunos os seus próprios valores morais, as suas próprias convicções religiosas. Seja um professor católico, evangélico, ateu, não interessa, os pais têm o direito que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções. **Meus filhos, minhas regras** (NAGIB, 2017, grifo nosso).

“Meus filhos, minhas regras”, uma expressão que basicamente resume todo o pressuposto do MESP, apontando para um maior controle dos pais sobre a formação de seus filhos. Tal ponto também fica evidenciado às críticas feitas à lei 2654/2003 – que ficou conhecida como “Lei da Palmada” –, na qual grupos conservadores afirmavam que retirava o poder e autoridade dos pais sobre a educação de seus filhos⁴³.

Ou seja, levando em consideração a compreensão aqui apresentada que o desenvolvimento do aluno é um dos produtos do trabalho do professor, tal concepção conservadora dos filhos como propriedade privada dos pais é mais uma ação que reforça e intensifica a alienação do trabalho do professor.

De acordo com Saviani (2011)

o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (2011, p.13).

Dessa forma, consideramos necessário destacar, como já apontado anteriormente, que dentro do contexto do capitalismo, a escola se constitui como instrumento para reprodução e

⁴³ Em Aula Magna na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, disponível no canal do professor Fernando Penna, o mesmo expõe um vídeo que reúne Miguel Nagib, Marcello Reis (líder do movimento Revoltados Online) e Bia Kicis (atualmente deputada federal pelo PSL), onde usam o argumento que a Lei da Palmada retiraria a autoridade dos pais sobre os filhos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ec5prmQIP3U>>.

legitimação da ordem vigente, da classe dominante. Embora essa seja sua função em uma sociedade de classes, defendemos que a escola é um espaço de contradições, o que significa, que como espaço de relações sociais, no qual não só reproduz, mas se disputa hegemonia. Daí a necessidade de se controlar a atividade docente, seja pela ótica gerencial do neoliberalismo, com avaliações externas, imposição de currículos, controle da formação do professor; seja pela ótica dos movimentos neoconservadores, como o MESP, impedindo temáticas e criminalizando o professor.

A retirada da autonomia pedagógica do professor intensificada pelo neoliberalismo e pelo neoconservadorismo intensifica o processo de proletarização do mesmo. De acordo com Enguita,

[...] a proletarização não se pode entender como um salto ou uma mudança drástica de condição, mas como um processo prolongado, desigual e marcado por conflitos abertos ou disfarçados. A proletarização é o processo pelo qual um grupo de trabalhadores perde, mais ou menos sucessivamente, o controle sobre seus meios de produção, o objetivo de seu trabalho e a organização de sua atividade (1991, p.40).

Apontamos que a proletarização do professor não é algo recente, não começou hoje, ou seja, é algo que vem de longa data, mas que ganha novos contornos na conjuntura do avanço de movimentos de extrema-direita no mundo. É um processo que apresenta múltiplas facetas, e que no momento vemos a congruência de um ponto de vista utilitário da educação, ou seja, focada e voltada para formação de mão de obra, do capital humano, com um ponto de vista mais esvaziado ainda de crítica e leitura da realidade social. Uma congruência que une o neoliberalismo com o neoconservadorismo.

Compreendemos, na perspectiva dessa pesquisa, que o ataque à atividade docente, protagonizado na atualidade principalmente pelo MESP, é mais um dos mecanismos de precarização e proletarização do professor. Ao ter sua intelectualidade aviltada, ou ter sua atuação profissional controlada, sob constante fiscalização e até criminalizada, o professor perde totalmente a sua autonomia pedagógica, agindo pura e simplesmente como o burocrata do qual Miguel Nagib fala.

Compreende-se, ante o exposto, que tanto o neoliberalismo quanto o neoconservadorismo, representado pelo MESP, constituem duas faces da mesma moeda, que busca legitimar e tornar hegemônico seu discurso na sociedade. Embora haja quem possa considerar estranho uma vertente do liberalismo junto de uma concepção reacionária, Anderson (1995, p.10) aponta para o fato que, ante a perspectiva neoliberal, liberdade e democracia poderiam facilmente se mostrar incompatíveis, caso a propriedade privada e os lucros da classe

burguesa estivessem ameaçados de alguma forma. Ou seja, o valor central para o neoliberalismo é a propriedade privada dos meios de produção, não a liberdade e/ou a democracia.

Sendo assim, considero importante destacar que, apesar de existir desde 2004, é apenas quando surge um cenário de crise econômica, intensificada também por uma crise política, que o discurso do MESP ganha força e capilaridade na sociedade, apesar dessa questão ter ocorrido principalmente por seu discurso moralista e conservador sobre questões de gênero.

Essa ideia sobre neoliberais e movimentos reacionários agindo em conjunto não é nova. De acordo com Apple (2002), o Neoliberalismo e o Conservadorismo Reacionário, chamado por ele de neoconservadores, formam um bloco histórico, segundo o qual, para Gramsci,

as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (1999, p.238).

Não se pretende com esta pesquisa afirmar que o neoliberalismo, representado por organismos internacionais – ou mesmo algum outro tipo de instituição privada com interesses na Educação – e o neoconservadorismo, representado pelo MESP, tenham sentado e dialogado entre si para atuarem intencionalmente em conjunto com a finalidade de controlar a atuação do professor.

O que se afirma é que, pela forma de atuação, pelo *modus operandi*, os objetivos pretendidos tanto pelo neoliberalismo, quanto pelo neoconservadorismo, como não são contraditórios, acabam se complementando. Para Apple (2002), o neoliberalismo e o neoconservadorismo formam, junto de outros dois grupos – o populismo autoritário e uma fração da nova classe média em ascensão –, uma aliança conservadora, que objetiva, como política educacional e social, uma modernização conservadora.

Entende-se que a desvalorização, desmoralização e desqualificação do professor, provocadas tanto pelo neoliberalismo quanto pelo MESP, são propositais, sendo parte de um projeto de sociedade que intenciona colocar a opinião pública contra o professor, enfraquecendo sua resistência à lógica do capitalismo neoliberal, o que permitiria a sua assimilação e captação mais facilmente.

Outra aproximação existente entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo aponta para o que entendem ser o papel do professor, uma educação utilitarista, instruir. A isto, respondemos citando Gramsci

Não é completamente exato que instrução não seja também educação: a insistência exagerada nessa distinção foi um grave erro da pedagogia idealista, cujos efeitos já se veem na escola reorganizada por esta ideologia. Para que instrução não fosse igualmente educação, seria preciso que o discente fosse uma mera passividade, um “recipiente mecânico” de noções abstratas, o que é um absurdo, além de ser “abstratamente” negado pelos defensores da pura educatividade precisamente contra a mera instrução mecanicista (2001, p.43-44).

Gramsci entende que os estudantes possuem saberes, saberes estes que também são oriundos de sua classe, das relações sociais estabelecidas entre diferentes grupos, ou seja, não chegam à escola destituídos de conhecimentos ou cultura. Da mesma forma que Paulo Freire, Gramsci também nega que os estudantes sejam como uma folha em branco ou uma tabula rasa.

Apesar destas questões, da ofensiva sobre os trabalhadores e suas formas de organização, da ofensiva contra os professores e seus sindicatos, também é importante e necessário apontar que há resistência e luta, seja nas ruas, lutando e denunciando a precarização e perseguição, seja pelas vias institucionais, através de ações jurídicas que questionam a constitucionalidade das inúmeras leis baseadas no MESP que já foram aprovadas em âmbito municipal e estadual.

Compreender que estes movimentos não representam questões opostas, não representam necessariamente inimigos diferentes, também permite um maior e melhor entendimento sobre as forças que estão sendo enfrentadas, suas formas de atuação e que caminhos devemos trilhar para defender uma educação pública estatal, laica, gratuita e de qualidade.

Como veremos no capítulo seguinte, essas forças estão atuando há décadas, em um movimento de transformar o professor em inimigo interno, na lógica da DSN, enxergando o professor como uma ameaça (PASSOS, MENDONÇA, 2021). O MESP representa a materialização dessas forças.

4 A RELAÇÃO ENTRE A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO NA (RE)INVENÇÃO DO INIMIGO INTERNO

Se não quiser um homem politicamente infeliz, não lhe dê os dois lados de uma questão para resolver; dê-lhe apenas um. Melhor ainda, não lhe dê nenhum.

Ray Bradbury

Buscamos, neste capítulo, trazer para o debate nossa compreensão do MESP como fruto e herança do autoritarismo da ditadura civil-militar que se iniciou com o Golpe de 1964. Deste modo, consideramos que embora o mito fundador do referido movimento que busca censurar e amordaçar os profissionais da educação aponte para o ano de 2004, as suas bases de sustentação ideológicas no Brasil se originam em momento anterior, sendo fruto tanto da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que ganha força e se intensifica durante a ditadura militar, quanto do Orvil, documento produzido pelos militares como resposta ao livro “Brasil: nunca mais”⁴⁴, assim como, também, de uma transição democrática que não logrou êxito em produzir uma democracia plena e consolidada, resultando então em uma “democracia feia” (PEREIRA, 2010).

Isto não quer dizer que antes da ditadura civil-militar houvesse no Brasil uma democracia plena, entretanto, como afirma Florestan Fernandes, a intenção daqueles que produziram o golpe de 1964 foi justamente impedir a “transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada” (FERNANDES, 1980, p.113), afinal, as Forças Armadas tomaram o poder com o claro objetivo de calar as demandas sociais por igualdade, sendo estas entendidas como manifestação do avanço do comunismo na sociedade brasileira (MIGUEL, 2019).

Neste sentido, Marilena Chauí nos esclarece que o autoritarismo da sociedade brasileira não é um desvio de rota ou caminho, pelo contrário, ele é um aspecto que faz parte da estrutura de nossa sociedade, estando presente desde o início de nosso processo formativo, e que se

⁴⁴ Livro produzido num audacioso projeto que durou de 1979 a 1985 e envolveu dezenas de pessoas, entre as quais muitas eram advogadas e religiosas. Consistiu num duro golpe nos militares, que viram ali muitos de seus inúmeros crimes praticados durante a ditadura sendo desnudados ao grande público, já que o livro foi elaborado a partir de documentos produzidos pela Justiça Militar quando do julgamento de presos políticos, que denunciavam os horrores sofridos nos porões da ditadura.

expressa pela violência “em todas as esferas da vida social” (CHAUI, 2014, p.242). Pensamos, então, que os arranjos que possibilitaram o processo de transição da ditadura civil-militar para a democracia se deram dentro dos limites deste autoritarismo que é característico e marcante de nossa sociedade, o que vai refletir em diferentes atores da sociedade civil e originar movimentos como o que tratamos de compreender melhor nesta pesquisa, que são frutos de um processo de “reconciliação extorquida” (GAGNEBIN, 2010).

Assim, pensamos o desenvolvimento deste capítulo a partir da sua divisão em cinco partes que possuem algumas subdivisões. Na primeira realizamos uma discussão sobre o processo de redemocratização; na segunda tratamos sobre a Doutrina de Segurança Nacional e o Orvil; na terceira contextualizamos as fontes primárias da nossa pesquisa; na quarta fizemos a análise das fontes primárias, expondo a relação entre a DSN com o MESP, demonstrando que as bases de tal movimento se encontram no legado autoritário de nosso passado; por último, na quinta parte, analisamos o processo de militarização das escolas, entendendo que se relaciona com o MESP e constitui um projeto de poder mais às claras.

4.1 Redemocratização e os ecos da ditadura

Podemos afirmar que a América Latina se caracteriza, historicamente, por uma relação intrincada entre civis e militares (FUCCILLE, 2019). A região passou por inúmeros golpes de Estado e longas ditaduras militares durante o século XX, ocasionados principalmente, mas não só, pelo contexto internacional da Guerra Fria. Embora esse período tenha ficado pra trás, ainda, hoje, podemos afirmar se tratar de um passado bastante presente, seja mediante as instituições de Estado e setores neoconservadores da sociedade que parecem guardar certa nostalgia, anseio e desejo por um retorno ao período, seja por legislações que não foram enterradas com o fim das ditaduras latino-americanas, o que impede a superação completa das mesmas.

O processo de redemocratização de cada país latino-americano diz muito sobre esse aspecto e, ainda que cada processo tenha se dado de uma forma e possua suas características particulares, também podemos encontrar pontos de convergências, como a produção de democracias incompletas ou aquilo que Adam Przeworski (1994) vai chamar de “democracias de baixa intensidade”.

O caso do Brasil não está fora deste panorama, a ditadura civil-militar tem início em 1964, no contexto explicitado acima, da Guerra Fria, tendo como uma de suas características

principais no plano ideológico a questão do combate ao comunismo e um processo de redemocratização ou “abertura política” que se dá numa relação de conciliação com as forças conservadoras que foram responsáveis pelo autoritarismo do período. Nas palavras de Silva, “a ‘Transição’ brasileira foi, de forma clássica, caracterizada como *negociada* com as forças herdeiras da ditadura” (2021, p.39, grifo no original).

Assim, destacamos que o processo de transição e redemocratização do Brasil foi complexo, ocorrendo dentro de um contexto de imposição de regras por aqueles que usurparam o poder no período que aqui retratamos, ou seja, os militares. Um processo que demorou muitos anos. Este ocorreu de forma tortuosa e, em certa medida, falhou (SILVA, 2021). A influência deste grupo pode ser percebida até os dias de hoje, visto que os militares ainda ocupam uma posição de destaque na sociedade, sendo enxergados por setores mais conservadores e reacionários como salvaguardas da Constituição Federal e da democracia brasileira.

Essa situação torna clara como a transição para a democracia no Brasil, embora seja importantíssima, de extremo valor e represente um imenso e necessário avanço em relação ao período anterior da ditadura civil-militar, foi marcada por concessões e acordos com setores conservadores e evitados de autoritarismo, o que impediu e limitou a efetiva consolidação da democracia no país.

De acordo com Miguel, a expressão transição democrática

é criticada por pressupor que a transição tem um ponto de chegada predefinido (a “democracia”) e, mais, que essa democracia tem um sentido unívoco. No entanto, a transição foi, como qualquer processo político, um processo com desfecho em aberto, permitindo uma multiplicidade de arranjos possíveis. E a democracia é um conceito em disputa – diferentes atores evocam o valor da democracia com diferentes sentidos e intenções. Ainda que se considere que a democracia era o destino inevitável da transição, permanece a questão: a qual democracia chegaríamos? (2019, p.33)

Aqui percebemos uma questão importante, pois quando falamos em democracia a entendemos como um processo de participação política da sociedade de forma que consiga ir para além da dita democracia representativa nos momentos de eleição que ocorrem de tantos em tantos anos, ou seja, que a sociedade como um todo participe dos processos de decisão do país, não apenas da escolha de governantes. É nesse sentido que Weffort (1989) afirma que o processo de transição é, ou pelo menos deveria ser – por questões inerentes ao próprio processo – marcado de incertezas. A partir do momento que temos o longo processo de transição democrática controlado pelos militares, uma das características essenciais do próprio movimento da democracia, a incerteza do resultado (PRZEWORSKI, 1984), se perde e a democracia se torna fragilizada e não consegue se consolidar.

Silva (2021) vai afirmar que

Tais ‘transições tuteladas’ desembocam em ‘regimes tutelados’, normalmente com garantias formais de direitos de ‘primeiro grau’ referentes à representação e à participação – voto, reunião e expressão – mas, jamais aos direitos amplos e incluídos de ampliação real do ‘demos’, do acesso aos serviços e aos bens sociais, perpetuando a situação de desigualdade e de injustiça social – marcada pela violência massiva, em especial contra jovens negros e pardos, mulheres e minorias –, característica dos velhos regimes oligárquicos. Assim, garantia-se a reprodução da ‘democracia feia’ (2021, p.40).

Após o processo de transição para a democracia no Brasil e a instalação da dita Nova República, os militares continuaram a se inserir na ordem política contemporânea, corroborando o explicitado acima sobre “regimes tutelados”. Isso ocorreu, em grande parte, por conta da própria Lei da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, que permitiu que os militares seguissem suas vidas normalmente, sem sofrerem quaisquer sanções ou punições pelas violações aos direitos humanos que eles realizaram durante a ditadura civil-militar⁴⁵, embora não possamos esquecer que a própria lei foi aprovada num Congresso dominado pelas forças da própria ditadura, ou seja, que pouco ou quase nada permitiu de realização de alterações nela pela oposição democrática.

A presença dos militares na política pós-transição para a democracia resultou na formação de um bloco ou fração de classe que Florestan Fernandes vai chamar de “couraça da conciliação conservadora” (2020), o qual se mantém firme no neoliberalismo, em detrimento dos valores democráticos⁴⁶. A participação dos militares na vida política, portanto, não se limita apenas ao período da ditadura que durou seus 21 anos, mas se estende inclusive para a democracia que temos hoje, tornando-se uma realidade constante no cenário político brasileiro, principalmente nos últimos anos.

Esse aspecto, da atuação dos militares no âmbito da política, fica mais evidente a partir da década de 2010, com o crescimento de militares da reserva participando das eleições para cargos tanto do Poder Legislativo quanto do Poder Executivo⁴⁷, e também com a participação

⁴⁵ Aprovada em 1979, a lei tem servido para impedir que militares e civis que praticaram crimes como sequestro, tortura, desaparecimentos e mortes contra opositores da ditadura, venham a responder por seus atos (RODEGHERO, 2014). Como alternativa, algumas vítimas buscaram no judiciário realizar ações declaratórias, na intenção não de indenizações, mas que seus algozes fossem reconhecidos pelo Estado como criminosos.

⁴⁶ Pensamos os “valores democráticos” a partir da contribuição de Carlos Nelson Coutinho (1979).

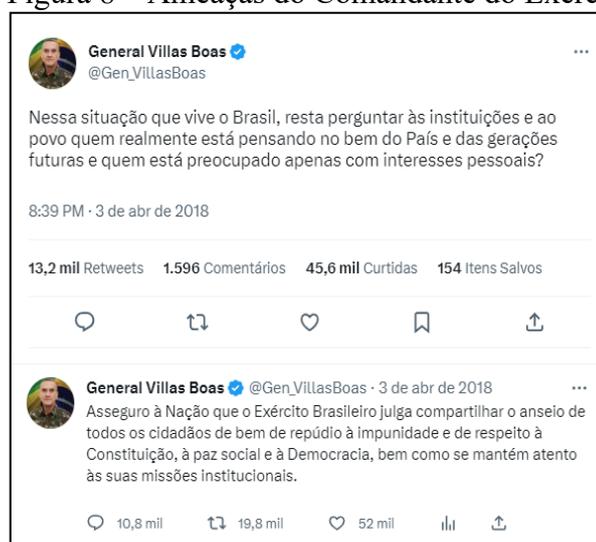
⁴⁷ De acordo com o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, entre 2010 e 2020 pelo menos 25.452 policiais e membros das Forças Armadas se candidataram a algum cargo eletivo, sendo eleito entre os anos de 2010 e 2018 um número de 1860 indivíduos.

dos mesmos nas redes sociais, muitas vezes com declarações que deixam implícitas – às vezes até de forma explícita – ameaças de golpismo.

No dia 3 de abril de 2018, na véspera do julgamento do *habeas corpus* do, à época, ex-presidente Lula, o general Villas Bôas, que foi Comandante do Exército Brasileiro entre 2015 a 2019, publicou dois comentários em sua conta pessoal no Twitter⁴⁸, numa clara intenção de pressionar o STF e ameaçar a democracia brasileira, como consta na imagem 8.

As ameaças realizadas pelo Comandante do Exército, em 2018, corroboram com a ideia de uma democracia tutelada pelos militares, o que, de acordo com Prestes (2021), foi consagrada com a aprovação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu “o *poder militar* acima dos três poderes da República” (2021, p.82). Tal compreensão depreende-se do art. 142 da CF, mas que tem sido muito distorcido e deturpado entre setores conservadores e da extrema-direita, para quem as FA estariam autorizadas a mediar conflitos entre os três Poderes da República ou mesmo intervirem militarmente em algum deles sob pretexto de estabelecerem a ordem⁴⁹.

Figura 8 – Ameaças do Comandante do Exército



Fonte: Disponível em: <https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315174660485122>.

⁴⁸ Twitter é uma rede social que surgiu em 2006 nos EUA se caracteriza por mensagens curtas, de no máximo 240 caracteres. Pela própria simplicidade da plataforma, que facilita seu uso e consequentemente aumenta seu alcance, e pouco controle sobre seu conteúdo, tem sido bastante utilizada por movimentos de extrema-direita.

⁴⁹ Art. 142 da CF: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Embora não se pretenda abordar a questão aqui, é importante afirmar que se trata de uma interpretação minoritária, mas que ganhou tanta visibilidade nos últimos anos que suscitou a possibilidade de uma PEC para alterar o artigo, eliminando a possibilidade de interpretações extremistas.

Desta forma, compreendemos que o processo de redemocratização no Brasil, que foi tutelado pelos militares, preservou os interesses políticos e econômicos do bloco no poder, que também buscou a permanência do seu bloco histórico, ou seja, a unidade entre as forças materiais e ideológicas, forma e conteúdo. As diferentes frações da classe dominante estabeleceram alianças de forma que a redemocratização não ameaçasse naquele momento a hegemonia que garantiram com o golpe de 1964, mas que também garantisse a sua manutenção com o fim da ditadura civil-militar.

Nosso processo de redemocratização se deu num pacto entre o Alto Comando do Exército e representantes da burguesia liberal, constituindo-se em parte da tradição brasileira de arranjos entre as classes dominantes em momentos de crise política-econômica, evitando maiores participações dos setores dominados, mais populares da sociedade (PRESTES, 2021).

Vieira afirma que, para ela,

[...] a ditadura acabou, oficialmente em 1979, porque já tinha feito todo o trabalho mais sórdido. Além do mais havia montado uma estrutura de domínio ideológico. A educação já estava pauperizada – sobretudo pela ausência de formação crítica nas disciplinas de história, geografia, filosofia e sociologia por um longo período, negando às novas gerações condições de uma análise profunda da realidade. Estava garantida a cidadania passiva. E mais, a criminalização dos movimentos sociais estava assegurada nos conceitos de ‘polícia militar’ e de ‘segurança pública’. Por fim, a mídia tutelada pelo capital e consequentemente a serviço dos interesses das classes dominantes, garante a versão meritocrática do liberalismo. Portanto estavam e estão perpetuadas as estruturas históricas necessárias para a continuidade da concepção conservadora das elites brasileiras e de seu lugar privilegiado na sociedade, na política, enfim no poder (2014, p.24).

Embora discordemos sobre o momento que a ditadura chega oficialmente ao fim, concordamos com a perspectiva que a mesma deixou construída a estrutura de domínio ideológico, de manutenção da hegemonia conservadora. Assim, além de uma estrutura material autoritária, as bases ideológicas que possibilitaram posteriormente o surgimento do MESP também são heranças desse período, ecos da ditadura civil-militar, como veremos adiante. Bases ideológicas essas que são construídas em cima da Doutrina (e lei) de Segurança Nacional, do Orvil e dos RPMs, que fundamentam o discurso da Guerra Cultural que tanto afirmam existir.

4.2 Doutrina de Segurança Nacional e Orvil

Aqui, não temos por pretensão irmos às origens da Doutrina de Segurança Nacional, pois o objetivo é tratar da mesma no Brasil e sobre sua reverberação até os dias de hoje, principalmente entre militares e grupos neoconservadores, compondo importante parte da ideologia dos mesmos. Entretanto, convém apontar que a mesma tem origem nos EUA, no pós-Segunda Guerra, ou seja, criada no contexto da Guerra Fria, e que os Estados latino-americanos não foram simplesmente receptores passivos da mesma, adaptando-a aos seus próprios contextos e realidades (COMBLIN, 1978).

A DSN em geral foi aprendida e disseminada pelas Forças Armadas de cada país, que trataram de estudá-la e reformulá-la dentro de seus contextos e a partir da criação de seus próprios aparelhos privados de hegemonia, a exemplo da National War College, dos EUA – que também foi responsável por muito da ideologia anticomunista que circulou pela América Latina.

A DSN foi a ideologia disseminada nessas instituições militares. As ditaduras civil-militares instituídas no Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina nas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela aplicação de suas diretrizes. A DSN fundamentava-se na necessidade da segurança nacional para a defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental, era a resposta ao “comunismo ateu”, tendo como base um virulento anticomunismo (FERNANDES, 2009, p.837).

No caso do Brasil, a adaptação da Doutrina de Segurança Nacional à nossa realidade foi realizada pela Escola Superior de Guerra (ESG), criada através da Lei nº 785/1949, sob influência do contato da Força Expedicionária Brasileira (FEB) com os militares estadunidenses ainda no âmbito da Segunda Guerra Mundial (PIRES, 1999), e intensificada nos anos seguintes, já no contexto da Guerra Fria e do treinamento de militares brasileiros na Escola das Américas, no Canal do Panamá (FERNANDES, 2009).

A ESG foi criada como resultado de um processo longo de modernização das Forças Armadas e representando uma linha de pensamento dentro das mesmas (TIBOLA, 2007). Assim, a ESG foi uma das instituições responsáveis por preparar o terreno para o golpe de 1964. Não que sua criação em 1949 deveu-se a esse objetivo, mas as bases político-ideológicas que fundamentaram o golpe, sustentaram a ditadura civil-militar e o autoritarismo do período possuem suas raízes justamente na ESG, visto que conseguiu gerar alguma coesão ideológica entre os militares e colocou em prática a DSN.

Em periódico produzido pela própria ESG, Antônio de Arruda, conselheiro da instituição e desembargador, afirmou em 1989 que

O conceito de Segurança que a ESG adotou foi inspirado nas lições dos dois últimos conflitos mundiais que evidenciaram que a guerra já não dizia respeito somente às Forças Armadas mas atingia a nação como um todo. A essa nova compreensão do conflito vieram juntar-se outros aspectos insidiosos da guerra contemporânea, postos em relevo pela Guerra-Fria e pela Guerra Revolucionária. Essas modalidades de conflito, até então desconhecidas, procuram o controle progressivo da nação, pelo aniquilamento sistemático de suas instituições, de seus valores e de seu moral. A agressão já não vem apenas de fora, como antes, e para a qual bastaria a Defesa, entregue à responsabilidade das Forças Armadas. Agora, a população é atacada como um todo e para resguardá-la é necessário algo mais completo: daí um conceito novo, o de Segurança, mais abrangente que o tradicional de Defesa. À ESG coube o encargo prioritário de estudar a Segurança à luz dessa nova concepção (ARRUDA, 1989, p.14).

Podemos perceber duas questões principais pelo trecho acima: primeiro, a compreensão de que existe uma guerra em curso que vai para além do conflito bélico, armado; segundo, que a população como um todo seria o alvo desse conflito. Essas duas questões convergem para uma perspectiva da ESG de que a partir daquele momento o palco do conflito estaria no campo da cultura também, e considerarem que seus valores e sua moral seriam alvos de “aniquilamento”, pois haveria ataques que buscariam desestabilizar a sociedade ao longo prazo.

Neste sentido, o Decreto-Lei nº314/67⁵⁰ estabelece em seus primeiros artigos que a segurança do país seria responsabilidade de todas as pessoas, mesmo as jurídicas, além estabelecer também que a segurança nacional depende do enfrentamento a inimigos externos e também os internos.

Art. 1º Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 2º A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos (BRASIL, 1967).

Primeiramente, esses artigos refletem a concepção da DSN, compreendendo que essa segurança não pode ficar a cargo única e exclusivamente das Forças Armadas ou do governo, mas sim que esta é de competência de todos os indivíduos e instituições que compõem a sociedade civil. Esta perspectiva está em consonância com o mencionado anteriormente por Antônio de Arruda, pois, já que as guerras contemporâneas tornam a população como um todo

⁵⁰ Dentro das Leis de Segurança Nacional temos o Decreto-Lei 314/67, o Decreto-Lei 898/69 e a lei 6620/78 que não apresentam diferenças significativas nos primeiros artigos. A maior diferença consta no art.2º, parágrafo único da lei 6620/78, que define quais são os objetivos nacionais. Há também a lei 1802/53 e a lei 7170/83, que só foi revogada em 2021, ou seja, apenas 36 anos após o fim da ditadura civil-militar.

o alvo desse conflito, haveria a necessidade de que a própria população atuasse na promoção da segurança.

O art. 2º serve também de reforço a essa compreensão, visto que nele a concepção da segurança nacional não se limita às ameaças externas, mas também engloba o âmbito interno, onde podem surgir disputas que, na lógica dos setores militares e mais conservadores, comprometam os interesses e objetivos nacionais. Assim, está alinhado com a lógica de que a segurança nacional abrange não apenas a defesa militar, mas também a proteção da moral, dos valores, ou seja, da cultura, conforme tratamos no capítulo anterior

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação (BRASIL, 1967).

Com a composição dos três primeiros artigos, fica evidente, ao menos para nós, que havia uma preocupação entre os militares com aquilo que hoje é chamado por setores neoconservadores e da extrema-direita de guerra cultural, principalmente quando estabelecem a figura do inimigo interno. Neste sentido, críticas à ditadura poderiam ser compreendidas como propaganda com a intenção de influenciar opiniões contra aquilo que os militares consideravam como os objetivos nacionais.

Há outros artigos na legislação que são igualmente importantes para uma melhor interpretação da mesma, no entanto, por enquanto, estes bastam para análise que buscamos realizar aqui. A LSN evidencia a preocupação daqueles que promoveram a ditadura civil-militar com a segurança e, principalmente, sinaliza para o aspecto interno dessa segurança, evidenciando a existência do que chamaram de “ameaças ou pressões antagônicas” e, assim, criando a figura do inimigo interno que é fundamental para a hipótese que defendemos, do MESP como a face civil da DSN.

Apesar destes aspectos, a questão aqui é compreender como a DSN chega a nós nos dias de hoje, materializada na figura do MESP. Com o processo de abertura política e de transição para a democracia, foi lançado em 1985 o livro “*Brasil: nunca mais*”, elaborado entre 1979 e

1985, a partir de um minucioso e perigoso trabalho de cópia de documentos que foram produzidos pelos próprios militares quando os presos políticos eram interrogados pela Justiça Militar e denunciavam as torturas físicas e psicológicas que sofriam nas mãos de seus algozes.

O fim da ditadura marca o início de um confronto diferente, a guerra pela memória. Desde a abertura política, vigora na caserna a ideia de que os militares perderam – para a historiografia, as universidades, a imprensa, a sociedade civil como um todo – as primeiras batalhas desse conflito. Até hoje é presente entre altos oficiais fardados a certeza de que, graças a essas derrotas na esteira da redemocratização, a maior parte dos brasileiros sem farda nutre em relação às Forças Armadas uma postura revanchista pelo ocorrido na ditadura (VICTOR, 2022, p.121).

Como reação e resposta ao livro “*Brasil: nunca mais*”, foi produzido dentro das Forças Armadas, por encomenda do Centro de Informações do Exército (CIE), um livro/documento que acabou por se tornar bastante responsável por manter viva entre os militares a ideologia da DSN e essa visão da existência de um inimigo interno, que deixou de lado as armas para fazer a luta dentro do campo da cultura, e que entendemos ser também a base de onde se fundamenta a ideologia do MESP, o chamado Orvil.

4.3 Contextualização das fontes na construção da Tese

Nossa pesquisa se fundamenta, basicamente, em seis fontes primárias, a DSN e LSN, o Orvil, os RPMs, livros publicados pelos militares tendo como base o Orvil, o twitter e site do MESP. Antes de analisar diretamente essas fontes, primeiramente, abordaremos o contexto de produção das mesmas para uma melhor apreensão daquilo que elas significam e como se relacionam com a questão de pesquisa, pois consideramos que a realidade só pode ser compreendida a partir da sua historicidade.

Como já vimos, a DSN surge nos EUA como consequência da Guerra Fria, sendo adaptada ao contexto brasileiro pela ESG. A aplicação de suas diretrizes fundamentou a perseguição e combate ao “inimigo interno”. Nas palavras de Sepulveda (2010), a identificação do inimigo como sendo o comunismo foi o que justificou grande parte das ações dos militares até a década de 1990, inclusive no âmbito do que o autor vai chamar de “regeneração moral da sociedade brasileira” (SEPULVEDA, 2010, p.229). O que a DSN vai fazer é apontar que o inimigo não está apenas fora do país, mas dentro dele também.

A primeira LSN criada dentro da perspectiva da DSN data de 1953 e a última foi promulgada em 1983. Há duas leis que não analisaremos em nossa pesquisa, uma de 1935, por ser anterior à DSN e outra de 2021, por revogar a Lei 7170/1983, acrescentando alguns aspectos da LSN ao Código Penal, deixando de existir uma legislação que seja específica para tratar da segurança nacional.

A relevância da DSN e da LSN é especialmente significativa para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que as demais fontes documentais relacionadas aos militares se fundamentam nelas, visto o desenvolvimento da concepção da existência de inimigos internos e de uma guerra que não mais se restringiria ao campo das armas, mas que abrangeria aspectos relacionados aos costumes e valores, ou seja, àquilo que no atual cenário político os movimentos neoconservadores vão chamar de guerra cultural.

Nesse sentido, são a DSN e a LSN que vão fornecer o arcabouço teórico e normativo que originarão as demais fontes, como o Orvil, os RPMs e alguns livros publicados por militares. Elas constroem coesão dentro das FA, moldando o pensar e o agir dos militares, a concepção de mundo que vão desenvolver e reproduzir em seus espaços.

O Orvil trata-se de um livro-documento produzido por iniciativa do CIE. O CIE foi criado em 1967, apontado como o “maior antro de terroristas do Estado” (FIGUEIREDO, 2009, p.44), tinha como objetivo a coleta de informações e atuar diretamente na repressão, perseguindo e dando fim àqueles que consideravam como “inimigo interno”, o que poderia ser qualquer pessoa que fosse contrária à ditadura militar, mesmo que atuasse no campo institucional.

O CIE surgiu por iniciativa do ditador General Costa e Silva, que queria reformular os serviços secretos das Forças Armadas, na intenção que estes agissem na luta contra os “comunistas”, transformando-os “em grupos de elite trabalhando ao mesmo tempo com informação e força. Uma espécie de superpolícia política voltada para o estudo, o combate e a aniquilação do chamado ‘inimigo interno’” (FIGUEIREDO, 2015, p.16).

É por essa instituição que o Orvil foi produzido, um órgão que tinha por missão espionar e combater opositores da ditadura civil-militar. O fato de o Orvil ter sido produzido entre os anos de 1985 e 1988 diz ainda mais sobre o papel do CIE, pois, oficialmente, a ditadura civil-militar já tinha chegado ao seu fim, porém o órgão continuou a atuar no levantamento de informações sobre movimentos políticos e na divulgação interna sobre suas considerações.

Insatisfeitos com a publicação e divulgação de um dos mais importantes livros sobre a ditadura civil-militar brasileira, o *Brasil: Nunca Mais*, que foi interpretado pelas Forças Armadas a partir de uma perspectiva de revanchismo por parte da esquerda, o CIE elaborou o

documento como uma espécie de resposta ao mesmo e na intenção de realizar uma disputa sobre a narrativa do passado (FIGUEIREDO, 2009), para garantir que a visão dos que venceram a luta armada fosse também exposta ao grande público. Apesar disso, o livro-documento teve a sua publicação vetada em 1988, pelo ex-presidente Sarney, quando foi consultado pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, considerado o pai do projeto Orvil (FIGUEIREDO, 2009).

O livro-documento acabou engavetado, mas não antes de ter algumas cópias realizadas, circulando de forma não oficial nas mãos de alguns grupos das FA e de extrema-direita durante a década de 1990 (FESTA, 2020) e nos anos 2000, sendo digitalizado aos poucos no site TERNUMA⁵¹ (TORRES, MAGALHÃES, 2000), até ser publicado oficialmente em 2007. Apesar da publicação oficial em formato de livro, em nossa pesquisa utilizamos a versão do documento produzido na década de 80 e posteriormente digitalizado, que pode ser encontrado facilmente pela internet.

Convém sinalizarmos também que embora o discurso oficial seja de que o livro-documento Orvil surgiu como resposta ao *Brasil: Nunca Mais*, Brandão e Leite (2012) apontam que o projeto do mesmo surge no início de 1984, a partir de um documento que encontraram, escrito pelo então tenente-coronel Romeu Antonio Ferreira, este afirmava que os comunistas estavam reescrevendo a história da subversão e que havia a necessidade de “[...] se escrever a história verdadeira, a história dos vencedores [...]” (FERREIRA, 1984, p.3).

Não obstante o fato de que o Orvil tenha sido proibido de circular oficialmente em 1988, uma alternativa encontrada pelo CIE foi a elaboração dos Relatórios Periódicos Mensais. Os RPMs são documentos elaborados pelo CIE na esteira do fim da ditadura civil-militar com a redemocratização, que tinham como objetivo fazer circular de forma interna algumas das ideias contidas no Orvil e assim garantir que a concepção do Exército sobre o período.

Tal aspecto é corroborado por Victor (2022), que afirma que

Como chefe do CIE no final dos anos 1980, o general Sérgio Augusto de Avelar Coutinho passou a usar os Relatórios Periódicos Mensais do centro para difundir o material do livro secreto – e alterou inclusive o formato dos boletins, com vistas a ampliar a sua repercussão em meio à tropa (VICTOR, 2022, p.122).

O próprio RPM de fevereiro de 1989 em suas primeiras páginas confirma tal afirmação, iniciando-se com uma explicação do por que da nova apresentação

⁵¹ Organização de extrema-direita, formada por militares, ex-militares e simpatizantes, com a intenção de criar revisionismo histórico sobre a ditadura civil-militar. Seu objetivo é ser um contraponto ao grupo Tortura Nunca Mais, daí seu nome “Terrorismo Nunca mais”.

O Centro de Informações do Exército (CIE), com este relatório, apresenta uma nova forma para a difusão e conhecimentos ao seu público interno.

Paralelamente, ampliou-se a distribuição do documento, visando, principalmente, aos Comandantes de Unidades que, a partir de agora, contarão, no mais curto prazo, com mais um subsídio valioso para a instrução e informação dos Quadros sob seu comando.

Apesar da aparência, o Relatório Periódico Mensal (RPM) permanece sendo um documento sigiloso submetido às normas previstas no RSAS (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1989, p.3).

Logo no início, fica evidente, pelo menos para nós, que o objetivo do documento, assinado pelo general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, era buscar a hegemonia de determinado pensamento entre os quadros do Exército. O documento em si não se limita a reproduzir páginas do Orvil, mas também aponta a compreensão daqueles que estão no comando do Exército sobre os acontecimentos políticos no país naquele período, como veremos mais adiante, quando nos aprofundarmos na análise das fontes.

Neste sentido, os RPMs formam um importante instrumento de construção de consenso interno no Exército, circulando de forma sigilosa, visto estar submetido às normas do Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS). Estes documentos foram classificados na categoria “confidencial”, o que significa, de acordo com o art. 4º, §3º do Decreto nº79099/77, que seu “conhecimento por pessoa não autorizada possa ser prejudicial aos interesses nacionais, a indivíduos ou entidades ou criar embaraço administrativo” (BRASIL, 1977).

Além do Orvil e dos RPMs, há livros escritos por militares, alguns deles publicados pela própria Biblioteca do Exército Editora (BIBLIEx) – demonstrando que, assim, fazem parte da linha editorial da instituição –, que também apontam para algumas das questões que são discutidas nesta pesquisa.

Embora seja principalmente uma biblioteca, a BIBLIEx assume importante papel de editora, cumprindo uma função de divulgação interna e também externa da linha ideológica do Exército. Ao desempenhar essa atividade editorial, a BIBLIEx contribui para a construção da coesão dos quadros da instituição, ou seja, constrói consenso de forma ativa, disseminando ideias e valores em torno da sua concepção de mundo. Assim sendo,

Podemos afirmar que a Biblioteca Militar foi um mecanismo utilizado pelo Exército no processo de construção de sua identidade social e também em sua afirmação como corporação, eliminando internamente suas divergências políticas e organizacionais e de classe, evitando a qualquer custo a quebra da ordem de comando e da hierarquia militar (BERKOWICZ, 2014, p.118).

Entre os livros que servirão como fonte primária, recorreremos ao *A Revolução Gramscista no Ocidente* e *Cenas da Nova Ordem Mundial*⁵², escritos pelo general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, o mesmo responsável pela produção dos RPMs. De acordo com Fabio Victor (2022), tratam-se de subprodutos editoriais do Orvil, justificando então a razão de nos servirem como fontes.

Os livros em questão estabelecem uma relação direta com a DSN, uma vez que representam a sistematização da concepção do Exército sobre a influência de Antonio Gramsci na atuação da esquerda tanto no Brasil – principalmente no pós luta armada – quanto no âmbito global. Essas obras são fundamentais para a compreensão da concepção de mundo do Exército, pois o entendimento de que a esquerda abandonou a luta armada e que agora se dedica à guerra cultural está presente nestas obras.

Inclusive, esses livros são mencionados na cartilha intitulada *Raízes, Valores e Tradições*, elaborada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, no Anexo A, de sugestões de leitura aos comandantes das organizações militares (BRASIL, 2019). Pela descrição, a cartilha tem como objetivo disponibilizar

[...] ideias para a sistematização da internalização das raízes, dos valores e das tradições do Exército Brasileiro junto ao público interno, cujas ações são, via de regra, conduzidas de forma assistemática pelos comandantes de organizações militares. Tem, ainda, a auspiciosa pretensão de contagiar a sociedade ao resgate de valores morais atemporais, marcos civilizatórios hoje tão relativizado no seio da população brasileira (BRASIL, 2019, p.1).

Desta forma, os referidos livros integram parte de um conjunto de obras editadas e publicadas pela BIBLIEx que compõem o referencial teórico do Exército, desempenhando um papel de relevância significativa no processo formativo e na promoção da coesão ideológica da instituição.

Por último, mas não menos importante, temos o site e o perfil no Twitter do MESP e do Miguel Nagib. O site já passou por algumas reformulações, onde textos mais antigos foram deletados, com seu acesso sendo possível pelo uso do site/ferramenta *Wayback Machine*, que funciona mediante colaboração de pessoas comuns, formando um banco de dados digital, arquivando páginas da internet e possibilitando seu acesso posterior, mesmo que o original não exista mais.

⁵² *A Revolução Gramscista no Ocidente* foi publicada pela primeira vez em 2002 e republicado em 2012. Já o livro *Cenas da Nova Ordem Mundial* foi publicado originalmente com o título *Cadernos da Liberdade* em 2003, e republicado com novo título numa versão ampliada em 2010 (VICTOR, 2022). Em nossa pesquisa usamos as versões mais atuais, visto que podem ser conseguidas gratuitamente no site da BIBLIEx.

Já o caso da rede social Twitter, esta tem se demonstrado um importante espaço para a difusão de ideias do campo conservador e da extrema-direita (RIBEIRO; SILVA, 2022). Assim, o perfil do MESP funciona como mais um espaço de divulgação de suas ideias, interagindo com outros perfis, denunciando casos em que entende ocorrer a suposta doutrinação e também compartilhando casos de outros países, principalmente os que considera de enfrentamento a esquerda.

Em contraste com o site, que se encontra sem atualizações desde 22 de agosto de 2020, quando Miguel Nagib anunciou sua saída do movimento e afirmou ter encerrado suas atividades nos canais sob sua responsabilidade, é interessante apontarmos que o perfil no Twitter se mantém bastante ativo até a presente data, sem interrupções.

4.4 Análise das fontes: perscrutando sentidos sobre o objeto da pesquisa

Nessa seção, faremos a análise das fontes. As fontes primárias foram escolhidas a partir, principalmente, dos RPMs, mas também levando em consideração a produção de alguns livros pela BIBLIEx, pois corroboram com a ideologia que é apresentada nos documentos analisados.

Os RPMs podem ser encontrados no Arquivo Nacional e, em alguma medida, também podem ser encontrados na internet. O recorte privilegiou os RPMs de fevereiro de 1989, por ser quando o mesmo passou a apresentar uma nova forma, a julho de 1991, último documento encontrado. Optamos por utilizar a numeração das páginas dos artigos analisados conforme o arquivo em pdf por facilitar a identificação dele.

Recorremos, também, ao acesso do site e o perfil no Twitter do MESP, na intenção de demonstrar como a ideologia existente nos RPMs se manifesta de forma similar no referido movimento. Em relação ao site, optamos por realizar transcrições nos momentos de citação direta; já em relação ao Twitter optamos por usar prints das postagens, entendendo que é uma ferramenta mais adequada para esses casos.

4.4.1 A relação entre Militares e o MESP: as contribuições de Antonio Gramsci uma para uma abordagem crítica

Como afirmamos no capítulo anterior, cultura apresenta-se como uma categoria fundamental para o desenvolvimento de nossa pesquisa, pois é nela que se concretiza a disputa pela hegemonia que o MESP realiza na atualidade. Assim, buscamos identificar os pontos de contato entre o discurso existente nos documentos produzidos pelos militares e o exposto pelo MESP.

Nesse sentido, quando falamos em cultura, um personagem torna-se central nos ataques promovidos tanto por militares, quanto pelo MESP: Antonio Gramsci. Para ambos, influenciados por Gramsci, a esquerda brasileira abandonou as armas e passou a lutar em outro campo de batalha, o da cultura. Mesmo que o nome do autor não seja citado ou apareça explicitamente no Orvil, o intelectual sardenho é citado em outros documentos e livros de produção militar.

É nessa perspectiva que o general Sergio Coutinho (2010), ao realizar uma análise da concepção revolucionária de Gramsci, concluiu que, para o marxista italiano, o enfraquecimento do Estado burguês, a luta e conquista da hegemonia para se dominar a sociedade civil, seria alcançado principalmente pela guerra psicológica ou cultural, como termos que já constavam da DSN e da LSN, como apontamos anteriormente. Levando-se em consideração que se trata de uma interpretação produzida por um general e publicada em livro da BIBLIEx, primeiramente em 2003, e republicada em 2010, percebemos como a DSN e a LSN ainda se fazem presentes na atualidade, mesmo com o fim da ditadura militar brasileira e da Guerra Fria.

Em outra obra, com o sugestivo título *A Revolução Gramscista no Ocidente*, Coutinho (2012) afirma que os movimentos comunistas atuais deixaram de lado a luta armada, na intenção de conquistarem a hegemonia da sociedade civil por outros meios. De acordo com ele, “isso será feito predominantemente pela guerra psicológica ou penetração cultural para minar e neutralizar as “trincheiras” e defesas da sociedade e Estado burgueses” (COUTINHO, p. 40, 2012).

Na interpretação que estabelece com o filósofo da práxis Antonio Gramsci, Coutinho vai afirmar que

A Fase de Luta pela Hegemonia de Gramsci caracteriza-se pelo trabalho dos intelectuais orgânicos junto às massas, pela penetração cultural e intelectual e pela organização das classes subalternas. Esse trabalho tem certa semelhança com as atividades ainda da primeira etapa leninista, particularmente com o “trabalho de massa” (agitação e propaganda, obtenção do apoio da população e o enquadramento da massa) (COUTINHO, p.38, 2012, grifos no original).

Em outras palavras, Coutinho (2010; 2012), em suas obras, expõe que considera existir um trabalho sistemático realizado por movimentos de esquerda e seus intelectuais orgânicos para a divulgação de uma determinada perspectiva cultural. Para o general, esse trabalho está equiparado à primeira etapa ou tática de Lênin, que teria por objetivo elevar o grau de consciência de classe, buscando a organização social, com a finalidade de conquistar o apoio político da população, principalmente dos trabalhadores, para só então agirem na intenção de conquistar o poder.

Essa perspectiva é o que setores neoconservadores da sociedade vão chamar de “marxismo cultural” ou “gramscismo cultural” e da percepção que possuem de estarem vivendo uma guerra cultural. Costa (2020) afirmará que o fantasma de um marxismo cultural, que também já se chamou bolchevismo cultural, pode ser rastreado até o programa do partido nazista, na Alemanha da década de 1920.

Porém, antes mesmo de aparecer de forma mais pública em livros, Gramsci já aparecia nos RPMs. De acordo com o exposto no texto *A “Nova Esquerda” e o Processo Revolucionário*, publicado na edição de abril de 1989 do RPM, as ideias de Gramsci chegaram ao Brasil principalmente pelo retorno dos anistiados ao país.

Inspirados e influenciados quando de sua estada no estrangeiro pelos pensamentos do ideólogo italiano Antonio Gramsci, considerado depois de Lênin o maior teórico do marxismo, passaram a buscar o domínio das instituições culturais e de educação. Pretendiam, assim, criar uma contra-hegemonia social, viabilizando as transformações que permitiriam a conquista do poder e a modificação da estrutura vigente (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1989, p.47).

Assim, podemos identificar que, de acordo com os documentos produzidos pelas FA, existe uma visão que o processo de anistia e abertura política contribuiu para a chegada ao Brasil de novas ideias, formas de se tomar o poder pela Esquerda, inspiradas em Gramsci. Em consonância com as perspectivas apresentadas no Orvil, que aponta para essa nova estratégia de tomada do poder, torna-se evidente para esta Tese que existe uma leitura compartilhada entre os setores militares que a Esquerda deixou de lado as armas e agora se dedica ao que chamam de “guerra cultural”. Em outro RPM, de setembro de 1989, com o título *Teologia da Libertação* encontramos o seguinte:

Para Gramsci, os trabalhadores não conquistariam o poder político, mas sim os intelectuais, através do controle da cultura, com o que criariam novos valores comuns e dominantes para a nação-alvo. Essa ação poderia concretizar pelo emprego dos métodos marxistas e pela influência de intelectuais marxistas na religião, nas escolas, nos meios de comunicação de massa e nas universidades.

[...]

Assim como a religião é redefinida pelos teólogos da libertação, a arte é transformada, os livros são reinterpretados e os currículos são retificados. As escolas e as universidades são tomadas de assalto pelos teóricos marxistas, transvestidos de educadores (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1989, p.134).

Podemos ver que, pelo menos, desde fins da ditadura militar e redemocratização já era compartilhada entre setores mais conservadores uma crença que a Esquerda estaria numa cruzada para tomar as escolas e universidades, de forma que os professores são apresentados como indivíduos “transvestidos de educadores”. É essa mesma crença que é compartilhada e reproduzida hoje pelos defensores do MESP, demonstrando uma continuidade de pensamento ao longo do tempo.

Um exemplo notável dessa perspectiva pode ser encontrado em um texto de autoria de Rodrigo Constantino e publicado no site do ESP em 2015. Nele, vemos como essas ideias são reproduzidas de forma surpreendentemente quase que idênticas, demonstrando que minimamente comungam da mesma interpretação. De acordo com essa interpretação, a Esquerda teria adotado o pensamento de Antonio Gramsci e abandonado a ideia da luta armada, como já frisamos, optando, em vez disso, pela chamada “guerra cultural” como meio de dominar os aparelhos culturais, entre eles as escolas e universidades.

Um dos maiores problemas do Brasil é a doutrinação ideológica nas escolas e universidades. Em vez de os professores ensinarem conteúdo que presta, matérias relevantes da forma mais objetiva possível, eles vestem seus bonés de militantes políticos e saem por aí tentando conquistar jovens adeptos [...]

[...] Os socialistas perceberam, com Gramsci, que era preciso dominar a cultura, já que uma revolução armada ficava cada vez menos provável. Tomaram conta das redações dos jornais, das igrejas, das escolas e universidades (ESCOLA SEM PARTIDO, 2015).

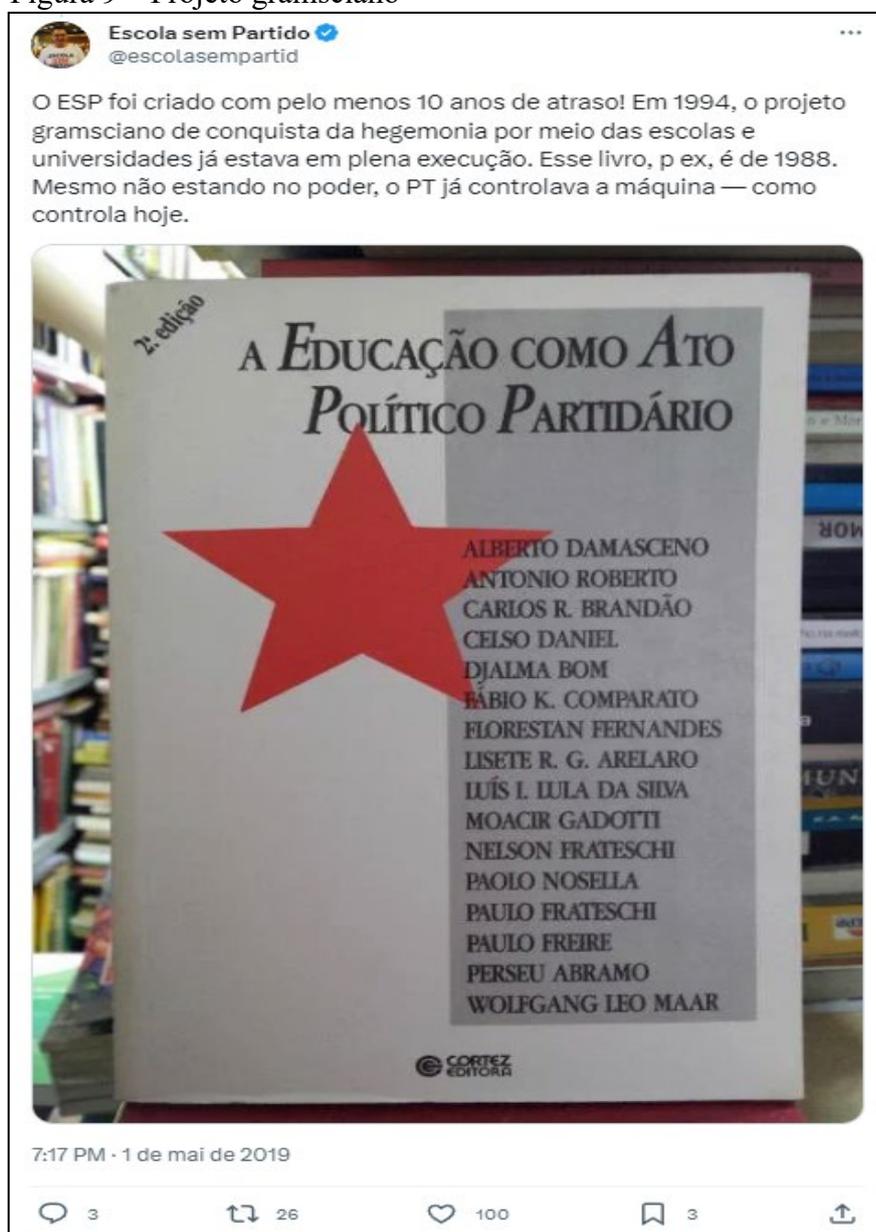
De início, ressaltamos que a concepção apresentada pelo MESP – que descreve a Esquerda como se tornando gramsciana e deixando de lato a luta armada em favor da chamada “guerra cultural” – não é exatamente nenhuma novidade. Na verdade, como vimos, essa perspectiva já era assinalada por setores militares pelo menos desde a década de 1980, o que expõe como a visão sobre a influência da Esquerda nos aparelhos culturais não é algo recente.

Como vemos na imagem 9, logo abaixo, o MESP tinha a compreensão que aquilo que entende como as ideias de Gramsci estava em plena execução no Brasil, com o PT possuindo a hegemonia e controlando as escolas e universidades. Independentemente de ser realidade ou

não a leitura que o MESP realiza, o que importa aqui é que essa é a ideia compartilhada pelo movimento e que é idêntica a dos militares, conforme os documentos que estão sendo analisados na pesquisa.

É fundamental destacar que existem inúmeras outras referências a Gramsci no perfil do Twitter e/ou site do MESP. No entanto, as que foram apresentadas neste momento já oferecem uma visão significativa da similaridade entre o discurso dos militares e o desse movimento em particular em relação a esse aspecto. Além disso, essas referências ilustram claramente o papel que eles atribuem ao teórico marxista da práxis na questão da guerra cultural, o que contribui para um exame mais abrangente e embasado da conexão entre esses atores e suas ideias.

Figura 9 – Projeto gramsciano



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1123713060433223689>>.

4.4.2 Paulo Freire, militares e MESP

Além de Antonio Gramsci, outro intelectual que vai ser focado constantemente nos ataques empregados pelos setores mais conservadores da sociedade é Paulo Freire. Considerado o maior educador do Brasil e uma das maiores referências do campo educacional no mundo, Paulo Freire – assim como sua teoria – talvez seja o educador que mais tem sua imagem e obra difamada pelo MESP, que o responsabiliza por qualquer problema que surja na área da educação básica, especialmente quando se trata da qualidade do ensino público no Brasil e os resultados que apresenta em avaliações como o PISA.

Não é raro que em manifestações de grupos da extrema-direita surjam cartazes contra Paulo Freire, como a registrada na fotografia abaixo, realizada em meio às manifestações pró-impeachment da presidente Dilma Roussef, em Brasília/DF, ocorrida no dia 15 de março de 2015.

Figura 10 – Basta de Paulo Freire



Fonte: Disponível em: <<https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/>>.

No entanto, é importante notarmos que as críticas e perseguição ao educador não surgem apenas nos últimos anos, visto que o próprio Paulo Freire enfrentou prisão e exílio pelas mãos

da ditadura militar, principalmente devido ao seu método de alfabetização de jovens e adultos, que era e é considerado subversivo até os dias de hoje. Mesmo quando estava fora do país por conta do exílio, isso não evitou que o autor continuasse sob constante monitoramento daqueles que o forçaram a deixar o país durante a ditadura militar (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2022). Essa vigilância permaneceu inclusive depois de seu regresso ao Brasil em 1979, durante o período da anistia, e continuou na transição para a Nova República, após o fim do regime de exceção, o que também reforça o que apontamos anteriormente, de uma democracia tutelada, incompleta.

Paulo Freire ou seu método e obra são citados em pelo menos seis artigos dos RPMs. Dessas citações, quatro ocorrem em artigos elaborados em 1990 e duas em 1991. Em 1990 são os textos: *A Educação Opressora do PT*; *A Escola da Revolução*; *Educação e Igreja*; *A “paz” socialista*. Já em 1991 os textos são: *Campanha da Fraternidade/1991*; e, por último, *O Ensino Petista*.

No RPM nº 2 de 1990, no artigo com o título *A Educação Opressora do PT*, há um questionamento sobre as obras de Paulo Freire constarem como bibliografia para um concurso para a prefeitura municipal de São Paulo.

A Comissão Organizadora do concurso público para preenchimento de vagas de professor municipal impôs aos candidatos uma condição, no mínimo discutível, para aprovação: o conhecimento obrigatório das “teses” do educador Paulo Freire. Uma exigência sem precedentes que obriga aos interessados à leitura de extensa bibliografia (21 obras), que abrangem duas de Paulo Freire, uma de sua filha Madalena Freire, uma de seu Chefe de gabinete – professor Moacir Gadotti – além de um texto sobre “Educação Pública Popular”, elaborado pela equipe do Secretário e mais doze obras da mesma linha ideológica (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1990, p.28, grifo no original).

Naquele momento, Paulo Freire era Secretário de Educação do município de São Paulo, sob a prefeitura de Luiza Erundina (1989 – 1992). No texto, chegam a apontar manifestação contrária do Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal (SINPEEM), pois este entendia que Paulo Freire constar como bibliografia obrigatória para o concurso seria beneficiar candidatos que já trabalhassem para aquela prefeitura. Entretanto, o foco do discurso apresentado no texto se baseia muito mais no âmbito da linha político-ideológica defendida por Paulo Freire do que num aspecto de transparência, equidade ou de igualdade entre os concorrentes do concurso.

Esse aspecto fica mais claro na continuação do texto, onde podemos ler

Pergunta-se: o “educador” Paulo Freire, que construiu sua fama a partir de um engodo chamado “Educação como prática de Liberdade”, e seus seguidores (filhos, amigos, secretários, etc), defensores da “democracia” do PT, aceitarão e respeitarão, dentro do espírito democrático, as respostas daqueles que não concordarem com as teses da bibliografia cartorialmente imposta? E qual será o destino que o Sr Freire dará aos lucros auferidos com os direitos autorais da enorme quantidade de livros vendidos?

[...]

A montagem do concurso faz prever que a reprovação está reservada àqueles que não concordarem com as teses apresentadas e que os lucros da venda dos livros vão engordar as contas bancárias de seus autores.

Mais uma vez a esquerda deixa claro que prega, mas não tolera a democracia (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1990, p.28).

É possível afirmar que, em grande parte dos concursos públicos para a área da educação, não é raro que estes apresentem uma bibliografia básica para que os/as candidatos/as sejam informados, minimamente, sobre os assuntos ou temas que devem estudar para a realização da prova. Não há sentido o questionamento sobre valores auferidos com a venda de livros, pois muito provavelmente qualquer livro que conste da bibliografia de um concurso apresentará maior procura naquele momento, ou, na atualidade, sejam baixados gratuitamente, como vem a ser o caso de toda obra de Paulo Freire⁵³. Então, a preocupação demonstrada no relatório elaborado pelo Ministério do Exército não é sobre a existência de uma bibliografia obrigatória para a realização de uma prova, mas sobre Paulo Freire se tornar uma referência entre a bibliografia indicada para um concurso no campo da educação, compreendendo então que essa preocupação se dá pela disputa de hegemonia e controle em relação às leituras que os professores realizam.

Um concurso com as obras de Paulo Freire sendo incluídas como bibliografia obrigatória tornaria necessário que cada vez mais pessoas ligadas ao campo educacional efetuassem a leitura do autor, se inteirassem sobre suas ideias e as discutissem de forma ampla. Consideramos importante destacar que, naquele momento, parte das obras de Paulo Freire tinha sido escrita quando o autor ainda se encontrava no exílio por conta da ditadura militar, que o perseguiu e prendeu.

Outro aspecto a nos chamar a atenção no trecho é a utilização da expressão “educador” entre aspas, que denota uma intenção de ironia, de negação do sentido social e historicamente construído sobre o que a palavra deveria expressar. Dessa forma, com o artigo posto em circulação nas casernas, os militares demonstram a intenção de apontar que Paulo Freire era qualquer coisa, menos um educador de verdade. Ou seja, disputam a hegemonia de sentido da

⁵³ Hoje a obra de Paulo Freire pode ser encontrada gratuitamente na internet em diferentes sites, como do próprio Instituto Paulo Freire. Ver em: <<https://www.paulofreire.org/acervo-paulo-freire>>.

palavra. Essa mesma prática é realizada pelo MESP ao se referir aos professores, como podemos ver na imagem a seguir.

Figura 11 – “educador”



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1607893186113945603>>.

Como aponta Bakhtin, a palavra atua como um “fenômeno ideológico por excelência” (2006, p.34). Isso quer dizer que a compreensão de um determinado discurso passa necessariamente pelo entendimento do contexto em que ele é posto em circulação. Nesse sentido, negar o papel do professor como educador significa tentar reduzir sua função a apenas instruir, a apenas ensinar o conteúdo de sua formação de forma neutra, como se fosse possível. Essa ideia é corroborada pela indicação de livros que existia no antigo site do MESP, intitulada *Biblioteca Politicamente Incorreta*, possuindo entre as referências o livro *Professor não é educador*⁵⁴. No site atual também existe um link para acesso a um vídeo curto encontrado na sessão de autógrafos do lançamento do referido livro⁵⁵, com a duração aproximada de 1m30s.

Em outro artigo do RPM, *Educação e Igreja*, ocorre o estabelecimento de uma relação entre a educação popular, relacionada a Paulo Freire, e o papel que a Igreja Católica desempenhou junto ao Movimento Educacional de Base (MEB). No artigo podemos ver o desenho de um professor, numa caricatura que lembra Paulo Freire, com uma auréola com o símbolo do comunismo dentro dela, diante de uma turma, como demonstra a imagem 12.

Num texto que já fala sobre a Igreja Católica e a atuação de seus padres e bispos no campo da educação popular, a imagem da representação de um Paulo Freire como se fosse um

⁵⁴ Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20190309195740/http://www.escolasempartido.org/index.php?id=39,1>>.

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/blog/professor-nao-e-educador/>>.

santo aponta para uma associação entre os mesmos. A “santificação” de Paulo Freire é uma ação realizada também pelo MESP, numa estratégia que tem a intenção de se afirmar que o autor é tratado pelo campo da esquerda como alguém que se encontra acima de qualquer crítica.

Figura 12 – Santo Paulo Freire



Fonte: MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1990, p.83.

Em outro artigo de um RPM, com o título *O Ensino Petista*, em que se estabelece uma crítica sobre a passagem de Paulo Freire como secretário de educação do município de São Paulo, podemos ler o seguinte trecho

[...] o que salta aos olhos, é a natureza política do processo educativo petista. E a questão fundamental, no momento, é levantar com clareza os danos causados pelo “salvador educacional” no ensino público municipal. Contra quem e contra o que o **PT** desenvolve a sua atividade política, a favor de quem e do que realiza seu processo educacional? (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1991, p.38, grifo no original).

Como fica explícito no trecho citado, Paulo Freire foi alçado a categoria de “salvador da educação”, em mais uma repetição da ideia do autor como um santo ou algo do tipo. Além disso, também é ressaltado o aspecto político da educação na gestão municipal do PT, como se fosse possível para qualquer processo educativo ser isento politicamente por natureza. Então, mais do que ressaltar a figura santificada de Paulo Freire, o que se buscou no trecho foi uma

denúncia do caráter político, numa ideia de doutrinação, e denunciando essa ideia como causadora de danos.

O caráter pejorativo e agressivo da passagem de Paulo Freire pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, no governo da Prefeita Luiza Erundina (1989 – 1992), é reforçado pela imagem presente no artigo, com um estudante imaginando sua escola bem arrumada e se assustando ao se deparar com ela destruída.

Figura 13 – Danos causados por Paulo Freire



Fonte: MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, .1991, p.38

Há um texto sobre Paulo Freire de autoria de Olavo de Carvalho e reproduzido no site do MESP, em que o ideólogo da extrema-direita afirma que “o homem foi celebrado como gênio, santo e profeta” (CARVALHO, 2012). No mesmo sentido, em postagem do Twitter questionando uma pintura nas paredes de um campus do Colégio Pedro II, que o MESP vai chamar de “panteão dos heróis da esquerda”, ali se estabelece a mesma adjetivação para Paulo Freire, “santo”, como podemos ver na imagem 14.

Figura 14 – Panteão dos Heróis da Esquerda



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1140778420621717507>>.

Notamos que os ataques realizados pelo MESP ao patrono da educação brasileira, Paulo Freire, não apresentam nenhuma novidade em relação à forma que os próprios militares já tinham estabelecido. Talvez, a única diferença esteja no fato de culpabilizarem o autor por todas as mazelas que atravessam a educação pública desde fins da ditadura civil-militar, na década de 1980. Não importa se ocorre um ato de violência ou um baixo resultado em avaliações de larga escala, sempre surge algum comentário nas redes sociais associando o problema a Paulo Freire.

4.4.3 Trabalho de massa e infiltração: construindo a hegemonia nos espaços de organização da sociedade civil

O Orvil basicamente expressa a versão do Exército sobre a ação que grupos de esquerda realizaram durante a ditadura militar, principalmente no que diz respeito à luta armada contra a ditadura. Apesar de sua circulação inicial ter se restringido à alta cúpula das Forças Armadas, visto que, quando procurado à época, o ex-presidente Sarney vetou a publicação do livro/documento, o mesmo aos poucos foi sendo copiado e compartilhado entre militares e setores da extrema-direita, além de suas ideias serem reproduzidas em outros livros e documentos, como o Relatório Periódico Mensal, os quais veremos mais adiante.

O que nos chama a atenção inicialmente é o fundamento do livro/documento. De acordo com Rocha (2021),

O ORVIL forjou uma poderosa matriz narrativa: desde março de 1922, por meio do Partido Comunista no Brasil, não se passou um dia sequer sem que o movimento comunista internacional não tenha levado adiante ininterruptas *tentativas de tomada do poder*. As três primeiras iniciativas lançaram mãos das armas, fiéis à noção da violência revolucionária. Dado o fracasso do modelo da luta armada, começou uma *nova tentativa de tomada do poder* em 1974 (ROCHA, 2021, p.268, grifos no original).

Essa nova tentativa de tomada do poder, a quarta na lógica apresentada pelos responsáveis pela produção do Orvil, seria a partir da realização do “trabalho de massa” (CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO, s/d), o que é tratado pelos autores do documento como uma forma de se realizar a propaganda ideológica em diferentes espaços, nos interessando aqui, em especial, o campo da educação.

Vejamos a definição que apresentam para trabalho de massa,

O trabalho de massa consiste na propagação da ideologia e na utilização das técnicas de agitação, de propaganda, de recrutamento e de infiltração, valendo-se de todos os meios de comunicação social para atuar sobre os diferentes segmentos sociais (movimento operário/sindical; *movimento educacional*; movimentos populares; etc), a fim de conscientizar a massa para a necessidade de fazer a revolução (CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO, s/d, p.839, grifos nossos).

Diante dos trechos citados, dois aspectos nos chamam a atenção inicialmente. O primeiro, a compreensão que a realização de trabalho de massa seria equivalente à propaganda ideológica, assim buscar a conscientização das pessoas estaria também dentro dessa lógica; o

segundo é considerarem os movimentos do campo educacional como um espaço onde se realizaria o trabalho de massa dentro da concepção apresentada pelo ORVIL.

Ainda sobre o trabalho de massa, o documento prossegue

Objetiva, particularmente, conquistar a população, sobretudo fazendo com que perca a fé nos governantes, no regime e nas instituições, dominar, especialmente, por meio da infiltração, as estruturas governamentais; e educar, organizar e orientar diversos segmentos sociais para a revolução (CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO, s/d, p.839).

Na mesma perspectiva apresentada pelo Orvil, o conceito de trabalho de massa também aparece em artigo do RPM com o título de *A Ideologia do Ensino*, sendo definido como

conjunto de atividades desenvolvidas pelas organizações ideológicas de esquerda, infiltrados nos partidos políticos e Igreja (clero “progressista”), junto aos diversos segmentos da população, sob técnicas de agitação e propaganda, explorando contradições, antagonismos e insatisfações, visando a criar a vontade e as condições para a mudança radical das estruturas (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1990, p.85).

Ainda no mesmo artigo, em outro ponto, os professores, os livros didáticos e o revisionismo histórico são citados como algumas das formas de realização do trabalho de massa nos espaços educacionais, exemplificando com as seguintes formas

- marxização do ensino, quer pela presença de professores comprometidos com o marxismo, quer pela adoção de livros didáticos marxistas;
- distorção das tradições por releitura da história, ou seja, a interpretação dos fatos históricos sob a ótica da literatura marxista;
- adoção de livros marxistas, a critério dos professores (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1990, p.85).

É compreensível que alguém se questione qual a relação desses trechos do Orvil e dos RPMs com os objetivos defendidos pelo MESP. Assim, optamos por trazer o próprio movimento para responder, demonstrando com o tweet da imagem 15, onde acusam uma professora de “predadora ideológica infiltrada no magistério” e afirmam que seria papel dos “bons professores” a repudiarem a professora. No tweet não há nada sobre como a professora se comporta em sala de aula, apenas a descrição de seu perfil e a imagem de capa.

Figura 15 – Infiltrados no magistério



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1288117147944640515>>.

Embora não possamos falar muito sobre a professora vítima do ataque ocasionado pelo MESP, percebemos a mesma lógica apresentada pela DSN, pelo livro/documento Orvil e pelos RPMs, onde aqueles que possuem uma determinada compreensão de mundo e atuam no campo da educação são sempre tratados como inimigos internos e infiltrados. Nunca os professores são tratados trabalhando os conteúdos escolares com o objetivo de desenvolver a formação crítica dos alunos. Aliás, o simples fato dos professores buscarem o desenvolvimento da criticidade pelos estudantes, como consta na LDB e nos PCNs, por si, já é apontado pelo MESP como doutrinação.

O perfil do Twitter do MESP é apenas um dos espaços digitais em que podemos encontrar a reprodução dessa lógica da DSN dos militares. No próprio site do referido movimento também encontramos outros textos que seguem a mesma linha de raciocínio. Em texto escrito por Osvino Toillier, que foi originalmente publicado no site do Sindicato do Ensino Privado (SINEPE) e posteriormente republicado no site do MESP, podemos ler o seguinte

A doutrinação na educação ofende a neutralidade político-ideológica do Estado e desrespeita a liberdade de consciência, um dos princípios do regime democrático. Atropelar isto é intolerável, e precisa ser denunciado para que crianças e jovens não se tornem vítimas de profissionais *infiltrados* no corpo docente universitário, que forma os professores para atuar na educação básica (ESCOLA SEM PARTIDO, 2014, grifos nossos).

Em que pese a possibilidade de alguém considerar que, no trecho citado do Orvil, a questão da infiltração no campo da educação aparece de forma muito tênue, pois a mesma foi mencionada apenas como um exemplo de como e em que espaços poderia ocorrer o trabalho de massa, há outros documentos publicados pelos militares em que esse aspecto aparece de forma mais explícita.

No RPM, que possui a assinatura do general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho⁵⁶, que chefiou o CEI, encontramos um artigo intitulado *A Escola da Revolução*, onde podemos ler o seguinte trecho

A infiltração, em postos-chaves da cadeia educacional, de militantes de partidos de esquerda, associada à liberdade de cátedra e à autonomia dos professores, tem favorecido, entre outras, a adoção da **pedagogia do oprimido**, a distorção das tradições históricas e a adoção de livros didáticos marxistas. Com o auxílio de docentes comprometidos com a construção de uma “nova sociedade”, o “imperialismo”, a “consciência de classe”, a “missão do proletariado”, a “burguesia” e a “construção do socialismo”, tudo a partir da “experiência vivida”, que dispensa o pensamento, o conhecimento, o aprendizado e a disciplina mental (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1990, p.60 grifo no original).

Já no site do MESP, na aba “Quem somos”, podemos encontrar o seguinte trecho

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo.

Como membros da comunidade escolar – pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais –, não podemos aceitar esta situação (ESCOLA SEM PARTIDO, s/d).

Novamente, a questão da infiltração de militantes de partidos de esquerda na educação ganhando atenção das Forças Armadas, relacionada com “a distorção das tradições históricas” e “adoção de livros didáticos marxistas”, além do “auxílio de docentes comprometidos com a

⁵⁶ Além de responsável pela elaboração do Relatório Periódico Mensal, o general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho também escreveu livros como “A Revolução Gramscista no Ocidente, a concepção revolucionária de Antonio Gramsci e os cadernos do Cárcere” e “Cenas da Nova Ordem Mundial”, ambos publicados pela Biblioteca do Exército. A temática destes dois livros gira basicamente em torno de uma análise do movimento comunista, sendo o primeiro para expor sua compreensão sobre Gramsci e o segundo para comentar sobre os diferentes movimentos comunistas.

construção de uma ‘nova sociedade’. Colocado lado a lado com o projeto de Estado que o MESP defende, não seria difícil confundirmos a autoria dos textos, dada a semelhança que apresentam no conteúdo e forma.

Separados por pelo menos uns 14 anos⁵⁷, ambos os textos atacam a liberdade de cátedra e a autonomia pedagógica dos professores. Ambos consideram que militantes políticos – já que, na perspectiva de ambos, professores de forma alguma podem ser também militantes – adentraram as salas de aulas com o objetivo único e exclusivo de realizarem aquilo que julgam ser “trabalho de massa”, doutrinação. Em ambos os casos, professores que desenvolvem seus trabalhos por uma perspectiva crítica são tratados como infiltrados, como inimigos internos, em conformidade à lógica da DSN.

De acordo com o dicionário Priberam, infiltrado é quem adentra um espaço ou organização de forma secreta ou mediante fraude com o objetivo de espionar ou agir segundo um determinado plano. Já de acordo com o Grande Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora, infiltrado é quem entra em algum lugar ou comunidade com a intenção de influenciar ou espiar. Percebemos então que há uma lógica estabelecida que enxerga e trata o professor como um infiltrado, um inimigo, na mesma lógica que apontam Passos e Mendonça (2021). O professor militante seria alguém que não pertence ao espaço escolar e está lá única e exclusivamente com o objetivo de doutrinar criança e adolescentes para que façam parte das fileiras dos movimentos e partidos de Esquerda, conquistando então a hegemonia.

Para nós fica evidente que o professor que se encontre no espectro político da Esquerda é sempre tratado como um “infiltrado” no magistério, um “inimigo interno”, na perspectiva que vimos da DSN. Se o professor realiza algum debate de um ponto de vista crítico, será tratado desta forma e, por isso, deve ser eliminado. Como não vivemos mais nos tempos da ditadura civil-militar, a eliminação do inimigo, na lógica atualizada pelo MESP, é alcançada com o afastamento ou demissão do professor que for considerado um doutrinador. Uma eliminação que não é mais física, é moral, é sobre a imagem do professor no imaginário popular.

⁵⁷ O site do MESP não especifica quando o texto foi escrito, então reportamos o mesmo ao ano em que o movimento foi criado oficialmente.

4.4.4 Livros didáticos como ferramentas da guerra ideológica

Um livro é uma arma carregada na casa ao lado.
[...] Quem sabe quem pode ser o alvo do homem
lido?

Ray Bradbury

No trecho que citamos anteriormente do artigo *A Escola da Revolução* há um elemento importante que merece nossa atenção, aparecendo não apenas em outros artigos apresentados pelos RPMs, mas também nas páginas do MESP: os livros didáticos. Esse aspecto demonstra mais um ponto de convergência significativa entre o pensamento produzido pelos militares nas últimas décadas – permeados pela ideologia que compõe a DSN – e o que é apresentado pelo MESP.

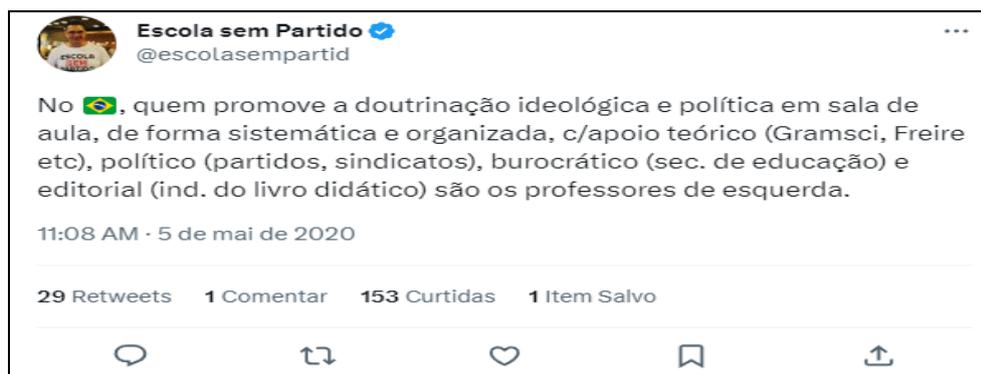
Podemos ver nele a crítica aos livros didáticos utilizados nas escolas, que seriam puramente propaganda marxista, nada além disso, algo que também podemos encontrar tanto no twitter, quanto no site do MESP. No site, há a reprodução de textos com os seguintes títulos: *Livro didático: ferramenta para a revolução socialista*⁵⁸; *Livro didático e propaganda política*⁵⁹; *Envenenando a alma das crianças*⁶⁰; entre inúmeros outros que apresentam o livro didático como ferramenta de propaganda ideológica e construção de uma hegemonia comunista. Já no twitter, vemos os exemplos das imagens 16 e 17, em que o livro didático é colocado expressamente como ferramenta para a realização da doutrinação ideológica por parte dos professores de esquerda.

⁵⁸ Texto escrito por Olery José da Silva, publicado originalmente no site Mídia Sem Máscara e republicado em 2013 no site do MESP. Ver: <<http://escolasempartido.org/blog/livro-didatico-ferramenta-para-a-revolucao-socialista/>>.

⁵⁹ Texto escrito por Ali Kamel, diretor geral de jornalismo da Rede Globo. Publicado no site do MESP em 2012. Ver: <<http://escolasempartido.org/blog/livro-didatico-e-propaganda-politica/>>.

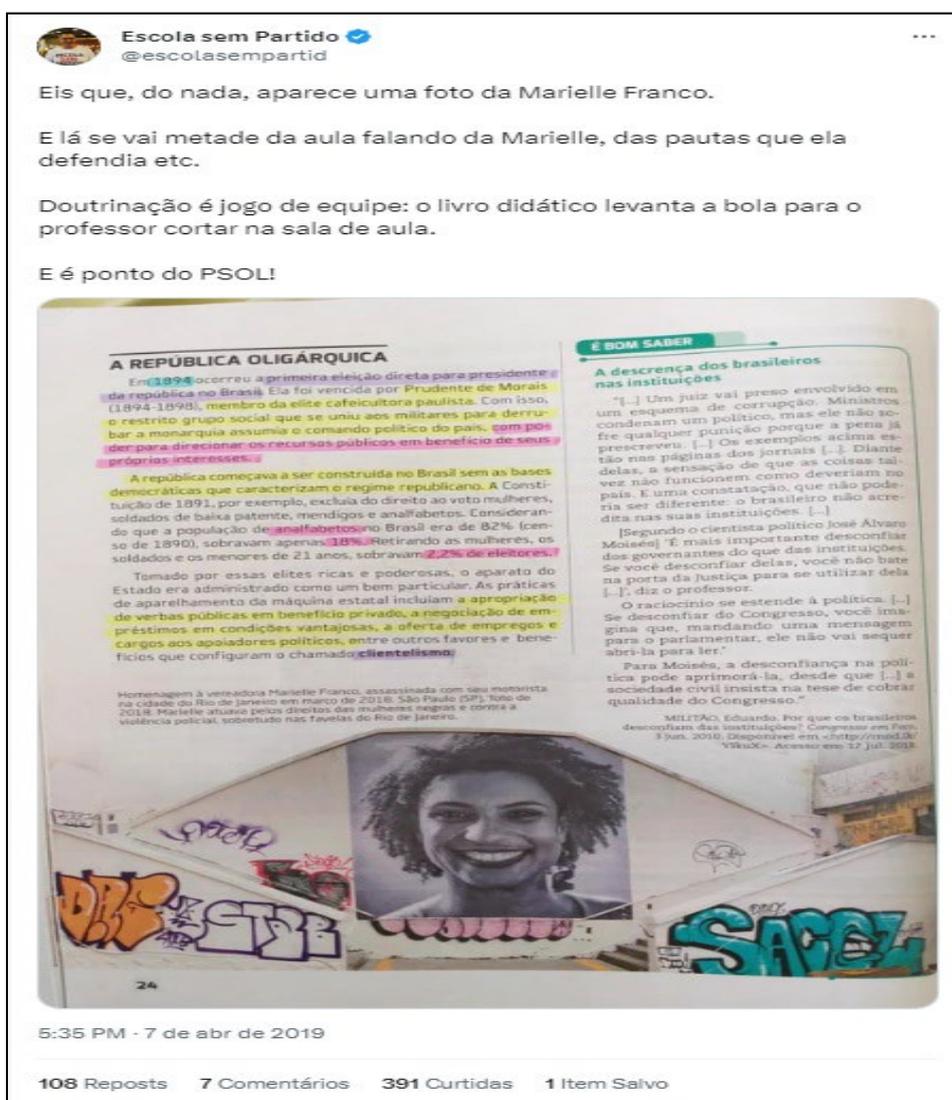
⁶⁰ Texto escrito pelo próprio Miguel Nagib e publicado no site do MESP em 2012. Ver: <<http://escolasempartido.org/blog/envenenando-as-almas-das-criancas/>>.

Figura 16 – Livro didático



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1257673634014953472>>.

Figura 17 – Doutrinação é jogo de equipe



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1114990026281095169>>.

A discussão sobre livros didáticos e o MESP já foi apontada quando fizemos a revisão de literatura, no primeiro capítulo. Trouxemos novamente aqui não por repetição dos argumentos do MESP, mas para expor que esse debate não começa com esse movimento, já constava em documentos militares, principalmente numa lógica de acusar o material didático de apresentar revisionismo histórico, pois seria no campo da História, de acordo com Ferreira (1984, p.1), “que os comunistas estão agressivamente atuando”.

Braga (2008), que foi general do Exército, membro do Conselho Editorial da Bibliex e que também presidiu o Conselho Deliberativo do Clube Militar, em apresentação de livro com o título *O Revisionismo Histórico Brasileiro: uma proposta para discussão*, afirma que

Nos últimos 20 anos, o mercado livreiro nacional vem sendo abastecido, periodicamente, com obras de pseudo-intelectuais que declaram estar “reescrevendo a história pátria e trazendo à luz certos fatos até então escondidos e, em consequência, dando-lhes uma outra interpretação, mais consentânea com a verdade”. Tais livros não resultaram de um sério trabalho de historiografia, de pesquisa sistemática ou de consulta às fontes primárias. Nada disso! Seu propósito é outro, perfeitamente identificável: dar um novo enfoque aos acontecimentos, mas menosprezando-os, aviltando condutas, propósitos e participantes, colocando em dúvida atos considerados heróicos e figuras proeminentes de nosso glorioso passado. Essas obras estariam fadadas a uma única edição, a um grande encalhe, se muitas delas não contassem, malgrado todas as alevisias que contêm, com o apoio de certos órgãos, que transformaram em livros didáticos, alvos de vultosas compras e ampla distribuição (BRAGA, 2008, p.5).

O autor ataca o que ele descreve como revisionismo histórico, afirmando que algumas pessoas estão reescrevendo a história. Além disso, ele direciona seus ataques não apenas ao conteúdo dos livros didáticos, mas também ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), avaliando que o mesmo serve para financiar as editoras e garantir a “ampla distribuição” desses livros didáticos. Levando em consideração que a obra foi produzida em 2008, apenas quatro anos após o nascimento oficial do movimento objeto desta tese, isso demonstra outra similaridade entre os argumentos que são apresentados e reproduzidos por grupos militares e os do MESP.

Pouco adiante, prossegue o autor, “nota-se que, na maioria dos casos, esses escritores estão a serviço de uma causa, uma idéia reconhecidamente ultrapassada, que fracassou e é hoje repudiada até mesmo onde nasceu” (BRAGA, 2008, p.5). Essa crítica reproduz exatamente a mesma que foi demonstrada pouco acima pelo MESP sobre a utilização do livro didático como ferramenta de propaganda ideológica e de hegemonia comunista.

Na permanência de alguma dúvida sobre a que “ideia reconhecidamente ultrapassada” Braga se referia, na mesma obra o autor do livro em análise deixa mais explícito

Na elaboração deste texto considero que a orientação marxista para os livros didáticos de História tem caráter de doutrinação ideológica, freqüentemente sem a indispensável contrapartida de outros pontos de vista sobre o passado. E que o marxismo não corresponde nem ao presente nem ao futuro da democracia brasileira, porque não é um pensamento liberal nem se harmoniza com as inclinações políticas de nossa gente (PEDROSA, 2008, p.16).

Esse argumento de um revisionismo histórico sendo realizado por movimentos da esquerda brasileira é o mesmo argumento que sustentou a produção do Orvil, como já apontamos nesse capítulo. Podemos ler a seguinte passagem no documento que, na época, era confidencial

Uma das principais atividades das organizações subversivas brasileiras, de acordo com a atual estratégia do Trabalho de Massa, é a de deturpar os fatos, distorcer as notícias e dar significados diferentes aos fatos históricos. Com isso, procuram transformar os tradicionais valores éticos, morais, culturais, econômicos, políticos e ideológicos, moldando-os segundo os critérios dos materialismos dialético e histórico (FERREIRA, 1984, p.1).

E o tenente-coronel continua pouco adiante

Dezenas de livros são publicados. Entrevistas são concedidas a jornais e revistas. Os terroristas de ontem estão sendo, hoje, glorificados, ganhando nomes de ruas, praças e avenidas. Nas assembleias legislativas, os LAMARCAS são descritos como patriotas e defensores do povo. Seus nomes designam os diretórios acadêmicos, as publicações estudantis e os organismos populares (FERREIRA, 1984, p.1).

Essa lógica de acusação dos livros como instrumentos de doutrinação tem desencadeado diversos casos de censura, como já apontamos na revisão de literatura. A censura a materiais didáticos já vinha ocorrendo⁶¹, mas sua incidência cresceu de forma significativa entre os anos de 2019 a 2022, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (REIMÃO, 2023). Esse crescimento na censura ao material didático é reflexo do crescimento dos setores conservadores da sociedade brasileira.

Mesmo sem aprovação de uma lei no âmbito federal que legalizasse as reivindicações do MESP, a utilização das redes sociais como ferramenta para pressionar prefeitos, governadores, escolas privadas e eventos relacionados a livros teve um impacto considerável. Isso demonstra não apenas a influência desse movimento, mas também a sua capacidade de mobilização.

⁶¹ Ver em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/pais-interferem-em-escolas-que-abordam-questao-de-genero-nos-livros-vetam-conteudo-21644988>>.

No jornal Gazeta do Povo foi publicada uma matéria com o título *São Paulo quer mais português e matemática e menos panfletagem nas escolas*, sobre Renato Feder, atual secretário de educação do estado de São Paulo. Na matéria, podemos ler a seguinte reprodução de uma fala do Renato Feder “não vamos abordar esquerda, direita, escola sem partido. É óbvio que isso acontece na escola, mas quando a secretaria tenta colocar isso como política, se joga tanto holofote nessas questões que a Matemática e Língua Portuguesa ficam para trás” (PURCHIO, 2023). Feder deixa a entender que política, seja ela qual fosse, não seria abordada, não receberia atenção da secretaria de educação. Uma fala que, para nós, alude a defesa da neutralidade, mesmo argumento defendido pelo MESP.

Em agosto de 2023, o governo do estado de SP anunciou que não fará parte do PNLD para 2024⁶², afirmando que adotará material produzido pela própria Secretaria de Educação. Embora não tenhamos encontrado nenhuma referência clara e direta às questões tratadas aqui, de acusação do material didático como ferramenta de doutrinação, fato é que o atual governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, é militar da reserva, foi ministro de infraestrutura no governo Bolsonaro e em seu programa de governo para o estado de SP defendeu a militarização da educação, além de se colocar contra a “ideologia de gênero” nas escolas, conforme entrevista ao programa Roda Viva⁶³. São muitas “coincidências” para ignorarmos.

Ao centralizar a produção do material didático sob o controle da Secretaria de Educação, o governador Tarcísio de Freitas retira das escolas e, principalmente, dos professores a autonomia da escolha do livro didático. Dessa forma, não é mais necessário estabelecer críticas diretas ao conteúdo e às abordagens do material, uma vez que o controle pode ocorrer diretamente na fase de elaboração.

4.4.5 Papel dos pais: a mobilização dos defensores da Doutrina de Segurança Nacional

Outro aspecto que nos permitiria confundir a autoria dos textos é sobre o papel e atuação dos pais na cobrança e coação aos profissionais da educação em relação ao trabalho realizado nas salas de aulas. Ao final do texto “*A Escola da Revolução*” podemos ler o seguinte trecho

⁶² Ver em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/02/entenda-o-projeto-do-governo-de-sp-que-adotara-material-100percent-digital-nas-escolas-apos-abrir-mao-de-usar-livros-didaticos-do-mec.ghtml>>.

⁶³ Conforme: <<https://www.youtube.com/watch?v=RaN1JkctcLw>>.

Aos pais, portanto, também cabe uma parcela muito grande de responsabilidade, porquanto devem atuar como fiscais da qualidade do ensino que seus filhos estão recebendo e exercer pressão sobre diretores e mestres, que se dediquem ao proselitismo político em salas de aula, de modo que o processo ensino-aprendizagem não seja influenciado por suas convicções políticas.

Eis aí um dos caminhos por meio do qual pode-se impedir a transformação de nossas escolas em “Escolas da Revolução” e, ao mesmo tempo, preservador nossos valores históricos, morais e culturais (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1990, p.60).

Ou seja, percebemos a existência de um discurso apontando para que os pais acompanhassem de perto o processo educacional de seus filhos, já que entendiam haver durante as aulas “proselitismo político”, assim como a divulgação das “convicções políticas” dos professores. A participação dos pais é considerada como um dos caminhos possíveis para impedir discussões políticas nas escolas, garantindo a manutenção de determinados valores morais e culturais.

Já no site do MESP, podemos encontrar o seguinte trecho da reprodução de uma entrevista que Miguel Nagib concedeu à revista Profissão Mestre, respondendo sobre como os pais e as escolas devem agir para evitar a doutrinação em sala de aula

Os pais podem e devem reclamar; os responsáveis pelas escolas podem e devem exigir uma postura mais ética por parte dos professores. Mas se o professor estiver realmente determinado a “fazer a cabeça” dos alunos, será muito difícil impedi-lo, tendo em vista a circunstância de os abusos ocorrerem no recinto fechado das salas de aula (ESCOLA SEM PARTIDO, 2013).

A problemática, aqui, não é sobre os pais acompanharem de perto os estudos de seus filhos. Porém, o que é proposto tanto no artigo do RPM quanto pelo MESP é que os pais devem reclamar e pressionar as escolas e os profissionais de educação para que não abordem questões relativas a aspectos políticos e morais, que são enxergados como sendo de âmbito familiar, privado. O MESP chega ao ponto de disponibilizar um modelo de notificação extrajudicial contra professores e direções escolares, com o objetivo de exercer pressão jurídica sobre eles. O MESP considera

Uma das formas mais eficientes de inibir a prática covarde da doutrinação é **notificar extrajudicialmente** os professores do seu filho e a escola onde ele estuda, para que se abstenham de adotar certas condutas abusivas em sala de aula, sob pena de responder judicialmente pelos danos que vierem a causar (ESCOLA SEM PARTIDO, 2015b, grifo no original).

A utilização de notificações extrajudiciais ou mesmo a real abertura de processos judiciais contra profissionais da educação é uma forma de assédio jurídico. Independentemente de sentença futura favorável, só o fato de existir um processo tramitando, já costuma trazer

inúmeras preocupações e aborrecimentos aos profissionais da educação que, para evitar novos problemas, acabam por evitar conteúdos ou abordagens que possam entrar em conflito com pais conservadores.

À intimidação aos profissionais da educação por assédio jurídico, soma-se também o incentivo à gravação das aulas ministradas pelos professores. Esse incentivo, embora já existisse há alguns anos, agora se tornou uma campanha promovida pelo MESP, recebendo o nome de “Projeto Escola Sem Segredo”.

Com a justificativa de que os maiores problemas da educação brasileira decorrem do “segredo da sala de aula” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2023), o movimento entende e defende que a gravação das aulas acabaria com o que considera “doutrinação, politicagem, aliciamento, violação ao direito dos pais sobre a educação dos filhos, alienação parental, desleixo, ausência de prestação do serviço, indisciplina, *bullying*, assédio moral, linguagem chula, etc” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2023 p.1,2).

4.4.6 Estudantes como sujeitos da doutrinação pelos professores

A acusação sobre a existência de uma suposta doutrinação nas escolas e universidades brasileiras, tanto públicas quanto particulares, é o principal mote da existência do MESP. No site do próprio movimento podemos encontrar a informação que corrobora com o exposto.

EscolasemPartido.org foi criado para dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos (ESCOLA SEM PARTIDO, 2011b, grifo no original).

Essa acusação pode ser encontrada também em uma entrevista concedida por Miguel Nagib em 2008 e que foi reproduzida no site do movimento em 2012, onde encontramos o seguinte trecho

A idéia de uma “escola sem partido” – o que é na verdade, um conceito ideal – surgiu como reação ao fenômeno da instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos e partidários.

É notório que, nos últimos 30 anos, um número cada vez maior de professores e autores de livros didáticos vem-se utilizando de suas aulas e de suas obras para doutrinar ideologicamente os estudantes, visando à formação e propagação de uma

mentalidade social favorável a partidos e organizações de esquerda (ESCOLA SEM PARTIDO, 2012).

Assim, a suposta ocorrência de doutrinação nas instituições educacionais é estabelecida pelo movimento como um fato, tendo como responsáveis os partidos e organizações de esquerda, representados nas instituições educacionais pelos profissionais da educação. Esse aspecto é importante, pois o movimento coloca a problemática como uma verdade, de forma que não abre espaço para questionamento se a veracidade ou não do que afirmam, simplesmente é. A sua origem é definida para o período de abertura política da ditadura civil-militar (os “últimos 30 anos”, levando-se em consideração o ano da realização da entrevista, remetem ao ano de 1978)⁶⁴.

Que o objetivo oficial apresentado pelo MESP seja combater a suposta doutrinação não há nenhuma dúvida, todos os trabalhos que abordam este objeto por uma perspectiva crítica apontam para tal fato. No entanto, o que estamos afirmando aqui é que a acusação aos professores como doutrinadores não surge com este movimento, ela já podia ser encontrada em documentos elaborados pelos militares em fins da década de 80 e início de 90, revelando uma persistência ou mesmo conexão histórica em relação a essa abordagem. Entendemos então que se trata de um movimento de longa duração, com raízes históricas em nosso passado autoritário.

O argumento sobre a utilização das escolas como espaço de propaganda ideológica da esquerda, com o objetivo de atrair jovens para os partidos e organizações desse campo político existe desde muito antes do surgimento do MESP enquanto movimento de fato. No RPM nº 2 de 1989, referente ao mês de fevereiro, com o título *Os Partidos de “Esquerda” e os Jovens Eleitores*, podemos ler nos dois primeiros parágrafos a seguinte passagem

Não foi por acaso que durante o processo constituinte os partidos de “esquerda” envidaram esforços no sentido de aprovar o direito de voto aos jovens maiores de 16(dezesseis) anos e menores de 18(dezoito).

Estes partidos viram neste contingente a oportunidade de carrear para as respectivas legendas uma expressiva parcela de novos eleitores (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1989, p.29).

Assim, logo de início, percebemos que o Ministério do Exército já apresentava alguma preocupação com a participação dos jovens nas eleições e a possibilidade deles serem atraídos por partidos políticos do campo da esquerda. Ou seja, a preocupação apresentada aqui é sobre a disputa de hegemonia, demonstrando compreensão que o espaço escolar desfruta de grande

⁶⁴ Como veremos adiante, o período final da ditadura civil-militar costuma ser citado pelo MESP como o momento de avanço da esquerda nos aparelhos culturais.

importância nesse processo. No parágrafo seguinte, são expostas as estratégias desenvolvidas pelo PCB e pelo PT, com distribuição de panfletos e cartazes, ao que continua

O PT, por sua vez, em **Petrolândia/PE**, já mostrou como agirá em todo o país, na área educacional. A sua campanha inclui, numa 1ª fase, um alerta aos professores para a necessidade de se cumprir o dever cívico de votar. Na 2ª fase, serão visitados todos os colégios de I e II graus, orientando os jovens sobre como proceder para o alistamento eleitoral. Serão, também, realizados comícios relâmpagos nas portas dos educandários, solicitando apoio e engajamento para a candidatura de **Lula**.

Os procedimentos acima favorecerão o recrutamento e a doutrinação do jovem estudante, presa fácil da pregação ideológica por ser idealista, desprendido e ingênuo, e levarão para o interior das escolas a campanha eleitoral e as discussões políticas que monopolizarão o ano em curso (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1989, p.29, grifos no original).

É no mínimo curiosa a lógica que apresentam, na qual é ruim um jovem de 16 anos, que tem contato com a escola, ter a opção de votar, mas não há problema algum no jovem de 18 anos, que passa pelo processo do alistamento militar obrigatório e que, em tese, já não está mais na escola, também poder votar. Para além dessa lógica, o ponto principal da contrariedade exposta no discurso está no processo de politização da juventude, com um debate que poderia ser amplo e aberto a qualquer partido político.

Não há nenhum impedimento para que partidos e organizações de diferentes perspectivas político-ideológicas panfletem ou façam campanhas próximos às escolas. Entretanto, já havia uma leitura dos militares, representados aqui pelo Ministério do Exército, que a categoria profissional do magistério estava dominada pela esquerda, por isso a afirmação de que as discussões políticas seriam monopolizadas, como foi expresso ao final do trecho citado pouco acima.

Porém, abordaremos esse ponto mais adiante. No momento, optamos por dar atenção a uma outra questão, a visão de que os jovens seriam sujeitos a serem doutrinados pelos professores, ou, como apontado, “presa fácil da pregação ideológica por ser idealista, desprendido e ingênuo” (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1989, p.29), algo que aparece em outros artigos dos RPMs e também é reproduzido pelo MESP.

No RPM nº 7, de julho de 1989, há dois textos em que o Ministério do Exército estabelece uma discussão sobre os estudantes. Um com o título *Cadê os “Estudantes”?* e outro *Estudantes: Alvos Permanentes*. Os títulos são sugestivos, no primeiro questionam a divisão dos estudantes militantes em diferentes correntes políticas, expondo que não há unidade entre eles; e o segundo, em que de certa forma abordam a mesma temática, onde consideram que os estudantes não podem ter opiniões políticas próprias.

O mesmo raciocínio é apresentado em livro publicado por Carlos Alberto Brillante Ustra, torturador que chefiou entre 1970 e 1974 o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Em seu livro, há uma passagem com o título *Os Jovens e a Subversão*, em que o torturador, ao relatar conversa que teve com 13 jovens militantes da VAR-PALMARES que se encontravam presos, afirma o seguinte

De acordo com a lei, estavam implicados com a subversão e deveriam, por isso, ser julgados. Entretanto, **sentia que eles ali estavam porque foram aliciados, principalmente onde estudavam. O jovem estudante, pelo seu temperamento, pela vontade de contestar, pela ânsia de renovar, é um campo fértil para receber uma doutrinação política.** Sempre me perguntava por que isto acontecia. Talvez o nosso Sistema Educacional não lhe prestasse a devida assistência e a necessária orientação. Talvez a família não lhe tivesse dado a devida atenção, nessa fase tão importante da vida (USTRA, 1987, p. 272, grifos nossos).

Assim, a constante aqui é que documentos produzidos pelos militares apontam os estudantes como sujeitos passivos, aqueles que sofrem o processo de doutrinação, são aliciados, não possuindo quaisquer condições de discernimento e reflexão próprias, se tornando alvos/presas fáceis nas mãos dos professores.

Em texto de autoria de Reinaldo Azevedo e publicado no site do MESP, a mesma lógica é apresentada. Abordando as manifestações pelo passe livre em SP, afirma que “jovens inexperientes, ainda tateando as questões políticas, acabam sendo presas fáceis” e que “seus filhos, senhores pais, estão sendo usados por verdadeiros molestadores ideológicos – cada vez mais presentes, infelizmente, nas salas de aula” (AZEVEDO, 2011).

Mesma ideia pode ser encontrada em um texto de Rodrigo Constantino, que também foi reproduzido no site do MESP. Ao tratar sobre divulgação de uma circular da Secretaria Estadual de Educação do RJ, proibindo a distribuição de material impresso no interior das escolas, sem que antes ocorra uma análise e autorização da direção escolar ou mesmo de um representante da própria secretaria, Constantino (2014) afirma e levanta a seguinte questão: “[...] quanto mais inocente o alvo, mais apetitoso ele é para essa turma. Alunos muito jovens, sem preparo adequado para enfrentar as falácias e utopias da esquerda, acabam sendo presas fáceis dos oportunistas de plantão. Seria o caso de perguntar: aliciamento de menores?”⁶⁵.

⁶⁵ O caso refere-se à distribuição de material produzido pelo, à época, vereador do PSOL Renato Cinco. O material era uma cartilha com o tema “Grêmios Livres”, abordando a importância dos grêmios estudantis, a legislação sobre o assunto e como formar um nas escolas. De acordo com a nota da Seeduc-RJ, o objetivo de Renato Cinco era “panfletar, usar a interpretação e a linguagem dele e do PSOL”. Ver mais em: <<https://oglobo.globo.com/rio/estado-proibe-divulgacao-de-qualquer-texto-sem-autorizacao-nas-escolas-12145760>>.

Entre os militares do Exército essa atenção com jovens com ideias distintas das defendidas pelas FA foi tão grande que passaram a realizar levantamento de dados da vida pessoal daqueles que ingressavam no serviço militar, assim como também preparavam sua formação preocupados com o retorno dos mesmos à vida civil, como podemos ver no artigo *O Conscrito: Nosso Futuro Cidadão!* do RPM de janeiro de 1991, assinado pelo General da Brigada Luiz Antonio Rodrigues Mendes Ribeiro, em que reproduzimos o trecho a seguir

Diante de mais uma incorporação, quando os quartéis acabam de receber jovens oriundos de todas as camadas sociais, **é importante considerar a possibilidade de que muitos deles possam ter sido submetidos à impregnação de doutrinas espúrias inoculadas, em maior ou menor dose, no seio de suas comunidades de origem, associações de bairros, grupos religiosos e, até mesmo, bancos escolas.**

Evidencia-se, portanto, neste cenário, a importância da atuação dos nossos Quadros – através da instrução Militar, com ênfase para os atributos da área afetiva – objetivando, além do aprendizado das Armas, **criar nos jovens conscritos, mecanismos de defesa para torná-los menos vulneráveis à pregação do proselitismo adverso.**

Sem dúvida, **é importante ressaltar que a ação desenvolvida pelos Quadros não se reflete apenas na preparação do combatente. Ela é mais profunda.** Ao mesmo tempo em que se preocupa com a formação de uma reserva forte e compatível com os destinos do País, procura também, moldar um sólido embasamento do caráter e da personalidade do futuro cidadão – o conscrito de hoje – preparando-o para o seu retorno a vida civil (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1991, p.5, grifos nossos).

O trecho citado reforça o entendimento sobre a existência de doutrinação nos espaços escolares, mas, mais importante que isso, aponta para a importância que as FA davam para o processo do serviço militar obrigatório, que serviria não apenas para tornar os jovens versados no uso de armas e estratégias militares, formá-los combatentes, mas também para conformá-los ideologicamente dentro da perspectiva da instituição. Assim, o próprio processo do alistamento militar já se expõe numa lógica da disputa por hegemonia.

O título do artigo também não nos deixa dúvida, o conscrito, isto é, aquele que presta o serviço militar obrigatório, é enxergado como o futuro cidadão, então há que se preocuparem com a formação político-ideológica do mesmo. Olhando para os dias atuais, numa lógica que hoje em dia muitos jovens, embora ainda sejam obrigados a se alistar, acabem sem passar pelo serviço militar, não é de se estranhar o processo de militarização das escolas públicas que tem ocorrido nos últimos anos e que foi aprofundado sob a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Nossa compreensão é corroborada por outro artigo publicado no RPM de maio de 1989, no qual é abordada a criação de escolas de formação política do PCdoB para jovens, voltada principalmente para aqueles com idade para votar. “Dentro desse processo, torna-se uma ameaça à formação política e ideológica marxista-leninista dos jovens que, em futuro próximo,

estarão se incorporando às nossas Unidades Militares” (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1989, p.72).

A passagem pelo serviço militar obrigatório é colocada como uma ameaça à formação política oferecida pelo PCdoB aos jovens. Assume-se então o papel ideológico do serviço militar obrigatório. Hoje, as escolas cívico-militares cumpririam basicamente o mesmo papel, ou seja, de disputar a hegemonia no processo de formação da juventude⁶⁶, porém com um poder muito maior de difusão.

O discurso apresentado nos documentos militares e pelo MESP esconde uma ideia de que Paulo Freire (2005) critica, a da educação bancária, que trata o aluno como uma folha em branco ou uma tabula rasa, incapaz de estabelecer questionamentos ao conteúdo e ao professor. No fundo, é dessa forma que os estudantes são enxergados por essa ideologia reacionária, como folhas em branco, que aceitam acriticamente tudo aquilo que lhes é passado no espaço escolar, ignorando que os mesmos chegam às escolas trazendo os valores reproduzidos pelos pais, pelos espaços de sociabilidade que frequentam e dos bens culturais que consomem.

Como enxergam os alunos como folhas em branco, ao impedirem que determinadas temáticas sejam abordadas por um ponto de vista crítico, garantem que a perspectiva reproduzida pelos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante continue prevalecendo.

4.4.7 Professores são todos petistas, a construção do inimigo

Outro aspecto que nos chama a atenção sobre o MESP é a relação que ele estabelece entre professores serem o mesmo que militantes políticos petistas, que, por conseguinte, seriam iguais a comunistas. Essa associação foi abordada por Penna (2016) em sua análise das representações sobre os professores, produzida a partir de postagens realizadas no Facebook por defensores do MESP, bem como por Miguel Nagib e pelo próprio movimento.

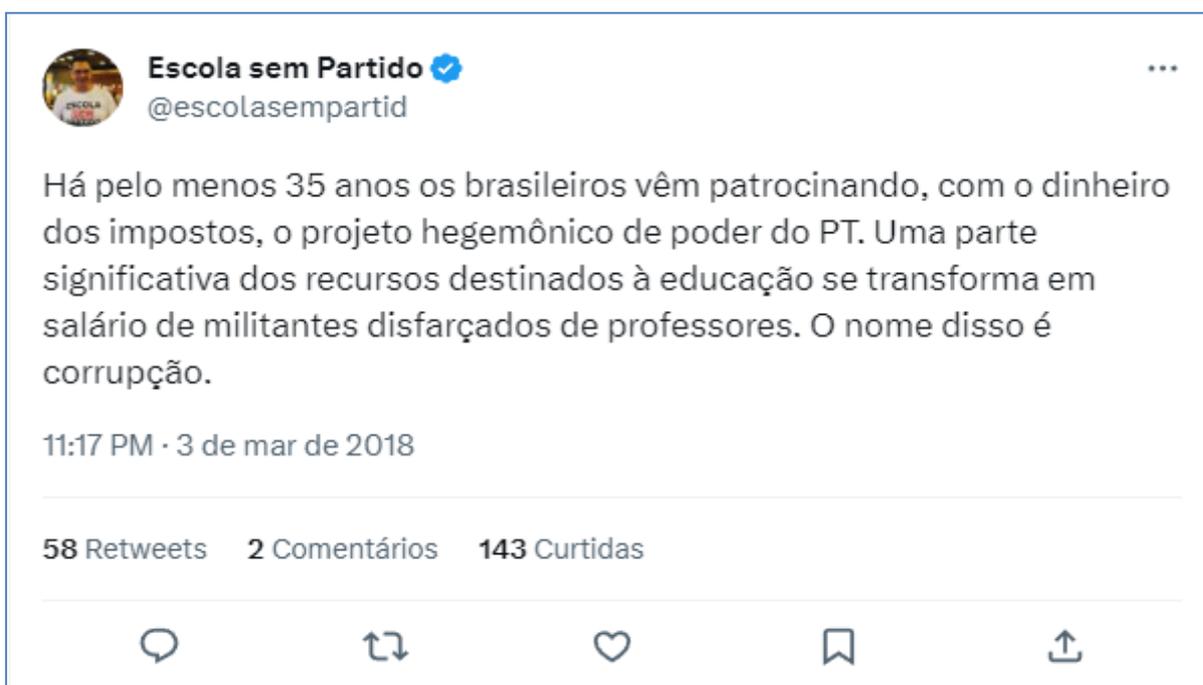
Essa identificação dos professores como sendo todos petistas também pode ser encontrada em algumas postagens do perfil do movimento no Twitter. Um exemplo disso é a imagem 18, na qual é enfatizado que os recursos destinados à educação estão sendo direcionados para patrocinar indivíduos descritos como “militantes disfarçados de professores”.

⁶⁶ Aprofundaremos a discussão sobre a militarização das escolas públicas em outro tópico dentro deste capítulo.

Segundo essa perspectiva, tais indivíduos estariam buscando implantar o que é chamado de “projeto hegemônico de poder do PT”. Essa visão reforça a percepção de que todos os profissionais da educação são associados de alguma forma ao Partido dos Trabalhadores.

Essa premissa do movimento cria uma imagem que não só vincula todos os professores ao posicionamento político do PT e, por extensão, com o comunismo, como os transforma em militantes do próprio partido. Entretanto, entendemos ser necessário destacar que essa premissa não nasce com o MESP, podendo ser encontrada em alguns dos documentos produzidos pelo Exército que analisamos em nossa pesquisa.

Figura 18 – Salários de militantes disfarçados de professores



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/970120965475766272>>.

Uma questão de grande relevância que merece destaque é a menção ao período temporal presente no tweet da imagem 18, especificamente “há pelo menos 35 anos”, o qual não é uma estimativa aleatória, um chute no escuro. Ao observarmos o ano da postagem e subtrairmos os 35 anos mencionados, encontramos o ano de 1983, que beira praticamente o fim da ditadura civil-militar. Essa referência nos remete a um contexto histórico crucial para compreendermos a conexão estabelecida e reforça a percepção de que o MESP enxerga o fim da ditadura militar como momento em que a esquerda brasileira deixou as armas e passou a trilhar o caminho das ditadas guerras culturais, como é afirmado pelo Orvil e reproduzido nos RPMs.

A mesma menção apareceu quando tratamos do Livro Didático, porém sendo realizada por um militar. É significativo que um movimento civil e um autor militar apresentem um argumento com o mesmo lapso temporal sobre quando as coisas começaram a mudar na educação, fins da ditadura militar, início da Nova República.

Outro ponto a ser discutido aqui é a relação entre o PT e o comunismo. Um texto publicado no RPM de dezembro de 1989, com o título *O PT é um Partido Comunista-Marxista-Leninista*, destaca a visão de setores das Forças Armadas sobre a filiação ideológica do partido. Nesse texto, podemos ler o seguinte trecho

[...] verifica-se que o PT é filho da “Velha Esquerda”, possuindo igualmente um caráter marxista-leninista, em tudo semelhante aos partidos comunistas tradicionais, dos quais a agremiação sempre buscou desvincular-se até que, por questões políticas, formou a Frente Brasil Popular com o PC do B e PSB (CIE, Dezembro 1989, p.161).

A nós não importa aqui se o PT é de fato um partido comunista, marxista-leninista, ou se o era àquela época. O que importa aqui é que, independentemente de sê-lo ou não, o partido era e é tratado desta forma pelos militares, e é isso que possui relevância para nossa pesquisa, visto que é a percepção e rotulação deste grupo que vai reverberar e espriar entre os setores mais conservadores da sociedade brasileira, como os que defendem a censura nas escolas e sobre os profissionais da educação.

Esta percepção sobre o PT pode ser encontrada em outro texto do mesmo documento, com o título de *PT: Um Retrato*, onde se lê

O PT não é um partido político nos moldes da concepção democrática. Não visa participar do processo político normal, com alternância de governantes e partidos. Visa, como partido de classe (luta de classes) a conquista do poder total.

[...]

[...] O Partido dos Trabalhadores, em todos os seus documentos e na declaração de princípios, afirma que seu objetivo estratégico é o “Socialismo”. Os seus integrantes, em nível de direção, todos são marxistas-leninistas [...] (CIE, Dezembro, 1989, p.160).

Compreendendo-se a premissa que, na concepção exposta pelo Ministério do Exército nos RPMs, o PT é um partido que defende o comunismo, um segundo ponto que merece ser discutido é a relação estabelecida entre professores com o PT/Comunismo. Essa relação surge nos RPMs por meio de uma associação entre PT, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e, finalmente, os professores.

Em RPM de junho de 1989, há um artigo com o título *Greve dos Professores*, nele há apontamentos sobre as condições salariais dos professores, assim como a perda do status social

da carreira, que tornariam a categoria um alvo com grande potencial para grupos de esquerda. Pelo exposto no documento,

Com suas organizações sindicais infiltradas e dominadas pelo Partido dos Trabalhadores e outras organizações marxistas, os professores vem radicalizando cada vez mais, os movimentos grevistas.

Motivados, inicialmente, pela bandeira dos baixos salários (principal fonte de motivação), os professores têm sido habilmente conduzidos para outras formas de reivindicações e pressão política, tais como: não privatização das universidades, públicas; melhora das condições de ensino; mais verbas para a educação, ensino público e gratuito para todos e piso nacional de salários (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1989, p.93).

Curioso pensar que ações como reivindicar melhorias nas condições de trabalho, melhores salários e verbas para a educação são interpretadas pelo Ministério do Exército como radicalização de movimentos grevistas. Também deve-se destacar o aspecto da infiltração, já discutido nesse capítulo. Ou seja, não fosse pela “infiltração” do PT e outras organizações marxistas, os professores não radicalizariam. “Coincidentemente”, na mesma página do documento, existe outro artigo com o título *Para Soviético Greve deve ser uma Ação Extrema*, tratando de uma entrevista realizada com Abel Aganbeguian, professor da ex União Soviética, que veio ao Brasil a convite da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Brasília (UnB) para a realização de palestras.

Na reprodução de trechos da entrevista, são privilegiadas partes em que o professor afirma que greve deve ser exceção, uma ação extrema, apenas quando outros meios de acordo não foram frutíferos. Como trabalhamos com base no materialismo histórico-dialético, descartando então coincidências, entendemos que há um simbolismo em colocarem os dois artigos juntos, na mesma página, levando a caracterizar as greves dos profissionais da educação como movimentos extremistas.

Em outro artigo que discutido anteriormente, *A Educação Opressora do PT*, ocorre situação semelhante, divide página com um artigo com o título *A CUT e os Funcionários Públicos* (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1990, p.28). Esse artigo trata sobre a atuação da CUT na mobilização dos funcionários públicos para evitar a reforma administrativa, privatizações, demissão de funcionários, entre outras questões.

No RPM de março de 1989, tratando sobre a CNTE, encontramos o seguinte trecho

A Confederação dos Professores do Brasil, entidade que congrega professores da rede escolar pública e privada de primeiro e segundo graus, decidiu mudar os seus estatutos, a partir do qual passará a denominar-se Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, unificando os segmentos envolvidos na atividade educacional.

Realizando o seu congresso e elegendo a sua nova diretoria, no início do corrente ano, a Confederação permanece controlada por militantes do Partido dos Trabalhadores e filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que estimulará – considerando o universo abrangido pela entidade, o nível de mobilização alcançado pelo magistério e a ascensão natural dos professores sobre os estudantes – um maior engajamento político da entidade no âmbito dos movimentos sindical e educacional (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1989, p.34).

Temos estabelecida então a relação entre PT, CUT, CNTE, professores e demais profissionais da educação. Na leitura do Ministério do Exército, o PT se infiltrou na categoria dos professores via sindicatos, conseguindo expandir para os demais profissionais da educação, controlando o campo. No artigo *Cadê os “Estudantes”?* encontramos a seguinte passagem “os professores mantiveram-se em constante mobilização, o que demonstra definitivamente seu alto grau de politização, mercê do atrelamento de seus órgãos de representatividade à Central Única dos trabalhadores (CUT)” (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1989, p.105).

Os professores, assim como os estudantes, parecem ser tratados como indivíduos que são acrílicos, que sofreram um processo de atrelamento por parte da CUT e, conseqüentemente, do PT, não que tenham se mobilizado intencionalmente, através da própria politização. Na mesma página do artigo, há outro com o título *CUT: Violência Sempre* (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1989, p.105), que mais uma vez estabelece uma composição que consideramos, no mínimo, sugestiva. Professores são associados ao PT, que controla a CUT, que é definida como uma instituição radical e violenta.

Seriam os professores violentos também? Na perspectiva dos defensores do MESP, sim. Em discurso realizado durante evento pró-armas em Brasília, no dia 09 de julho de 2023, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, afirmou que professores são piores do que traficantes e sequestradores, pois fazem com que os alunos levem discórdia para dentro de suas casas, levando-os a enxergarem opressão em qualquer relação⁶⁷.

O discurso sobre os profissionais da educação como indivíduos criminosos é recorrente. Em não raras vezes, em seu perfil no Twitter, o MESP acusa os professores de praticarem assédio ideológico e de serem molestadores de crianças e adolescentes. Olavo de Carvalho, em seu blog, publicou um texto, em setembro de 2003, com o título *O estupro intelectual da infância*⁶⁸, em que acrescenta texto da carta elaborada por Miguel Nagib – ao qual o MESP atribui a origem do movimento.

⁶⁷ Ver em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2023/07/10/eduardo-bolsonaro-compara-professor-a-trafficante-de-drogas-em-evento-pro-armas-no-brasilia.ghtml>>.

⁶⁸ Ver em: <<https://web.archive.org/web/20030921075113/http://www.olavodecarvalho.org/convidados/mnagib.htm>>.

A relação que podemos perceber nos RPMs dos professores serem uma categoria violenta, é mesma associação praticada pelo MESP ou por seus defensores. Ou seja, isso demonstra, mais uma vez, como esse movimento bebe ideologicamente da DSN, reproduzida através do Orvil e dos RPMs, identificando o professor como um inimigo interno que precisa ser combatido.

Por último, a lógica que citamos nessa subseção é definida em postagem do perfil do Twitter do MESP

Figura 19 – Sonho gramsciano do PT



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1687079092053581824>>.

Mais uma vez a reprodução de um discurso que já existia, pelo menos desde fins da ditadura militar, torna-se perceptível através do MESP. Nessa postagem, inclusive, o MESP reproduz também a ideia da utilização da teoria de Gramsci com ferramenta da guerra cultural para a disputa de hegemonia.

4.5 Militarização das escolas, militarização da sociedade: a institucionalização da DSN no campo educacional

Buscamos, aqui, nos debruçar sobre o processo de militarização das escolas públicas, procurando compreender tal questão como um sintoma de um projeto mais amplo, de militarização da sociedade brasileira e que coaduna com o aprofundamento do ideário neoliberal e se relaciona com o ideário apresentado pelo MESP, confirmando também a lógica apresentada até o momento sobre vestígios da DSN nos dias atuais.

O Brasil vive um processo de militarização da sociedade, que tem levado à criminalização de minorias e movimentos sociais. Na última década, cada vez mais militares estão participando dos processos eleitorais, viabilizando, assim, suas pautas na política nacional e adentrando a política partidária num movimento que não se vê desde o fim da ditadura civil-militar, em 1985.

Artigo publicado no jornal Estadão (LAGO, 2022) aponta para 1205 candidaturas nas eleições nacionais de 2014, 1598 nas de 2018 e, para 2022, mais de 2030 candidaturas foram ligadas aos militares ou às forças de segurança⁶⁹, membros tanto das Forças Armadas (FA), quanto das Polícias Militares, Polícias Civis e Bombeiros. Vemos, assim, um crescimento de 27% em relação a 2018 e um crescimento acumulado de 68% nas candidaturas de militares em comparação com 2014.

Para além dos processos eleitorais que cada vez mais contam com a presença de militares na disputa, há o crescimento destes na participação em órgãos do governo. Matéria do jornal Folha de São Paulo (BRAGON, MATTOSO, 2020) indica que em janeiro de 1999, sob o segundo governo FHC, eram 1137 militares das FA ocupando cargos importantes no Poder Executivo. Tal número, com algumas variações, foi aumentando sob todos os governos e, em 2020, sob o governo Bolsonaro, eram 2558, distribuídos em pelo menos 18 órgãos, como Saúde, Economia, Casa Civil, Ciência e Tecnologia, entre outros.

Podemos perceber um avanço cada vez mais acentuado de militares na vida pública, sejam participando de processos eleitorais, sejam ocupando cargos em órgãos da administração pública e, atualmente, atuando também na educação, com o processo de militarização das

⁶⁹ O autor da matéria jornalística considera não apenas os militares e membros das forças de segurança como profissão autodeclarada ao TSE, mas como a candidatos que no nome da urna fazem alusão de alguma forma a estas instituições também. Optei por considerar tal aspecto na tese, por entender que ele também evidencia o processo de militarização da sociedade.

escolas públicas. Assim, em expressão certa de Lentz (2022), podemos afirmar, na atual conjuntura, que se trata da “volta dos que nunca foram”. Ou seja, apesar da redemocratização, os militares nunca se afastaram totalmente do poder.

Dividimos o desenvolvimento dessa seção em três partes. Primeiro, analisamos as FA como um ator político de grande peso e impacto no Brasil, tal questão importa por entendermos que os atores sociais são formados por determinações históricas, políticas e sociais, sendo assim, julgamos que só é possível compreendermos a militarização das escolas entendendo também os atores sociais envolvidos nesse processo; na segunda parte abordaremos o processo de militarização das escolas públicas no Brasil, para isso analisamos o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM); na terceira parte analisamos outros documentos que considerarmos pertinentes, como “*Projeto de Nação, o Brasil em 2035*”, por ficar evidente que ali se encontra um programa de sociedade idealizado e produzido pelos militares, sendo a materialização de um projeto de Estado do partido militar, indicando também aproximações com as pautas do MESP. Concluímos a seção apontando para as relações entre o processo de militarização da sociedade e o aprofundamento do ideário neoliberal.

4.5.1 A existência de um partido militar ao lado do Partido Escola Sem Partido

A América Latina possui um grande histórico de intervenções militares, desde seus processos de independência a golpes e ditaduras, como já observamos, anteriormente, nesse capítulo. Assim, na América Latina e, principalmente no Brasil, as FA sempre foram um importante ator político (ROUQUIÉ, 1980; ALMEIDA, 2007; FICO, et al., 2008).

Silva (2021) afirma que os debates em relação às transições de regimes na América Latina acabaram gerando ampla literatura, principalmente por conta do que ele nomeia como “democracia de baixa intensidade”, “democracia feia” e “democracia eleitoral”, que seriam fruto de nossos processos incompletos ou restritos de democratização, ou seja, que não alcançamos uma democracia de fato, o que se reflete no funcionamento de determinadas instituições, principalmente as ligadas à sociedade política.

Olhando para a trajetória brasileira, podemos identificar diferentes momentos, como a Proclamação da República, Revolução de 1930, o Estado Novo e a ditadura militar que se seguiu ao golpe de 1964, isso para nos mantermos no período republicano e falarmos dos movimentos de maior impacto nacional, em que as FA ou assumiram o poder ou legitimaram

reviravoltas na história do país. De acordo com dossiê publicado pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, “a história das forças armadas brasileiras é a de olhar para dentro, para seu próprio território e povo. Ela está centrada na construção de um ‘inimigo interno’, para justificar suas táticas, estratégias e acúmulo de forças” (LENTZ, PENIDO, 2022).

A utilização das FA contra um “inimigo interno” fica mais evidente quando pensamos em movimentos como Canudos, na própria ditadura civil-militar, ou, se quisermos pensar em tempos mais recentes, em ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), como ocorreram em 2014, na ocupação das favelas do Complexo da Maré e em 2018, quando as FA passaram a atuar na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, ou mesmo para conter movimento de greve dos caminhoneiros.

Bóron (1995) afirma que tal questão está relacionada com nossas origens, com o fato de termos sido colonizados. Nas palavras do autor, “o molde autoritário do capitalismo latino-americano tem raízes muito profundas, que derivam de nosso passado colonial e da modalidade reacionária e dependente com a qual nossas sociedades se integraram ao capitalismo mundial” (BÓRON, 1995, p.64).

O que nos remete também a Florestan Fernandes (1975), que aponta o lugar que o Brasil ocupa na estrutura do capitalismo, um lugar de dependência. De acordo com o autor, as superpotências capitalistas necessitam de diferentes tipos de mercados externos, que podem ir das economias dependentes, semicoloniais e coloniais, até mesmo outras economias capitalistas avançadas.

Entendemos que o processo de transição da ditadura civil-militar para a democracia, que deu início ao período conhecido como Nova República, ao qual Chauí (2014) se refere como “governo civil sujeito a veto militar”, os militares continuaram a ter inserção na nova ordem política, sendo agraciados pela Lei da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, compondo a fração da “courageira da conciliação conservadora” (FERNANDES, 2020) pós-transição democrática que encontrou abrigo no neoliberalismo contra a democracia.

Da mesma forma que o MESP, em nossa pesquisa as FA são compreendidas como um partido político, dentro da acepção gramsciana. Gramsci (1999) afirma que o partido serve tanto como ferramenta, que tem por objetivo a solução de problemas na sociedade, quanto como organizador da ideologia de determinada classe ou fração de classe.

De acordo com Rouquié

as Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, *por outros meios*, as mesmas funções elementares que os partidos, e sobretudo que conhecem em seu seio – tanto quanto os partidos, mas segundo outra lógica – processos de deliberação,

de tomadas de decisão, e até mesmo de união e articulação sociais (1980, p.12, grifo no original).

As FA não representam apenas um ator político qualquer, mas um partido político, um partido militar⁷⁰, dotado de um projeto de poder, com uma determinada concepção de mundo, agindo com base em interesses próprios, que podem coadunar ou não com o de outros setores que dirigem a sociedade. Assim, “o conceito de partido militar enfatiza as situações em que o exército e política se relacionam e as instâncias institucionais de inserção da política no aparelho militar (e vice-versa)” (ROUQUIÉ, 1980, p.13).

Marx (2011) nos informa que a burguesia, mesmo dominante no sistema capitalista, nem sempre detém o domínio e a hegemonia que gostaria. Assim, compreendemos que o processo de militarização das escolas públicas está inserido no terreno do avanço da extrema-direita na conjuntura política atual. Uma forma de avançar e aprofundar nas contrarreformas, retirando direitos sociais, ao mesmo tempo em que aumenta e mantém o controle sobre a sociedade.

Almeida (2007) nos afirma que, além do militarismo não se restringir aos próprios militares, ele é tratado como “o último refúgio para a garantia do conservadorismo; disciplina, ordem, autoridade, organização hierárquica e, acima de tudo, a salvaguarda dos privilégios de certas classes e ordens sociais” (ALMEIDA, 2007, p.127).

É neste contexto que inserimos a discussão sobre o processo de militarização das escolas, entendendo que este processo cumpre um duplo papel: primeiro, como parte de um processo mais amplo, de militarização da própria sociedade; segundo, como auxiliar no aprofundamento do ideário neoliberal e da hegemonia de setores neoconservadores, garantindo os privilégios das classes dominantes.

4.5.2 Militarização das escolas como aprofundamento do autoritarismo

Ao procurarmos notícias de jornais, os argumentos que surgem defendendo a militarização das escolas quase sempre giram em torno da questão da qualidade da educação, melhorar a disciplina entre os alunos, sobre a defesa de determinados valores, assim como

⁷⁰ Importante apontar que Rouquié (1980) fala em Partidos Militares, no plural, ou seja, que as FA não são monolíticas ou homogêneas, embora sejam bastante coesas ideologicamente, principalmente pós-1964, onde podemos considerar que houve certo expurgo dos militares com posicionamentos mais à esquerda.

combater a violência nas escolas, o tráfico de drogas e, não raramente, também sobre o controle/combate a determinados conteúdos, bem nos moldes do MESP (VEIGA, 2015; PINA, 2020).

Colégios militares, no Brasil, são antigos, com o primeiro sendo criado ao final do século XIX, em 1889, entretanto, o processo de militarização das escolas públicas é relativamente novo, tendo iniciado na década de 1990 e apresentando o estado de Goiás como seu maior expoente (LACÉ, SANTOS & NOGUEIRA, 2019). A eleição de um militar reformado para o cargo de presidente em 2018 trouxe maior ímpeto para tal processo, no qual se intensificou e ganhou novos rumos no país inteiro a partir de 2019, com o Decreto 10.004/2019, que instituiu o PECIM.

Apesar do PECIM ser criado pelo governo Bolsonaro, declaradamente conservador, há também programas estaduais, criados por governos ligados a partidos considerados progressistas, como o PT. A Bahia, governada por Rui Costa, teve sua primeira escola militarizada ainda em 2018, antes da eleição de Bolsonaro. Em maio de 2022, eram 98 escolas militarizadas, distribuídas entre 85 municípios (GOMES, OLIVEIRA, 2022).

Tal aspecto, nos remete a Gramsci (2002b), reforçado por Anderson (1995), que aponta para a questão do transformismo, de forma que certos grupos são cooptados e passam a assumir determinadas pautas que, originalmente, não eram suas. Sendo assim, a militarização das escolas e, conseqüentemente, da sociedade, pode ser vista ocorrendo tanto em governos de direita quanto em governos tidos como de esquerda, ou seja, atualmente independe do espectro político, o que acreditamos demonstrar alguma capilaridade desta pauta entre diferentes setores políticos.

Apontamos que houve uma militarização das escolas pública decorrente do programa federal, criado em 2019, na gestão Bolsonaro, e extinto recentemente, sob o governo Lula, mas também podemos encontrar a existência de um processo que ocorre de forma independente ao PECIM, dependentes dos governos estaduais e municipais. Tal processo existe ou pelos estados já possuírem seus próprios processos de militarização, anteriores à criação do PECIM, ou por rixas políticas entre o governo federal e os estaduais, como é caso da militarização das escolas públicas no estado do Rio de Janeiro, iniciado sob o governo de Wilson Witzel⁷¹.

O decreto 10004/2019, que instituiu o PECIM indica, em seu art.1º, que a finalidade do programa é “promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no

⁷¹ Wilson Witzel foi eleito pelo PSC em 2018, defendendo as mesmas pautas do presidente Bolsonaro. Em 2020 foi afastado do cargo, acusado de comandar esquema de corrupção na construção de hospitais de campanha durante a pandemia de covid19, sofrendo o impeachment em 2021.

ensino médio”, como se a simples alteração de um modelo de gestão civil para um militarizado, por si só, pudesse melhorar a qualidade da educação.

O Manual das Escolas Cívico-Militares afirma que

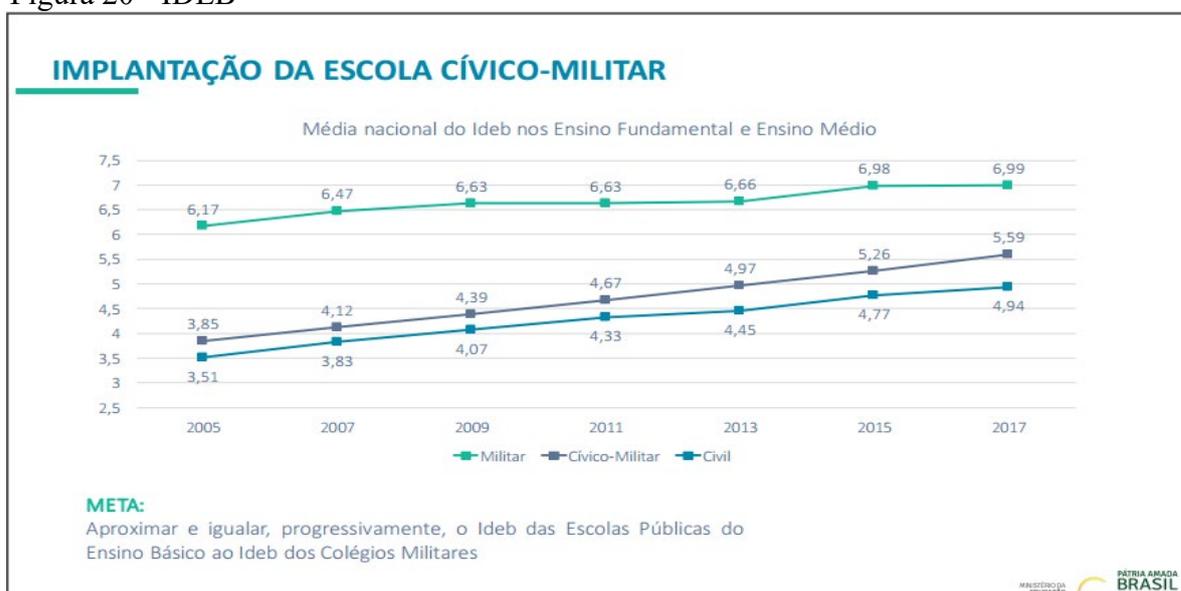
As Escolas Cívico-Militares se fortaleceram no país em decorrência do anseio social por um ensino de qualidade, com melhores resultados do Ideb e no Enem, e pelo desejo da sociedade por mais oportunidades aos estudantes das redes estaduais e municipais, como ocorre com os alunos oriundos dos Colégios Militares (BRASIL, MEC, 2020, p.92).

Podemos encontrar também no art.3º, art.5º, II e art.11 do Decreto 10004/2019 referências ao modelo de gestão, práticas pedagógicas e padrão de ensino dos Colégios Militares ligados ao Exército, Polícias Militares e Bombeiros.

Na carta do Compromisso Nacional pela Educação Básica, elaborada pelo Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais (Undime), consta que a meta das escolas cívico-militares é igualar o IDEB das escolas públicas ao IDEB dos Colégios Militares, como exposto na imagem 20.

Fica evidente que há diferença considerável nos resultados entre as escolas públicas, as cívico-militares e os colégios militares. Entretanto, algumas questões importantes não são abordadas, como a diferença de investimento existente entre os colégios públicos, cívico-militares e militares, assim como a existência de processo de seleção para estudantes dos colégios militares e de exclusão aos que não se adaptam aos cívico-militares ou dos alunos mais pobres (TEIXEIRA, 2016).

Figura 20 - IDEB



Fonte: BRASIL, MEC, 2019, p. 29.

Assim, pelo exposto, fica nítida a intenção de se reproduzir nas escolas cívico-militares os resultados obtidos nos Colégios Militares. Porém, o que não se cita é que os colégios militares tradicionais recebem um investimento de quase 20 mil reais ao ano por aluno⁷², algo muito distante do custo aluno-qualidade inicial estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), que o valor mínimo está em aproximadamente 4.700 reais ao ano por aluno das escolas públicas.

Pela forma como as ideias são apresentadas, percebe-se uma clara intenção de induzirem as pessoas a pensarem que se trata tudo de uma questão de gestão, de modelo educacional. A administração civil, indiretamente apontada como sem qualidade, inferior, enquanto as gestões militares são expostas como modelos de educação de qualidade, a meta a ser perseguida e almejada.

O aspecto relacionado à visão das escolas públicas apontadas como de qualidade inferior quando comparadas com as militarizadas ou aos colégios militares fica evidente em declaração do presidente Jair Bolsonaro, antes mesmo de sua eleição, em 2018, quando este afirma

Precisamos de escola que ensino de verdade. As verdadeiras escolas são as escolas militarizadas, ou os colégios militares do Exército.

[...]

Vamos formar pessoas aptas ao trabalho, e não formar militantes ou pessoas que apenas têm senso crítico. No mercado, ninguém quer saber quem tem senso crítico. Quer saber quem sabe Física, Química, que seja cientista, empreendedor (DEVENS, 2018).

Ou seja, percebe-se, primeiramente, uma clara descredibilização da escola pública e, em segundo lugar, a defesa de uma educação que não desenvolva o senso crítico, que não trabalhe numa perspectiva de formação integral do indivíduo, e sim que forme apenas para obedecer, seguir ordens.

Outro aspecto a se discutir é o papel da disciplina e do currículo nas escolas cívico-militares. Como consta na imagem 21, o Manual das Escolas Cívico-Militares apresenta uma espécie de “medidor de disciplina”, onde os alunos ganham ou perdem pontos de acordo com seu comportamento/respeito às normas estabelecidas na instituição, o que pode levar um aluno a ser transferido compulsoriamente, como no art.80, I.

⁷² Ver em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estudantes-de-colegio-militar-custam-tres-vezes-mais-ao-pais,70002473230>>.

Figura 21 – Medidor de disciplina

1) O comportamento dos alunos é classificado por grau numérico, de acordo com o seguinte critério:	
a) Grau 10.....	EXCEPCIONAL
b) Grau 9 a 9,99.....	ÓTIMO
c) Grau 6 a 8,99.....	BOM
d) Grau 5 a 5,99.....	REGULAR
e) Grau 3 a 4,99.....	INSUFICIENTE
f) Grau 0 a 2,99.....	MAU

Fonte: BRASIL, MEC, 2020, p. 278.

Medidas educativas, como repreensão, atividade de orientação educacional e suspensão fazem os alunos perderem pontos na classificação do comportamento. Já elogios coletivos, individuais, ser aprovado em disciplina, etc, faz com que ganhem pontos na mesma classificação.

Os alunos ao serem matriculados na escola cívico-militar são classificados no comportamento “bom”, com 8 pontos. Ao perderem pontos de forma a descerem para o grau regular, são encaminhados para a seção psicopedagógica para avaliação e acompanhamento de seu caso (BRASIL, MEC, 2020, p. 278). Tal aspecto denota que a escola cívico-militar só aceita alunos com comportamento bom, ótimo ou excepcional. Alunos classificados como regulares ou insuficientes já representam um problema, para não falarmos nos alunos com mau comportamento, que, como apontamos pouco acima, podem ser compulsoriamente transferidos.

Desta forma, apontamos as escolas militarizadas como mais um espaço de construção de subjetivação de uma sociedade militarizada. Ou seja, as escolas militarizadas funcionam como aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2002a), que auxiliam na consolidação da hegemonia da classe dominante, construindo consenso sob uma determinada perspectiva e modelo de sociedade com valores e moral conservadora.

Gramsci (2002a) afirma que o Estado não apenas tem e pede o consenso, mas também busca educar, construir esse consenso, fazendo uso dos aparelhos privados de hegemonia. Assim, acreditamos que as escolas cívico-militares sejam justamente um desses espaços, onde o consenso de uma sociedade militarizada e conservadora estejam em construção.

4.5.3 Projeto de nação, a materialização de um projeto de sociedade

Às discussões realizadas até aqui, acrescentaremos as projeções realizadas no documento *Projeto de Nação, o Brasil em 2035*, produzido por militares, em conjunto com o *Instituto Sagres, Instituto General Villas Bôas e Instituto Federalista*. Neste documento, em que nos é apresentada uma “história do futuro” (SAGRES, 2022, p.9), do Brasil em 2035, a concepção de mundo, de Estado e sociedade daqueles que são ligados ao partido militar é exposta na sua forma mais clara e direta. Esse documento representa a própria materialização da concepção de mundo do partido militar.

Há no documento um relatório da conjuntura do Brasil em 2035. Embora apresente inúmeros aspectos que mereçam ser discutidos, como a identificação da sociedade brasileira como “conservadora evolucionista” (SAGRES, 2022, p.15), focamos nossa atenção ao que é apresentado sobre a educação básica.

[...] há tempos uma parcela de nossas crianças e adolescentes sofria com a ideologização do sistema educacional, com a doutrinação **facciosa** efetuada por professores **militantes de correntes ideológicas utópicas e radicais, com prejuízo da** qualidade do ensino. Foram décadas de atraso, que condenaram o País ao subdesenvolvimento e à baixa produtividade (SAGRES, 2022, p.19, grifo no original).

Podemos perceber no trecho citado que existe uma responsabilização dos professores, sendo estes apresentados como “militantes de correntes ideológicas utópicas e radicais”, e que por isso prejudicariam os alunos, causando o subdesenvolvimento do país e baixa produtividade, o que evidencia uma clara reprodução e permanência da linha ideológica que já existia em outros documentos, como o Orvil e os RPMs, além da concepção que também é reproduzida pelo MESP.

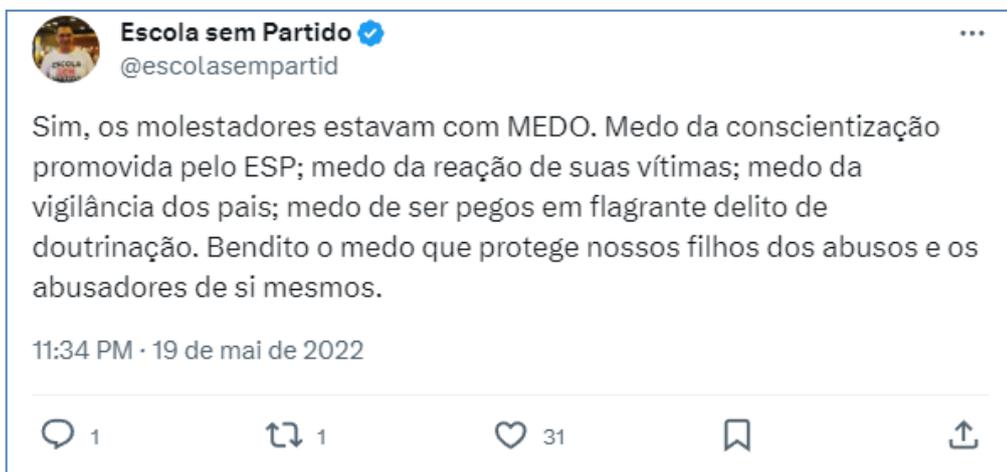
Tal aspecto da responsabilização e culpabilização dos professores, de denúncia sobre doutrinação, é corroborado no parágrafo seguinte do documento, onde podemos ler

Esse quadro só começou a mudar nos últimos 15 anos, quando a sociedade, mais amadurecida e consciente, passou a exigir mudanças e a se contrapor às agressões – físicas, mentais e psicológicas – a que seus filhos e conhecidos eram submetidos, no ambiente escolar, por uma parcela daqueles que deveriam ser seus líderes e abnegados educadores (SAGRES, 2022, p.20).

Na mesma perspectiva de doutrinação, os professores são apresentados como agressores e os alunos como vítimas. É a mesma lógica apresentada pelo MESP, que coloca os professores

como abusadores, molestadores e sequestradores intelectuais, que cometem alienação parental e os alunos como vítimas nesse processo.

Figura 22 - Molestadores



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1527477822909972480>>.

A educação básica é tratada especificamente no tema 25 do documento em análise. Reconhecem a importância do foco na qualidade da educação, porém esta é observada apenas a partir dos índices de avaliações externas, como do IDEB e do PISA (SAGRES, 2022). O aspecto a nos chamar a atenção aqui são os apontamentos apresentados como responsáveis pelo Brasil futuramente conquistar bons índices em 2035.

[...] especial atenção foi conferida à valorização de boas práticas de comportamento, civismo, cidadania e disciplina dos alunos, bem como à formação e ao aperfeiçoamento de professores nos aspectos profissionais, comportamentais, morais e éticos. A ideologização do ensino básico foi neutralizada, o que facilitou a implementação de reformas com foco no desempenho e na preparação para a vida do futuro cidadão, sem orientação ou ingerência na construção da sua própria opção ideológica. Assim, em 2035, o Ensino Básico (Fundamental e Médio), nas áreas pública e privada, alcança os índices do IDEB e os do PISA [...] (SAGRES, 2022, p.73).

Percebemos certa atenção não só para a formação dos alunos quanto ao comportamento, civismo e cidadania, como também para a formação do professor, como foco nos aspectos morais e éticos, que entram no âmbito da cultura ou, como já vimos, da guerra cultural. Assim, não se trata apenas de uma disputa sobre a formação dos estudantes da educação básica, mas também da formação dos professores, como se esses aspectos de formação moral e ética não envolvessem também ideologias e concepções de mundo. Na mais simples perspectiva apresentada por Marx (2007), a discussão é sobre quem educa o educador.

O próprio documento indica como óbice para se alcançar a melhoria da qualidade da educação a “ideologização radical do ensino”, a “deficiente formação profissional e cívica dos quadros docentes” e “práticas comportamentais distorcidas, afetando o comportamento e as atividades de ensino, com prejuízo para a formação do cidadão” (SAGRES, 2022, p.74).

Como salienta Marx (2007) na terceira tese contra Feuerbach, o próprio educador precisa ser educado e o partido militar expõe sua preocupação nesse sentido quando menciona comportamento, moral e ética. Assim, o que tá sendo exposto é uma “preocupação” com o processo de formação dos profissionais da educação, entendendo que esse é fundamental para se consolidar uma determinada hegemonia.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é sobre a “neutralização” – como se fosse possível – da ideologia no ensino básico, o que nos remeteu ao debate de Said (1990) sobre o orientalismo, cujo qual, de acordo com ele, as forças hegemônicas só percebem/denunciam motivação política no outro, na oposição. As forças hegemônicas são as únicas que possuem a prerrogativas de serem neutras, ideológicos são sempre os outros. Nesse sentido, é uma reprodução do discurso que encontramos nos RPMs e MESP, ou seja, não se trata de uma visão nova.

Por último, outro ponto a nos chamar a atenção, é a diretriz 9, que estabelece “implementar Políticas Públicas para limitar a ingerência do corporativismo sindical, no que comprometa o cumprimento das atribuições legais do Sistema de Ensino” (SAGRES, 2022, p.73). Em consonância com organismos internacionais, como o Banco Mundial, o sindicalismo docente é apontado como um óbice, um inimigo para se alcançar a qualidade da educação. Essa também é a lógica estabelecida nos RPMs que analisamos anteriormente, que caracterizaram os professores e suas organizações de classe apenas como controlados pelo PT ou pela esquerda, de uma forma geral.

Na perspectiva neoliberal, as organizações de trabalhadores, que lutam por melhores condições de trabalho, são consideradas uma ameaça aos lucros dos empresários. No caso das organizações de classe dos profissionais da educação, a questão vai além, pois são encarados pelo Banco Mundial como um obstáculo para a realização das reformas educacionais que ele tanto almeja (EVANGELISTA, SHIROMA, 2007).

Assim, podemos perceber aproximações ideológicas entre o partido militar e o Banco Mundial, que responsabilizam os profissionais da educação e suas organizações de classe pelos baixos resultados nos índices educacionais. São considerados entraves para o avanço de reformas que aprofundam o ideário neoliberal.

Souza (2021) afirma que a militarização das escolas públicas representa uma pauta política do partido militar. De acordo com o autor,

O programa tem como eixo a utilização de militares na reserva em atividades semelhantes às dos “bedéis”. Em cada ECiM, atuarão cerca de 20 oficiais e praças das FA com abono de 30% sobre as “aposentadorias”. Estima-se que a medida empregue dezenas de milhares de militares na reserva, não sendo difícil imaginar a potência eleitoral que isso representa (SOUZA, 2021, p.131).

Os militares têm sido utilizados não apenas em escolas públicas, mas em diferentes áreas, como na saúde, especialmente durante a pandemia de Covid19 e também no INSS. Souza (2021) aponta que tais medidas, de distribuição de empregos civis para militares, tanto da ativa quanto reformados, possui grandes chances de fazer com que estes se tornem cabos eleitorais futuramente.

Assim, a militarização da sociedade ocorre por diferentes espaços, métodos e ferramentas, sendo as escolas cívico-militares parte desse processo, servindo como veículo de propaganda e disseminação de uma dada concepção de mundo, construindo o consentimento. Para além das escolas, podemos perceber também a militarização no cinema (com seus filmes de guerras), videogames, moda e, também, na religião⁷³, demonstrando a importância da disputa de hegemonia por meio da cultura.

Desta forma, entendemos que o processo de militarização das escolas públicas é inseparável do debate da militarização da sociedade e criminalização de minorias e movimentos sociais. Na verdade, a militarização das escolas é um sintoma deste processo de militarização da sociedade. Então, não é de se admirar o crescimento de tais aspectos a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016, que culminou com o impeachment da presidente Dilma e com a prisão e inelegibilidade do ex-presidente Lula em 2018, retirando-o do processo eleitoral naquele momento.

Junto a esses apontamentos, compreendemos que o avanço do neoliberalismo, com a retirada de direitos sociais e ataques a direitos civis, conquistados a duras penas, é outro aspecto intrínseco ao debate. Assim, consideramos que a militarização surge também como resultado das políticas antipopulares, de arrocho salarial, desemprego e retirada de direitos. Como aponta Anderson (1995), um Estado forte para reprimir e desmantelar movimentos sociais, mas fraco para garantir direitos básicos aos mais pobres.

⁷³ Ver em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/religiao/jovens-da-igreja-universal-marcham-se-dizem-prontos-para-batalha-em-culto-15490716>>.

A hegemonia ideológica do neoliberalismo e sua expressão política, o neoconservadorismo, adquiriram uma desabitual intensidade na América Latina. Um de seus resultados foi o radical enfraquecimento do Estado, cada vez mais submetido aos interesses das classes dominantes e renunciando a graus importantes de soberania nacional diante da superpotência imperial, a grande burguesia transnacionalizada e suas “instituições” guardiãs: o FMI, o Banco Mundial e o regime econômico que gira em torno da supremacia do dólar (Bóron, p.78).

Pires (2021) aponta que no neoliberalismo o Estado assume a forma de empresa, torna-se empreendedor, ou seja, deixa de investir naquilo que é público para investir no privado. Desta forma, a resposta às demandas sociais surge mediante sufocamento da democracia e controle da sociedade.

Como é afirmado no dossiê *A questão militar no Brasil* (LENTZ, PENIDO, 2022), a militarização da sociedade gera como uma de suas consequências a naturalização e legitimação da violência armada e da repressão, principalmente por parte do Estado quando tem que lidar com movimentos sociais e/ou minorias, pois estes acabam sendo identificados como inimigos.

Entendemos como preocupante a ingerência das FA nos espaços públicos e políticos nos últimos anos, constituindo-se enquanto partido político em busca da hegemonia, materializando-se no processo de militarização das escolas públicas. Estas, atuam como mais uma ferramenta de formação neoconservadora, de conquista do consenso e de controle sobre a classe trabalhadora num cenário de desregulação dos direitos trabalhistas e de crescimento da desigualdade social.

Para finalizar, trazemos uma última citação de um RPM, de setembro de 1989, de artigo com o título *Informação e Decisão*

O conhecimento obtido na análise das Organizações Subversivas, em particular dos seus programas, estruturas e atividades mais significativas, destina-se à identificação das principais ameaças aos princípios que materializam as aspirações nacionais, **cuja preservação institucional**, é missão do Exército.

Na realidade, essas organizações buscam explorar, nos seus projetos de conquista do poder, as vulnerabilidades conjunturais e a ingenuidade da maioria da população e até mesmo a falta de informação de muitos militares.

A permissividade da sociedade brasileira, pacientemente elaborada nos últimos 10 anos, através dos meios de comunicação social, infiltrados pela esquerda, tem criado uma aceitação “sem preconceitos” e “democrática” de tudo: a destruição da família, do desamor à pátria, da imoralidade, da tolerância ao crime, da complacência com os antigos terroristas, sequestradores e assassinos. E, por aí, a aceitação, sem críticas, de mensagens atraentes do “socialismo” de partidos e de outras linhas políticas marxistas que hoje se apresentam falsamente pluralistas e democráticas (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1989, p.127, grifo no original).

Esse parágrafo é a síntese não apenas da concepção de mundo do Exército, mas daquilo que podemos identificar também com a concepção de mundo exposta por grupos

neoconservadores, pelo MESP. Para além da visão do Exército sobre seu papel de “preservação institucional” da nação, está presente também a compreensão de que a Esquerda está infiltrada em determinados espaços, causando a destruição da família, a imoralidade, entre outros aspectos enxergados como um problema por esses grupos.

O documento nos parece extremamente atual quando comparado ao que o MESP expõe em seu site, assim como em seu perfil do Twitter. Ante o exposto na pesquisa, nossa análise nos permite compreender que o MESP, reafirmamos, se constitui na face civil do autoritarismo, atuando como um APH, orientado pelos princípios da DSN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos que habitam
Cortiços e favelas
e mesmo que acordados
pelas sirenes das fábricas
não deixam de sonhar
de ter esperanças
pois o futuro
vos pertence
Aos fuzilados da CSN – Garotos Podres

Nos últimos anos, ouvimos incontáveis vezes que o MESP estava morto. No entanto, o aumento da perseguição⁷⁴ e violência⁷⁵ aos profissionais da educação nesse período demonstra que essa afirmação está completamente equivocada, descolada da realidade. O lançamento da FPDE, composta por mais de 200 políticos, entre deputados federais e senadores, é outra demonstração de que essa ideologia, que busca transformar os profissionais da educação em inimigos a serem combatidos, independentemente do movimento encabeçado por Miguel Nagib, continua existindo e atormentando aqueles que atuam nos espaços formais de educação.

Ao longo dessa Tese procuramos responder basicamente duas questões: 1ª, se o MESP seria um APH fundamentado na DSN, operando na sociedade com o propósito de transformar os profissionais da educação em inimigos públicos; e 2ª, sobre como o MESP contribui para o estabelecimento de uma hegemonia autoritária. Com essas questões em mente e os objetivos traçados para nossa pesquisa, fundamentados no materialismo histórico-dialético, nossa intenção foi jogar mais luz sobre a importância de buscarmos a historicidade por trás de determinadas ideologias e movimentos políticos.

Analizamos um movimento, mas compreendendo que o mesmo não existe de forma isolada, apartado da sociedade. Ele se relaciona com um todo, faz parte de uma totalidade, cujo nosso papel foi trazer elementos que entendemos ter possibilitado melhor interpretá-lo. O enfrentamento daqueles que buscam atacar a escola e a construção de uma educação crítica, só é possível ser realizado de forma adequada quando seus objetivos e origens são desvendados.

⁷⁴ Ver em: <<https://diplomatie.org.br/a-perseguiacao-sistematica-contra-professores-no-brasil/>>.

⁷⁵ Ver em: <<https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/casos-de-violencia-contra-professores-aumentam-20-em-2023-16628522>>.

Entendemos que as questões que nortearam a pesquisa foram respondidas. A revisão de literatura realizada no primeiro capítulo demonstrou que há um número considerável de pesquisas sobre o MESP, entretanto também expôs uma carência de pesquisas que busquem a historicidade das ideias que sustentam a perseguição aos profissionais da educação, se limitando a analisar a partir do mito fundador do MESP, em 2004. Observamos, também, que muitos trabalhos partiram de uma leitura relacionando o MESP ao campo religioso. O que buscamos foi estabelecer a relação com outro campo, outro ator político, o setor militar.

Não podemos deixar de notar que nos últimos anos tem ocorrido uma aproximação entre movimentos religiosos, principalmente neopentecostais, com setores militares da sociedade⁷⁶. Ao focarmos nossa pesquisa na influência no campo militar não quisemos negar a relevância e impacto do campo religioso para o debate, mas sim especificar que há outros atores sociais que se relacionam com o objeto de pesquisa e que não estavam ganhando a devida atenção.

No segundo capítulo, conseguimos vislumbrar como o avanço do neoliberalismo e o crescimento dos setores neoconservadores levou ao esgarçamento do tecido democrático, principalmente no pós-crise do capital, em 2008, fertilizando o terreno para que essas ideologias ganhassem corpo e se materializassem na perseguição aos profissionais da educação.

Essa perseguição tem procurado destruir a imagem do professor, que é cada vez mais vilipendiado, cada vez mais sendo menos visto e tratado como um intelectual, tratado apenas como reproduzidor de técnicas de ensino do conteúdo. Nesse aspecto, o neoliberalismo e o neoconservadorismo convergem, aumentando a precarização do trabalho docente. Por um lado, o professor é atacado na sua formação e em seu salário, forçado a trabalhar em inúmeras escolas, muitas vezes, com longo tempo de deslocamento entre elas. Por outro, é atacado na sua prática profissional, sendo perseguido por exercer a liberdade de cátedra e de expressão, que são garantidas pela nossa CF e pela LDB.

No terceiro capítulo, fomos às categorias de análise que foram fundamentais para nossa compreensão do objeto de pesquisa. Concluimos que a cultura se constitui em um terreno de disputa por hegemonia, não a toa tem recebido bastante atenção de determinados setores da sociedade, como os neoconservadores. Espaços de educação formal, como as escolas e universidades, atuam não apenas na produção e reprodução da cultura hegemônica, mas também como espaços de resistência, daqueles que reivindicam uma outra hegemonia política e cultural.

⁷⁶ Ver em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2023/06/29/universal-usa-20-mil-pastores-e-obreiros-para-doutrinar-policias-do-brasil.htm>>.

Finalmente, no quarto capítulo, fizemos a análise das fontes primárias que fundamentaram nossa Tese. Nele, se evidenciaram as questões da nossa pesquisa, as similaridades ideológicas da DSN – expressa nos documentos produzidos pelo Ministério do Exército com o intuito de armar seus homens para a guerra cultural – e o MESP. As similaridades são tantas que nos permitem afirmar com tranquilidade que não se tratam de mera coincidência, evidenciando que há alguma capilaridade entre as ideias que fundamentam os documentos produzidos pelo Ministério do Exército e as que foram expostas pelo MESP.

O ESP representa a materialização de um movimento que segue um padrão histórico (HOBSBAWM, 1998), com raízes que remontam ao anticomunismo da Guerra Fria com a DSN, da ditadura civil-militar. Demonstra que temos também um acerto de contas a fazermos com nosso passado recente, que não puniu os torturadores, em nome de uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita sem revanchismos e que nos legou uma democracia de baixa intensidade (PREZEWORSKI, 1994), através de um processo de transição que foi mediado pelos algozes. Uma democracia que não apenas não consegue avançar, como tem passado por retrocessos nos últimos anos, evidenciados pelo golpe na presidente Dilma, em 2016, na prisão de Lula, em 2018, impedindo sua participação no pleito presidencial naquele ano, além da eleição de Bolsonaro no mesmo ano.

Embora a eleição presidencial de Lula em 2022 sugerisse um sinal de que poderíamos respirar aliviados, a tentativa de golpe em 08 de janeiro de 2023 demonstra que as forças hegemônicas não foram derrotadas e nem estão descansando. Apesar de o governo Lula ter encerrado o programa de militarização das escolas públicas, houve reação de prefeitos e governadores, afirmando que continuariam com seus próprios programas, por fora do governo federal⁷⁷. O deputado federal pelo PL-GO, Gustavo Gayer, que encabeça a FPDE, lançou esse ano um site com o nome *Instituto Nossos Filhos* onde, assim como o MESP também fazia, acolhe denúncias dos responsáveis pelos alunos contra escolas e profissionais da educação. Com o recrudescimento dos conflitos entre o Estado de Israel e a Palestina, grupos de extrema-direita elaboraram uma lista para identificação de professores universitários que se manifestaram contra o genocídio do povo palestino⁷⁸, afirmando que apoiam o terrorismo, que apoiam as ações do Hamas.

⁷⁷ Ver em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/cheega-a-19-o-numero-de-estados-que-querem-manter-ou-ampliar-escolas-civico-militares-apos-decisao-do-mec/>>.

⁷⁸ Ver em: <<https://brasilpelaliberdade.org.br/direitoshumanos/>>.

Mesmo com todos esses ataques, perseguições e intimidações, os profissionais da educação continuam resistindo. Defendem a escola pública, gratuita, democrática, popular e laica. Escolas e universidades sofrem ataques porque posicionamentos divergentes incomodam os detentores do *status quo*; assim, a classe dominante busca silenciar aqueles que demonstram a existência de outras possibilidades.

Surgiram movimentos de resistência à perseguição e censura aos profissionais da educação, como os Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP), que é um coletivo que pesquisa essa questão, buscando a produção de conteúdos que versem sobre o tema. Da mesma forma, temos também a Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação, que apresentou uma carta à equipe de transição do governo Lula, contendo medidas para combater a censura na educação⁷⁹.

Figura 23 – Manifestação em Comissão Especial sobre o Projeto Escola Sem Partido em Brasília, 2018



Fonte: Disponível em: <<https://tutameia.jor.br/unir-os-democratas-e-resistir-sem-tregua/>>.

Ainda, em 2018, foi lançado gratuitamente um manual de defesa contra a censura nas escolas⁸⁰, atualizado em 2022. Contendo discussão sobre como ocorre a perseguição aos profissionais da educação, estabelecendo um conjunto de estratégias de defesa, que passam por

⁷⁹ Ver em: <<https://contee.org.br/carta-da-sociedade-civil-apresenta-medidas-para-combater-censura-na-educacao/>>.

⁸⁰ O manual pode ser acessado em: <<https://manualdedefesadasescolas.org.br/index.html>>.

ações no próprio âmbito político-pedagógico à esfera judicial, além de ações sindicais na mesma perspectiva.

No âmbito legislativo, um marco relevante foi a aprovação da Lei nº 9277/21 pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), popularmente conhecida como Lei do “Escola Sem Mordaza”. Essa legislação, que assegura a liberdade de cátedra e a liberdade de expressão tanto aos profissionais da educação quanto para os alunos no ambiente escolar, é também um exemplo dessa resistência.

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania também lançou recentemente uma campanha pela valorização dos profissionais da educação⁸¹. Nessa campanha, esses profissionais são reconhecidos como atores de fundamental importância na promoção e defesa dos direitos humanos no país.

Dessa forma, a despeito do crescimento da extrema-direita no mundo, apesar do crescimento dos ataques aos profissionais da educação nos últimos anos, isso não significa que esses movimentos estão agindo de forma livre, sem esbarrar na organização da classe trabalhadora, na defesa da escola pública e da liberdade de cátedra.

⁸¹ Ver em: <<https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202310/no-dia-mundial-dos-professores-mdhc-lanca-acao-virtual-para-valorizacao-dos-profissionais-de-educacao>>.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina M. A questão pedagógica e a perspectiva de hegemonia das classes subalternas. **Revista de Políticas Públicas**, v.22, p. 385-402, 2018.

ALBUQUERQUE, José Eduardo Brum de. **Educação e democracia e escola em tempos sombrios: neoconservadorismo na educação brasileira**. 2018. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Passo Fundo, 2018.

ALMEIDA, Agassiz. **A ditadura dos generais: estado militar na América Latina – o calvário na prisão**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. A CUT e a mobilização popular na Constituição de 1988. **Revista História e Luta de Classes**. Nº5, p.57-65, novembro. 2008. Disponível em: <<https://dev.historiaelutadeclasses.com.br/upload/arquivo/2017/11/3929629b90a6b7b6e9fa17af7bae65f565f9b99d>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

ALVARENGA, Marcia Soares de. **Sentidos da cidadania: políticas de educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

_____.; MEDEIROS, Milena Bittencourt Pereira de. Linguagens na educação de Jovens e Adultos como problema de hegemonia político-cultural. **Soletras Revista**. nº28, 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/soletras/article/view/16316/12501>>. Acesso em: 14 out. 2023.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **Brasil à parte**. São Paulo: Boitempo: 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Da educação utilitária fordista à da multifuncionalidade liofilizada. *In*: Anais da 38ª Reunião Nacional ANPED. São Luis/MA, Outubro de 2017. Disponível em: <http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalhoencom_38anped_2017_gt11_textoricardoantunes.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

APPLE, Michael W. **Políticas Culturais e Educação**. Porto: Porto Editora, 1999.

_____. **Educação e Poder**. Porto: Porto Editora, 2001.

_____. Endireitar a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2002.

_____. **Educando à direita: mercado, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003.

AZEVEDO, Reinaldo. **Atenção, pais! Seus filhos estão sendo molestados! Chamem a Polícia! Acionem a Justiça!**. Disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/blog/atencao-pais-seus-filhos-estao-sendo-molestados-chamem-a-policia-acionem-a-justica/>>. Acesso em: 20 out. 2023.

BAKTHIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12ªed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. São Paulo: Editora 34, 2019.

BALDI, Luiz Agostinho de Paula. A categoria ideologia em Marx e a questão da falsa consciência. **Revista Katálysis**. V.22, nº 3, p.631-640, set/dez. 2019.

BASCONI, Tatiane Cristina Fernandes; COSTA, Áurea de Carvalho. **O Prouni e o projeto capitalista de sociedade: educação da “miséria” e proletarização dos professores**. Curitiba: Appris, 2018.

BATISTA, Neusa Chaves. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública: participação na elaboração do princípio constitucional de gestão democrática do ensino público. 2002. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/15136487-O-forum-nacional-em-defesa-da-escola-publica-participacao-na-elaboracao-do-principio-constitucional-de-gestao-democratica-do-ensino-publico.html>>. Acesso em: 01 out. 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERKOWICZ, Clarice Barros Araújo. **A biblioteca militar e a construção da identidade social do Exército Brasileiro: 1937-1942**. 2014, 122f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega; AGUIAR, Letícia Carneiro. LDB: projetos em disputa – da tramitação à aprovação em 1996. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 407-428, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 05 set. 2021.

BRAGON, Ranier; MATTOSO, Camila. Presença de militares da ativa no governo federal cresce 33% sob Bolsonaro e mais que dobra em 20 anos. **Folha de São Paulo**. 18/06/2020. Política. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/presenca-de-militares-da-ativa-no-governo-federal-cresce-33-sob-bolsonaro-e-mais-que-dobra-em-20-anos.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRANDÃO, Raquel Araújo Monteiro. **Escola Sem Partido e o ataque à liberdade de ensino: a expressão do pensamento reacionário da extrema direita na educação**. 2022. 237f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2022.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Diário do Senado Federal – Suplemento**. Ano LXIII. Sup. Ao nº198, volume II. Brasília, 2008. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/2570?sequencia=581&sequenciaFinal=590>>. Acesso em: 06 ago. 2021.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental**. ADPF 4000157-20.2017.1.00.0000 PR 4000157-20.2017.1.00.0000. Requerente: Procurador- Geral da República. Intdo: Prefeito do Município de Cascavel e outros. Relator: Ministro Luiz Fux. Paraná, 29/06/2020. Lex: Jurisprudência do STF. Disponível em: <https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STF/attachments/STF_ADPF_460_462ea.pdf?AWSAccessKeyId=AKIARMMD5JEAD4VJ344N&Expires=1599071966&Signature=vj7cvvo%2B3bEG7tK8KHzUFCkdd1A%3D>. Acesso em: 28 ago. 2020.

_____. **Aos 30 anos, Constituição Federal chega à 100ª emenda**. Brasília: Senado, 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/26/aos-30-anos-constituicao-federal-chega-a-100a-emenda>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

_____. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional**. Brasília: Planalto, 2019a. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>>. Acesso em: 07 maio 2021.

_____. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial**. Brasília: Planalto, 2019b. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>>. Acesso em: 07 maio 2021.

_____. **Decreto-Lei nº314 de 13 de março de 1967**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília: DF, 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 maio 2023.

_____. **Decreto nº79099, de 06 de janeiro de 1977**. Aprova o Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. Brasília, DF, 1977. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D79099.htm#art4>. Acesso em: 30 jun. 2023.

_____. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_n10004_de_5_de_setembro_de_2019_dou_pecim.pdf>. Acesso em: 19 maio 2021.

_____. MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO (DPHCX). **Cartilha Raízes, Valores e Tradições: sugestões aos comandantes de OM**. Brasília: DF, 2019. Disponível em: <<http://www.dphcex.eb.mil.br/images/PRVT/Cartilha-1---SUGESTES-AOS-COMANDANTES-DE-OM---A3-Verso-Provisria.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Compromisso Nacional pela Educação Básica**. Brasília: MEC, 2019.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual das Escolas Cívico-Militares**. Brasília: MEC, 2020.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: UNESP, 1997.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília, DF: UNB, 1998.

BOULOS, Guilherme. “A onda conservadora.” In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A essência do Neoliberalismo**. 2020. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/A-essencia-do-neoliberalismo/7/46778>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451: a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima**. São Paulo: Globo, 2012.

BRAGA, Pedro Luís de Araújo. Apresentação. In: PEDROSA, J. F. Maya. **O revisionismo histórico brasileiro: uma proposta para discussão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

BUENO, Bruno Bruziguessi. Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 1, p. 47-64, 7 out. 2014.

BURITY, A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?. In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo. **Conservadorismo, fascismo e fundamentalismo: análises conjunturais**. Campinas, SP: Unicamp, 2018.

CARVALHO, Olavo de. Viva Paulo Freire. In: **ESCOLA SEM PARTIDO**. 2012. Disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/blog/viva-paulo-freire/>>. Acesso em: 06 out. 2023.

CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

_____. O Fórum da Liberdade e a ascensão da extrema direita no Brasil contemporâneo. **Revista Acesso Livre**. Disponível em: <<https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2020/06/artigo-01.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2021.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). **Militares e a política na Nova República**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CASTRO, Maria Gabriella Mayworm de. **Uma análise feminista da construção de gênero em livros didáticos de inglês aprovados pelo PNLD 2014**. 2016. 135f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

CASTRO, Matheus Rufino. **A crise do capital e o projeto reacionário de educação: uma análise do ataque reacionário do Escola Sem Partido ao Colégio Pedro II**. 2019. 480f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

CAVALCANTE, Alexandre Souza. **O discurso do Programa Escola “sem Partido” e a ofensiva do conservadorismo na educação brasileira**. 2019. 142f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2019.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO. **Orvil: tentativas de tomada do poder**. S/d.

CHALOUB, 2022 dois pontos:, Curitiba, São Carlos, volume 19, número 2, p. 78-96, julho de 2022.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org). **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

_____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

COLLOR, Fernando. **O Brasil aberto ao mundo**. Discurso de posse na Presidência da República. Brasília, Senado Federal, 2008.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONSTANTINO, Rodrigo. **PSOL distribui panfletos em escolas: aliciamento de menor?** Disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/blog/psol-distribui-panfletos-em-escolas-aliciamento-de-menor/>>. Acesso em: 20 out. 2023.

COSTA, Áurea. Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação do trabalho dos professores do ensino básico brasileiro. In: COSTA, Áurea; NETO, Edgar Fernandes; SOUZA, Gilberto. **A Proletarização do professor: neoliberalismo na educação**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

COSTA, Iná Camargo. **Dialética do Marxismo Cultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

_____. A democracia como valor universal. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, v.9, 1979.

COUTINHO, Sérgio. **Cenas da Nova Ordem Mundial**: reedição atualizada de Cadernos da Liberdade – uma visão do mundo como ele é. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

_____. **A revolução gramscista no ocidente**: a concepção revolucionária de Antonio Gramsci em Os Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **Entrevista concedida ao canal Pensar a Educação Pensar o Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f92BMualrJU&t=3s>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

_____. **Projeto reacionário de educação**. Disponível em: <<https://luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/1-EduReacionaria.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. Três décadas de conflito em torno do ensino público: laico ou religioso?. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 145, out./dez. 2018.

DAVIES, Nicholas. A política educacional nos governos do PT: Continuidades ou descontinuidades em relação aos do PSDB. **Revista HISTEDBR**. Campinas. Nº67, p.39-52, março, 2016.

DEMIER, Felipe; HOVELER, Rejane (Orgs.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DEVENS, Natalia. Bolsonaro defende criar mais escolas militares no país. **Gazeta Online**. 31/07/2018. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/eleicoes_2018/2018/07/bolsonaro-defende-criar-mais-escolas-militares-no-pais-1014142232.html>. Acesso em: 26 ago. 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas v. 36 nº 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: UNESP, Boitempo, 1997.

_____. **A ideia de cultura**. Lisboa: Temas e Debates, 2003.

ENQUITA, Mariano F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Revista Teoria e Educação**. N. 4, Pannonica, Porto Alegre: 1991.

ESCOLA SEM PARTIDO – **FAQ**. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/faq>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____. **O que pode ser feito contra a doutrinação**. 2011. Disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/blog/o-que-pode-ser-feito-contr-a-doutrinacao/>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/apresentacao>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

_____. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

_____. **Notificação Extrajudicial: arma das famílias contra a doutrinação nas escolas**. 2015. Disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/blog/notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinacao-nas-escolas/>>. Acesso em: 10 maio 2021.

_____. **Entrevista de Miguel Nagib à revista Profissão Mestre**. 2013. Disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/blog/entrevista-de-miguel-nagib-a-revista-profissao-mestre/>>. Acesso em: 01 set. 2021.

_____. **Objetivos**. 2011b. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/blog/objetivos/>>. Acesso em: 26 set. 2023.

_____. **Entrevista do coordenador do ESP ao site Portaberta (09.08.2008)**. 2012. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/blog/entrevista-do-coordenador-do-esp-ao-site-portaberta-09-08-2008/>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

_____. **A ideologização na escola?** 2014. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/a-ideologizacao-na-escola/>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

_____. **Escola sem partido já!** 2015. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/blog/escola-sem-partido-ja/> Acesso em 23/09/2023.

_____. **Notificação extrajudicial: arma das famílias contra a doutrinação nas escolas**. 2015b. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/blog/notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinacao-nas-escolas/>>. Acesso em: 04 jun. 2023.

_____. **Escola Sem Segredo**. 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1TTjjVVgmydc1r7dQWUCZDB4sI0_hjhv5/view>. Acesso em: 02 out. 2023.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. **A pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais**. Campinas: Grupo Átomo & Alínea, 2012.

_____. SHIROMA, Eneida Oto. Professor: Protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.3, p. 531-541, set./dez. 2007.

_____. O caráter histórico da pesquisa em educação. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**. V.4, p.1-14, 2019. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/14567>>. Acesso em: 25 set. 2021.

FASANO, Edson. **A Escola e o Inédito Viável: Fundamentos Ideológicos para uma Nova Hegemonia**. 2016. 382f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2016.

FERNANDES, A. S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 831–856, 2009. DOI: 10.5433/1984-3356.2009v2n4p831. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2668>>. Acesso em: 18 maio. 2023.

FERNANDES, Marcos Vinícius Reis. **A juvenilização da EJA no ensino médio da rede pública estadual do Rio de Janeiro**. 2021. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2021.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1975.

_____. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. **O desafio educacional**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FERREIRA, Camila Camargo. **A “ideologia de gênero” como uma prática discursiva tagarela de silenciamento: uma análise genealógica do projeto de lei Escola Sem Partido**. 2018. 205f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2018.

FERREIRA, Flávia Mendes. **Militarização do ensino e Escola sem Partido: uma análise dos discursos de vigilância, controle e disciplina**. 2020. 292f. Tese (doutorado em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense, 2020.

FERREIRA, Romeu Antonio. Apreciação S/Nº. – A1. **Centro de Informações do Exército**. 27/03/1984. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-apreciacao.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FESTA, Marcos Vinícius Paludo. O Projeto Orvil e a introdução da guerra cultural no contexto brasileiro. *In*: XV Encontro Estadual de História – ANPUH/RS, 2020. **Anais eletrônicos**. Rio Grande do Sul: 2020. Disponível em: <https://www.eeh2020.anpuh-rs.org.br/resources/anais/15/anpuh-rs-eeh2020/1598229871_ARQUIVO_a4d7dbd78eb0d1d02223ec64572212eb.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FICO, Carlos; et al. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

_____. **Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. FILGUEIRAS, Luiz. **A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____.; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educação & Sociedade**. Campinas, ano XX, nº68, p.17-44, dezembro, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/Vrs3nk4WwjN7rWqqfmq4FpG/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 24 set. 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico da escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

_____. E agora, senhores liberais?. **Avaliação Educacional – Blog do Freitas**. 30/10/2019. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2019/10/30/e-agora-senhores-liberais/>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Revista Trabalho Necessário**, v.13, n.29, 30 de junho, 2015.

_____. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

_____. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

FROSINI, Fabio. Ideologia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquele (org). **Dicionário gramsciano: 1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FUCCILLE, Alexandre. Militarização do Governo e os Desafios à Democracia. In: GALLEGÓ, Esther Solano (org.). **Brasil em colapso**. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

GASPARINI, Edmundo Narracci. Sobre o discurso do Movimento Escola Sem Partido. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 128–146, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/32790>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; MOTTA, Vânia Cardoso da; PUTZKE, Camila Kipper. Gestão privada de escolas públicas da Educação Básica: um novo mercado sob a tutela do Estado. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 728-748, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 03 out. 2021.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, Juliana Pereira Regeteles. **Democracia e educação escolar: uma análise à luz da pedagogia histórico-crítica**. 2018. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. 2018.

GOMES, Linda; OLIVEIRA, Paulo. Militarização avança nas escolas públicas da Bahia. **Projeto Colabora**. Bahia, 2022. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods4/militarizacao-avanca-nas-escolas-publicas-da-bahia/>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

GOMIDE, Denise Camargo; JACOMELI, Mara Regina Martins. O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais. **Políticas Educativas**. Santa Maria, v.10, p.64-78, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/69759/39300>>. Acesso em: 01 out. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Os Cadernos do Cárcere**. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Os Cadernos do Cárcere**. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Os Cadernos do Cárcere**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Os Cadernos do Cárcere**. V. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. **Os Cadernos do Cárcere**, V. 4. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Socialismo e Cultura. In: MONASTA, Attilio (org). **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GRAVIA, Geovanna. Ministro da Educação anuncia descontingenciamento total no orçamento de universidades e institutos federais. **O Globo**. 18/10/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/10/18/ministro-da-educacao-afirma-que-vai-descontingenciar-todo-o-orcamento-de-universidades-federais.ghtml>>. Acesso em: 01 jan. 2020.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**; Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HARNECKER, Marta. **Tornar possível o impossível: a esquerda no limiar do século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JESUS, Antonio Tavares de. **A educação como hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. 1985. 193f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e História da Educação). Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1985.

KATZ, Elvis Patrik. **Escola Sem Partido: uma análise das investidas de poder sobre as identidades docentes**. 2017. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2017.

KICHILESKI, Alexandre. **Imprensa e Educação: a posição editorial dos principais jornais brasileiros a partir da proposta política do movimento Escola Sem Partido**. 2019. 149f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **A questão da ideologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KURTZ, Robert. **A democracia devora seus filhos**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LACÉ, Andréia Mello; SANTOS, Catarina de Almeida & NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona. Entre a escola e o quartel: a negação do direito à educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, [S.l.], v.35, n.3, p.648, dez.2019. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/96856>>. Acesso em: 2 maio 2022.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

LAGO, Cecília. Candidaturas ligadas a militares e a forças de segurança crescem 27%. **Estadão**. 17/08/2022. Eleições 2022. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/candidaturas-ligadas-a-militares-e-a-forcas-de-seguranca-crescem-27/>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LAVAL, Christian. “A uberização é uma extensão da racionalidade empreendedora”. **Digi Labour**. 04/10/2019. Disponível em: <<https://digilabour.com.br/2019/10/04/a-uberizacao-e-uma-extensao-da-razionalidade-emprededora-afirma-laval/>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 2003.

_____. Para silenciar os campi. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 867-891, Especial - Out. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/LwhqzN3kxd4M6MDKDVmtGgL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 out. 2023.

LÊNIN, Vladimir I. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

LENTZ, Rodrigo. **República de segurança nacional**: militares e política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

_____; PENIDO, Ana. A questão militar no Brasil: o retorno do protagonismo dos militares na política. **Tricontinental**, 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2022/03/20220311_Dossier-50_PT.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

LIMA, Iana Gomes; HYPOLITO, Álvaro Moreira; SILVA, Simone Gonçalves da. Políticas conservadoras na Educação Básica: um debate necessário. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 15, e2016897, p. 1-5, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 14 set. 2021.

LOBO, Carla Marina Neto das Neves. **Mulheres Professoras e a Interseccionalidade Interdisciplinar e Transversal na Prática Docente**. 2019. 273f. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2015.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACEDO, Handerson Fábio Fernandes. **A luta pelo direito à Educação de Qualidade nas ações jurídicas do Sindicato Estadual dos Profissionais do Rio de Janeiro – SEPE/RJ**. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

_____; ALVARENGA, Marcia Soares de. O “Movimento Escola Sem Partido” como Partido: uma análise a partir de Gramsci. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [S. l.], v. 7, n. 11, p. 140–156, 2023. DOI: 10.36311/2526-1843.2022.v7n11.p140-156. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/12471>>. Acesso em: 21 set. 2023.

MARTINS, André Antunes. Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o simulacro da gestão democrática. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 689, dez. 2019. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/94577>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

MARTINS, Angela Maria Souza; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Cultura e transformação social: Gramsci, Thompson e Williams**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital**. Livro I: crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MELO, Demian. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. **Marx e Marxismo**. v.1, n.1, p.49-74, jul/dez 2013.

_____; MONTEIRO, Marcio Lauria. Os ciclos de revisionismo histórico nos estudos sobre a Revolução Russa. **Revista Direito e Praxis**. v.8, nº3, p.2256-2294. Rio de Janeiro, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A Educação para além do Capital**, 2ª ed. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. 1º Ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular: 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Documentos que comprovam monitoramento de Paulo Freire no exterior durante seu exílio. **InSURgência: revista de**

direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 8, n. 1, 2022. DOI: 10.26512/revistainsurgncia.v8i1.41764. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/41764>>. Acesso em: 6 out. 2023.

MONTEIRO, Sarah Laurindo. **Escola pública sob disputa: moralidade e religião**. 2018. 180f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

MONT PELERIN SOCIETY. **Statement of Aims**. Disponível em: <<https://www.montpelerin.org/statement-of-aims/>>. Acesso em: 29 mar. 21.

MOTTA, Vânia Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação & Sociedade** [online]. 2020, v.41. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.224423>>. Acesso em: 14 out. 2023.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola Sem Partido”: relações entre Estado, Educação e Religião e os Impactos no Ensino de História**. 2016. 188f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

MUNHOZ, Felipe Roberto Teruel Garcia. **Os limites e possibilidades do ensino de sociologia na realidade escolar paulista**. 2020. 120f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia). Universidade Estadual Paulista. Marília, 2020.

NAGIB, Miguel. **Por uma escola sem partido**. 2011. Disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/blog/por-uma-escola-sem-partido/>>. Acesso em 02 jul. 2020.

_____. **Parecer**. Site Escola Sem Partido. 2018. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/images/pfesp.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

NASCIMENTO JÚNIOR, Wanderley dos Reis. **A amplitude da Maré Rosa: uma análise das experiências de governo no Brasil, Chile e Uruguai**. 2017, 185f. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea na América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2017.

NETO, Edgar Fernandes. O fracasso dos planos neoliberais na educação brasileira. In: COSTA, Áurea; NETO, Edgar Fernandes; SOUZA, Gilberto. **A Proletarização do professor: neoliberalismo na educação**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

NETO, Cláudio Pereira de Souza. **Democracia em crise no Brasil: valores constitucionais, antagonismo político e dinâmica institucional**. São Paulo: Editora Contracorrente; EdUERJ, 2020.

NÖRNBERG, Marta. Políticas conservadoras e (des)intelectualização da docência. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa. V.15. p.1-14, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15360/209209213370>>. Acesso em: 17 set. 2021.

OAKESHOTT, Michael. **Ser Conservador**. Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Rio Grande do Sul. V.25, nº2, p. 197-209, mai/ago. 2009.

_____. A Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

OLIVEIRA, Igor Soares Netto de Oliveira. **Os desafios à educação democrática em direitos humanos e as disputas políticas no Brasil em tempos de “escola sem partido”**. 2019. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2019.

OLIVEIRA, Regiane. Os primeiros efeitos da asfixia financeira de Bolsonaro sobre as ciências do Brasil. **EL PAÍS**. São Paulo, 06/05/2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/politica/1556819618_348570.html>. Acesso em: 01 jan. 2020.

OLIVEIRA, Igor Soares Netto de. **Os desafios à Educação Democrática em Direitos Humanos e as disputas políticas do Brasil em tempos de Escola Sem Partido**. 2019. 120f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

ORWELL, George. **Por que escrevo e outros ensaios**. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2021.

_____. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de. **A influência do Movimento Escola Sem Partido no debate educacional brasileiro: da suposta neutralidade a defesa do homeschooling (2004-2020)**. 2021. 367f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2021.

PANIZZA, Francisco. La marea rosa. **Análise de Conjuntura OPSA**, Nº8. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006.

PASSOS, Pâmella; MENDONÇA, Amanda. **O professor é o inimigo!:** uma análise sobre a perseguição docente no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

PAULO, WEeslei Garcia de. **Militarização do Ensino no Estado de Goiás: implementação de um modelo de gestão escolar**. 2019. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, 2019.

PEDROSA, J. F. Maya. **O revisionismo histórico brasileiro: uma proposta para discussão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola Sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

_____. O discurso reacionário de defesa de uma ‘escola sem partido’. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. A defesa da “Educação Domiciliar” através do ataque à educação democrática: a especificidade da escola como espaço de dissenso. **Linguagens, Educação e Sociedade**. n.42, mai./ago., 2019. ISSN 2526-8449. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/9336>>. Acesso em: 19 maio 2021.

_____. O ódio aos professores. **Professores contra o Escola Sem Partido**. 2016. Disponível em: <<https://profscontraoesp.org/2016/06/03/o-odio-aos-professores/>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Isabella Bruna Lemes. **As identidades de gênero e sexualidade na visão dos parlamentares da Câmara Federal: uma análise do discurso a partir dos projetos “Escola sem Partido”**. 2017. 238f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

PERRUSI, Artur. Sobre a noção de ideologia em Gramsci: análise e contraponto. **Estudos de Sociologia**. V.2, nº21. p.415-442. 2015.

PINHEIRO, Cristiano Guedes. **Escola Sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP): tensões e discurso nas redes sociais**. 2017. 250f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017.

PIRES, Celso. Editorial. In: **Revista da Escola Superior de Guerra**. Ano XVI – n 38 – 1999.

PIRES, Luis Manuel Fonseca. **Estados de Exceção: usurpação da soberania popular**. São Paulo: Contracorrente, 2021.

POGGI, Tatiana. Fascismo à brasileira. FIUZA, Juliana. Cislighi; DEMIER, Felipe. In: **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

PRESTES, Anita Leocádia. Brasil: A transição da ditadura militar para uma democracia tutelada pelos militares. Causas, consequências e ensinamentos. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], v. 58, n. 1, p. 79–88, 2021. DOI: 10.36311/0102-5864.2021.v58n1.p79-88. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/12089>>. Acesso em: 7 maio 2023.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado: no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. Ama a incerteza e serás democrático. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n.9, PP.36-46, jul.1984.

_____. **Crises da democracia.** Rio de Janeiro: Zakar, 2020.

PURCHIO, Luisa. São Paulo quer mais português e matemática e menos panfletagem nas escolas. **Gazeta do Povo** [online], São Paulo. 2023. Educação pública. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/sao-paulo/sp-quer-mais-portugues-e-matematica-e-menos-panfletagem-no-ensino-publico/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

REIMÃO, Sandra Lucia Amaral de Assis. **Resistência:** leitores, autores, livreiros, editores e censura a livros no Brasil de 2019 a 2022. São Paulo: Edições EACH, 2023.

RIBEIRO, Helena Gabrielle Souza; SILVA, Isadora Rodrigues Moreira da. O Twitter como plataforma de produção simbólica do campo conservador. *In: XVIII ENECULT, 2022, Salvador. Anais [...].* Salvador: Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2022. v. 3, Disponível em: <<http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/139371.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

RICCI, Rudá. **Fascismo brasileiro:** e o Brasil gerou seu ovo da serpente. Curitiba: Kotter Editorial, 2022.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio:** crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. *In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.* São Paulo: Zahar, 2014.

ROIO, Marcos Tadeu Del. Crise orgânica, neoliberalismo e barbárie. **Práxis e Hegemonia Popular.** Marília, SP. V.5, nº.6. p.5-15. Julho/2020. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10585>>. Acesso em: 25 maio 2021.

ROSENO, Camila dos Passos. **Escola Sem Partido: um ataque as políticas educacionais em gênero e diversidade sexual no Brasil.** 2017. 91f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade de Pernambuco. Petrolina, 2017.

ROUQUIÉ, Alain. **Os Partidos Militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1980.

SAGRES, Instituto. **Projeto de Nação: o Brasil em 2035.** Brasília, 2022.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Bruna Maria de Sousa. **A educação brasileira entre a asfixia e a resistência: política de significação dos movimentos “Escola sem partido” e “Professores contra o Escola sem partido”.** 2018, 133f. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

_____. A defesa da escola pública no Brasil: difícil, mas necessária. In: KRAWCZYCK, Nora (org). **Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis**. Campinas, SP. FE/Unicamp. Uberlândia, MG: Navegando, 2018.

_____; DUARTE, N. (Orgs). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

SCHLESENER, A. H. Anita Helena. A Educação no contexto da hegemonia, da ideologia e da linguagem. In: _____ **Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

SEPULVEDA, José Antonio Miranda. **O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional**. 2010. 238f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

_____; SEPULVEDA, Denise. Conservadorismo e seus impactos no currículo escolar. **Revista Currículo sem Fronteiras**. V.19, nº3, p. 868-892, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss3articles/sepulveda-sepulveda.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. Encarceramento em massa é medida de controle social do neoliberalismo. In: **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 2017. Disponível em: <www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/01/encarceramento-em-massa-e-medida-de-controle-social-do-neoliberalismo/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Amanda Moreira. A precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável-formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras. 2018. 395f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Fabrício Pereira da. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista SURES**. Nº 5, p.67-94, fevereiro, 2015. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/295>>. Acesso em: 01 maio 2021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Militares, “abertura” política e bolsonarismo: o passado como projeto. In: Filho, João Roberto Martins. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Militares, “abertura” política e bolsonarismo: o passado como projeto. In: FILHO, João Roberto Martins. **Os militares e a crise brasileira**. 1º Ed. São Paulo: Alameda, 2021.

SILVA, Maria Abádia da. O consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**. Universidade de Brasília, vol. 11, núm. 21, p. 255-264, julho-dezembro, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1935/193517360006.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SILVA, Michel Goulart da. **Os riscos da democracia: da “transição lenta e gradual” à “onda conservadora”**. Relatório de Pós-Doutorado. UDESC, 2018.

SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SEPE/RJ). **Meritocracia na Educação**. Rio de Janeiro, 2013.

SNYDER, Timothy. **Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOARES, Michele Correa Freitas. **O movimento escola sem partido: silenciamento e litígio discursivo**. 2020, 160f. Universidade do Vale do Sapucaí. Pouso Alegre, 2020.

SOUZA, Marcelo Pimentel Jorge de. “A palavra convence e o exemplo arrasta”. In: Filho, João Roberto Martins. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2020.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília, DF: UNB, 1998.

TEIXEIRA, Rafael Saddi. A exclusão dos alunos mais pobres nos Colégios Militares. In: OLIVEIRA, Caetano de; SILVA, Victor Hugo Viegas de. **Estado de Exceção: uma avaliação crítica das escolas militarizadas**. Aparecida de Goiânia: Escultura, 2016.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TIBOLA, Ana Paula Lima. **A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949-1966)**. 2007. 125f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, 2007.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. **Escola Sem Partido: Indícios de uma educação autoritária**. 2018. 199f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2018.

TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TORRES, Rosa María. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. *In*: TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TORRES, Sergio; MAGALHÃES, Mário. Internet revela livro secreto do Exército. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 nov. 2000. Poder. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u10628.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o silêncio**. Brasília: Editeria Editorial, 1987.

VEIGA, João Marcos. “Militarização” de escolas públicas – solução?. **ANPED**. 03/08/2015. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/news/militarizacao-de-escolas-publicas-solucao>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

VICTOR, Fabio. **Poder camuflado**: Os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

VIEIRA, Rosângela de Lima (org). Apresentação. *In*: Vieira, Rosângela de Lima. **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964 – 2014)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

WEBER, João Luís Almeida; FERNANDES, Livia. Guerra Cultural no (neo)fascismo brasileiro: uma análise dos programas Escola Sem Partido e Future-se. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade – REED**. V.2, n.3, p. 211-229, 2021. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8105>>. Acesso em: 10 set. 2023.

WEFFORT, F. C.. Incertezas da transição na América Latina. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 16, p. 05–46, mar. 1989.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Palabras clave**: Um vocabulário de la cultura y la sociedad. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

_____. **Recursos da esperança**: cultura, democracia, socialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. **Política do modernismo**: contra os novos conformismos. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia**. Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXO A – RPMs - 1989

2M-44.210.237/202
ggm [assinatura]

CONFIDENCIAL

A CUT e a Luta de Classes

A Central Única dos Trabalhadores defende um sindicalismo clasista, no qual os trabalhadores devem ser organizados, também, politicamente, para se oporem aos donos dos meios de produção, e não somente reivindicarem maiores salários e melhores condições de trabalho.

Essa linha de conduta faz parte dos diversos cursos de formação sindical, ministrados pelo Instituto Cajamar(1) para os militantes da entidade.

(1) Instituto Cajamar, sediado em São Paulo, destina-se à formação de lideranças sindicais comprometidas com o projeto de transformação da sociedade. Segundo Vladimir Pomar, Secretário Nacional de Formação Política do PT e membro do Partido Revolucionário Comunista, Cajamar é hoje um dos principais centros nacionais de educação política da classe operária.

Dentro de uma visão marxista, as lideranças mais radicais da CUT não enxergam mais de duas classes na sociedade: opressores e oprimidos. Os opressores são os donos do capital (industriais, banqueiros, comerciantes, etc), além dos militares, e os oprimidos são os "trabalhadores" que vendem a sua força de trabalho.

Para essas lideranças é necessário que os "trabalhadores" assumam a condução do Estado, para que haja justiça social. Nesse contexto, o PT é o partido que teria condições de realizar a transformação radical das estruturas da sociedade e implantar um regime socialista.

Dessa forma, a CUT, embasada em concepções político-ideológicas, e, aproveitando-se das



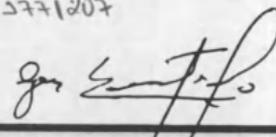
Greve de Professores

dificuldades conjunturais do País, desencadeou greves e atos de violência que caracterizaram o desrespeito às leis e afetaram os interesses da sociedade como um todo.

Por desafiar a ordem estabelecida e pregar a desarmonia social, a CUT constituiu-se em motivo de ameaça à segurança pública e às instituições.

2 N. 44. 2, p. 277/207

CONFIDENCIAL




Clodovis e Boff, Marxismo "Cristão"

Teologia da Libertação

"A inteligência tem que apoderar-se da educação, da cultura e dos meios de comunicação social, e assim apossar-se do poder político e, através deste, dominar a sociedade civil".

(Antonio Gramsci)

O principal inovador da "praxis" marxista-leninista foi o ideólogo marxista italiano, Antonio Gramsci (1881-1937), ao afirmar que a cultura ou sistema de valores da sociedade tem primazia sobre a economia, uma posição "revisionista" em relação aos pensamentos de Karl Marx e Lenin.

Para Gramsci, os trabalhadores não conquistariam o poder político, mas sim os intelectuais, através do controle da cultura, com o que criariam novos valores comuns e dominantes para a nação-alvo. Essa ação poderia concretizar-se pelo emprego dos métodos marxistas e pela in-

fluência de intelectuais marxistas na religião, nas escolas, nos meios de comunicação de massa e nas universidades.

A Teologia da Libertação pode ser enquadrada na estratégia gramsciana para domínio da religião pelos marxistas, pois, em síntese, ela é uma doutrina política, disfarçada de crença religiosa. Suas características são: a oposição à Igreja Institucional e à hierarquia eclesiástica, em particular ao Santo Papa; contra a livre empresa e o capitalismo; e adoção da dialética marxista como método da análise.

A Teologia da Libertação é a

inovação da doutrina marxista inserida em um fenômeno cultural e religioso de longa duração. Assim como a religião é redefinida pelos teólogos da libertação, a arte é transformada, os livros são reinterpretados e os currículos são retificados. As escolas e as universidades são tomadas de assalto pelos teóricos marxistas, transvestidos de educadores.

E por essa razão que os movimentos marxistas na América Latina foram e são liderados por intelectuais e estudantes, não por trabalhadores.

11/14

CONFIDENCIAL

2M. 44. 2, p. 298/207

CONFIDENCIAL

Gen. Comandante

Alerta, Comandante!

*Seus homens não sabem como foi,
como é e como será o
Movimento Comunista Brasileiro (MCB).*

Em 1935, os comunistas fizeram sua primeira tentativa de tomada do poder no Brasil. Passaram-se 55 anos, e hoje nenhum dos protagonistas está no serviço ativo; na verdade, poucos são ainda vivos. Se a memória deste trágico evento ainda se mantém, deve-se à homenagem que o Exército fielmente presta todos os anos aos nossos camaradas que tombaram assassinados ou em combate contra os fanáticos rebeldes.

Em 1964, os comunistas tentam pela segunda vez a conquista do poder. Desta vez, solentemente, armando, sob exigências de "reformas de base" e fingindo um jogo "legalista", um golpe-de-estado apenas frustrado pela atitude alerta das Forças Armadas e sua oportuna e coesa reação. Passaram-se 25 anos e, dos nossos camaradas que participaram daqueles acontecimentos, muito poucos ainda estão no serviço ativo para contar aos novos como os comunistas tentaram o golpe, valendo-se da infiltração e domínio de um governo fraco e sem autoridade.

Em 1968, os comunistas tentam de novo a tomada do poder. Optaram pelo terrorismo e violência sem limites. Foram completamente derrotados em cinco anos de luta. Passaram-se 20 anos e quem está ainda na ativa para nos narrar as brutalidades cometidas pelos subversivos e nos lembrar como foram mortos os nossos companheiros na luta contra o terror? Não viveram este período de violência e insanidade nenhum dos nossos sargentos — 3º sargento a 1º sargento — e quase todos os nossos subtenentes; a maioria dos oficiais até o posto de tenente-coronel. Nossos cabos e soldados nem eram nascidos naquela época.

Em 1979, foi concedida a anistia a todos os subversivos. Em 1985, os partidos comunistas foram legalizados e a "transição" trouxe ao país um regime de permissividade política e social sem precedentes. Gerou-se um clima de ilimitada tolerância que tem dado às esquerdas completa liberdade de ação e crescente complacência, simpatia e aceitação. Esta atitude generalizada inevitavelmente acabará sendo aceita e adotada pelos militares influenciados pelos órgãos de divulgação e pelos próprios familiares, envolvidos pela complacência ou pelo proselitismo e patrulhamento ideológico no trabalho, na escola e no ambiente social. Pouco a pouco se desmobilizará moralmente, modificando conceitos, removendo "preconceitos". Daí a adesão estará a um passo.

Como não fazemos, nem convém fazer pesquisas de opinião político-ideológica dentro da Força, novas posições e evoluções de atitudes não são identificadas com clareza e certeza, ficando à observação e sensibilidade do comandante, normalmente absorvidas em outras e mais imediatas preocupações. Por is-

to, quando acidentalmente o problema se mostra em sua evidência, ficamos surpreendidos. Recentemente, em dois locais diferentes, isto aconteceu. Com contundente realismo, veio à luz que militares se mostravam desarmados de argumentos e de certezas conceituais, ignorantes dos fatos passados e equivocados com os acontecimentos presentes. Verdadeiros "inocentes úteis" e, certamente, vulneráveis ao proselitismo de esquerda. Julgaram agir com coerência e conhecimento de causa e se mostraram surpresos quando se deram conta das implicações ideológicas que desconheciam.

Tal comportamento revela uma nova e "despreconceituosa" atitude, cuja causa fundamental está na desinformação alimentada de fora para dentro e na falta de informações por uma certa negligência de dentro.

A verdade é que a esquerda marxista-leninista, com uma nova estratégia e uma feição "democraticamente palatável", desencadeou a quarta tentativa de tomada do poder. Nossos oficiais e graduados não podem ignorar isto e achar que determinados fatos, embora inusitados ou radicais, estejam simplesmente no contexto natural do quadro de amplas franquias democráticas em que vivemos. Não podem ignorar que determinados homens, desfraldando bandeiras com aparência de legítimas aspirações sociais, são revolucionários e intolerantes que não vacilarão em recorrer à violência para impor sua ideologia. Não poderão desconhecer que muitos deles foram, em passado recente, terroristas, assaltantes, seqüestradores e assassinos.

É dever do comandante revelar esta verdade aos seus comandados. No intuito de subsidiá-lo, o Centro de Informações do Exército acaba de publicar o Relatório Especial de Informações nº 4/89, em dois volumes — O Comunismo no Brasil - Hoje. Nele o comandante encontrará, em forma sistematizada e didática, a descrição do Movimento Comunista Brasileiro (MCB) atual, com seus matizes, linhas revolucionárias, atuação e possibilidades. Trata-se de uma "apostila" praticamente pronta para ser transformada em pequeno programa de instrução. Vem em momento oportuno; qualquer retardo em se retomar a pregação antitotalitária e de esclarecimento sobre a ameaça comunista que se vai armando no Brasil, poderá vir a ser uma dolorosa provação para o Exército.

COMANDANTE, MANTENHA SEUS HOMENS
BEM INFORMADOS

(C 20-10 — Princípios de Chefia, pág 22).

05/13

CONFIDENCIAL

2 M. 44. 2, p. 147/207

CONFIDENCIAL

CAMPO PSICOSSOCIAL

CUT: Violência Sempre

Durante o 5º Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, ficou, mais uma vez, evidenciada a rivalidade e a disputa no meio sindical entre as duas maiores centrais: Central Única dos Trabalhadores - CUT e Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT.

Luiz Antônio de Medeiros, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, filiado à CGT, foi forçado a intervir num conflito — à mão armada — entre militantes da CUT, que tentavam colocar uma faixa no local da reunião, e funcionários do próprio sindicato. Medeiros saiu dessa disputa com a sua autoridade questionada entre os seus liderados.

O uso de violência e, até mesmo, os atos de sabotagem e vanda-

lismo foram os mesmos que a CUT também usou durante as greves de abril e maio para fazer valer suas "reivindicações sindicais". Entre diversos eventos caracterizados por esse cunho de radicalismo destacamos:

— Uso de bomba caseira, em Recife/PE, por militante do PT/CUT (Abr 89); e

— Ato de violência contra o patrimônio da empresa Volkswagen/SP, em 04 Mai, liderados por Vicente Paulo da Silva "Vicentinho", Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP, filiado à CUT.

Tais fatos caracterizam o grau de violência e de radicalização que vem sendo estimulado pelas centrais sindicais comprometidas com a

ideologia marxista. Esta conduta se coaduna com a linha revolucionária de inspiração sandinista:

"O ponto culminante foi a greve geral insurrecional que, combinada com a ação político-militar da Frente Sandinista, permitiu a vitória da Revolução da Nicarágua em julho de 1979." (Cláudio Nascimento e Félix Michael Löwy).

O braço armado da "Nova Esquerda", ao qual se integra a CUT, possivelmente terá origem no MO/MS, tanto no campo como na cidade. Sua estrutura só se manifestará no momento da "ruptura". Entretanto, os líderes deverão estar sendo preparados previamente e exercitados nos confrontos grevistas, nos conflitos da terra e nos distúrbios civis.

Cadê os "Estudantes"?

O Movimento estudantil, outrora tão atuante, vem apresentando profundas divisões que, por enquanto, têm impedido sua mobilização em termos nacionais.

A União Nacional de Estudantes, que congrega os estudantes universitários, está atualmente sendo dirigida por Juliano Corbellini, militante do Partido Revolucionário Comunista e do Partido dos Trabalhadores.

A liderança de Corbellini vem sofrendo a oposição tanto da Convergência Socialista, uma das correntes do Partido dos Trabalhadores, quanto do Partido Comunista do Brasil, mais precisamente da denominada tendência Viração (1) que, derrotada nas duas últimas eleições para a presidência da entidade, passou a acusar os vencedores de responsáveis pelo imobilismo da classe estudantil, opinião que também é compartilhada pela Convergência Socialista.

Ultimamente, dirigentes da tendência Viração vêm divulgando, através da imprensa, a notícia de uma possível renúncia de Juliano Corbellini, o que certamente provocaria o aprofundamento da cisão entre os universitários.



Começando cedo...

Na União Brasileira de Estudantes Secundaristas, que reúne os estudantes dos 1º e 2º Graus, a divisão é mais acentuada ainda, pois existem duas diretorias, ambas se considerando a legítima direção da entidade. A primeira sob a presidência de Manoel Rangel Neto, militante do Partido Comunista do Brasil, e a outra liderada por Leandro Wexell Severo, militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).

Os ânimos já se acirraram a tal ponto na União Brasileira de Estudantes Secundaristas que se uma das diretorias marca algum congresso da entidade, a outra, além de

boicotá-lo, recorre à Justiça com a finalidade de impedir tal realização através de liminar.

Essas divergências, pelo menos por enquanto, têm provocado o descenso do movimento, fato facilmente comprovado pelo imobilismo da classe a nível nacional e de seus órgãos de representação.

Por outro lado, os professores mantiveram-se em constante mobilização, o que demonstra definitivamente seu alto grau de politização, mercê do atrelamento de seus órgãos de representatividade à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

(1) Tendência Estudantil existente no Partido Comunista do Brasil (PC do B).

11/14

CONFIDENCIAL

Civismo às Avestas

- Informes processados na 2ª Sec/CMSE apontavam que no desfile de 07 de Setembro, em São Paulo/SP, escolas iriam portar faixas com dizeres de cunho político. Em consequência, equipes da segurança velada da SSOP/2ª Sec/CMSE e da Polícia Civil foram enviadas, logo pela manhã, no dia 07 de Setembro, para o local de concentração das referidas escolas e confirmaram a existência das faixas, onde era feito um retrospecto sobre o voto nas constituições brasileiras.

O Comandante Militar do Sudeste (CMSE), já no palanque e alguns minutos antes do início do desfile, ao tomar conhecimento do fato e na presença do governador do Estado e da prefeita de São Paulo/SP, não concordou com a atitude das

escolas municipais e afirmou que "com faixas escolas não desfilarão", com o que concordaram tanto o governador quanto a prefeita.

Imediatamente, elementos do Gabinete Militar da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação se deslocaram para o local de concentração das escolas e recolheram as faixas.

- Em Altamira/PA, em 06 Nov 89, militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e religiosos do Colégio Maria Mathias, pertencentes à Prelazia do Xingu, lideraram uma passeata que visava a obstruir a avenida onde se realizaria um desfile programado pela prefeitura local, comemorativo ao aniversário da cidade.

A fim de cumprir a programa-

ção, desobstruir a avenida e permitir o desfile do 51º BIS, o Cmt da OM empregou o PELOPES para escoar a passeata através das ruas adjacentes e deter líderes até o final da programação, esvaziando o movimento petista.

Não houve violência nem contato físico com os manifestantes, os quais compunham-se, em sua maioria, de mulheres e crianças (estudantes induzidos a participar mediante pressão dos dirigentes do Colégio Maria Mathias).

A atitude sem relutância, manifestamente firme e assumida com antecipação, evitou o fato consumado e constrangedor. As providências decididas com firmeza e executadas com prudências evitaram o confronto.

07/13

CONFIDENCIAL

Confederação dos Professores do Brasil

A Confederação dos Professores do Brasil, entidade que congrega professores da rede escolar pública e privada de primeiro e segundo graus, decidiu mudar os seus estatutos, a partir do qual passará a denominar-se Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, unificando os segmentos envolvidos na atividade educacional.

Realizando o seu congresso e elegendo a sua nova diretoria, no início do corrente ano, a Confederação permanece controlada por militantes do Partido dos Trabalhadores e filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que estimulará — considerando o universo abrangido pela entidade, o nível de mobilização alcançado pelo magistério e a ascensão natural dos professores sobre os estudantes — um maior engajamento político da entidade no âmbito dos movimentos sindical e educacional.

Assim, enquanto que na área sindical a entidade contribuirá para radicalizar as lutas em torno de reivindicações salariais e da melhoria das condições de trabalho, na área estudantil induzirá os jovens maiores de 16 anos a participarem do processo eleitoral e a votarem no candidato a Presidente da República por ela apoiado.

Eleições: Trabalho de Massa

O Partido dos Trabalhadores, disputando o governo através das eleições de 1989, tem a CUT como entidade vinculada ao processo revolucionário visualizado por teleócos petistas (Nova Esquerda) para

implantar no Brasil um regime comunista.

Durante a onda de greves, desencadeada nos meses de Abr, Mai e Jun, verificou-se que o candidato do PT chegou a ter apenas 5% das in-

tenções de voto, segundo os Institutos de Pesquisa.

Apesar de outros fatores, tais como estabelecimento de uma política salarial pelo governo, a regulamentação do direito de greve e o



João Messias, CUT e PT

12/13

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



João Amarelo, do PC do B, a lista armada, como objetivo permanente.

eram publicadas as revistas *Debate*, *Teoria y Prática*, *Temas y Debates* e *Unidade e Luta*, todas voltadas para o mesmo objetivo, isto é, a retomada do processo revolucionário brasileiro sob novas bases.

Convencidos de que o método revolucionário sem o respaldo popular inviabiliza o sucesso da Revolução e que todas as tentativas anteriormente feitas para tomar o poder esbarraaram nesse fator, os comunistas implementaram uma nova maneira de agir com o objetivo de, no mínimo, não serem repudiados pelo povo na investida que estão realizando.

Planejaram então envolver nesse processo comunistas os movimentos sindical e popular — agora sob outra tática; um partido político a ser criado; os professores, servidores de *escolas*, estudantes e a Igreja representada por sua ala "progressista", além de outros.

O abandono das ações violentas significou o avanço da propaganda adversa. Promoveram diversas campanhas contra o País, divulgaram notícias inverídicas sobre a situação interna do Brasil, fundaram movimentos de solidariedade, de amizade, etc, tudo com o apoio externo.

Decretada a anistia em 1979 e a reformulação partidária pelo Governo Figueiredo, a parcela dos comunistas que comungava com as ideias da UCB passou a defender que a continuação da luta se iniciava pela criação de um partido de massa, desvinculado dos PCs tradicionais (PCB e PC do B), tendo sua origem nas bases populares. Tal partido, com uma proposta renovada e "descomprometido" com o comunismo e as elites, seria o braço forte para que a consecução do objetivo final se tornasse mais viável. Por não ser "contaminado" pelos

vícios do passado, poderia implementar alianças com outras instituições, como a Igreja, por exemplo, sem que se registrasse uma oposição por parte daqueles fiéis ou de religiosos com pensamento voltado ao anticomunismo. A outra, defendia a ideia de que o MDB era esse partido. Conseqüência do surgimento dessas correntes, enquanto uma filiava-se ao MDB, a outra dá início à criação do PT, apoiada no controle que exercia sobre a "oposição sindical", aqui incluído o operariado urbano e o trabalhador rural; apoiada na juventude e ainda naquele segmento da população que não tinha, outrora, o hábito de participar de atividades políticas, mas passaram a militar nos chamados Movimentos Populares.

Assim, pode-se afirmar que o PT nasceu da conjugação de interesses de várias organizações e entidades de esquerda, a saber:

- militantes da ação social da Igreja Católica, denominada "clero progressista", que desejavam dar expressão política à Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS);

- sindicalistas que, orientados pelos primeiros, haviam criado uma oposição sindical e aflorado como líderes nas greves de 1978, 1979 e 1980; e

- organizações subversivas que, opondo-se aos partidos comunistas tradicionais — PCB e PC do B —, não tinham condições de se organi-



Lula, candidato ao Governo

11/13

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Estudantes: Alvos Permanentes

O Movimento Estudantil, em passado próximo, sofreu inúmeras incursões das organizações subversivas (OS). Utilizando técnicas desenvolvidas de aliciamento, essas organizações lograram êxito no processo de agitação das Universidades nos anos 60, conduzindo inúmeros jovens, esperançosos e idealistas, na aventura terrorista e subversiva acobertada pela máscara da "luta contra o Estado Militar", quando, na verdade, visavam a atrelar o País ao comunismo internacional.

Derrotada a subversão e redemocratizado o País, as entidades estudantis, controladas pelos tradicionais partidos comunistas (PCB e PC do B), desnorreadas que ficaram ante os desafios de oferecerem novas motivações ao movimento e abaladas pelas divisões internas, acabaram por sofrer sensível esvaziamento e conseqüente redução de suas atividades. O surgimento de mais um partido marxista, o Partido dos Trabalhadores, aliado a um novo quadro de dificuldades pelo qual passa o País, transformam novamente essas entidades em instrumento de luta, haja vista o agravamento da disputa pelo controle da União Nacional dos Estudantes.

Hoje, trava-se uma intensa luta entre as diversas OS, cada uma delas querendo assumir o controle do meio estudantil, através do recrutamento de jovens militantes para suas fileiras. A mais nova iniciativa neste sentido está sendo desenvolvida pela Organização Quarta Internacional - OQI (*). Essa OS promoveu no período de 24 a 26 Mai 89

uma "Conferência da Juventude" em São Paulo/SP e, apesar da presença aproximada de apenas 30 pessoas, fez uma ampla divulgação do evento e, na oportunidade, criou um novo movimento — a Aliança da Juventude Revolucionária (AJR) —, definindo como "bandeiras" a serem exploradas:

- ensino gratuito em todos os níveis;
- estatização das escolas particulares;
- reajuste salarial para os professores e funcionários de acordo com os índices do DIEESE;
- fim do vestibular;
- "democratização do ensino" (liberdade para falar e agir);
- redução imediata dos orçamentos militares;
- não pagamento da dívida externa; e
- dissolução da UDR e organização das milícias dos trabalhadores rurais.

As mesmas velhas táticas. Em meio a temas educacionais, inserem-se outros de natureza política: inclusão de professores e funcionários; camuflagem dos objetivos socializantes; incentivos à luta de classes (proprietários X trabalhadores rurais) e ao cerceamento da intervenção das Forças Armadas. De novo apenas a proposta de a AJR constituir-se em uma "corrente estudantil de massas do Partido dos Trabalhadores para a reconstrução das entidades estudantis (UNE e UBES) sem a participação dos partidos burgueses, inclusive o PCB e o PC do B", a quem acusam de buro-

cráticos e imobilistas, atados ao "ostracismo dos reformistas e stalinistas".

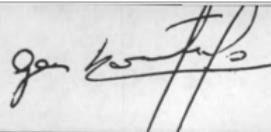
Durante a reunião do Conselho Nacional de Entidades de Base (CO-NEB), realizada no período de 5 a 7 Mai 89, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), promovida pela UNE e pela Reitoria, foi observada a atuação ruidosa da AJR. Na oportunidade, foi vendida a edição n.º 1, Mai/89, do Jornal "Juventude Revolucionária", impressa em papel de alta qualidade. Suas 16 páginas misturam propostas socialistas com teses ecológicas em defesa da Amazônia, distorcem a história e os fatos, como por exemplo: o Exército abocanha verbas enormes para ter a bomba atômica.

Utilizando-se da "capa protetora" do PT e da repetição dos "slogans" esquerdistas, a OQI está procurando atrair estudantes e militantes políticos e sindicais para a AJR, transformando-a em uma nova organização de frente, através da qual pretende atuar no Movimento Estudantil dentro de um contexto de subversão. Culpa o capitalismo pela atual crise sócio-econômica para lançar a AJR como uma "organização política independente para a construção de uma juventude revolucionária". Disfarça a ideologia trotskista que lhe dá vida; porém, não consegue esconder o propósito, sempre perseguido pelas organizações marxistas, de promover a revolução socialista e implantar a ditadura do proletariado.

(*) *Organização Quarta Internacional (OQI), fração marxista-leninista-trotskista abrigada no PT. É filiada à corrente "Tendência Quarta Internacional" e muito ligada ao Partido Obrero argentino, alvo de recentes ações do ex-Presidente Alfonsín, para desarticular a onda de saques e depredações ocorridas em junho na Argentina.*

2M. 44. 21 p. 336/207

CONFIDENCIAL



Para Soviético Greve deve ser uma Ação Extrema

Esteve recentemente no Brasil o professor Abel Aganbeguian, Chefe do Departamento de Economia da Academia de Ciências da União Soviética e um dos teóricos da "perestroika". Trazido ao Brasil a convite da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo e Universidade de Brasília, nas palestras proferidas e na entrevista concedida ao Jornal do Brasil, de 14 Mai 89, incomodou pela franqueza de suas colocações que pareciam destinadas a fustigar os dogmas da esquerda.

Na sua entrevista ao Jornal do Brasil, Aganbeguian declarou, entre outras coisas, que:

"...um médico tem que ganhar bastante mais que um operário; um professor tem que ganhar mais que um operário e menos que um médico..."; "...deve haver igualdade de direitos, de trabalho, de garantia para uma velhice tranqüila. Todos devem ser iguais perante a lei, mas não se pode decretar a igualdade no lucro e no salário, porque as pessoas têm capacidades, qualificações e níveis de amor ao trabalho diferentes..."; "...a greve tem que ser admitida, mas como uma ação

extrema, quando não existem outros meios de se chegar a um acordo..."; "...são intoleráveis as greves que levem à diminuição da segurança de toda a sociedade. O extremismo e a violência devem estar excluídos...".

Em outros trechos da entrevista constata-se que, apesar de 70 anos de comunismo, as condições de vida da população soviética são extremamente precárias, embora, segundo o professor, não haja fome. Fica claro, também, a ausência de liberdade, sacrificada pela existência de um único partido político, o Partido Comunista, senhor do destino dos "cidadãos".

As declarações do professor soviético contradizem o igualitarismo tão apregoado pelos nossos comunistas e demonstram que a "perestroika" representa a salvação do regime comunista, antes que o povo se revolte contra a opressão.

No Brasil, minorias radicais, na contra-mão da história, insuflam os trabalhadores ao grevismo irresponsável e pregam a derrubada do regime onde prepondera a livre iniciativa, única capaz de promover o progresso com eficácia.



Aganbeguian

Greve dos Professores

O Movimento dos Professores tem sido notícia constante nos Órgãos de Comunicação Social.

Insatisfeitos, mal pagos e despojados de seu antigo "status" social, particularmente, devido à vulgarização de sua formação, os professores passaram a se constituir em alvos compensadores para a esquer-

da.

Com suas organizações sindicais infiltradas e dominadas pelo Partido dos Trabalhadores e outras organizações marxistas, os professores vêm radicalizando, cada vez mais, os movimentos grevistas.

Motivados, inicialmente, pela bandeira dos baixos salários (princi-

pal fonte de motivação), os professores têm sido habilmente conduzidos para outras formas de reivindicações e pressão política, tais como: não privatização das universidades públicas; melhoria das condições de ensino; mais verbas para a educação, ensino público e gratuito para todos e piso nacional de salários.

CONFIDENCIAL

Infiltração no Exército

Com o advento de uma nova conjuntura político-institucional, a sociedade brasileira vem sendo cada vez mais assediada pelas ideologias socialistas comunistas que procuram demonstrar a inviabilidade do capitalismo e se apresentam como solução para todos os problemas, particularmente aqueles de cunho social.

Esse fenômeno não é um simples sinal dos tempos. Ele faz parte de uma estratégia, sendo o resultado de um trabalho deliberado, persistente e inteligente, desenvolvido por meio de técnicas de agitação e propaganda, com o objetivo de persuadir pessoas sobre a excelência das idéias que propagam.

A juventude, por sua natural imaturidade, idealismo e latente anseio por reformas, é um dos segmentos mais sensíveis a essa propaganda.

Tem crescido o número de candidatos a ingressar no Exército, em todos os níveis (oficiais, sargentos e

soldados), apresentando um certo grau de comprometimento político-ideológico com aquelas idéias.

Tais fatos coincidem com recentes diretrizes propugnadas pelos partidos de esquerda, que preconizam a infiltração no Exército, através de jovens recém incorporados.

Eis o que foi apresentado no 7º Encontro Municipal do Partido dos Trabalhadores, em Campinas/SP, sobre as Forças Armadas, em maio de 1989:

“Os generais podem ser os cães de guarda da burguesia, mas os soldados, cabos e sargentos são filhos e irmãos da classe trabalhadora. As mãos que empunham as armas pertencem ao povo. Nessa contradição reside nossa possibilidade de vitória. Temos que reconhecer que nesse campo estamos tremendamente atrasados. Desde há muito os generais já estudam como nos esmagar e nós ainda nada discutimos sobre co-

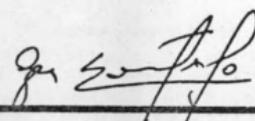
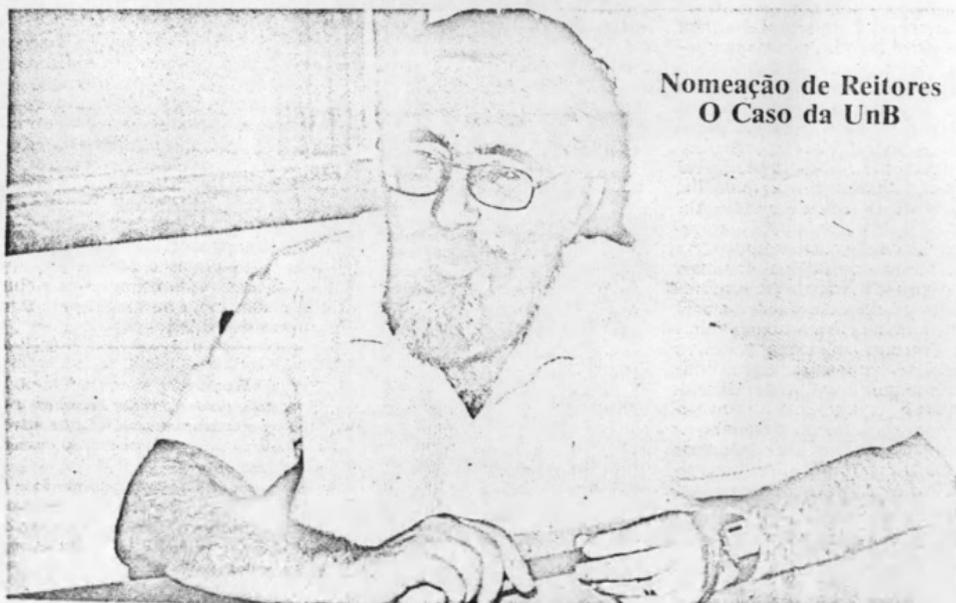
mo fazer um trabalho político, na base das Forças Armadas. Temos, com urgência, que levantar bandeiras de Direito de Voto, de Sindicalismo e de Decisão, junto aos soldados, cabos e sargentos. Quem corre o risco de vida ao cumprir uma dada ordem são as praças, não os oficiais e, por isso, elas têm todo o direito de discutir coletivamente em seus Conselhos se irão ou não cumprir essa ordem.”

É de se esperar que novas tentativas de infiltração, premeditadas ou mesmo ocasionais, tornem a ocorrer tanto através da convocação para o serviço militar, quanto através de inscrição para concurso às **escolas** de formação.

Diversas organizações militares têm obtido êxito em constatar infiltrações, através de levantamentos de antecedentes, por ocasião da seleção dos conscritos e candidatos às escolas militares, e em acompanhar o comportamento dos homens, depois de incluídos no serviço ativo.

2M. 44. 21 p. 97/207

CONFIDENCIAL

Nomeação de Reitores O Caso da UnB

Antonio Ibañes Ruiz, Reitor da UnB

A nomeação dos reitores das universidades federais obedece a uma legislação específica, onde a própria universidade, através de um Colégio Eleitoral Especial, constituído pelos membros do Conselho Diretor, pelos Decanos, pelos Diretores de Departamento, etc, elabora uma lista sêxtupla de candidatos. Essa lista é submetida à apreciação do Presidente da República, a quem cabe a escolha e a nomeação do reitor por um período de quatro anos.

Visando a interferir nessa sistemática, que consideram elitista, e a pressionar as autoridades, os ativistas do Movimento Educacional desenvolveram, a partir de 1984, nas Instituições de Ensino Superior federais, intensas campanhas, objetivando a participação da "comunidade universitária" no processo de substituição de seus reitores através eleições, sem contrariarem, no entanto, dispositivos expressos em leis ou regulamentos.

Naquela época, essas campanhas se integraram ao movimento que exigia a aprovação das eleições diretas para Presidente da República, sob a justificativa de que a "re-

democratização" do País passava, também, pela "redemocratização" do ensino, para o que contribuiria a escolha do reitor pela "comunidade universitária".

Em consequência dessa mobilização, inúmeros reitores foram nomeados atendendo às exigências impostas pelas lideranças universitárias, a partir de resultados eleitorais que expressavam a escolha ideológica em detrimento da competência administrativa e do valor profissional. Assim, concretizou-se a nomeação do atual reitor da Universidade de Brasília (UnB), cujo mandato se expira em agosto do corrente ano.

Para a nomeação do futuro reitor, a Associação dos Docentes conduziu em abril um novo processo sucessório, com a participação dos professores, alunos e funcionários, a fim de eleger os candidatos cujos nomes iriam compor a lista sêxtupla.

Diferentemente da sistemática adotada em 1984/85, a disputa se fez em torno de quatro chapas, ideologicamente definidas, constituídas por seis elementos. Estabeleceu-se entre elas o compro-

misso de que apenas os integrantes da chapa vencedora comportariam a lista a ser encaminhada ao "Colégio Eleitoral Especial" e que somente o primeiro da relação aceitaria a escolha pelo Presidente da República ao final do processo.

Tornou-se vitoriosa a chapa vinculada ideologicamente ao PT, tendo a frente o espanhol Antonio Ibañes Ruiz, participante, desde a década de 70, dos acontecimentos e manifestações mais importantes que marcaram a trajetória dos movimentos de massa no interior da universidade.

Considerando as condicionantes do processo, constata-se o evidente e nítido propósito de se criar um clima de confronto no interior da UnB se a nomeação não recair sobre o professor Ibañes.

Essa forma de escolha desgasta a autoridade, desmoraliza a lei e cria um poder de decisão paralelo ao do próprio Estado, onde haverá dificuldades em se definir os limites entre a ambição pessoal, o bem comum e a ação revolucionária das organizações e partidos marxistas.

CONFIDENCIAL

O PT nas Administrações Municipais

Como previsto, as administrações petistas vêm se caracterizando pelo radicalismo ideológico de esquerda.

Em SÃO PAULO, a Prefeita LUIZA ERUNDINA DE SOUZA, nas oportunidades em que enuncia programas e medidas administrativas, insere tópicos defendendo o "Socialismo", o "Marxismo" e a "luta armada".

Em RONDA ALTA/RS, o prefeito — líder das invasões de terra, organizador das Comunidades Eclesiais de Base e fundador do Partido dos Trabalhadores na área —, pretende

introduzir nas escolas públicas municipais a história da luta de classes. A Universidade de Ijuí (UNIJIU) e a Fundação Alto Uruguai de Pesquisa do Ensino Superior (FAPES) de ERECHIM/RS cooperarão, segundo entendimentos já estabelecidos, na implementação desse projeto.

Em PORTO ALEGRE/RS, a denominada "administração popular" do Prefeito OLÍVIO DUTRA interveio em diversas empresas de ôni-

bus da capital, colocando nas ruas uma equipe de "Fiscais Populares" — voluntários e sem remuneração — portando crachás e vestindo jaquetas com a inscrição: "Transporte sob Intervenção — Administração Popular", à semelhança das Brigadas Populares da Nicarágua, visando a buscar o respaldo popular e a dar uma conotação "democrática" à medida implementada.

Cumpra, ainda, salientar que esses novos administradores vêm praticando atos que o PT qualificava de "irregulares" — o nepotismo e a demagogia — nas administrações anteriores.

8/14

CONFIDENCIAL

2M. 44. 21 p. 72/207

CONFIDENCIAL

Os Partidos de "Esquerda" e os Jovens Eleitores

Não foi por acaso que durante o processo constituinte os partidos de "esquerda" envidaram esforços no sentido de aprovar o direito de voto aos jovens maiores de 16 (dezoito) anos e menores de 18 (dezoito).

Estes partidos viram neste contingente a oportunidade de carrear para as respectivas legendas uma ex-

pressiva parcela de novos eleitores.

Assim, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores vêm dando importância a esse segmento da sociedade. O PCB já vem distribuindo cartazes e panfletos com os dizeres: "Jovem de 16 Anos Aliste-se"

O PT, por sua vez, em Petrolândia/PE, já mostrou como agir em todo o País, na área educacional. A sua campanha inclui, numa 1ª fase, um alerta ao professorado para a necessidade de se cumprir o dever cívico de votar. Na 2ª fase, serão visitados todos os colégios de I

e II graus, orientando os jovens sobre como proceder para o alistamento eleitoral. Serão, também realizados comícios relâmpagos nas portas dos educandários, solicitando apoio e engajamento para a candidatura de Lula.

Os procedimentos acima favorecerão o recrutamento e a doutrinação do jovem estudante, presa fácil da pregação ideológica por ser idealista, desprendido e ingênuo, e levarão para o interior das escolas a campanha eleitoral e as discussões políticas que monopolizarão o ano em curso.

PC do B: Formação Ideológica

O Partido Comunista do Brasil obteve um expressivo avanço quantitativo nos últimos dois anos, ao filiar mais de 100.000 novos adeptos.

No momento, a organização dedica-se, entre outras atividades, ao "Trabalho de Educação", principalmente para incutir a ideologia marxista-leninista nas mentes dos jovens brasileiros que vão votar pela primeira vez em 15 de novembro.

Para alcançar seu objetivo, a organização criou uma **Escola Nacional** em Brasília, onde vem minis-

trando cursos para a formação de instrutores do partido e cursos de aprofundamento teórico marxista, básico e outros específicos para os Movimentos Sindical, da Juventude, de Mulheres, etc.

A partir de junho, o partido pretende estender os cursos a níveis regional e municipal, atingindo, assim, as Organizações de Base, onde está enquadrada a massa de jovens militantes recém-filiados.

O trabalho desenvolvido na área educacional visa a melhorar a

qualidade dos quadros partidários. O objetivo a curto prazo, no entanto, é a preparação dos militantes para defenderem as propostas do partido junto aos jovens eleitores ainda indecisos, particularmente quanto à escolha do candidato à Presidência da República.

Dentro desse processo, torna-se uma ameaça à formação política e ideológica marxista-leninista dos jovens, que, em futuro próximo, estarão se incorporando às nossas Unidades Militares.

13/15

CONFIDENCIAL

2M. 44. 217. 300/207

CONFIDENCIAL

Socialismo em Crise

Embora a crise do socialismo seja, na atualidade, perfeitamente reconhecida e comprovada em todas as partes do mundo, ele, ainda, exerce um considerável e inexplicável fascínio sobre intelectuais, artistas, membros do clero, professores e jovens, particularmente no Brasil e na América Latina.

Tais elementos acreditam, por ingenuidade ou má fé, que o "modelo cubano" possa ser implantado com sucesso, na América Latina, elevando o nível de vida das classes menos favorecidas, não obstante a involução política, a repressão institucionalizada e o seu inexpressivo desenvolvimento econômico.

Sobre esse último aspecto transcreve-se, abaixo, trechos do artigo "A Crise do Socialismo", publicado no Jornal "O Estado de São Paulo" do dia 04 Abr 89, de autoria de Gabriel Waidman:

"... Fidel descobriu, sabiamente, que todo o açúcar da ilha não valia a sua única mercadoria, cujo valor nunca flutua à mercê das cota-

ções internacionais; a sua localização estratégica... Hoje a URSS mantém-na flutuando a uma taxa anual de US\$ 4 bilhões. É claro que números absolutos fora do contexto nada significam. Para se apreciar o significado real deste valor, no contexto brasileiro, propomos dois cálculos: em função da população e do Produto Interno Bruto. Cuba tem, aproximadamente, 10 milhões de habitantes. Portanto, a ajuda fraternal da Pátria Socialista, é de US\$ 400/ano por habitante. Considerando a diferença populacional, isto equivale a 56 bilhões de dólares por ano no Brasil. Em dois anos nossa dívida externa seria liquidada. Tomando por base o PIB, o de Cuba é de aproximadamente US\$ 15 bilhões. Do Brasil, US\$ 240 bilhões. A ajuda soviética a Cuba corresponde a 26% do PIB. O equivalente brasileiro seria de US\$ 62 bilhões anuais. Todos estes cálculos levam à conclusão de que realmente existe um 'milagre cubano'. O milagre da inoperância e marasmo econômico, apesar da infusão maciça de divisas.

Entretanto, o oportunismo de Castro merece crédito, pois ele recebe sua mesada regular e pontualmente..."

Em que pese as conquistas, embora modestas, obtidas no campo social, o regime cubano, recebendo vultosos recursos financeiros a fundo perdido da União Soviética, não foi competente nem capaz de gerenciá-los com eficiência ao longo das três últimas décadas. Ao mesmo tempo não permitiu qualquer manifestação ou atividade que se opusesse ao "socialismo" implantado na ilha e que possibilitasse a alternância no poder e a liberalização do regime.

Assim, torna-se incompreensível e incoerente que partidos e organizações, favoráveis às mais "amplas liberdades democráticas e políticas", se alinhem ideologicamente ao regime totalitário cubano, e que Luís Inácio Lula da Silva, candidato à Presidência da República, mantenha contatos "fraternais" com o ditador Fidel Castro, há 30 anos no poder.

Teologia da Libertação

"A inteligência tem que apoderar-se da educação, da cultura e dos meios de comunicação social, e assim apossar-se do poder político e, através deste, dominar a sociedade civil".

(Antonio Gramsci)

O principal inovador da "praxis" marxista-leninista foi o ideólogo marxista italiano, Antonio Gramsci (1881-1937), ao afirmar que a cultura ou sistema de valores da sociedade tem primazia sobre a economia, uma posição "revisionista" em relação aos pensamentos de Karl Marx e Lenin.

Para Gramsci, os trabalhadores não conquistariam o poder político, mas sim os intelectuais, através do controle da cultura, com o que criariam novos valores comuns e dominantes para a nação-alvo. Essa ação poderia concretizar-se pelo emprego dos métodos marxistas e pela in-

fluência de intelectuais marxistas na religião, nas escolas, nos meios de comunicação de massa e nas universidades.

A Teologia da Libertação pode ser enquadrada na estratégia gramsciana para domínio da religião pelos marxistas, pois, em síntese, ela é uma doutrina política, disfarçada de crença religiosa. Suas características são: a oposição à Igreja Institucional e à hierarquia eclesiástica, em particular ao Santo Papa; contra a livre empresa e o capitalismo; e adoção da dialética marxista como método da análise.

A Teologia da Libertação é a

inovação da doutrina marxista inserida em um fenômeno cultural e religioso de longa duração. Assim como a religião é redefinida pelos teólogos da libertação, a arte é transformada, os livros são reinterpretados e os currículos são retificados. As escolas e as universidades são tomadas de assalto pelos teóricos marxistas, transvestidos de educadores.

E por essa razão que os movimentos marxistas na América Latina foram e são liderados por intelectuais e estudantes, não por trabalhadores.

11/14

CONFIDENCIAL

Universidades — Repúblicas Independentes

As eleições para Reitor na Universidade Federal do Rio de Janeiro, previstas, inicialmente, para os dias 31 Mai, 01 e 02 Jun 89, não se realizaram em virtude de terem sido suspensas pelo Superior Tribunal Federal, que concedeu liminar à solicitação do Ministério da Educação.

Interpretando o artigo 207 da Constituição, "...a universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial", o Conselho Universitário, órgão máximo do estabelecimento de ensino, marcou para os

dias 07, 08 e 09 Jun a realização da referida eleição, tendo sido reeleito o atual Reitor Horácio Cintra de Magalhães, militante do PCB.

O Conselho Universitário pretende impor ao Ministério da Educação o nome do vencedor, como fato consumado, baseando-se na sua interpretação de autonomia, esquecendo-se, porém, que a Universidade Federal do Rio de Janeiro tem um orçamento maior do que a quase totalidade das prefeituras brasileiras e que os recursos públicos lá aplicados dão à sociedade — representada pelo poder público — o di-

reito de participar dos seus processos decisórios, no caso, a escolha do Reitor pelo Ministro da Educação, baseado numa lista sêxtupla enviada pela Universidade.

Já que autonomia não é sinônimo de independência, como bem o sabem os componentes do Conselho Universitário, resta a certeza de que a insistência na imposição de um único nome ao Ministério da Educação para o cargo de Reitor visa, unicamente, ao desgaste da autoridade, à desmoralização da lei e à criação de um poder paralelo ao do próprio Estado.

13/15

CONFIDENCIAL

2M. 44. 41.P. 23/246

[Handwritten signature] cap

CONFIDENCIAL

CAMPO PSICOSSOCIAL

A CUT e os Funcionários Públicos

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) vislumbrou, na mobilização dos funcionários públicos, a primeira oportunidade para tentar inviabilizar os projetos do novo governo.

Dentro do contexto da reforma administrativa do governo recém-eleito, estão previstas as privatizações de diversas empresas estatais deficitárias e a demissão ou reclassificação de funcionários ociosos e/ou com diversos empregos na administração pública.

A categoria atingida pela reforma, de pronto, acionou a sua organização sindical na defesa do que considera seus direitos e do que coloca como sendo melhor para a nação em crise: a não demissão e a não privatização.

Essa mobilização tem, à sua retaguarda, o apoio da CUT, que em passado recente não elegia a catego-

ria como alvo prioritário para atuação. Modificando estas estratégias já em 1990, pôde ser identificado, no movimento sindical, um seminário para funcionários públicos realizado no Instituto Cajamar/SP, pertencente a CUT, e outras manifestações da categoria com total amparo da entidade.

A prioridade dada, pela CUT, ao funcionalismo público, vai ao encontro das resoluções da entidade para este ano que, entre outras diretrizes, definiu ser o insucesso do governo Collor fator primordial para criar-se uma expectativa favorável às esquerdas, nas eleições gerais de Out 90.

Os funcionários públicos constituem uma categoria que, em princípio, não traz preocupações para a Segurança Interna. No entanto, durante a greve da categoria, em Nov 89, cerca de 200 grevistas invadiram

o gabinete da Ministra do Trabalho, em Brasília/DF, sendo necessária a atuação de policiais para a evacuação do local.

Fatos da mesma natureza ocorreram em outros estados, sempre de acordo com a direção dos movimentos infiltrados por militantes de Organizações Subversivas (OS), com destaque para a Força Socialista, uma tendência radical enquistada no PT.

Assim, identifica-se, no atual contexto do movimento sindical, que a Central Única dos Trabalhadores continua — apesar do ocorrido no Leste Europeu e na Nicarágua — a apoiar por meio do trabalho de massa, no seio dos trabalhadores, a implantação de uma solução anacrônica socialista para os problemas nacionais.

A Educação Opressora do PT

A Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, por intermédio de seu Secretário de Educação, Paulo Freire, acaba de dar mais uma amostra da “democracia” e “lisura” do Partido dos Trabalhadores.

A Comissão Organizadora do concurso público para preenchimento de vagas de professor municipal impôs aos candidatos uma condição, no mínimo discutível, para aprovação: o conhecimento obrigatório das “teses” do educador Paulo Freire.

Uma exigência sem precedentes que obriga os interessados à leitura de extensa bibliografia (21 obras), que abrangem duas de Paulo Freire, uma de sua filha Madalena Freire, uma de seu Chefe de Gabinete — professor Moacir Gadotti — além de um texto sobre “Educação Pública Popular”, elaborado pela equipe do Secretário e mais doze obras da mesma linha ideológica.

A inclusão de tais obras na bibliografia exigida gerou manifestações de desgosto no Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal (SINPEEM), pois poderia beneficiar os candidatos que

trabalhassem na prefeitura.

Esta é uma nova manifestação de despotismo daqueles que, constante e mentiroso, dizem combatê-lo.

Pergunta-se: o “educador” Paulo Freire, que construiu sua fama a partir de um engodo chamado “Educação como prática de Liberdade”, e seus seguidores (filhos, amigos, secretários, etc), defensores

da “democracia” do PT, aceitarão e respeitarão, dentro do espírito democrático, as respostas daqueles que não concordarem com as teses da bibliografia cartorialmente imposta? E qual será o destino que o Sr Freire dará aos lucros auferidos com os direitos autorais da enorme quantidade de livros vendidos?

É sabido que a fama de Paulo Freire foi constituída a partir de uma ampla orquestração da esquerda, nos meios de comunicação social (MCS), pois suas obras não têm expressão como método de alfabetização.

A montagem do concurso faz prever que a reprovação está reservada àqueles que não concordarem com as teses apresentadas e que os lucros da venda dos livros vão engordar as contas bancárias de seus autores.

Mais uma vez a esquerda deixa claro que prega, mas não tolera a democracia.

OBS - Paulo Regius Neves Freire:
— Secretário de Educação do município de São Paulo/SP;

— Após a Revolução de 64, asilou-se no Chile, de onde foi expulso em 1973, indo residir em Genebra/Suíça;

— “Criador” do “Método Paulo Freire” de alfabetização onde procura, através da conscientização dos alunos, a sua politização com a consequente promoção da luta de classes;

— Foi Consultor de Educação e Secretário-Geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI);

— Teve seu “Método” implantado em Portugal em 1974, durante a “Revolução dos Cravos”;

— É autor de Obras que incitam a luta de classes, tendo começado com “Educação como Prática de Liberdade”.



Paulo Freire: “bibliografia obrigatória”

CONFIDENCIAL

2 M. 44.4, p. 220/246

CONFIDENCIAL

CAMPO PSICOSSOCIAL

A Esquerda e a Universidade

"Aliando corretamente o estudo teórico com o conhecimento dos problemas que enfrentam as universidades do país, os nossos camaradas professores, funcionários e estudantes estarão capacitados para desenvolverem um profundo e amplo trabalho de massas, quer na defesa de seus interesses específicos, como no combate às falsas teorias que pululam no meio universitário e acadêmico. Conjugando esse conteúdo com formas amplas e abertas de atuação do Partido com as massas, sem dúvida alguma consolidaremos e ampliaremos nossas organizações nas universidades e aprofundaremos nossos vínculos às massas." — Trecho do editorial do jornal "A Classe Operária", de Jun 90, do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

O Partido Comunista do Brasil (PC do B), dentro de suas diretrizes de atuação nas Universidades, criou o "Comitê de Empresas".

O Comitê de Empresas é um órgão intermediário equivalente a um Comitê Distrital, e permite ao Partido abordar a universidade como um todo, analisando o seu comportamento interno e com a sociedade.

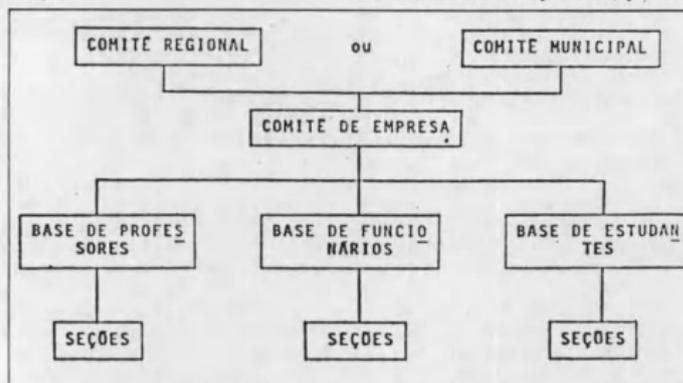
Professores, funcionários e alunos são os alvos a serem atingidos dentro da sua meta de atuação, sendo os professores e funcionários as peças fundamentais para formar o núcleo principal do órgão, tendo em vista a permanência destes nas universidades, enquanto os alunos são temporários.

Tem como objetivo criar um fórum, nas universidades, que permita capacitar, política e ideologicamente, os militantes que atuam nessas instituições.

Desta forma, o Partido pretende garantir a sua presença permanente nas universidades brasileiras e doutrinar o maior número possível de novos militantes para disseminação das idéias marxistas.

O PC do B, já dominando amplamente o segmento secundarista, através da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), a nível de Brasil e suas congêneres estaduais, volta-se, agora, com maior ênfase para o componente universitário, por natureza, mais culto e politizado.

O Comitê de Empresa deverá atuar de forma monolítica, com coesão de idéias e práticas, partici-



pando e promovendo seminários, cursos, palestras e debates, em nome do PC do B, sob sua orientação, defendendo o socialismo e a doutrina marxista leninista, buscando contrapor-se aos ataques de outras correntes e, principalmente, evitando defecções.

O gráfico do Comitê é representado pelo organograma acima:

No Estado de Goiás, o partido já possui dois comitês de Empresa em atividade — Comitê de Empresa Helenira Rezende, na Universidade Católica de Goiás (CEHR/UCG) e o Comitê de Empresa Diógenes de Arruda Câmara, na Universidade Federal de Goiás (CEDAC/UFG).

CONFIDENCIAL

2M. 44. 41p. 86/146

CONFIDENCIAL

Seu arquivo

A Ideologia do Ensino

O advento de uma nova conjuntura política no Brasil criou espaços e ofereceu novas e amplas oportunidades para manifestações ideológicas de toda ordem.

Os ventos liberalizantes que sopraram por todo o mundo, principalmente na Europa, comunista ou não, na década de 80, e o reconhecimento pela Constituição Federal dos partidos de esquerda, contribuíram para que o **Trabalho de Massa** (1), perpetrado pelas esquerdas, se intensificasse no Brasil.

Nesse contexto, os segmentos de esquerda, inclusive o clerical, vêm, habilmente, através das duas últimas décadas, explorando as contradições sócio-econômicas e políticas no País para, num trabalho constante e insidioso, "derrubar o capitalismo e implantar uma sociedade, mais justa e igualitária, — socialista".

Dentro desta perspectiva, o jovem, o estudante e pessoas ligadas à educação se apresentam como contingente ideal para sua **doutrinação** ou consecução de sua estratégia.

O público interno possui considerável massa de estudantes, — **nosso filhos — filhos de companheiros — futuros líderes**, sujeitos, portanto, a um trabalho constante de doutrinação.

O trabalho de massa no meio educacional se processa, de um modo geral, dentre outras, das seguintes formas:

— **marxização do ensino, quer pela presença de professores comprometidos com o marxismo, quer pela adoção de livros didáticos marxistas;**

— **distorção das tradições por releitura da história, ou seja, a interpretação de fatos históricos sob a ótica da literatura marxista;**

— **adoção de livros marxistas, a critério dos professores.**

Uma série de livros didáticos, adotados, em muitos casos, pela rede oficial de ensino, incita à luta de classe e explora de modo tendencioso as contradições sócio-econômicas do Brasil.

Como exemplo, citam-se alguns livros dentre os muitos espalhados pelo País:

— **Reflexão e Ação**, de Marilda Prates, pseudônimo de Janice Janet Pershum.

— **Passarinhos e Gaviões**, de Francisco Rodrigues de Alencar Filho.

— **Irmãos a Caminho**, de Terezinha M. L. da Cruz.

— **Ação e Transformação**, de Lenita Venate e Rosane de Melo.

— **Fazendo a História**, de Rubim Santos Leão de Aquino, Luiza Siciliano Aleta e Maria Bernadette Moura.

— **História do Brasil**, de Francisco de Assis Silva.

— **Texto e Contexto**, de Lídio Tesoto.

— **História da Sociedade Brasileira**, de Francisco Alencar.

— **Todos Contam sua História**, de Antônio Paulo Rezende.

— **Brasil Vivo-Uma História de Nossa Gente**, de Francisco Alencar.

— **História do Povo Brasileiro**, de Renato Mocellin.

— **OSPB - Introdução à Política Brasileira** - de Carlos Alberto Libânio Christo ("Frei Betto").

Coerente com os objetivos do Trabalho de Massa e com os fatos apresentados, conclui-se que existem transparentes evidências que possibilitam afirmar que o meio educacional vem sendo seriamente atingido por idéias e dogmas socializantes.

Assiste-se, no momento, uma intensa mobilização do setor educacional, sob os mais dispares argumentos, espoucando greves e suspensões temporárias de aulas que poderão comprometer, ainda em 1990, o calendário escolar de milhões de jovens estudantes.

Dessa forma, o sistema educacional vem sofrendo progressivas agressões ao seu "**espaço cultural**" — conjunto de valores, noções e conceitos que formam a perspectiva crítica da sociedade brasileira.

Essa campanha, entretanto, não se esgota na publicidade das



idéias-força e objetivos da esquerda, indo mais além na sua ação nefasta pois, pretende reescrever, à sua feição e ótica, a história dos fatos brasileiros. Ocasionalmente, assim, um problema atual e outro futuro:

— **na atualidade, orientando de forma distorcida a juventude estudantil, inclusive a militar;**

— **no futuro, servindo de base para pesquisas sobre acontecimentos históricos, temas didáticos, análises setoriais e trabalhos escolares de diversos níveis.**

A persistir o quadro atual, não restará à juventude brasileira, se não forem tomadas urgentes medidas saneadoras, senão a aceitação inexorável de tornar-se socialista e, muito pior, **comunista**.

(1) **Trabalho de Massa:** conjunto de atividades desenvolvidas pelas organizações ideológicas de esquerda, infiltradas nos partidos políticos e Igreja (clero "progressista"), junto aos diversos segmentos da população, sob técnicas de agitação e propaganda, explorando contradições, antagonismos e insatisfações, visando a criar a vontade e as condições para a mudança radical das estruturas.

CONFIDENCIAL

2 M. 44. 41 p. 133/146

CONFIDENCIAL

Geu Meudlo

A educação não é, nunca foi e não será neutra; a educação é sempre um ato político.

(Paulo Freire)

A "paz" socialista

Inseridas no contexto do permanente processo subversivo brasileiro, avulta a importante participação das entidades de apoio aos Movimentos Populares (Mvt Pop), conhecidas, a maior parte delas, como Organizações Não Governamentais (ONG). Estas, abaladas financeira e economicamente com a edição do Plano Brasil Novo, lentamente têm mostrado que já se encontram, de novo, em condições de realizar o seu principal trabalho: apoiar os Mvt Pop na busca de "uma nova sociedade", ou seja, "uma sociedade sem classes, sem oprimidos e opressores" (1). Enfim, uma sociedade socialista, do utópico e já decadente, embora ainda atuante, comunismo internacional (2).

No presente, dentre as principais ONG encontra-se o Serviço de Justiça e Não Violência (SERPAJ-Brasil), ligado ao clero "progressista" e filiado ao SERPAJ-América Latina (SERPAJ/AL), entidade que congrega onze dessas organizações no Continente Sul-Americano e possui uma representação na Europa.

Entretanto, apesar de existir há mais de doze anos, somente nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) o SERPAJ-Brasil veio a mostrar o seu potencial de mobilização, tornando-se o principal articulador em prol da criação do Serviço Alternativo, em contraposição ao Serviço Militar Obrigatório, para aqueles que alegarem objeção de consciência. Sendo vencedora em seus propósitos, essa ONG conseguiu que o Serviço Alternativo

visasse a compor o Art 143, parágrafo 1º, da Constituição Federal. Como esse artigo ainda depende de regulamentação, esperando-se que demore, portanto, algum tempo para ser implementado, o SERPAJ-Brasil tem envidado esforços no sentido de manter vivo esse tema. Para tanto, utiliza-se — além de sua própria revista semestral —, de diversos meios de comunicação social e de todos os espaços disponíveis, inclusive no Congresso Nacional. Mas, não param aí as pretensões dessa entidade. Aproveitando-se de 1990 haver sido escolhido pela Assembléia Geral das Nações Unidas como o Ano Internacional da Alfabetização, o SERPAJ-Brasil está atuando decisivamente nessa área, preocupando-se, numa primeira fase, na formação de educadores para o processo de erradicação do analfabetismo nacional dentro do prazo de dez anos, segundo o planejamento até agora realizado. Para tanto, pretende valer-se do Sistema Paulo Freire de Alfabetização (3), contando com a participação de "educadores para a paz", oriundos do ensino formal e da educação popular (4).

Assim, pelas atividades atualmente desenvolvidas pelo SERPAJ-Brasil, seria pouco prudente não concluir que os objetivos dessa entidade são bem mais profundos e amplos do que simplesmente aproveitar o êxito inicial obtido na ANC. Tudo indica que o Serviço Alternativo esteja inserido num contexto maior que envolva a sociedade como um todo, desde a escola primária até a

fase adulta, de tal forma que sejam questionadas a validade do Serviço Militar Obrigatório num primeiro plano e, como pano de fundo, a existência das Forças Armadas como instituições nacionais necessárias.

Por serem o baluarte contra as investidas estranhas aos princípios democráticos brasileiros, as nossas Forças Armadas e, em particular, o Exército, constituem permanentes óbices aos propósitos das ONG, e, assim sendo, tornam-se alvo de insidiosas manifestações, visando a enfraquecê-las e desgastá-las perante a opinião pública. Mal sabem as ONG que essas ações cada vez mais fortalecem a classe militar, zelosa e consciente de seus deveres.

Que o diga a história!

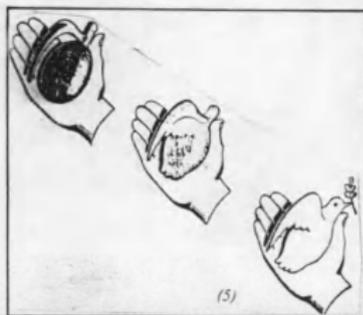
(1) Revista do SERPAJ-Brasil, n.º 2, 1990, página 08.

(2) Comunismo: doutrina que prega a socialização de todos os meios de produção, a abolição das classes sociais e a supressão do Estado.

(3) Paulo Reglus Neves Freire é marxista e atual Secretário Municipal de Educação de São Paulo.

(4) A Educação Popular se define fundamentalmente por seus objetivos: fazer educação comprometida com os interesses históricos das classes populares; fortalecer a consciência de classe e o poder popular; reforçar a luta de classes populares na construção do socialismo. (Centro de Assessoria Multiprofissional-CAMP, Porto Alegre/RS).

(5) Gravuras da Revista SERPAJ-Brasil.



RPM n.º 10/90 — FI 07/10

CONFIDENCIAL

2 M. 44. 4, p. 47/246

~~19-5~~

CONFIDENCIAL

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

A idéia de unificação dos Trabalhadores em Educação foi apresentada pela Confederação dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que propôs a união, em todos os Estados, dos diversos organismos afetos à Educação em um único sindicato nacional. Esta tese foi discutida e aperfeiçoada nos debates realizados nos Fóruns Unificados de Trabalhadores em Educação, envolvendo as seguintes entidades:

— Confederação Nacional dos Trabalhadores em Administração da Educação (CNTE), antiga Confederação dos Professores do Brasil (CPB);

— Associação Nacional dos Profissionais de Administração da Educação (ANPAE);

— Coordenação Nacional dos Funcionários de Escolas Públicas (CONAFEP);

— Federação Nacional das Associações de Supervisores Educacionais (FENASE); e

— Federação Nacional dos

Orientadores Educacionais (FENOE).

Com a realização do Congresso Nacional de Unificação dos Trabalhadores em Educação, no período de 25 a 28 Jan 90, em Aracaju/SE, foi concretizada, finalmente, a reunião dos órgãos representativos de classes já mencionados, em uma única entidade nacional, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Tendo como referência a tese apresentada pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação (DNTE), os delegados ao referido Congresso definiram como reivindicações nacionais, dentre outras, a reposição das perdas salariais e a unificação das datas-bases em 1º de maio, além de assumir integralmente as resoluções da última reunião da Executiva Nacional da CUT.

Na evolução da conjuntura, o Congresso decidiu que a CNTE combaterá qualquer medida política

e econômica que prejudique a classe trabalhadora, repudiando, também, qualquer proposta de pacto.

A nova direção da CNTE foi ampliada de 17 para 26 membros, permanecendo Roberto Felício, da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, na presidência da Confederação.

Os potenciais de mobilização e de influência adquiridos pela nova entidade representam, certamente, um fato novo na área educacional. Os movimentos reivindicatórios poderão exercer, a partir de agora, maior pressão sobre as autoridades constituídas, como decorrência da coordenação centralizada das entidades representativas das diversas categorias, ligadas ao ensino de 1º e 2º Grau. A influência exercida pela CUT sobre a CNTE indica, ainda, uma postura contestatória e radical em defesa de seus interesses corporativistas, em detrimento de um ambiente propício ao entendimento e às atividades de ensino.

2M. 44. 4, p. 84/146

CONFIDENCIAL

Seu áudio

CAMPO PSICOSSOCIAL

Educação e Igreja

"O esvaziamento da ditadura militar abriu, sem dúvida, espaços para aumentar a participação do movimento social organizado na política do País, aliado ao avanço da capacidade de organização das forças populares" — Trecho do Editorial da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior — Sindicato Nacional (ANDES/SN) - Mai 90.

Com a implantação do Plano "Brasil Novo" e, conseqüentemente, a ocorrência de transformações sócio-econômicas, as forças de esquerda, através dos movimentos sociais (populares e sindicais), sofreram um esvaziamento de suas principais bandeiras de luta.

No contexto histórico da ocupação dos espaços vazios, a Igreja, num trabalho diuturno e inteligente, tem preenchido importantes espaços na sociedade brasileira.

Neste cenário surge, novamente, o meio estudantil, como um segmento oportuno a ser manobrado e usado pelas esquerdas, principal-

mente pela Igreja "Progressista", através de sua Pastoral da Educação, para implantação de uma nova ordem social no País — o socialismo.

Durante a 28ª Assembléia Geral da CNBB realizada em Itaici/SP, em maio de 1990, em documento ainda não aprovado, os bispos já se definiram sobre os processos educativos em atividade na Igreja, conforme demonstra o parágrafo a seguir transcrito:

"a colaboração com movimentos de **educação popular**(1), inclusive investindo recursos humanos e materiais, em encontros de formação de animadores e líderes de comunidades, lideranças políticas e de movimentos populares, assumindo, inclusive, um organismo dedicado à educação de base - MEB(2) ."

Cumprе destacar que um número expressivo de bispos, mesmo signatários do documento — "**Educação: Exigências Cristãs**", não tem conhecimento da extensão e profundidade do que representa o

MEB no Brasil.

Assim, a Igreja "Marxista", intimamente ligada, por destinação histórica, aos movimentos populares e educacionais, vem-se utilizando da classe estudantil, dos professores e servidores ligados à educação, para, através da conscientização do movimento educacional, construir, seguindo os ditames do socialismo científico, uma nova sociedade socialista.

(1) A Educação Popular, transformadora ou libertadora, é um processo de formação que se vale do método Ver-Julgar - Agir e que visa a despertar a "Consciência Crítica do Indivíduo", levando-o a desenvolver o sentimento de consciência de classe com o objetivo de transformar as estruturas vigentes e construir uma sociedade nova - socialista. (Método Paulo Freire)

(2) Movimento Educacional de Base, órgão vinculado à CNBB, é o principal instrumento da Igreja destinado à educação popular.



CONFIDENCIAL

2 M. 44. 4, p. 207/246

CONFIDENCIAL

Luta de Classes

O postulado com que Marx abriu a primeira parte do Manifesto Comunista de 1848, nunca soou tão falso como nos dias atuais.

A luta de classes, que se universalizou e foi colocada em prática, já por dezenas de anos, em vários países, foi, no dizer de Francisco Weffort, ideólogo marxista e guru do Partido dos Trabalhadores (PT), superada nos países modernos.

A afirmação, calcada no testemunho de milhões de pessoas que assistiram pela televisão os últimos acontecimentos ocorridos no Leste europeu e na própria União Soviética,

teve um efeito terrível sobre as hostes comunistas brasileiras.

Disse ainda Weffort que a idéia que iguala a socialização dos meios de produção à estatização está em crise, o que o aproxima das idéias da social-democracia.

Infelizmente, a grande maioria da esquerda brasileira ignorou o choque ocorrido nos outorora "exemplos bem sucedidos" das idéias de Marx.

Para esses radicais, Weffort aburguesou-se e a idéia da luta de classes continua, sendo para eles uma das postulações mais importan-

tes.

Não enxergam ou mesmo duvidam da terrível crise porque passa o berço do comunismo, com falta de pão, sabão e, no dizer de um jornalista em recente viagem a Moscou, "falta de vergonha pela gigantesca corrupção".

No país, onde a luta de classes teria que ter resolvido tudo, as filas são quilométricas, as mulheres nas ruas andam carregadas como animais, por tudo terem que armazenar, as atendentes de hotel por uma caneta "bic" se abrem em sorrisos incomensuráveis e constrangedores e, as crianças, em farrapos e descalfas, andam esmolando "autoritariamente" no centro de Moscou.

E nem assim eles enxergam!

Educação e PT

O Núcleo de Base da Educação foi criado por professores e auxiliares de ensino de Brasília/DF, a partir da experiência colhida em trabalhos realizados no "Comitê Educação Lula Presidente".

Propõe-se a ampliar sua atuação junto aos professores, auxiliares de ensino e alunos, inicialmente, na Capital Federal e fatalmente deverá se estender aos demais Estados. Com a criação, abre-se mais um canal de difusão da orquestração socialista no Brasil.

Senão vejamos:

"Sou PT por acreditar na educação e no Socialismo."

"PELA UNIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO COM ORGANIZAÇÃO DE BASE E COM DEMOCRACIA, RUMO AO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO."

"A opção pelo PT é a opção pela educação."

"Uma proposta de Núcleo que não apenas agregue pessoas de uma só categoria ou região, mas que se abre à contribuição dos companheiros que de maneira fraterna e corajosa trabalhem pelos objetivos históricos da classe trabalhadora."

Porque criar um Núcleo de Base da Educação do PT?

"Essa decisão se deu por compreendermos que somente a partir da organização de base é que chegaremos à plenitude da consciência e politização dos trabalhadores que desejam ver seus direitos respeitados e uma sociedade justa, sem exploradores nem explorados: uma sociedade socialista."



CONFIDENCIAL

- 09/14 -

2M. 44. 4, p. 62/246

CONFIDENCIAL

Gen. Almeida

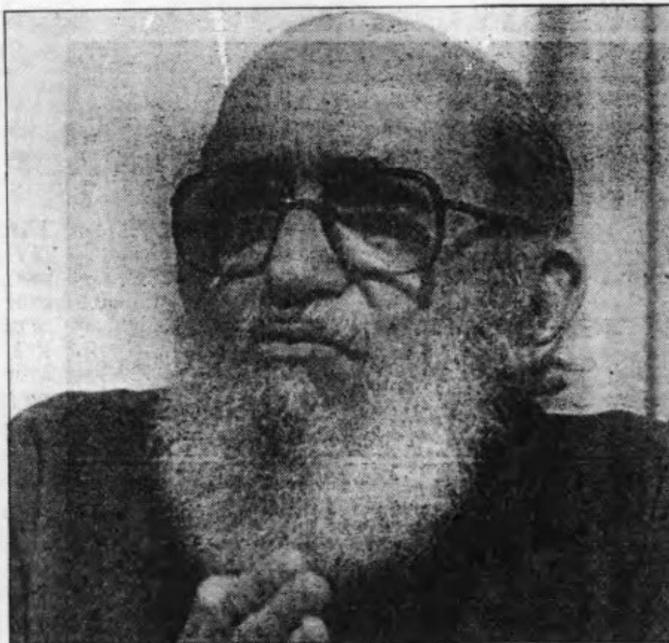
A Escola da Revolução

"A educação não é neutra. Negar a politicidade da educação já é tomar uma posição política. A afirmação da neutralidade da educação é um ato político". (XIII Congresso Nacional de Educação da Associação de Educação Católica do Brasil, realizado em Jul 89). Ao defender esta tese, muitos educadores justificam a ligação da educação e do ensino a posições políticas, a uma luta política, para a transformação da realidade.

Como consequência deste enfoque e, também, da omissão do Estado em sua ação fiscalizadora na elaboração de currículos e adoção de livros didáticos, a nossa juventude tem sido alvo, nos últimos anos, de uma atitude deletéria desenvolvida desde os primeiros anos do ensino de 1º grau.

A infiltração, em postos-chaves da cadeia educacional, de militantes de partidos de esquerda, associada à liberdade de cátedra e à autonomia dos professores, tem favorecido, entre outras, a adoção da **pedagogia do oprimido**,(*) a distorção das tradições históricas e a adoção de livros didáticos marxistas. Com o auxílio de docentes comprometidos com a construção de uma "nova sociedade", as crianças recebem as primeiras noções sobre "opressores e oprimidos", o "imperialismo", a "consciência de classe", a "missão do proletariado", a "burguesia" e a "construção do socialismo", tudo a partir da "experiência vivida", que dispensa o pensamento, o conhecimento, o aprendizado e a disciplina mental.

Essa ação lenta e insidiosa que vem sendo realizada há anos em nossas escolas, contra a nossa tradição e contra as convicções da grande maioria da população, faz parte de uma estratégia de aliciamento dos cidadãos de amanhã, para a adoção das mudanças preconizadas pelos defensores do socialismo como única forma de resolver as injustiças e os pecados do sistema político em vigor. Esse imenso trabalho de massa, traiçoeiro por atingir crianças e jovens, cujas idades não lhes permite, ainda, filtrar aquilo que lhes é apresentado como uma verdade, certamente trará, como resultado prático, apenas o ódio e o ressentimento,



Paulo Freire: Ver, Julgar e Agir

que irão ser colocados a serviço de seus mentores.

Não é novidade que a educação brasileira, com professores desestimulados por baixos salários, mal preparados e submetidos, por vezes, inclusive, a patrulhamento ideológico, passa por um momento difícil. A correção desta situação implicará em uma conscientização de nossas autoridades maiores sobre a dimensão do problema e suas consequências. Dependerá, também, de um esforço conjunto das autoridades ligadas à área educacional, diretores, mestres, e orientadores pedagógicos não comprometidos com a praxis marxista que, por meio de um acompanhamento do ensino que está sendo propiciado aos nossos jovens, poderão detectar e corrigir em tempo as distorções encontradas. Ressalte-se que tais desvios já foram observados até mesmo no Colégio Militar de Brasília, através de alguns professores civis ligados a partidos de esquerda.

De acordo com o Art 205 de nossa Constituição, a educação, além de constituir-se em dever do Estado, também o é da família. Isto

quer dizer que não podemos nos omitir quanto ao que está sendo ensinado aos nossos filhos. Não devemos aderir ao comodismo de alguns que entendem a escola como única responsável pela educação recebida pela nossa juventude.

Aos pais, portanto, também, cabe uma parcela muito grande de responsabilidade, porquanto devem atuar como fiscais da qualidade do ensino que seus filhos estão recebendo e exercer pressão sobre diretores e mestres, que se dediquem ao proselitismo político em salas de aula, de modo que o processo ensino-aprendizagem não seja influenciado por suas convicções políticas.

Eis aí um dos caminhos por meio do qual pode-se impedir a transformação de nossas escolas em "Escolas da Revolução" e, ao mesmo tempo, preservar nossos valores históricos, morais e culturais.

(*) *Pedagogia do oprimido* - baseada nas idéias defendidas por educadores marxistas, como Paulo Regius Neves Freire. Sua linha de raciocínio básico é o estímulo à luta de classes, por meio de um esquema dialético oprimido-opressor.

CONFIDENCIAL

2M. 44. 412. 69/146

CONFIDENCIAL

Seu N.º de

CAMPO MILITAR

Acidentes com Militares em Serviço

Continuam a ocorrer acidentes com vítimas, envolvendo militares em serviço e instrução, com destaque para os seguintes:

Na área do Comando Militar do Leste:

— Um soldado do 27º BIPqdt (Rio de Janeiro/RJ), sentinela da hora, disparou acidentalmente seu Pára-Fal, ferindo-se no abdômen;

— Um soldado do BDMun (Paracambi/RJ) atingiu mortalmente com um tiro de FAL outro soldado que retornava de uma patrulha;

— Um soldado da Cia Cmdo/1ª Bda Inf Mtz (Petrópolis/RJ) sofreu ferimentos na região craniana, durante atividades na garagem do quartelamento, vindo a falecer.

Na área do Comando Militar do Sul:

— Alguns soldados do 23º BI (Blumenau/SC), após a realização de uma instrução de Guerra Química, Biológica e Nuclear, apresentaram sintomas de intoxicação;

— Um Soldado do 15º B Log (Cascavel/PR) efetuou um tiro real com seu FAL, que estava com reforçador para tiro de festim, causando ferimentos em um oficial, dois sar-



gentos e um soldado;

— Um sargento do 4º RCC (Rosário do Sul/RS), durante a realização de um exercício do PELO-PES, sofreu amputação de suas duas mãos, quando da explosão de um petardo de 100g de TNT;

— Um oficial do 22º GAC (Uruguaiana/RS) teve amputados três dedos de sua mão esquerda, além de sofrer queimaduras, ao manipular um artefato pirotécnico.

Na área do Comando Militar da Amazônia:

— Um soldado do 4º CFAC/4º BEF (Rio Branco/AC) disparou acidentalmente um tiro de FAL, atingindo o dedo médio do próprio pé-direito, durante o Estágio Básico

do Combatente de Selva/90.

Na área do Comando Militar do Planalto:

— Um sargento do 1º RCGda (Brasília/DF), ao manusear uma pistola Beretta, no interior de uma reserva de armamento, realizou um disparo acidental, que atingiu o ombro de um soldado;

— Um soldado do 2º B Fv (Araguari/MG), de serviço de guarda, sentiu sono, desequilibrou-se e sofreu ferimento contuso transfixante na nádega esquerda, causado por sua própria baioneta;

— Um sargento do 32º GAC (Brasília/DF), quando tentava sanar um incidente de tiro em um FAL, sofreu lesão no dedo médio da mão esquerda provocada pela explosão da caixa da culatra da arma.

Lamentavelmente, tais acidentes permanecem acontecendo, apesar das inúmeras recomendações e diretrizes baixadas pelos escalões superiores. As normas de segurança relativas ao manuseio de armamentos, explosivos e engenhos bélicos, devem ser permanentemente lembradas e os fatos apresentados podem ser citados como exemplos a serem evitados.

Infiltração no Exército

As reiteradas recomendações e o atento trabalho de triagem realizado pelas OM, têm evitado o acesso às fileiras do Exército de militantes e simpatizantes de organizações subversivas. Estes, quase sempre apresentando-se como voluntários e cumprindo diretrizes emanadas de organizações e partidos de esquerda, procuram infiltrar-se nos quartéis a fim de adquirirem formação militar e, ao mesmo tempo, tentarem realizar proselitismo ideológico.

O ingresso de tais elementos no Exército, como conscritos e, particularmente, como oficiais e sargentos, constitui-se em objetivo permanentemente perseguido e estimulado. Por outro lado, o Trabalho de Massa desenvolvido junto ao meio estudantil começa a produzir resultados indesejáveis aos interesses da Instituição, pois vários candidatos inscritos no Concurso de Admissão ao Curso de Formação de Sargentos/91, da Escola de Sargentos das Armas (Três Corações/MG), foram identificados por suas ligações com

partidos de esquerda, organizações subversivas e com o Movimento Estudantil, sabidamente influenciados por aquelas entidades político-ideológicas.

Assim sendo, o levantamento de antecedentes dos candidatos ao ingresso na Força, adequadamente valorizado nos diferentes níveis, tem-se mostrado como o mais importante instrumento, ao lado da entrevista, para que fatos consumados não venham a colocar em risco e inquietar a Instituição.

06/12

CONFIDENCIAL

2M. 44.41P. 741146

CONFIDENCIAL

Gen Mendes

A Experiência e os Tolos

A primeira impressão é a de que as propostas ao lado tenham sido retiradas de algum manifesto comunista do início do século. Todavia, são propostas da Organização Quarta Internacional (OQI), de linha trotskista, que se denomina Tendência Causa Operária do Partido dos Trabalhadores, para as convenções estaduais do Partido, em 1990.

A OQI, muito convenientemente, parece ignorar os resultados dos setenta anos que se passaram, desde a implementação prática das idéias marxistas na Rússia e seus vizinhos. O socialismo não resistiu aos setenta anos de prática no Leste europeu. Setenta anos de economia estatizada e de ditadura do proletariado, que resultaram na eliminação de mais de trinta milhões de pessoas.

O autoritarismo de esquerda construiu sociedades alienantes, desmotivadas, autoritárias e ineficientes. Quarenta e três milhões de soviéticos estão vivendo abaixo do limite oficial de pobreza.

Dos países que adotaram as

práticas estatizantes, a maioria se vê frente ao grande desafio de livrar-se do socialismo e voltar-se para a economia de mercado que, com base na livre iniciativa, tornou possível o surgimento de sociedades mais justas.

As grandes levas de fugitivos do "paraíso socialista", em busca de liberdade e de melhores condições de vida, no final de 1989, demonstram que as propostas, que a

OQI insiste em defender, são incompatíveis com as aspirações da maioria da população brasileira. Isso ficou evidenciado com a derrota do candidato socialista nas recentes eleições presidenciais.

Bismarck — o chanceler de ferro da Alemanha — costumava afirmar que somente os tolos não aprendem com a experiência alheia. Espera-se que o Partido dos Trabalhadores recuse tais propostas.

"Defendemos a ditadura do proletariado"
"A defesa da economia estatizada é parte fundamental da nossa proposta política"
"Não existe via pacífica para o socialismo"
"A idéia de um capitalismo com justiça social é utópica"
"A única via de superação da crise atual é a revolução, a expropriação do capital e a luta pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina"

O Trabalho de Massa Persiste — Educação Popular!

O cartaz ao lado, publicado pelo Centro de Informação da Diocese de Roraima (CIDR), traz a peçonha do comunismo embutida num pretenso processo de *Educação Popular*.

O alvo é o jovem e o instrumento a Pastoral da Juventude.

As letras P e J formam, estilizadas, a foice e o martelo; e o espaço que as separa é explícita foice.

Tudo coincidência? Técnica de persuasão subliminar? Julgue e Avalie!

A PJ do BRASIL JÁ TEM SUA MARCA



Pastoral da Juventude.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Geu Mendes

41º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE)

Adiado por quase um ano, por falta de motivação e organização interna, realizou-se, no período de 30 Mai a 02 Jun 91, nas dependências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o 41º Congresso da UNE.

O evento reuniu aproximadamente 3.500 participantes, entre representantes universitários de vários Estados, observadores, lideranças políticas e sindicais e personalidades ligadas à educação.

A mesa diretora, coordenada pelo presidente da UNE, Cláudio Langone (UNE/RS), contou com as presenças, entre outras, das seguintes figuras exponenciais de partidos de esquerda, movimentos populares e organizações subversivas:

- José Rainha Júnior, da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Rovilson Brito, coordenador Nacional da União da Juventude Socialista (UJS)/Partido Comunista do Brasil (PC do B), Hamilton Lacerda, do Diretório Regional/SP do Partido dos Trabalhadores (PT), José Renato Rabelo, da Direção Nacional do PC do B, José Pimenta, do Comitê Central do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Manoel César, coordenador da juventude do Partido de Libertação Proletária (PLP) e Jamil Murad, Deputado Estadual do PC do B/SP.

O acontecimento buscou, como marco principal, a reestruturação do Movimento Estudantil, na tentativa de resgatar a identidade perdida, direcionando-o, nos anos 90, a tornar-se mais um fórum de contestação aos problemas brasileiros e ao próprio programa de governo, mascarando, nas lutas estudantis, o componente ideológico, conforme palavras de Magno de Carvalho, Coordenador de Administração da Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA): "...esperava que o Congresso se transformasse num marco histórico da organização estudantil e na luta maior do trabalhador



brasileiro — a Revolução Socialista".

O Congresso, que deveria pautar-se por apresentar sugestões e propostas direcionadas para os graves entraves educacionais por que passa o Brasil no final do século XX, caracterizou-se por posicionamentos radicais e contestatórios, sob forte conotação política e ideológica, aprovando teses, por votação maciça dos participantes, que pouca ou nenhuma contribuição traz para a melhoria do ensino no País.

Foram aprovadas as teses a seguir transcritas:

Campanha de Solidariedade à OLP; retirada das Forças do Golfo Pérsico; solidariedade ao Povo Cubano; apoio à Autodeterminação dos Povos; considerar o Sionis-

mo como Prática Racista; defesa da Reforma Agrária; não pagamento à Dívida Externa; campanha contra a Pena de Morte; aplicação de 25% do Orçamento da União na Educação; contra a Privatização; contra a Violência no Campo; contra o Serviço Militar Obrigatório — desencadear campanha nas Universidades.

Com a atuação dinâmica de universitários comprometidos com dogmas socialistas, em meio à desorganização administrativa do Congresso, onde não faltaram, devido à promiscuidade das salas de aula transformadas em alojamentos, sexo e drogas, foram apresentadas três chapas concorrentes à direção maior da UNE.

A vencedora, coligação do PC do B, PCB, MR-8, PSDB, PSB e PDT, elegeu Patrícia Trindade D'Angelis, estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), presidente da entidade, com aproximadamente 44% dos votos.

A segunda chapa, composta por coligações das tendências internas do PT, aí incluídas as radicais trotskistas — Articulação, Democracia Socialista, Nova Esquerda, Força Socialista, Movimento por uma Tendência Marxista —, obteve aproximadamente 41% dos votos.

A terceira chapa, cisão interna do PT, reunia a Convergência Socialista, o Trabalho na Luta pelo Socialismo, o Partido da Libertação Proletária e os Independentes, conseguiu aproximadamente 14% dos votos.

Como conclusão, pode-se afirmar que nada mudou. O PC do B e o PT continuarão a comandar os destinos dos universitários, através de estudantes comprometidos ideologicamente e, utilizando o segmento estudantil brasileiro num consistente trabalho de massa, em direção ao seu objetivo maior — transformação da sociedade atual em uma outra, dita "igualitária, justa e sem classes — socialista".

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



Grevismo que destrói

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), braço sindical do Partido dos Trabalhadores (PT), alardeou sem qualquer originalidade, sua velha intenção revolucionária de tentar parar o Brasil. Desta vez, nos dias 22 e 23 de maio de 1991.

Apesar de o PT afirmar — e o faz no mais puro e ultrapassado estilo marxista — que não tem nada a ver com a CUT, curiosamente, a maioria dos integrantes dessa Central Sindical, além de exibir e agitar a bandeira vermelha petista, corre para votar nos Encontros Nacionais do Partido. Em sua maioria, além de cultivar o hábito da velha barba à cubana, antiga moda ideológica dos idos sessenta, costuma ostentar orgulhosos, em suas camisetas sindicais, os broches da estrela vermelha do partido, símbolo que, provavelmente, foi inspirado no similar dos comunistas da URSS, China e Coréia do Norte.

Os movimentos grevistas, em volume crescente, que vêm ocorrendo no País, encontram-se em plena sintonia com a visão sectária dos trotskistas que se hominizam no PT/CUT. São fanáticos que

apostam na ilusão de que será dentro do quadro de uma greve geral que se acenderá o estopim para o início de uma ruptura insurrecional no País.

Acontece que, até hoje, em lugar nenhum do planeta, ocorreu uma queda de regime motivada por um movimento grevista. E o maior prejudicado, diante da insensatez ideológica, é o próprio trabalhador que, além de ser usado como massa de manobra, é induzido, espertamente, a acreditar que existe, no peito dos "líderes marxistas" que se arvoram de "gurus sindicais", um "patriotismo grevista". O mais grave é que esse "patriotismo" é incapaz de respeitar o direito alheio. Ignoram a lei e os serviços essenciais. Condenam à morte quem necessita de serviço médico em suas rotineiras greves; negam a luz elétrica, cujos geradores e torres de transmissão são criminosamente sabotados; deixam milhares de trabalhadores sem condução, ao sabor de exigências de caráter eminentemente político; negam à população o combustível que move o País; negam o ensino para os estudantes,

prejudicando-os na própria formação, pela não-reposição das aulas paradas e pelo proselitismo socializante a que são diariamente submetidos.

Os brasileiros, por sua índole pacífica e ordeira, estranham e desconfiam dos "patriotas grevistas". Apesar disso, muitos trabalhadores são forçados a participar de movimentos como o realizado no mês de maio, para não sofrerem perseguições das mais variadas naturezas, desde as de caráter moral, até as agressões físicas. E, com medo, silenciam sobre esta violência.

São os "patriotas grevistas" aqueles que mais exploram os vocábulos democracia e liberdade. Esquecem-se que também são filhos de um grande País e que a ideologia importada, que persiste em suas cartilhas, conseguiu causar a desgraça e a infelicidade de milhares de pessoas no Leste europeu. O patriotismo que efetivamente o Brasil necessita deve ser baseado no trabalho árduo e dedicado, que somente constrói e, jamais, no grevismo artificial e ideológico, que somente destrói.

RPM nº 04/91 — FI 07/10

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Gen. Mendes

CAMPO MILITAR

**O Conscrito: Nosso
Futuro Cidadão!**

Veementemente difundido pelas entidades ligadas à esquerda radical, há alguns anos surgia uma nova forma de proselitismo ideológico: o *Trabalho de Massa (TM)* — "conjunto de atividades desenvolvidas pelas Organizações Subversivas (OS), junto aos diversos segmentos da população, utilizando-se de técnicas de agitação e propaganda, procurando explorar contradições, antagonismos e insatisfações, reais ou artificialmente provocadas, visando às condições ideais para imprimir mudanças profundas nas estruturas sociais e político-econômicas existentes.

Os alvos desse "trabalho" são todos aqueles grupos sociais passíveis, pelos mais variados motivos, de serem atingidos, tais como: o negro, o jovem, a mulher, o trabalha-

dor, etc. Simultaneamente, as Forças Armadas, também, têm sido objeto de um intenso trabalho desenvolvido pelas esquerdas, que utilizam de forma acentuada as facilidades proporcionadas pelos meios de comunicação social.

Diante de mais uma Incorporação, quando os quartéis acabam de receber jovens oriundos de todas as camadas sociais, é importante considerar a possibilidade de que muitos deles possam ter sido submetidos à impregnação de doutrinas espúrias inocuadas, em maior ou menor dose, no seio de suas comunidades de origem, associações de bairros, grupos religiosos e, até mesmo, bancos escolares.

Evidencia-se, portanto, neste cenário, a importância da atuação dos nossos Quadros — através da

Instrução Militar, com ênfase para os atributos da área afetiva —, objetivando, além do aprendizado das Armas, criar, nos jovens conscritos, mecanismos de defesa para torná-los menos vulneráveis à pregação do proselitismo adverso.

Sem dúvida, é importante ressaltar que a ação desenvolvida pelos Quadros não se reflete apenas na preparação do combatente. Ela é mais profunda. Ao mesmo tempo em que se preocupa com a formação de uma reserva forte e comparável com os destinos do País, procura, também, moldar um sólido embasamento do caráter e da personalidade do futuro cidadão — o conscrito de hoje — preparando-o para o seu retorno à vida civil.

CAMPO POLÍTICO

CONFIDENCIAL

Gen Mendes

O Ensino Petista

Após dois anos e meio à frente da Secretaria de Educação do Município de São Paulo, retirou-se das funções o Professor Paulo Freire.

O fragor da queda e os ecos que ainda repercutem, abafaram as vozes de todos aqueles que acreditaram na "educação libertadora" do método Paulo Freire.

Segundo o Jornal O Estado de São Paulo "tudo permaneceu exatamente igual, na mesma comprometida realidade de sempre: ineficiência quanto aos resultados qualitativos, incapacidade de dobrar as resistências burocráticas e de oferecer conquistas quantitativas, minimamente significativas, que de fato atendessem às necessida-

des educacionais dos filhos dos paulistanos que pagam impostos".

O educador Paulo Freire passou pelo comando da educação dos paulistanos — como disse o presidente do sindicato dos professores municipais — "sem deixar marca própria".

E o que é educar para Paulo Freire? "Educar é conscientizar, e o objetivo da educação é possibilitar que as pessoas aprofundem a tomada de consciência. É um compromisso político que conduz à luta de classes, porque só há conscientização se de sua prática surge a ação dos oprimidos, enquanto classe social explorada, em sua luta pela libertação".

A libertação que essa educa-

ção propugna é a libertação das estruturas de oposição, por meio da luta de classes, objetivando chegar, através de uma transformação contínua, em uma nova sociedade.

Como integrante do "Grupo de Trabalho da Comissão Nacional do Partido dos Trabalhadores para Educação", Paulo Freire sintetizava as idéias que o PT pretendia para o futuro dos brasileiros.

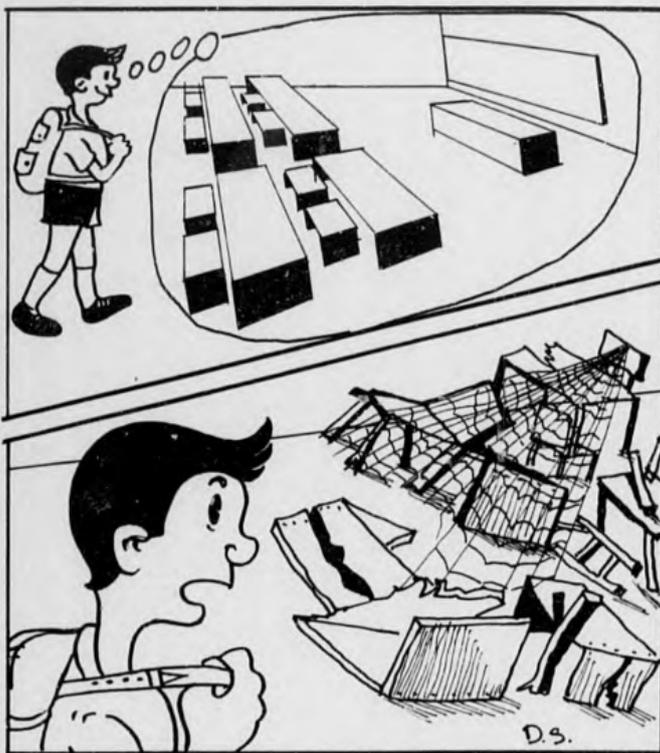
No período em que esteve à frente da Secretaria com os professores fazendo as mesmas reivindicações, com o Estatuto do Magistério sem sair do papel, com as escolas com problemas sérios de manutenção, a "Educação Libertadora" mostrou-se tão ineficaz quanto a administração petista de São Paulo.

Na verdade, as modificações aplicadas ao ensino limitaram-se aos adjetivos. Criança não podia ser chamada de "carente", tinha que ser "criança popular"... exames médicos para Educação Física foram vetados porque, enfim, a ciência médica podia estar vitimando as "crianças populares" com preconceitos e preconceitos burgueses. "Faltaram, no entanto, salas de aulas enquanto sobrou pressão por identidade ideológica".

A questão dos altos índices de evasão, a absorção pelo ensino primário de toda a população em idade escolar e outros problemas estruturais, sequer chegaram a figurar entre suas preocupações maiores.

Nesse contexto, o que salta aos olhos, é a natureza política do processo educativo petista. E a questão fundamental, no momento, é levantar com clareza os danos causados pelo "salvador educacional" no ensino público municipal. Contra quem e contra o que o PT desenvolve a sua atividade política, a favor de quem e do que realiza seu processo educacional?

"Tudo indica que o professor Paulo Freire era mais ator de um velho "script" do que um sinalizador do futuro".



RPM n° 06/91 — FI 08/10

CONFIDENCIAL